



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Tarcísio Perdigão Araújo Filho

**A CONSTRUÇÃO DE UM CONTROLE NEGOCIADO: O TRABALHO DOS  
AUXILIARES DE FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE**

São Carlos  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TARCÍSIO PERDIGÃO ARAÚJO FILHO

**A CONSTRUÇÃO DE UM CONTROLE NEGOCIADO: O TRABALHO DOS  
AUXILIARES DE FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre em Sociologia pelo  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal de São Carlos  
Orientadora: Profa. Dra. Isabel Pauline Hildegard  
Georges

São Carlos  
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A663c Araújo Filho, Tarcísio Perdigão  
A construção de um controle negociado : o trabalho dos auxiliares de fiscalização da prefeitura de Belo Horizonte / Tarcísio Perdigão Araújo Filho. -- São Carlos : UFSCar, 2016.  
168 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

1. Controle social. 2. Controle relacional. 3. Burocracia do nível de rua. 4. Fiscalização. 5. Comércio ambulante. I. Título.



---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Tarcísio Perdigão Araújo Filho, realizada em 10/03/2016:

*I. Georges*

---

Profa. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges  
UFSCar

*Cibele Saliba Rizek*

---

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek  
UFSCar

*Daniel Veloso Hirata*

---

Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata  
UFF

Dedico meu trabalho a Tarcísio Perdigão Araújo (1961-2015), meu pai.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte que foram solícitos em fazer parte desta pesquisa e tanto contribuíram para a construção dos dados, especialmente aqueles que foram entrevistados e expuseram suas trajetórias de vida. Agradeço também aos supervisores, fiscais integrados e gerentes que, em grande medida, viabilizaram o percurso que a investigação seguiu. Agradeço a todos e todas que, durante o trabalho de campo, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

À CAPES pelo suporte financeiro.

À Professora Isabel Georges que me acolheu na UFSCar e me orientou com tanta dedicação durante o mestrado, me apresentando novas perspectivas, compartilhando experiências e me envolvendo em projetos.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa da dissertação: Professora Cibele Rizek, Professor Gabriel Feltran e Professor Daniel Hirata.

À equipe de professores do Departamento de Sociologia da UFSCar e aos demais funcionários do departamento.

Aos amigos e colegas de São Carlos que me receberam tão bem na cidade, mas que também foram importantes interlocutores para a construção da pesquisa tanto durante as aulas, os grupos de estudos, mas também durante as pausas para o café e para a cerveja.

Em especial, agradeço aos amigos do dia-a-dia na cidade, como os companheiros de sala - Julianna Denari, Yasmin Lucita Miranda, Amanda Martins, Gregório Zambon, Beatriz Patriota, entre tantos outros – e, claro, os companheiros de casa - Pugin e Caio.

Aos colegas e amigos da FAFICH que, desde a graduação, seguem grandes parceiros da minha caminhada acadêmica e profissional, especialmente Caroline Ferreira, Thárcio Elízio (Tito), Guilherme Abu Jamra, Gabriel de Pádua, Victor Chiodi (Yama), Natália Santana, Pedro Mendes, Professora Ana Marcela Ardila, Professora Yumi Garcia e os colegas do Grupo de Estudos em Sociologia Qualitativa.

Aos amigos, de modo geral, os novos e os de longa data.

À família pelo apoio constante.

Agradeço, por último, aqueles que mais amo: minha mãe Nice, minha irmã Nicole, Maria, minha namorada maravilhosa. E meu pai, Tarcísio, a quem a dissertação é dedicada.

## **A construção de um controle negociado: o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte**

### **RESUMO**

Esta pesquisa volta-se a compreender como se constrói o controle sobre práticas realizado nos espaços públicos da cidade, parte da chamada fiscalização que é realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte, sob o amparo do Código de Posturas (2003). Trata-se de um controle cujo foco é a regulação do comércio ambulante, pautado como “problema social” diante ao objetivo contido no “ordenamento urbano”. Indo além de uma análise que priorize tipos organizacionais ou institucionais ideais, desenvolvi uma investigação, compreendida entre 2013 e 2015, que priorizasse o levantamento de dados “desde dentro”, a partir de uma mirada interacionista. Para isso, lanço mão de técnicas qualitativas de investigação (entrevistas e observação) a fim de partir das práticas de trabalho dos auxiliares de fiscalização, terceirizados da Prefeitura e principais sujeitos da pesquisa, como principal mote para a elaboração dos dados, descrições e análises. Estes trabalhadores atuam cotidianamente nas ruas da cidade em contato direto com os comerciantes ambulantes (além de outros públicos e em interação com outros grupos profissionais), em diferentes frentes do âmbito da operacionalização da fiscalização “de rua”: os *plantões*, as equipes de *Apoio*, as *operações*. De forma geral, a prática destes auxiliares antecipa a participação dos fiscais integrados (e outras autoridades desse campo), diminuindo, assim, sua carga de trabalho. Ao mesmo tempo, os auxiliares de fiscalização participam ativamente da produção situacional dos referenciais diferenciadores (formal/informal, regular/irregular, tolerável/intolerável) e do controle social como um todo. O esforço da pesquisa foi trazer, de forma inter-relacionada, os vários aspectos que compõem a fiscalização “de rua” como construção social. Começo pela análise dos aspectos estratégicos e gestionários inscritos na prática de trabalho destes agentes, nas diferentes modalidades de trabalho, dando um enfoque na maneira como o controle se produz de forma negociada, ainda que seja constantemente racionalizada, como um instrumento de gestão do espaço público. Amplio a análise posicionando o foco sobre as continuidades e descontinuidades entre o “mundo do privado” e o “mundo do trabalho”, a partir da reconstituição de trajetórias dos sujeitos de pesquisa. Por esta perspectiva, foi possível balizar construções e agenciamentos sociais amplos (como classe e gênero) às práticas observadas e descritas, o que está expresso pela apropriação de papéis que extrapolam o próprio campo da fiscalização, mas que desvelam seus sentidos e suas bases como controle relacional. Todas as dimensões conjugadas compõem a produção multifacetada desse controle peculiar, ao mesmo tempo que demonstram os modos de circulação do poder a partir desse campo.

**Palavras-chave:** controle social; controle relacional; burocracia do nível de rua; fiscalização; comércio ambulante

## **The construction of a negotiated control: the work of the urban surveillance assistants of the Belo Horizonte government**

### **RESUMO**

This research aims to understand how the control of practices in public spaces is elaborated, which is part of the urban surveillance so called "fiscalização" of Belo Horizonte, under the protection of the Código de Posturas (2003). This is a social control which focuses on the regulation of street vendors activities, marked as "social problem" in a context of "urban order" promotion. Further than an analysis that prioritizes organizational or institutional ideal types, this research developed between 2013 and 2015, prioritized the data collection "from inside", from an interactional point of view. For this, qualitative research techniques (interviews and observation) were operated in order to keep the subjects working practices as the main reference for descriptions and analyzes. These workers work daily on city streets in direct contact with the street vendors (interacting with other people, like other professional groups) in different part of the fronts of street surveillance: the *plantões*, the *equipes de Apoio* and the *operações*. In general, the practices of these assistants anticipates the participation of their bosses, the *fiscais integrados* (and other authorities in this field), reducing, as an effect, their workload. At the same time, these assistants actively participate of the situational production of references of differentiation (between formal /informal, bearable/unbearable) and social control as a whole. The research effort was to come up, in an interrelated manner, the various aspects that make up the street surveillance as a social construction. At the beginning, I analysed the strategic and managerial aspects enrolled in practical work of these agents in different working arrangements and environments, giving a focus on how the control is produced in a negotiated manner, although it is constantly rationalized as a tool for public space management. The analysis was enlarged by replacing the focus on the continuities and discontinuities between the private life aspects and the work aspects, from the reconstruction of trajectories of some of the research subjects. Through this perspective, it was possible to work out with some different social aspects (such as class and gender) in order to observe and describe the practices that reveal the main basis and senses of this social and relational control. All this conjugated analysis dimensions demonstrate how this particular control is produced. At the same time, it shows, from this field, some modes of circulation of power.

**Keywords:** social control; relational control; street-level bureaucracy; urban surveillance; street vending

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Materiais apreendidos em ações da equipe de Apoio	69
Figura 2: Equipes das operações	80

## SUMÁRIO

<b>1. CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
1.1 A pesquisa e o campo	12
1.2 Conclusão: dos caminhos do trabalho de campo aos caminhos de análise	19
<b>2. CAPÍTULO 2: A FISCALIZAÇÃO EM CONTEXTO</b>	<b>21</b>
2.1 O Programa Centro Vivo e a criação dos shoppings populares	21
2.2 O Código de Posturas de Belo Horizonte	27
2.3 Fiscalização Integrada e o contexto organizacional contemporâneo	30
2.4 Conclusão: Condicionantes políticos, institucionais e gestores	37
<b>3. CAPÍTULO 3: ÀS PONTAS DO ESTADO: O NÍVEL DA IMPLEMENTAÇÃO E DAS INTERAÇÕES COM O PÚBLICO</b>	<b>39</b>
3.1 Burocratas do nível de rua: trabalhadores nas “linhas de frente” do Estado	39
3.1.1 Situando a Teoria da Burocracia do Nível de Rua	42
3.1.2 Discrecionalidade: limites e alcances	44
3.2 A perspectiva da sociologia interacionista diante do contexto da implementação dos serviços públicos	47
3.3 Conclusão: as pontas do conflito	53
<b>4. CAPÍTULO 4: MODALIDADES DE FISCALIZAÇÃO, ESTRATÉGIAS DE CONTROLE</b>	<b>54</b>
4.1 A divisão do trabalho de fiscalização entre os diferentes grupos profissionais “ao nível de rua”	56
4.1.1 <i>Plantão</i> : a negociação de práticas em áreas vigiadas	57
4.1.2 As equipes de <i>Apoio</i> : a dinâmica das ações de apreensão e a participação da Polícia Militar	67
4.1.3 As <i>operações</i> : dinamismo e ajustamentos contextuais do controle social	76
4.2 A dimensão interacional de um controle multifacetado	99
4.3 Conclusão: estratégias e práticas de controle	110
<b>5. CAPÍTULO 5: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: APROPRIAÇÕES E CONSTRUÇÕES SOCIAIS EM TORNO DO TRABALHO</b>	<b>113</b>
5.1 Trajetórias de vida e trabalho	113
5.1.1 Douglas	116
5.1.2 Renato	119
5.1.3 Erik	123
5.1.4 Geraldo	127
5.1.5 Raimundo	130
5.2 Vidas de trabalho: circuitos, mercados de trabalho e prospecções	137

<b>5.3</b>	<b>Gênero e trabalho</b>	<b>142</b>
5.3.1	A divisão sexual do “trabalho do Estado”: delegações e práticas diferenciadas	144
5.3.2	Fabricando auxiliares de fiscalização: formas de apropriação dos papéis de gênero	147
<b>5.4</b>	<b>Conclusão: papéis sociais e os sentidos do controle</b>	<b>150</b>
<b>6.</b>	<b>CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>153</b>
<b>7.</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>161</b>

## 1. CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Foi durante uma caminhada pelo Centro de Belo Horizonte, em meados de 2012, que tive meu primeiro contato com os sujeitos dessa pesquisa, e de onde nasceu minha curiosidade inicial para com este tema. Eu andava pela Rua da Bahia quando começou a chover. Busquei abrigo de baixo da marquise de uma agência bancária. Olhei para o lado e lá estava um auxiliar de fiscalização, funcionário da Prefeitura, caracterizado por seu colete e boné azuis, ambos trazendo a *logo* da instituição. Como frequentador da área central da cidade, já havia notado a presença desses agentes da Prefeitura, mas desconhecia completamente o que faziam ali parados nas esquinas. Aproveitando a situação de espera, iniciei uma conversa com o rapaz, que também se protegia da chuva, ali debaixo da marquise. Perguntei-o logo (de maneira até mesmo abrupta) do que se tratava seu trabalho, e o que fazia ali todos os dias no Centro. O rapaz me respondeu que trabalhava para a Prefeitura e seu papel era “observar o movimento da rua”, atentando-se para qualquer “irregularidade” que pudesse ocorrer. Disse ainda que, caso avistasse algo do tipo, teria que acionar “apoio”. Curioso com aquilo, rebati: “Que tipo de irregularidade?”. E o rapaz respondeu mais ou menos assim: “Olha, várias coisas, mas principalmente camelôs. Se a gente vê um, a gente explica pra ele que não pode vender na rua, e se ele não acatar, a gente liga, na hora, para o fiscal para ele autuar”.

Para minha sorte, no momento em que conversava com o rapaz de coletinho azul, avistei há poucos metros dali um vendedor de rua conhecido na região: um senhor deficiente visual que há muitos anos empurra seu carrinho naquela região do Centro, vendendo cadaços, palmilhas, ratoeiras, ralos, além de outros apetrechos. Na mesma hora perguntei ao “coletinho” se aquele senhor não seria, portanto, um “irregular”, e ele me explicou: “Não, não... Esse aí a gente deixa. Ele é cego.” A chuva passou, nos despedimos e eu segui minha caminhada. [Caderno de campo]

O desfecho da conversa me intrigou bastante. Voltei para casa pensativo, questionando sobre como era peculiar o trabalho daquele homem, e sobre como as regras, e sua aplicabilidade, ganham outros significados nos espaços urbanos. Afinal de contas, se, idealmente, a fiscalização opera por normas fixas e já instituídas, provavelmente seguindo algum protocolo de atuação, por que e de que modo caberia a possibilidade de criação de exceções por parte desses funcionários? Quem decide o que é “irregular” e o que não é? A partir dessa curiosidade, passei a investigar mais sobre como funciona a fiscalização urbana em Belo Horizonte e sobre o trabalho dos “rapazes de colete azul” (ou auxiliares de fiscalização). A cada nova informação em torno do tema, despertavam em mim outros estranhamentos, outras curiosidades, outras perguntas.

Minhas inquietações culminaram no trabalho de conclusão da graduação, pela qual realizei uma pesquisa de cunho exploratório sobre o trabalho “de rua” da fiscalização. Conversei informalmente com gerentes da Prefeitura e realizei entrevistas semi-estruturadas com um dos supervisores e sete auxiliares, meus principais sujeitos de pesquisa desde esta época. Além disso, estive nas principais ruas do Centro de Belo Horizonte, por algumas tardes, a fim de observar o trabalho em seu exercício, aprendendo um pouco sobre a rotina desses trabalhadores e flagrando situações de interação entre eles e o seu público: vendedores ambulantes, moradores de rua, artistas de rua, transeuntes e etc.

Já nessa época, chamou-me atenção a situação de invisibilidade institucional dos auxiliares, que não contavam com delimitações escritas e/ou oficiais sobre suas atribuições e modos de atuação, e nem sequer recebiam treinamentos para lidarem com as dificuldades de trabalhar na rua, lidarem com o público ou ainda mesmo para conhecerem a legislação pela qual operam: o Código de Posturas (2003). Devido a isso, tomei como norte da minha pesquisa, compreender como os próprios auxiliares pensavam a fiscalização e como percebiam ser as suas tarefas e funções dentro da organização. Logo de início, verifiquei que se tratava de uma ocupação bastante heterogênea, precária e, em certa medida, flexível, por isso muito interessante do ponto de vista sociológico. Ainda assim, outro indício da pesquisa foi que estes trabalhadores exerciam um papel bastante relevante para a funcionalidade do modelo de fiscalização em Belo Horizonte (ARAÚJO FILHO, 2013).

Quando ingressei no mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos no início de 2014, levei a proposta de seguir investigando o trabalho dos auxiliares de fiscalização, no intento de me aprofundar na compreensão da atividade e do modelo de controle social suportado pela atuação desses trabalhadores. Desde que apresentei a monografia como conclusão da graduação, notava que havia várias lacunas a serem preenchidas, várias perguntas importantes a serem respondidas. Ao mesmo tempo em que me faltava conhecer aspectos mais amplos adjacentes à proposta política por trás da fiscalização, me faltava conhecer também sobre os próprios sujeitos e sua visão de mundo, presentes em sua trajetória, suas narrativas de vida e suas percepções sobre os “lugares sociais”<sup>1</sup> que ocupavam. Afinal de contas, por meio da mirada metodológica proposta, chama a atenção o peso das interações sociais e da representação desses trabalhadores como indivíduos no contexto de suas tarefas diárias.

Ao perspectivar a atuação desses operacionalizadores, é preciso compreender tanto os aspectos mais gerais sobre os modos de construção e anunciação de si no contexto desse serviço, como também toda heterogeneidade passível de ser captada pelo trabalho de campo, no que diz respeito às particularidades de cada sujeito, de cada história de vida, de cada interação.

A pesquisa traz a seguinte questão como orientação: olhando para o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), como se constrói a

<sup>1</sup> O sentido que quero transmitir com o termo “lugares sociais” está relacionado às variadas formas dos sujeitos estarem no mundo, ocuparem o mundo ou circularem no mundo. A imprecisão do termo é proposital, sendo que sua definição deve ficar a cargo dos próprios sujeitos quando representam a si mesmos. A sua “origem” anunciada, desde os variados e inter cruzados modos (classe, gênero, pertencimento territorial, raça e etc), indica de onde falam estes sujeitos e com que sentidos atribuem suas ações, portanto.

implementação do controle social sobre irregularidades/informalidades nos espaços públicos da cidade? Pensando a esfera da gestão dos espaços públicos pelo viés da sua operacionalização nas ruas, assentada em dinâmicas interativas, e nos serviços públicos como construções sociais em processo, assumo os auxiliares de fiscalização meus principais interlocutores empíricos. Dentre todos os envolvidos neste serviço, estes são os mais constantemente demandados a integrarem situações conflituosas, de encontro com o público, como participantes ativos na construção do controle social nas *margens* do Estado (DAS & POOLE, 2004). Trata-se de um ponto de observação privilegiado, portanto, para analisar a gestão urbana pelo viés do trabalho cotidiano da implementação, pela prática e interação social.

### **1.1 A pesquisa e o campo**

Dada a questão orientadora, o processo de investigação integra duas técnicas principais, ambas qualitativas: a observação de campo e a entrevista semi-estruturada, norteada pelas trajetórias de trabalho e as percepções dos entrevistados acerca do trabalho. De forma complementar e não sistemática, foram realizadas inúmeras conversas informais e espontâneas com funcionários da Prefeitura, gerentes, supervisores, Policiais Militares, mas também com alguns camelôs. Estas aproximações serviram como “negociações” para inserção no campo e, mas também como possibilidade de escutar outros pontos de vista, como o gerencial por exemplo.

Além disso, a análise documental também se tornou um método importante no decorrer do processo de investigação. Foram analisadas desde legislações, guias e normativas (tanto as disponíveis publicamente, quanto aquelas disponibilizadas pessoalmente por funcionários da PBH), até notícias veiculadas pelas mídias digitais e impressas que abordassem temas adjacentes à fiscalização em Belo Horizonte, ao trabalho dos agentes, aos novos projetos de intervenção urbana, à questão dos vendedores ambulantes e etc.

A técnica que chamo genericamente de “observação de campo” foi a minha principal fonte de elaboração de dados, desde minha entrada no mestrado. Acompanhei de perto o trabalho da fiscalização pelas ruas da região do Centro de Belo Horizonte ao longo de dois meses, vivenciando junto às equipes operacionais como a fiscalização funciona na ordem do dia-a-dia. Atento à diversidade de situações e frentes de trabalho em que participam os auxiliares de fiscalização, busquei captar a experiência desses funcionários de diversos ângulos, quer dizer, observando-os em atuação em distintas tarefas, períodos do dia, dias da semana, espaços da cidade, configurações de equipe e etc. Mesmo sabendo da importância da diversidade - “estar em vários lugares e presenciar várias situações” - também me preocupei

em apreender o trabalho como dinâmica, como processo, isto é, acompanhando, de fato, o decorrer de determinadas rotinas e suas rupturas eventuais. Portanto, foi desafiante realizar um trabalho de campo que atendesse às duas preocupações: a pluralidade de espaços de vivência, sem perder de vista o “dia-após-outro-dia”.

Outra preocupação prática que diz respeito às minhas idas ao campo foi a produção de um caderno de campo<sup>2</sup>. Normalmente, passava ou a manhã ou a tarde inteira “em campo” e o turno seguinte, do mesmo dia, voltava para casa para digitalizar e organizar minhas anotações (quase sempre rabiscadas no “calor dos acontecimentos”). No limite do que cada circunstância me permitia, a anotação no meu caderno se tornou uma ação quase concomitante às observações, motivado pela necessidade de descrever o quanto fosse possível, e também de colocar no papel os *insights* que me surgiam. A utilização do caderno de campo foi muito importante como modo de registrar (ainda que precariamente) aspectos importantes trazidos durante as conversas realizadas espontaneamente (e sem o recurso do gravador) nas calçadas, dentro de veículos, em locais conturbados.

Devo admitir que, nesse contexto, o caderno e a caneta se tornam objetos bastante intimidadores, tanto para os auxiliares de fiscalização, quanto para seus superiores, provavelmente porque deixavam explícita a minha posição como investigador. Muitas vezes, quando queria registrar algo mais urgente, preferia sair ou pedir licença aos agentes para começar a utilizar o caderno, pois notava que o gesto gerava bastante constrangimento. Uma dificuldade que me deparei, nesse sentido, foi, portanto, encontrar uma medida entre a clareza da minha fachada<sup>3</sup> (GOFFMAN, 2011) como pesquisador, sem que isso sabote a aproximação e a sociabilidade junto aos sujeitos, a principal via para a elaboração dos dados. Gradualmente, nos espaços em que eu pude estar mais frequente, minha presença foi sendo mais bem aceita, assim como a ideia de que havia estudante fazendo perguntas e anotando sem parar<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Em Queiroz & Rodrigues (2006) há uma interessante discussão acerca de três tipos de notas tomadas durante o processo de observação de campo: a “nota de observação”, “nota de análise” e a “nota metodológica”. Embora não tenha distinguido, a risca, os três tipos de notas ao longo do trabalho de campo, preocupei-me em elaborar tomar notas dos três tipos, como uma orientação mais geral para a produção do caderno de campo.

<sup>3</sup> É preciso indicar ao leitor que a construção da fachada não está desconectada do que aparece aos interlocutores como “perfil social” (e aparente) mais geral: sou homem, branco, heterossexual, jovem (idade 26 anos em 2016), estatura média, magro, cabelo curto, pouca barba.

<sup>4</sup> “Conversei, de início, um pouco com Wagner. Ele mesmo começou a conversa, me disse: ‘E aí?! Não deixa nenhuma mosquinha da fiscalização passar, hein?’ E faz um sinal com as mãos como se estivesse escrevendo, se referindo às minhas notas. Wagner diz ter lembrado de algumas coisas que seriam ‘interessantes para minha pesquisa’, como ele mesmo diz...” [Caderno de campo]

Chamo a técnica genericamente de “observação de campo”, pois meu posicionamento como observador “participante ou não participante”<sup>5</sup> variou, a depender da situação, ou mais especificamente, a depender das relações que estabelecia com os sujeitos nos diferentes espaços. A princípio, a proposta da “observação”, de modo geral, foi acompanhar o trabalho em exercício destes agentes nos espaços públicos (estando em *plantão*, em ações do *Apoio* ou em alguma *operação* específica), assim como a maneira com que circulam pelas ruas, como interagem com os outros, como abordam os supostos infratores e etc. Por outro lado, nunca tive a intenção de realizar uma observação neutra, ainda que em algumas vezes eu estivesse “de longe”, provavelmente sendo confundido com mais um transeunte na multidão. Isso ocorreu, principalmente, quando ia ao campo a fim de observar as dinâmicas do espaço de forma mais abrangente, um panorama mais amplo sobre o comportamento dos agentes em público ou sobre as estratégias de distribuição dos pontos de vigilância, tanto no *plantão*, quanto em uma *operação*.

Muitas vezes, a aproximação aos sujeitos foi inevitável, abordagem esta que me proporcionou algumas conversas bastante ricas nas próprias esquinas, mas que, pela força das circunstâncias, não puderam ser gravadas. Ainda assim, na maioria das vezes, os agentes se negavam a “dar informação” (como eles mesmos dizem) ou evitavam qualquer tipo de conversa com o pesquisador. Eles eram orientados pelos gerentes a não falarem a respeito do próprio trabalho ou sobre questões que pudessem esbarrar em controvérsias políticas com os curiosos na rua, principalmente se eles aparentavam ser jornalistas, o que, certamente, era o meu caso. De todo modo, a postura adotada durante todo o trabalho de campo foi a de me identificar como “pesquisador da universidade”. Já passado alguns dias em campo, em certas regiões do Centro, eu já era reconhecido de longe pelos sujeitos, que não se constrangiam em me cumprimentar e, espontaneamente, chamar a conversar. Nesses lugares, a partir desses vínculos criados, pude trocar e aprender mais.

Como dito, busquei observar, dentro da minha “realidade metodológica”, situações diversas de trabalho empreendido pelos auxiliares. Até então, pude acompanhar com alguma regularidade, por exemplo, *plantões* sistemáticos no entorno da passarela da Rodoviária,

<sup>5</sup> Provavelmente, meu papel como observador está próximo da tipologia “participante-como-observador” (GOLD, 1958), o que indica a existência de uma consciência mútua, embasando a relação entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, sobre a clareza do papel limitado do pesquisador como observador. Nesse tipo de posicionamento em campo, apesar da possibilidade de interação com os “nativos”, não existe risco do pesquisador “se tornar um deles” ao longo do processo.

*operações* contra ambulantes no entorno do Estádio Mineirão<sup>6</sup>, ações de abordagem aos moradores de rua e a rotina de apreensões na região do Hipercentro. Quanto às duas últimas situações, tratava-se de ações de abrangência espacial maior, a depender de uma Kombi que levava a equipe para circularem pela cidade. Felizmente, nesses casos, por um período curto de tempo, pude acompanhar essas rotinas de dentro do veículo, onde não só observava como realizam o trabalho ao longo do expediente, mas também estive presente (inclusive como participante) nos momentos de sociabilidade entre os agentes. Apesar de não ter autorizações oficiais - verbais ou escritas -, ganhei a confiança de alguns supervisores e gerentes (autoridades intermediárias) para frequentar esses espaços privados de trabalho, sensibilizados em “ajudar a minha pesquisa” (expressão frequentemente usada pelos interlocutores).

Vale dizer que, em alguma medida, o meu contato com o campo, já em curso desde 2012, foi intermediado por algumas autorizações informais desse tipo, por parte do pessoal dos estratos gerenciais e de supervisão. Apesar de que muitas vezes a rotina da pesquisa independe de qualquer consentimento burocrático, já que os sujeitos estão bastante visíveis nos espaços públicos, essa foi uma escolha que tomei logo no início da pesquisa, que deve ser explicitada. O contato esporádico com alguns gerentes da Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização (SMAFIS) me proporcionou um tipo de respaldo estratégico para o acesso a determinados documentos, rotinas e informações que facilitaram a minha compreensão dos objetivos institucionais por trás do trabalho “nas ruas”, ao mesmo tempo em que encurtaram as negociações para a entrada no campo.

Posso dizer que tive um tipo de entrada mista, entre a abordagem “clandestina”, diretamente regateada com os sujeitos em campo, e a intermediada pela burocracia: ora algum auxiliar me apresentava para um superior, ora um superior me apresentava para os auxiliares. Vale dizer que, para os dois tipos de entrada, ter a pesquisa em curso há alguns anos, facilitou a criação de identificações com os sujeitos, ajudando, assim, a me legitimar em campo enquanto um atípico “conhecedor” das dinâmicas, dos problemas, das hierarquias e das regras desse universo tão particular.

O contato e a incômoda necessidade de consentimento dos “chefes” apresentaram-se como nuance comum em pesquisas empíricas em Sociologia ou Antropologia que se faziam “desde dentro” a organizações complexas, especialmente em agências públicas, quando se propõem a estudar o “Estado em ação” (TEIXEIRA & LIMA, 2014). Todo o acesso e alcance

<sup>6</sup> Pude acompanhar tanto a fiscalização no contexto dos jogos dos campeonatos nacionais de futebol regulares, quanto jogos da Copa do Mundo FIFA, realizado em junho de 2014.

de interlocução do campo (pelos sujeitos, documentos, rotinas) está cruzado de alguma forma com as dinâmicas burocráticas de controle internas vigentes. Problemáticas metodológicas como essas vem sendo alertado por outros pesquisadores que estudam as instâncias práticas do Estado e governança, chamando a atenção para dimensões ligadas à questão da reflexividade, entrada no campo e a ética, típicas de pesquisas desse tipo (SILVA, 2014; REIS 2003; BEVILAQUA, 2003; BEVILAQUA & LEIRNER, 2000).

Além disso, foram realizadas entrevistas<sup>7</sup> semi-estruturadas individuais com os auxiliares de fiscalização, no intuito de captar alguns dos aspectos subjetivos desses trabalhadores, que não ficam claros apenas pelo exercício da observação. Esse tipo de abordagem me permitiu um tipo de interlocução difícil de se estabelecer mesmo em situações de conversas informais, já que são constantemente interrompidas por transeuntes que pedem informações, pelo rádio HT<sup>8</sup> que toca, por outros colegas que vêm conversar ou por alguma outra demanda comum do serviço. Ademais, entrevistas formalizadas e, sobretudo gravadas, têm a vantagem de poderem ser transcritas e melhor sistematizadas em um momento posterior. Como todo o áudio é gravado, não é necessário fazer tantas anotações no momento da entrevista, o que possibilita ao entrevistador “se doar” à interação, ao manter a atenção e o contato visual com o outro ao longo de toda a entrevista, deixando assim o processo mais fluido e mais benéfico para a criação de empatia entre entrevistador e entrevistado.

Para marcar as entrevistas, também lancei mão do intermédio e consentimento de supervisores e gerentes. Mesmo após algumas tentativas alternativas, não encontrei vias para a realização de entrevistas de outro modo (abordando os auxiliares um a um, por exemplo) uma vez que mesmo os auxiliares mais próximos ficavam receosos em me encontrar em espaços fora do contexto do trabalho. Devido, provavelmente ao tempo curto de relacionamento e ao tipo de entrada que tive no campo, meu contato com os sujeitos está ainda restrito aos “assuntos de trabalho”. Como dito anteriormente, todos são constantemente orientados a não “falarem muito” sobre a fiscalização com pessoas “de fora”.

O agendamento das entrevistas, no contexto da pesquisa de mestrado, foi realizado da seguinte forma. Perguntei primeiramente para Silvio, um dos supervisores com quem já havia estabelecido algum vínculo de confiança, se eu poderia marcar entrevistas com os auxiliares mais conhecidos, que já sabiam, portanto, um pouco sobre o meu trabalho. Silvio foi solícito e me levou à sala de um dos gerentes mais influentes da Regional Centro-Sul, para quem

<sup>7</sup> Vale lembrar que foram designados nomes fictícios a fim de resguardar a identidade dos meus interlocutores diretos, e também das demais pessoas citadas nas entrevistas e nas conversas.

<sup>8</sup> Rádio *hand-talk* ou rádio transmissor portátil.

expliquei e negociei as condições de realização das entrevistas. Apesar de resistência inicial, ficou combinado que eu as faria após o término do intervalo de almoço dos funcionários, e que eu poderia utilizar a sala de reuniões da sede, que nesse horário se encontrava normalmente vazia.

A seleção dos entrevistados não começou da forma como eu idealizei, entrevistando aqueles agentes com quem já havia conhecido e conversado algumas vezes. O primeiro entrevistado foi escolhido por Silvio e convocado via rádio a comparecer à sala de reuniões, gerando certo constrangimento ao auxiliar, o que ficou explícito pela forma estranha como a entrevista caminhou. Quando marquei as próximas entrevistas demonstrei interesse em sugerir o nome de alguns agentes, o que não foi impedido por Silvio, que alegou achar que me ajudava selecionando os auxiliares que são mais desenvolvidos, mais eloquentes ou que simplesmente “falam melhor”, como ele mesmo disse. Há grande diferença entre entrevistar alguém completamente desconhecido, ainda alheio à pesquisa, e outro já minimamente inserido como “sujeito de pesquisa”. A entrevista pode, desta forma, se tornar uma oportunidade de extensão das relações iniciadas em outros momentos mais relaxados e se tornar mais proveitosa.

A maioria das entrevistas realizadas em 2015 foram marcadas com a ajuda de Silvio, com exceção das duas últimas, realizadas com agentes já conhecidos, porém ainda seguindo a mesma rotina combinada. Por telefone, confirmava a viabilidade da entrevista para o mesmo dia. Depois de combinar o horário, eu chegava à sede e aguardava o término do almoço dos agentes na recepção, onde o esperava chegar para, rapidamente, definir quem será entrevistado. Depois disso, subia para o local da entrevista: uma sala grande, com janelas grandes, repleta de cadeiras de plástico, onde todas as equipes têm reuniões e recebem as orientações diárias. Ali havia o silêncio adequado para a gravação e não havia interrupções ou interferências externas, apesar de se localizar dentro das dependências da sede da Regional Centro-Sul.

Entrevistas arranjadas desta forma (no ambiente de trabalho, no horário do expediente, com contato intermediado por um supervisor), tende a deixar ainda mais marcada a distância entre entrevistado e entrevistador que já é significativa mesmo em situações “ideais” de entrevista. Entretanto, ciente dessa condição (resultado das minhas escolhas diante das barreiras que o campo colocava para mim desde 2012), me esforcei em suavizar essa distância latente da interação, criando um espaço de bem-estar para que o entrevistado se sinta à vontade em relatar seus pontos de vista, como chama atenção Bourdieu (1999). Para dar conta das especificidades de cada entrevista, segui utilizando o caderno de campo mesmo nos dias de entrevista, para seguir registrando minhas percepções gerais acerca do ambiente, da circulação de pessoas na

sede, as conversas informais que estabelecia, e também sobre as condições de realização das entrevistas.

Ao longo das entrevistas gravadas busquei dar um enfoque maior à biografia dos sujeitos, instigando-os a me contar sobre suas origens, seus “lugares sociais”, seus principais vínculos. Através do “trabalho” como fio condutor das histórias, abordo temas desde a escolaridade, primeiros empregos, trajetórias dentro ou fora da formalidade, os “bicos”, até culminar nas experiências mais contemporâneas como auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte. Interessa-me o ponto de vista destes sujeitos tanto sobre aspectos adjacentes ao seu trabalho atual, como sobre questões mais abrangentes, mas que informam, afinal, como estão figurados estes homens no mundo social.

Quanto ao tema da fiscalização propriamente dita, abro espaço às perspectivas e pontos de vista dos entrevistados, tomando cuidado para não premeditar categorias ou prospectar grandes expectativas sobre funções, hierarquias e sociabilidades. Por este tipo de abordagem e de percurso de roteiro, a relação se torna cada vez mais fluida com o decorrer da interação. Percebia que os sujeitos perdiam um pouco do receio de serem “avaliados”, “darem respostas erradas”, ou simplesmente de “falarem mal”, já que falavam sobre as suas próprias histórias, experiências e percepções.

Destaco que o percurso da investigação se estabelece por meio de certas técnicas e orientações metodológicas, mas não pretende segui-las como cartilha, ou a qualquer custo. Apesar dos sentidos lineares por trás do projeto de pesquisa, explícitos nos “cronogramas” ou nas promessas dos “objetivos específicos”, os caminhos da pesquisa se abrem desde as condições que a própria prática “em campo” se apresenta ao processo, a partir das relações que o pesquisador estabelece com os sujeitos, principalmente. O pesquisador deve tomar conhecimento desses atenuantes e saber, de acordo, cadenciar seus movimentos nesse campo sem passar por cima dos aspectos, práticos ou teóricos, julgados como problemáticos, que fujam dos planos iniciais ou ideais. Nesse sentido, a noção de “truques de pesquisa” de Becker (2010) foi bastante inspiradora e, de certa forma, também tranquilizadora:

Em vez de facilitar a realização de um trabalho convencional, eles [os truques] sugerem maneiras de interferir nas confortáveis rotinas de pensamento que a vida acadêmica promove e sustenta, tornando-se a maneira ‘certa’ de fazer as coisas. Este é um caso em que o “certo” é inimigo do bom. O que os truques fazem é sugerir maneiras de virar as coisas ao contrário, de vê-las de outro jeito, para criar novos problemas a pesquisar, novas possibilidades de comparar casos e inventar novas categorias e assim por diante. (p. 24)

## 1.2 Conclusão: dos caminhos do trabalho de campo aos caminhos de análise

Diante da apresentação das ideias iniciais da pesquisa e dos caminhos que a ela têm tomado desde então, desvelam-se, assim, as principais circunstâncias para os empreendimentos descritivo e analítico, indicando meu posicionamento como pesquisador diante aos sujeitos em campo e às escolhas tomadas no percurso de pesquisa. Para compreender como se constrói a fiscalização, enquanto controle social, no âmbito de sua operacionalização rotineira, parto das experiências dos auxiliares de fiscalização como os principais pontos de observação, e por isso parece-me determinante distinguir como realizei estas observações, ao mesmo tempo em que interagia com os sujeitos.

Nesse sentido, da mesma forma como o tema se transforma em questão de pesquisa e, conseqüentemente, em prática de pesquisa, a consideração desse posicionamento contextualizado do pesquisador diante de seu campo de investigação deve ser levado em consideração para os seguintes capítulos. Isto é, as idas e vindas permanentes entre o campo, e a sua interpretação, me permitiram desenhar e redesenhar os caminhos de pesquisa.

O Capítulo 2 teve como objetivo traçar uma linha narrativa de contextualização para as práticas de fiscalização da PBH observadas atualmente. De início, são apresentados os principais projetos públicos que antecederam o modelo organizacional vigente e que, em grande medida, sustentam o controle social institucional e politicamente. Além disso, a partir do meu contato com o campo e a análise de documentos oficiais disponíveis, foram descritas a organização e as orientações das agências que respaldam o trabalho da fiscalização em Belo Horizonte, como expressão do Poder Público Municipal.

O Capítulo 3 se trata de uma discussão teórica que localiza por onde partiram as discussões propostas nesta pesquisa. De início, foi apresentado o conceito “burocratas do nível de rua” de Lipsky (1980), como um ponto de partida para a compreensão dos alcances e características principais dos grupos profissionais alocados nas linhas de frente dos governos, em contato direto com os públicos. Com vista na proposta analítica desta investigação, exploro as potencialidades do instrumental teórico da Sociologia Interacionista como complemento analítico necessário ao exercício de olhar o Estado e o nível da “implementação” de serviços públicos a partir de suas dimensões práticas.

No Capítulo 4, exploro os dados empíricos de forma a reconstituir os modos estruturados das ações concretas do trabalho dos auxiliares de fiscalização, a partir da noção “modalidade de fiscalização” e de estratégia (DE CERTEAU, 1994). Desvela-se, então, a divisão de trabalho nesse âmbito, demonstrando como, em cada modalidade – *plantão*, *Apoio* e *operações* - as práticas de trabalho (pouco amparadas por prescrições) se conformam às

racionalizações gestonárias. Diante dessa dinâmica, em um segundo momento, o foco se põe sobre a dimensão interacional que engendra a dinâmica da fiscalização nas ruas. A partir da análise sobre os atritos e cumplicidades entre os agentes de fiscalização e seus interlocutores (seus públicos-alvo e os outros “trabalhadores do Estado”), levando-se em conta a complementariedade das modalidades, compreendemos, por fim, como esse controle se faz de modo precisamente negociado.

No Capítulo 5 apresento uma reconstituição de trajetórias de vida de alguns dos auxiliares de fiscalização, a fim de ampliar a compreensão do fenômeno em questão ao entrelaçar elementos do “mundo privado” com o “mundo do trabalho” (CABANES, 2011). Nesse sentido, analiso como se situam as trajetórias laborais dentro das possibilidades de certo mercado de trabalho, contextualizando o posto de auxiliar de fiscalização em seu meio social e identificando os significados dos engajamentos e dos projetos de vida. Uma das formas exploradas nessa análise foi a perspectiva do gênero, que elucida como aspectos estruturantes se imbricam à elaboração do posto de trabalho, a partir da apropriação de papéis sociais. Estes estão ligados, ao mesmo tempo, a construções sociais ligadas à classe social e gênero, conectados desde o ponto de vista da prática, quanto o de certa “divisão sexual do trabalho” (HIRATA & KERGOAT, 2007).

No Capítulo 6, concluo a dissertação amarrando cada uma das dimensões tratadas ao longo dos outros capítulos. O objetivo da parte final do texto foi explicitar os pontos fundamentais de cada dimensão trabalhada, a fim de demonstrar como se congregam em interdependência. Desta forma, sustenta-se o argumento de se trata de um controle multifacetado, típico das *margens* do Estado (DAS & POOLE, 2004), pelo qual se inscrevem formas contemporâneas e peculiares de equilíbrio de forças (ELIAS, 1994b) e circulação de poder (FOUCAULT, 1989).

## 2. CAPÍTULO 2: A FISCALIZAÇÃO EM CONTEXTO

Neste capítulo, apresenta-se ao leitor uma contextualização breve, embora muito necessária, sobre alguns dos aspectos dos espaços, tempos e conflitos em que está assentado o campo contemporâneo da fiscalização em Belo Horizonte, para que assim se compreenda, de forma mais abrangente, quais os sentidos sociológicos em que as práticas e os sujeitos pesquisados estão inseridos. A contextualização tem como objetivo trazer coerência histórica aos microfenômenos e narrativas captadas, fornecendo meios para uma análise mais consistente e ampla que extrapole, portanto, os contingentes imediatos ou individualizados presentes na construção dos dados.

Desde o início da década de 1990, Belo Horizonte vem passando por um período de grande intensidade de políticas urbanas que, sob o discurso da modernização, visam ao reordenamento dos espaços públicos e à regulação de seus usos, com foco na *revitalização* das regiões mais comerciais da cidade, especialmente o Centro. Trata-se de um cenário político em que o Poder Público Municipal volta as suas atenções para projetos bastante interventores na dinâmica da cidade, o que fica marcado através do Projeto Centro Vivo, da criação dos *shoppings populares* e do Código de Posturas de Belo Horizonte, descritos logo no início deste capítulo, enquanto projetos de objetivos complementares, e enquanto tecnologias de formalização de práticas urbanas. Este aspecto fica evidente quando miramos a história da ocupação das ruas pelos camelôs, grupo social cuja existência sempre esteve associada à resistência aos diferentes aparatos de controle, perpassando diferentes modelos de gestão e mandatos municipais, assunto que é tratado em seguida. Ao final deste capítulo, culminaremos na descrição das principais agências burocráticas que organizam e executam a fiscalização contemporaneamente, revelando alguns de seus contornos organizacionais mais relevantes. Desta forma, contextualiza-se em qual ambiente organizacional os trabalhadores da fiscalização estão inseridos e quais orientações gestonárias “justificam”, amparam e legitimam as práticas de trabalho.

### 2.1 O Programa Centro Vivo e a criação dos shoppings populares

Lançado pela Prefeitura de Belo Horizonte em janeiro de 2004, durante a gestão de Fernando Damata Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT), o Programa Centro Vivo foi designado como uma “marca” das várias intervenções desta gestão na cidade que objetivavam a requalificação do Centro belo-horizontino, recuperando o caráter “central” da região. Entre as metas previstas no plano oficial do Centro Vivo, estão:

(1) Reforçar o papel dessa área como centro simbólico da cidade, da Região Metropolitana e do Estado; (2) Valorizar a diversidade de suas atividades e consolidar o Centro como local de encontro; (3) Transformar o Centro de BH em um lugar bom para morar, trabalhar, passear, aprender, conviver<sup>9</sup>.

Para isso, o programa conta com um leque variado de eixos de atuação: (1) planejamento urbano; (2) segurança; (3) inclusão social e econômica; (4) requalificação urbanística e ambiental<sup>10</sup>. A intenção é que as ações sejam convergentes.

A revitalização proposta pelo Programa passou também pela tentativa de erradicar definitivamente o comércio irregular calçadas, vias e praças do Centro. Por meio do respaldo legal proporcionado pelo Código de Posturas (2003), regulamentaram-se os usos e práticas nos espaços públicos na cidade de forma detalhada, como veremos a seguir. Mas como lidar com uma multidão de vendedores ambulantes em situação de irregularidade que superlotam as calçadas do Centro da capital de Minas Gerais? Uma das medidas tomadas nesse sentido foi a criação de espaços para abrigar estes comerciantes: os *shoppings populares*. Para compreender o contexto de implementação deste grande projeto, é necessário voltar os olhares para algumas décadas atrás.

O vendedor ambulante — o trabalhador informal das ruas — sempre esteve presente na história de Belo Horizonte, reconhecido desde a figura dos mascates no início do século XX, que vendiam produtos manufaturados de porta em porta a baixos preços, até os vendedores de *pendrive* e cigarros paraguaios nas ruas do Centro nos dias de hoje. Esse tipo de atividade atravessa a história da cidade, tendo ela se transfigurado e se tornado cada vez mais heterogênea, no que diz respeito às dinâmicas, às organizações, às ações coletivas, às táticas de venda, etc.

Aliás, sua existência sempre esteve concomitante aos diferentes modos de policiamento e fiscalização locais que visavam a sua limitação e criminalização, de forma que seus modos de *operação* tenham sido formatados incessantemente, como um processo difuso, a adequar-se aos mecanismos de controle. Como é de se esperar, isto não é uma particularidade do caso belo-horizontino, foi também apontado como uma característica transversal do fenômeno, em tantos outros estudos contemporâneos em cidades latino-americanas: Alba & Labazée (2012) sobre a Cidade do México, Pita (2012) sobre Buenos Aires, Pires (2010) sobre Buenos Aires e Rio de

<sup>9</sup> Disponível em:

[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu\\_doc/belohorizonte.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf) acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>10</sup> Idem.

Janeiro, Aragão (2012) sobre Fortaleza, Sakai (2014) sobre Campinas, Freire (2014) sobre São Paulo, Hirata (2014, 2015) sobre São Paulo e Rio de Janeiro.

Nas décadas de 1970 e 1980, o número de envolvidos com o comércio informal cresceu muito rápido em Belo Horizonte, o que a literatura aponta como um efeito local do fenômeno mais amplo da reestruturação produtiva (ou a “nova industrialização”) e da conseqüente alta dos níveis de desemprego formal nas cidades da época (JAYME & NEVES, 2010; MONTE-MÓR, 1994). Desde então, o Poder Público passou a se preocupar ainda mais em controlar o crescimento do comércio informal, ao passo que já havia tomado a proporção como um *problema social* da cidade. Segundo Monte-Mór (1994, p.26): “O centro urbano, fechado sobre si mesmo, excluiu ainda mais fortemente do espaço do poder a população trabalhadora — o centro histórico implodiu, adensou-se e excluiu os não-cidadãos, exceto como transeuntes”.

Em 1984, após mobilizações de grupos de camelôs, foi sancionada a Lei Municipal 3.841 que visava conceder o direito de uso da rua para o comércio. Apesar da medida “recuada”, ao mesmo tempo visava promover um controle do número de vendedores, organizando e “disciplinando” (FRÚGOLI, 2000) a atividade. A ação teve pouco efeito no sentido da regulação, uma vez que o número de vendedores de rua era tão grande que os procedimentos de “inserção” não foram suficientes. Os vendedores sem licença atuavam livremente e acabavam disputando espaço e mercado com os já licenciados (JAYME & NEVES, 2010; LIMA, 2011). A este tempo, apesar dos esforços da administração, o número de camelôs ainda aumentava a cada dia.

No início da década de 1990, a PBH empreendeu novas ações para conter o avanço quantitativo de camelôs. Criou-se, para tanto, a Comissão de Disciplinamento da Atividade Camelô, concomitantemente à elaboração de novos dispositivos para a limitação numérica de praticantes na área central, como a abertura de processo licitatório em regime de preenchimento de vagas<sup>11</sup>. Contrariando as expectativas dos idealizadores, apesar da abertura de 1700 vagas para licenciamento da atividade em 1996, no final da década as ruas já estavam, outra vez, amplamente ocupadas pelos vendedores não licenciados, ou *toreros*, como são também conhecidos até os dias de hoje. A medida foi insuficiente para erradicar ou sequer controlar o comércio informal nas ruas do Centro.

Após período de análises e discussões sobre quais caminhos tomariam para solucionar o impasse dos camelôs entre os gestores da Administração Regional Centro-Sul (ARCS),

<sup>11</sup> Lei 3.841/85 – Decreto 7.635/93, modificados posteriormente pelos Decretos 8.204/95 e 8.530/95. Cf. BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *Área Central de Belo Horizonte: Hipercentro*. S/d.

agência competente da PBH na época, foi determinada em 1998 a criação de uma área do Centro onde não seriam toleradas práticas de comércio ambulante não licenciado, portanto, onde a fiscalização seria exercida com maior intensidade: a chamada Área Zero<sup>12</sup>. Complementar à medida, foram delimitados alguns quarteirões fechados da cidade onde estaria autorizada a permanência de camelôs, os chamados “camelódromos”, intervenção sócio-urbanística que pode ser contextualizada dentro de uma espécie de tendência brasileira neste mesmo período, podendo ser verificado em outras cidades como Campinas (SAKAI, 2014), São Paulo (RANGEL, 2015) e Rio de Janeiro (MAFRA, 2005). Estes quarteirões estavam localizados também na região central de Belo Horizonte, porém em áreas de menor movimentação de transeuntes/consumidores, o que foi motivo da reclamação de vários camelôs que resistiram à adesão ao projeto e passaram, aos poucos, a reocupar as áreas proibidas pela Prefeitura, driblando os aparatos de fiscalização.

Durante este período, a ARCS planejava medidas para uma “resolução definitiva” (VILELA, 2006) para a questão que tanto afligiu os gestores municipais e parte da opinião pública. Pensou-se então em remover todos os camelôs das ruas e transferi-los para galerias muradas onde poderiam exercer seu comércio enquanto lojistas e não mais ambulantes, portanto dentro de alguma formalidade. Dentro de um subprojeto chamado BH-Hipercentro (incluído como parte do Projeto Centro Vivo) foram inaugurados os *shoppings populares* em Belo Horizonte.

Uma das obras de maior impacto dentro do Programa Centro Vivo, certamente, foi a construção dos *shoppings populares* (Decreto nº 11.424 de agosto de 2003). Estes se tratam de galerias comerciais (restaurações de antigos edifícios degradados ou tombados) em Belo Horizonte localizadas na região do Hipercentro, para onde seriam remanejados os camelôs. “O projeto do shopping popular tem por objetivo organizar a economia informal, de modo a oferecer para a população maior segurança e manter limpa a área central”<sup>13</sup>, como consta no site oficial do Shopping Oiapoque (apelidado como Shopping Oi), o primeiro *shopping popular* a ser inaugurado no contexto do Programa Centro Vivo, e ainda hoje o mais conhecido entre os moradores da cidade e turistas.

<sup>12</sup> Os limites da Área Zero eram: Avenida Paraná, Rua dos Caetés, Rua da Bahia, Área Hospitalar, Avenida Augusto de Lima, Rua São Paulo, Avenida Amazonas e, incluída mais tarde, a Avenida Santos Dumont. Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Área Central de Belo Horizonte: Hipercentro*. Documento de circulação interna. Belo Horizonte, s/d.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/compra/shopping/shopping-oiapoque-shopping-popular> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

A ocupação dos *shoppings populares* foi realizada a partir do sorteio para preenchimento de vagas entre camelôs cadastrados entre 1998 e 2002 pela Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Centro-Sul. Segundo dados da PBH<sup>14</sup>, logo entre os anos de 2003 e 2005, 1772 camelôs foram transferidos para os *shoppings populares*: Oiapoque, Tupinambás, Xavantes, Caetés, Araguari e Tocantins.

O projeto dos *shoppings populares* também foi pensado por seus efeitos em longo prazo. Por um lado, por proporcionar aos comerciantes ambulantes a oportunidade de se formalizarem e materializando, assim, supostamente uma reinserção no mercado, agora como “empreendedores populares” (PERDIGÃO, CARRIERI & SARAIVA, 2014; LIMA, 2011) – tendência global, que vem sendo debatida com vigor pela literatura sociológica (FREIRE DA SILVA, 2014; MACHADO DA SILVA, 2002; RANGEL, 2015). Por outro lado, estes espaços facilitaram o acesso das *operações* de controle. Do ponto de vista da ocupação do espaço público, houve uma diminuição imediata de vendedores nas ruas. Para aqueles que aderiram ao projeto e ficam afixados nos seus *boxes*, ficaram sujeitos às “batidas” policiais ou da Receita Federal (VILELA, 2006), com vistas na regulação já costumeira do comércio dos produtos *made in China*, que seguiram sendo as principais mercadorias mesmo nestes espaços “formalizados”(LIMA, 2011).

Assim, a criação de espaços como estes não se configura como ruptura do mercado informal, mas, ao contrário, torna-se uma extensão desse mercado (SAKAI, 2012), uma espécie de “ilha de pirataria” (LIMA, 2011).

Segundo Vilela (2006), o projeto dos *shoppings populares* em Belo Horizonte enfrentou, nos primeiros anos, várias dificuldades para sua manutenção, como a irregularidade nos pagamentos e o alto número de inadimplentes. Além disso, grande parte dos inscritos no programa acabou desistindo logo nos meses iniciais do empreendimento: ainda em 2006, dentre os 767 camelôs transferidos inicialmente nos shoppings, apenas 100 deles ainda permaneciam, isto é, 13%<sup>15</sup>. Isso ocorreu, principalmente, devido ao aumento dos custos dos negócios, agora formalizados: pagamento de condomínio, aluguel dos *boxes*, novos impostos municipais. Antes de se tornarem “lojistas”, os camelôs manejados tornaram-se inquilinos (CARRIERI et al, 2009).

Outro problema identificado, e decorrente também do arrefecimento dos empreendimentos, foi que, rapidamente, esses negócios se tornaram presas fáceis para grandes

<sup>14</sup> Disponível em <[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu\\_doc/belohorizonte.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf)> acessado em 04 de agosto de 2015.

<sup>15</sup> Cf. Jornal Hoje em Dia, 09/05/2006

empresários, que num mercado clandestino de alta lucratividade, compravam as licenças e desequilibravam o jogo de concorrência nos *shoppings*. Já em 2004, haviam *boxes* no Shopping Oiapoque sendo negociados em até R\$ 20.000 (FIGUEREDO & MORAIS, 2004)!

Além das desistências, muitos sequer foram selecionados para tocarem seus negócios nos *boxes*. Não havia vagas suficientes para a realização de algum tipo de processo amplo de inclusão, ainda assim, a medida de retirada dos camelôs das ruas foi ferrenha em sua operacionalização. Como se pode imaginar, apesar do discurso institucional, a política de “transferência” dos camelôs das ruas não foi um processo tranquilo. De um lado estava o Poder Público empenhado em erradicar o trabalho informal nas ruas de Belo Horizonte; de outro, estavam os camelôs que persistiam ocupando os espaços públicos. Enfim, apesar das novas determinações legais e das novas políticas de controle de posturas, muitos trabalhadores informais continuaram resistindo às ações da fiscalização da Prefeitura, apoiada pela Polícia Militar.

Diante de uma medida que intentava objetivar uma polarização entre a positividade da formalização e a negatividade do comércio popular informal (CARRIERI, et al, 2009), neste período, os *toreros*<sup>16</sup> que persistiam atuando nas ruas, tiveram que lidar com *operações* mais repressivas a cada dia. O manejo dos camelôs para as galerias desencadeou, imediatamente, um conflito aberto entre agentes da lei e os camelôs, como relatam notícias do jornal *Folha de São Paulo*, em 2004:

A retirada de camelôs não-licenciados de uma rua do centro de Belo Horizonte causou tumulto e quebra-quebra, nesta terça-feira, na capital mineira. Pelo menos sete ambulantes foram presos, acusados de quebrar telefones públicos e vidraças em protesto contra a desocupação.<sup>17</sup>

Pelo segundo dia consecutivo, ambulantes que se recusam a deixar as ruas centrais de Belo Horizonte tumultuaram o centro da capital mineira, levando comerciantes a fechar as portas. O confronto nesta terça-feira foi com a Polícia Militar, que prendeu sete manifestantes.<sup>18</sup>

Pela manhã, fiscais da prefeitura e homens da Polícia Militar foram para as ruas. As confusões começaram quando um grupo de manifestantes agrediu um funcionário da prefeitura que distribuía jornais explicando as mudanças e a exigência da lei. Um agressor foi detido e liberado em seguida. Cerca de cem ambulantes deficientes físicos

<sup>16</sup> Denominação local para “camelôs”, utilizada tanto pelos agentes de controle, como pelos próprios vendedores ambulantes. Seu uso, normalmente, está associado à persistência da atuação desses trabalhadores nas ruas, assim como suas outras variações como “vender na tora” e “torar” ou “lugar torado”, designado aos espaços onde a fiscalização encontra muita resistência.

<sup>17</sup> Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88560.shtml> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>18</sup> Disponível em:

[www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u98011.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u98011.shtml) acessado em 20 de fevereiro de 2016.

que continuam nas ruas foram impedidos pelos manifestantes de montar suas barracas

<sup>19</sup>.

Enquanto movimento de objetivação de um discurso hegemônico sobre um ideal de cidade, a transferência dos camelôs para os *shoppings* funcionou como um ponto de ruptura na história recente da cidade que se *Apoiou* na espetacularização das forças policiais para se concretizar, inclusive discursivamente. Os rotineiros tumultos e “corre-corres” sinalizavam, naquele momento, a ideia de “transformação definitiva”, “resolução a qualquer custo”. Tanto que o fato está transparecido na fala dos meus entrevistados, sendo episódio marcante na memória, como a maior mudança no campo da fiscalização, até mais do que a criação do próprio Código de Posturas logo em seguida.

## 2.2 O Código de Posturas de Belo Horizonte

Como sinalizado anteriormente, a execução do Programa Centro Vivo em Belo Horizonte só foi possível porque esteve amparada por outras medidas de ordenamento, como as ações policiais e a criação dos *shoppings populares*. Outra base sólida e importante para a execução dos projetos de intervenção foi a remodelagem da legislação que diz respeito aos usos dos espaços públicos na capital mineira, simultânea à própria execução do Projeto Centro Vivo, no início da década de 2000. O Código de Posturas de Belo Horizonte foi criado como uma resposta às mudanças sociais e de uso dos espaços da cidade e, ao mesmo tempo, como um ajustamento legal dos esforços de intervenção projetados ou em curso.

O Código de Posturas de Belo Horizonte, cunhado como Lei. 8.616, foi aprovado durante a gestão do prefeito Fernando Pimentel, entrando em vigor em julho de 2003. No caso de Belo Horizonte<sup>20</sup>, o projeto do Código de Posturas foi pensado como um instrumento que reunisse, em uma única peça jurídica, toda uma trajetória histórica de leis e decretos na área da regulação das condutas nos espaços públicos urbanos que estavam dispersos e pouco divulgados até então. Este compilado regulador das “posturas” e usos dos espaços públicos conta com mais de 300 normas, datadas desde 1930. Há normas relativas a uma variedade de usos dos espaços públicos: utilização das calçadas, a instalação de materiais de publicidade, regularização de obras privadas, atividades comerciais, incluindo direcionamentos sobre solicitações de alvarás, etc.

<sup>19</sup> Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u98011.shtml> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>20</sup> O instrumental “código de posturas” não foi invenção de autoria da Prefeitura de Belo Horizonte. Existem experiências semelhantes em outras cidades brasileiras, como Betim (MG), Caetés (MG), Florianópolis (SC), Maceió (AL), Goiânia (GO), Petrópolis (RJ) e outras.

O discurso institucional por trás desta ação vai de encontro com o ideal da *revitalização*, no sentido do reordenamento dos espaços urbanos e seus usos. Segundo consta no site da Prefeitura, o “Código de Posturas regulamenta a melhor convivência das pessoas em Belo Horizonte. Ele foi criado para organizar a cidade, fazendo com que o interesse de todos prevaleça sobre o interesse individual”.<sup>21</sup> Diz também que:

Belo Horizonte passou a contar, a partir da aprovação do novo Código de Posturas, com um instrumento mais efetivo e democrático para garantir a qualidade de vida e a boa convivência entre todos os cidadãos, definindo claramente direitos e deveres na utilização do espaço urbano<sup>22</sup>.

O grande objetivo de congregar todas essas regras e transformá-las em um Código (único) de Posturas foi fazê-las mais facilmente operacionalizáveis para o corpo de fiscais da PBH, e mais visíveis para o grande público, enquanto medida de gestão objetiva, eficiente e presumivelmente “neutra”. Para tal, a PBH desenvolveu uma versão em formato de cartilha do CPBH, onde estão explicados, detalhados e ilustrados todos os pontos principais do documento. Além disso, a implantação do Código de Posturas contou com significativo *Apoio* de parte da mídia de grande circulação (JESUS & LOTT, 2007).

A elaboração do documento foi subsidiada pelo que foi apresentado e discutido na II Conferência Municipal de Política Urbana (BELO HORIZONTE, 2003), entre os anos 2001 e 2002, onde foram reunidos, em evento voltado para a deliberação, vários atores políticos como gestores públicos (da administração direta e das autarquias municipais), especialistas, políticos locais e outras lideranças. Um dos temas mais debatidos nesse encontro foi a questão do comércio informal nos espaços públicos da cidade, como já apontado, visto pelas autoridades como um *problema social*. Nos anais do encontro, chama a atenção o peso moralizante com que a questão foi abordada, o que fica explícito pela recorrência de designações e termos tais quais: “negativo”, “prejudica”, “concorrência desleal”, “sujar”, como analisado por Perdigão, Carrieri & Saraiva (2014).

As relações nos bastidores são igualmente importantes para a compreensão da concretização do projeto. Como ressalta Jesus (2011), o Código só se tornou um projeto nítido politicamente uma vez que teve *Apoio* amplo de grandes associações de comércio, como a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) e a Associação dos Comerciantes

<sup>21</sup> Disponível em:

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&tax=12157&lang=pt\\_br&pg=6480&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&tax=12157&lang=pt_br&pg=6480&taxp=0) acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>22</sup> Disponível em:

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=regulacaourbana&evento=portlet&lang=pt\\_BR&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&pg=5570&tax=23290&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=regulacaourbana&evento=portlet&lang=pt_BR&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&pg=5570&tax=23290&taxp=0) acessado em 20 de fevereiro de 2016.

do Hipercentro, que impulsionaram o projeto de lei no âmbito legislativo a partir de articulações diretamente com os vereadores. Outra base para a produção do consenso sobre um modelo para a cidade e para a resolução da questão dos ambulantes foi o papel desempenhado por parcela da mídia ao difundir argumentos atestando a necessidade e a legitimidade de medidas disciplinadoras para o espaço público belo-horizontino (JESUS & LOTT, 2007).

Por fim, sobre a venda nos espaços públicos, no Código de Posturas consta que:

Aquele que vende sem licença no logradouro público, comumente conhecido como “torero” ou camelô, é um infrator, já que esse comércio é proibido por lei. Quando a fiscalização constata tal irregularidade, as mercadorias e apetrechos são imediatamente apreendidos e o infrator autuado em valores que variam de R\$ 523,95 a R\$ 1.057,90, de acordo com o local em que a atividade ilegal é exercida. (BELO HORIZONTE, 2003, p.16)

Apesar da proibição da camelotagem propriamente dita, dentro do Código de Posturas estão previstos caminhos para a formalização de algumas atividades (quando realizadas em logradouro público) tais como as feiras, eventos festivos, a atuação dos engraxates, das bancas de flores, dos tradicionais vendedores de pipoca, etc. Para cada tipo de atividade, existe um procedimento específico de licenciamento. Estas licenças são concedidas sob determinadas regras e critérios para a sua manutenção, também específicas para cada tipo de atividade: o modo que mercadorias podem ser comercializadas, condições dos equipamentos e uniformes dos vendedores, locais determinados para exercício, entre outros. Todos estes pontos devem ser conferidos regularmente pela equipe de fiscais. Outro detalhe importante é que cada uma dessas atividades autorizáveis tem vagas limitadas de licenciamento, desta forma, a Prefeitura age de modo a limitar o efetivo desses trabalhadores de rua, a partir de critérios supostamente “objetivos”.

Todo o regramento proposto no contexto explicitado, e pretensamente materializado no Código de Posturas, foi evoluindo em paralelo às agências fiscalizadoras que se ajustam organizacionalmente aos programas e às novas pressões políticas, ao ritmo da troca de mandato entre o Partido dos Trabalhadores (PT) – 2002 a 2008 - e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) – 2009 a 2016 - à frente da Prefeitura. Nesse aspecto discutido, se o que marcou a gestão municipal petista em Belo Horizonte foram o desenvolvimento de novos programas e a promoção de um Código que agregam variadas demandas urbanísticas, de regramento do uso do espaço e de segurança pública; e as gestões seguintes trouxeram, como continuidade e sem muita força crítica de oposição, a melhoria administrativa como norte principal. Como contam os gerentes mais experientes da Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização (SMAFIS), o início da gestão do prefeito Márcio Lacerda (PSB) foi marcado pelo esforço de enxugamento

do funcionalismo público e criação de cargos comissionados dentro das secretarias, destinados a alocarem profissionais *experts* em administração, muitos advindos do mundo empresarial, o que faz-me lembrar dos textos de Vainer (2002).

A seguir, faço uma descrição de como estão organizadas as agências municipais de fiscalização, produto das remodelagens organizacionais visando a consolidação dos novos objetivos institucionais, contemporâneos ao trabalho de campo.

### **2.3 Fiscalização Integrada e o contexto organizacional contemporâneo**

Desde o primeiro mandato de Márcio Lacerda (PSB), iniciado em 2009, o tom da gestão urbana não é de ruptura, senão de continuidade e ajuste dos aparatos de ordenamento vigentes. Nesse sentido, em 2011, foi promovida uma reforma na organização e nas atribuições das secretarias municipais. Entre as mudanças, foi criada a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU) (Lei 10.101), a partir da qual estão submetidas duas secretarias adjuntas: a Secretaria Adjunta de Regulação Urbana (SMARU) - responsável pelo planejamento e organização urbanística - e a Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização (SMAFIS) - responsável pelas demandas de cobertura da fiscalização e a execução do Código de Posturas, que agregam as cinco frentes já existentes: Meio Ambiente, Limpeza Urbana, Obras, Posturas e Vias Urbanas.

A criação da SMAFIS é marcada pela inauguração da chamada Fiscalização Integrada (Lei 10.308), um novo modelo de gestão que aglutina as competências das cinco áreas, antes separadas, na autoridade de um novo fiscal, o fiscal integrado<sup>23</sup>. Anterior a 2011, cada fiscal estava responsável por apenas uma das áreas especializadas, a partir da nova lei, todos eles foram nivelados (em matéria de responsabilidades e capacitações) para trabalharem sob todos os tipos de demandas. Também é a partir deste momento que se consolida a função do auxiliar de fiscalização (no formato com que ela tem atualmente<sup>24</sup>), pensado como um suporte às atividades executadas no âmbito da fiscalização e ajustado ao funcionamento da gestão integrada.

<sup>23</sup> Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1069426> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>24</sup> Desde a década de 1980, como relatam meus interlocutores com mais anos de experiência no trabalho, quando a Prefeitura já contava com agências específicas para o enfrentamento do comércio ambulante, já haviam funcionários subalternos designados a auxiliar a atividade dos fiscais-chefes. Ao longo do tempo, acompanhando as transformações dos modelos e normativas relativas ao controle, o cargo se modificou bastante, quanto às suas atribuições, seu efetivo, seus locais de atuação, formas de contratação, formas de vínculo empregatício, etc.

De forma geral, a gestão municipal de Belo Horizonte opera por um modelo descentralizado, na qual a cidade é esquadrihada em nove Regionais<sup>25</sup>. Cada uma delas dispõe de uma pirâmide hierárquica própria: a partir de cada Secretaria de Administração Regional Municipal, ramificam-se várias gerências, cada qual correspondente a determinado campo de atuação: desde Políticas Sociais, Transportes, Educação, Orçamento Participativo e, claro, a Fiscalização Integrada. Cada uma dessas unidades dispõe de autonomia administrativa relativa e variada, a depender da gerência. As gerências regionais de fiscalização (normalmente chamadas de Gerência Regional de Licenciamento e Fiscalização Integrada) e suas subgerências, são lideradas por fiscais integrados que acumulam funções gerenciais e atuam especificamente no território designado. Abaixo deles estão os outros funcionários administrativos, os supervisores, auxiliares de fiscalização, entre outros.

As gerências de fiscalização têm relativa autonomia para organizarem métodos e rotinas que percebem ser adequado às demandas e aos recursos (financeiros, humanos, infraestrutura) disponíveis. Isso quer dizer que as atividades de fiscalização, composição de equipes e configuração de rotinas de trabalho são distintas entre as regionais. Segundo meus interlocutores, cada bairro apresenta características distintas, cada uma tem seu “nível de dificuldade” e “problemas próprios”. A partir disso, algumas regiões da cidade acabam recebendo maior foco do controle social, reforçando inclusive determinadas desigualdades e segregações sócio-espaciais. Isso fica bastante claro na comparação entre a Regional Centro-Sul, correspondente aos bairros mais centrais do ponto de vista geográfico, político e econômico, e as demais regionais. Vários aspectos institucionais reforçam a priorização das questões do Centro-Sul, como por exemplo o tamanho do efetivo de fiscais integrados e de auxiliares de fiscalização. Outro aspecto importante é que apesar do quadro organizacional formal, a Secretaria Regional da Centro-Sul, através da atuação dos seus gerentes/fiscais, tem independência da SMAFIS para tomada de decisões importantes, enquanto que o mesmo não ocorre nas outras regionais.

Apesar de não serem o foco deste trabalho de investigação, vale aqui explicitar, em linhas gerais, como trabalham os fiscais integrados, categoria profissional cujas atribuições e poderes institucionais legitimam as práticas operacionais. Como muitas vezes reiterado pelos fiscais integrados, seu trabalho não se restringe ao “problema dos camelôs” (antes designada à

<sup>25</sup> São elas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

área denominada “vias públicas”), principalmente após a integralização das áreas de fiscalização, quando cada fiscal se alterna em atividades provenientes de todas as áreas.

A cada mês o fiscal recebe o seu “expediente”, uma lista de “casos” a serem checados e avaliados, que estão sob sua responsabilidade individual, limitados por um prazo pré-estabelecido. Estes casos podem estar relacionados a qualquer uma das cinco áreas de atuação. O número de casos em seu expediente mensal é proporcional com o número de dias úteis no mês. Desta forma, o fiscal tem total autonomia para cumprir o expediente da forma que considerar mais conveniente, no horário e no dia que achar mais oportuno. Para cada notificação que emite, deve redigir um relatório a ser entregue junto aos documentos que comprovam a ação.

Os casos que chegam para cada fiscal são provenientes, em sua maioria, de denúncias realizadas presencialmente ou por telefone, que por sua vez são registradas e inseridas em um sistema que as distribui para os fiscais disponíveis em cada regional. Além desse tipo de entrada, por vezes as demandas decorrem de observações dos próprios fiscais ou de outros funcionários da PBH, o que é internamente chamado de “demanda espontânea”. Ocorre também de receberem demandas diretas de Secretários ou do gabinete do próprio Prefeito, sendo que estas devem ser atendidas com prioridade, segundo alguns fiscais com quem interagi.

Além disso, os fiscais integrados também se distribuem em determinadas tarefas especializadas por um regime de “rodízio” (normalmente semanal), como trabalho em eventos, em *operações* noturnas (como as denúncias de poluição sonora, do “Disque Sossego”), em *operações* realizadas em finais de semana e feriados, para liderarem equipes de *Apoio* (equipes de intervenção direta) e outros. Basicamente, por estas frentes se organiza o grupo de fiscais integrados que, atualmente, conta com cerca de 400 profissionais ativos, distribuídos pelas nove regionais.

Diante desse contexto organizacional, é preciso situar, enfim, os principais sujeitos desta pesquisa. Os auxiliares de fiscalização estão alocados na base da cadeia hierárquica da fiscalização em Belo Horizonte: são trabalhadores que atuam em diversas modalidades de fiscalização, em tempo quase integral, nas ruas da cidade, realizando atividades sumamente operacionais do controle social, em contato direto com os transeuntes, supostos infratores, além de outros agentes governamentais. Segundo o documento intitulado “Treinamento para agentes de campo e subsídios para supervisores”<sup>26</sup>, cabe aos auxiliares: “Prestar *Apoio* aos Fiscais

<sup>26</sup> Este não se trata de um documento oficial, publicado, o que me impossibilita citá-lo com as devidas referências, senão apenas mencioná-lo. Esta foi uma tentativa recente (final de 2014) de documentar, ainda que apenas para fins operacionais e de treinamento, as funções e atribuições dos auxiliares de fiscalização (ou agentes de campo),

Integrados, Gerentes e Supervisores nas diversas ações de fiscalização realizadas em logradouros públicos, obras e estabelecimentos no Município de Belo Horizonte. ” A partir dessa determinação geral, seguem quinze atribuições especificadas desses agentes, entre elas:

- 1.1 - Contribuir na remoção de mobiliário urbano instalado sem licença no logradouro público, quando solicitado pelo responsável pela ação fiscal;
- 1.2 - Recolher mercadorias, apetrechos e equipamentos apreendidos no logradouro público, e ajudar na colocação nos devidos invólucros, lacrando-os e efetuando a carga e descarga deste material;
- [...]
- 1.5 - Remover faixas, placas, estandartes e/ou engenhos de publicidade fixos ou móveis instalados irregularmente, apreendidos pela Fiscalização;
- [...]
- 1.11 - Cumprir *plantões* e escalas em locais estratégicos para evitar que uma irregularidade se efetive, orientando o munícipe preventivamente para o não cometimento da infração;
- 1.12 - Acionar a equipe de fiscalização nos casos de recusa de atendimento às orientações pelo infrator;
- [...]
- 1.15 - Outras atividades correlatas.

Um último ponto que deve ser levantado sobre o trabalho dos auxiliares de fiscalização é que eles frequentemente participam de outras atividades pela Prefeitura que não necessariamente têm que ver com o trabalho do controle ou da fiscalização, e que também não estão previstas no guia de trabalho apresentado anteriormente. Além das atribuições já explicitadas, eles também se configuram como “peças coringas” dentro da Prefeitura, preenchem os “espaços vazios” do trabalho da Prefeitura. Por exemplo, são eles os responsáveis por carregarem, montarem e desmontarem as grades que cercam as feiras urbanas; também cabe a eles fazer o carregamento e descarregamento das mercadorias apreendidas; outras vezes, podem ser convocados para ajudarem no controle de bilhetes no Terminal Rodoviário Israel Pinheiro (a Rodoviária<sup>27</sup>); alguns poucos auxiliares sequer participam dos *plantões* ou *operações*, fazem “serviço interno”, como auxiliares administrativos, copeiros nas sedes, etc. Quer dizer, de modo geral, tomando como unidade o grupo dos auxiliares de fiscalização, é possível dizer que estes trabalhadores se envolvem em uma extensa gama de atividades operacionais/subalternas, que lhes demandam tarefas, além de capacidades e responsabilidades de naturezas variadas, ainda que todos eles tenham sido contratados de forma equivalente. Escutei, ao longo do meu contato no campo, vários apelidos para estes trabalhadores

o que ainda não havia sido realizado com clareza. O documento me foi entregue por um gerente da SMAFIS durante uma conversa informal.

<sup>27</sup> Como me explicou um dos supervisores, esse deslocamento de pessoal acontece porque a equipe operacional da administração da Rodoviária é contratada de uma mesma empresa que contrata os auxiliares de fiscalização.

decorrentes dessa flexibilidade característica, entre eles: “faz-tudo”, “quebra-galho”, “severino”.

Diferentemente dos fiscais integrados (funcionários públicos, ingressados mediante concurso, com a devida progressão salarial, plano de carreira, sindicalizados, com atribuições bem definidas, etc.), os auxiliares de fiscalização são funcionários terceirizados. A carteira de trabalho dos auxiliares é assinada enquanto funcionários de uma empresa<sup>28</sup> especializada em “serviços gerais”, que por sua vez tem vínculo contratual (do tipo “prestação de serviços”) com a Prefeitura. Os termos do contrato são negociados a cada abertura de licitação (através de edital público), onde são eleitas as empresas fornecedoras de recursos humanos. Segundo os gestores da SMAFIS com quem tive contato, o papel das empresas se limita aos procedimentos de contratação. O gerenciamento do trabalho e das atribuições dos auxiliares fica a cargo da gestão pública. Os auxiliares têm contato com a empresa apenas no primeiro dia de expediente, em que passam o dia participando de palestras e recebendo instruções gerais sobre o trabalho, desde temas como a pontualidade e a “boa apresentação”, até sobre os “direitos do trabalhador”. As atividades são as mesmas para todos os trabalhadores contratados pela empresa, entre eles contratados para segurança particular, recepção, faxina, portaria, etc.

Vale ressaltar que, além dos auxiliares, os supervisores também são terceirizados pelas mesmas empresas, amparados sob o mesmo contrato, inclusive. Entretanto, como o cargo que ocupam oferece melhores salários e condições de trabalho, a grande maioria das (poucas) vagas que existem são preenchidas mediante “indicação” e não processos seletivos abertos. Segundo os entrevistados (alguns deles supervisores), a maioria dessas vagas é preenchida pela lógica do chamado “QI” (quem indica) dos parceiros ou apoiadores políticos de alguns dos ocupantes dos cargos superiores.

De forma geral, a principal função dos supervisores é trabalhar cotidianamente com a orientação, treinamento e acompanhamento do trabalho realizado pelos auxiliares. Apesar de atuarem o tempo inteiro nas ruas, figuram-se como intermediários entre a base operacional e a gerência, com quem mantém comunicação constante.

Assim como os fiscais integrados e supervisores, os auxiliares também obedecem à distribuição das regionais, embora com alguma flexibilidade. Cada um deles está lotado por alguma das regionais, como se fossem funcionários de cada administração regional, onde estão instalados os relógios de ponto biométrico que controlam a frequência e a pontualidade dos

<sup>28</sup> Não logrei contato com nenhum representante das empresas, mesmo após algumas tentativas. Por isso, todas as informações que disponho sobre o contrato, os processos seletivos e as demissões passam pelo ponto de vista ora dos gerentes, ora dos supervisores e auxiliares.

trabalhadores. Ainda assim, esporadicamente, podem ser escalados para integrarem equipes de *operações* em outros bairros, o que é combinado com antecedência, a depender da demanda.

Até o fim do ano de 2014, duas empresas dividiam o contrato dos agentes auxiliares de fiscalização: uma delas contratava os agentes somente para a Regional Centro-Sul (cerca de 350 agentes), e a outra para o restante das regionais (no total, cerca de 90 agentes). Na virada do ano, a validade do contrato das empresas chegou ao fim e apenas a primeira renovou até a próxima abertura de licitação<sup>29</sup>, prevista para julho de 2015. Decorrente disso, todos os auxiliares e supervisores contratados pela segunda empresa foram demitidos sem garantia de recontração, inclusive um dos meus principais interlocutores, um dos responsáveis por “abrir as portas” do campo, que já trabalhava na fiscalização há onze anos e ocupava o cargo de supervisor. Outra consequência das demissões foi a queda brusca do efetivo de auxiliares, o que afetou intensamente a dinâmica de trabalho em todas as regionais, inclusive na própria Centro-Sul, já que muitos dos auxiliares antes alocados nessa regional foram transferidos para cobrir a falta de pessoal nas outras regionais.

Certamente, este foi um fator excepcional para o ambiente de trabalho na fiscalização, principalmente porque ele afetou, como vimos, na maneira com que os trabalhos foram reorganizados, a fim de se adaptarem ao efetivo diminuído. Além disso, este fato demonstra que, como o âmbito operacional se encontra submetido a uma extensa cadeia hierárquica, fica submetido também aos efeitos (imediatos ou não) de controvérsias que extrapolam o seu espaço de atuação e de influência real.

Outro fato importante no decorrer do período de campo foi a paralisação realizada pelos fiscais integrados iniciada em março de 2015, anunciada como “*Operação Padrão*” pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel), organização que representa a categoria e que organizou as ações. De acordo com o Sindicato, em depoimento para a imprensa<sup>30</sup>, a categoria reivindicava melhores condições de trabalho, com planejamento das escalas, definições de gratificações pelo alcance de metas e alteração de escolaridade exigida para o cargo, a valer para o próximo concurso.

<sup>29</sup> Foi durante esse semestre extraordinário que estive em campo a maior parte do tempo. Nesse tempo era comum escutar dos sujeitos que estavam inseguros com a possibilidade de serem “mandados embora” com o fim do contrato vigente. Como eu tinha algum contato com os superiores, muitas vezes os auxiliares vinham a mim e perguntavam se eu tinha informações sobre os novos contratos, como e quando seria o processo licitatório, etc.

<sup>30</sup> Disponível em:

<http://www.otempo.com.br/cidades/servidores-da-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-integrada-dar%C3%A3o-in%C3%ADcio-%C3%A0-opera%C3%A7%C3%A3o-padr%C3%A3o-1.1013445> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

Desde então, se iniciou um longo conflito político<sup>31</sup> entre a categoria organizada e o Poder Executivo Municipal. A situação só se tranquilizou no início do semestre seguinte, porém sem um desfecho efetivo. Boatos, assembleias, manifestações públicas, participação ativa da imprensa local e as paralisações fizeram parte da rotina no campo da fiscalização, conturbando não só a relação dos servidores públicos com a PBH, mas incidindo também na fiscalização “ao nível de rua”.

Enquanto instrumento de pressão, os fiscais integrados não só diminuíram o ritmo de trabalho cotidiano, como também colocaram as próprias instituições públicas municipais no alvo da fiscalização, expondo seu poder de polícia como sanção direta à PBH.

Diante dessas ações, que inclusive foram amplamente divulgadas e apoiadas por parte da mídia<sup>32</sup>, por meio de uma Portaria expedida em abril (SMAFIS No 010/2015), a Prefeitura ataca o poder discricionário dos fiscais integrados, suspendendo “a execução de atividades fiscais de forma espontânea, excetuando aquelas de caráter de urgência ou emergenciais que envolvam perigo iminente de qualquer natureza”<sup>33</sup>, e limitando as suas ações somente quando recebidas automaticamente pelo Sistema Integrado de Fiscalização (SIF), repassados pelos gerentes com programação e agendamento prévio.

A portaria efetivada pela PBH não seguiu válida por muito tempo. Uma denúncia formal foi encaminhada<sup>34</sup> pelo Sindibel ao Ministério Público que, por sua vez, abriu um inquérito,

<sup>31</sup> “Nos últimos anos, apesar do poder discricionário das atividades fiscais e em razão da redução do número de fiscais atuando no cargo, o trabalho da fiscalização passou a ser feito basicamente atendendo as demandas repassadas pelos gerentes, que priorizam os locais com mais reclamações. Diante do questionamento se os fiscais trabalham ou não, os servidores resolveram deixar de cumprir somente esse papel e voltar a usar seu poder discricionário de fiscalizar as irregularidades, independente das orientações das gerências. No primeiro dia de operação padrão, a fiscalização emitiu mais de 100 notificações e multas em prédios e equipamentos da própria Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e em grandes empreendimentos, que, até então, não eram prioridades da secretaria de Fiscalização. Entre esses locais, destaca-se o futuro Centro de Convenções do município, que foi notificado pelo uso indevido de logradouro público, dificultando o acesso de veículos; pela falta de laudo comprovando o sistema de combate a incêndios e pânico; pelo risco de instabilidade do imóvel; pela não promoção de segurança e salubridade, como a limpeza para evitar a proliferação da dengue; além da ausência da certidão de baixa de construção. Também foi constatado que os Centros de Saúde do município, em sua grande maioria, não possuem plano de gerenciamento de resíduos sólidos e nem alvará de funcionamento.” Disponível em: <http://sindibel.com.br/balanco-do-primeiro-dia-de-operacao-padrao-da-fiscalizacao-integrada/>

<sup>32</sup> Disponível em:

<http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/prefeitura-de-bh-recua-e-fiscalizac-o-retoma-rotina-na-cidade-1.324504> e <http://minaslivre.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=3333#.V10UcFirTIU> acessados em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>33</sup> Disponível:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1140393> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>34</sup> Disponível em:

<http://sindibel.com.br/sindibel-encaminha-denuncia-ao-ministerio-publico-contras-arbitrariedades-da-secretaria-municipal-adjunta-da-fiscalizacao/> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

investigou e constatou “que a portaria entra em confronto com a legislação municipal. A Lei 10.308/2011, que cria o cargo de fiscal integrado, prevê, entre outras coisas, que uma das competências do servidor é ‘fiscalizar e fazer cumprir as normas da legislação mediante vistorias espontâneas, sistemáticas e dirigidas’.”<sup>35</sup> Neste período de tensão política, o trabalho nas ruas realizado pelos auxiliares, frente ao comércio ambulante, seguiu seu curso rotineiro, porém sem contar com o suporte institucional imediato de grande parte dos fiscais que aderiram à “Operação Padrão”. O grande impacto desse fator externo - aos conflitos “ao nível de rua” - foi o reforço da capacidade do corpo operacional de negociar sua autoridade diante dessa limitação contextual, aspecto da mecânica do controle social que será explorado no Capítulo 4.

A controvérsia política em questão não precisa ser contada em detalhes, até porque seus efeitos no trabalho de rua são, em grande medida, amortecidos no âmbito operacional, como veremos. Por outro lado, a partir desse apontamento, quero chamar a atenção para como as tensões políticas do campo da gestão urbana, de origem principalmente institucional, protagonizadas por grandes figuras, grandes organizações, incidem na vida diária, interferindo diretamente sobre as dinâmicas do cotidiano nas ruas, nas linhas de encontro entre os agentes de operacionalização do controle social e o público-alvo. Mesmo sendo os auxiliares de fiscalização funcionários terceirizados, teoricamente alheios às questões levantadas nesses embates entre o sindicato e a PBH (os terceirizados não participam das assembleias, não são representados pela Sindibel e nem têm suas pautas inclusas nas reivindicações sobre “condições de trabalho na fiscalização”), o que ficou latente ao longo do trabalho de campo é que, a cada nova decisão institucional deferida, o impacto reverbera pelas camadas hierárquicas e toma forma ao nível da base.

#### **2.4 Conclusão: Condicionantes políticos, institucionais e gestionários**

Neste capítulo foi apresentado um panorama do que pode ser entendido como o *background* político e institucional para a implementação da fiscalização em Belo Horizonte, enquanto serviço público voltado ao controle de práticas nos espaços da cidade. Foram discutidos elementos desde o passado - já reconhecidos pela literatura selecionada como “história da cidade” - até o presente, apresentados, por sua vez, como conjuntura organizacional vigente.

<sup>35</sup> Disponível em:

<http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/prefeitura-de-bh-recua-e-fiscalizac-o-retoma-rotina-na-cidade-1.324504> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

Vimos, a partir da apresentação das propostas do Projeto Centro Vivo, que Belo Horizonte passa por um período, desde meados da década de 1990, frequentemente marcado por projetos de grande impacto em intervenção urbana. Na verdade, esse período pode ser entendido como marco de um processo mais amplo de promoção de um ideário centrado no ordenamento urbano, a partir da priorização de determinadas atividades/ocupações/ usos urbanos, complementar à exclusão de outras atividades/ocupações/ usos urbanos, o que ficou ilustrado com a histórica tensão entre os comerciantes ambulantes e o Poder Público em Belo Horizonte. Outro pilar desse discurso está previsto na formatação do Código de Posturas, legislação que sedimenta normas e, ao mesmo tempo, projeta a Fiscalização Integrada, modelo de gestão “inovadora” que promete eficiência na execução das regras. Diante desse cenário, se constitui toda tecnologia administrativa por trás da fiscalização urbana vigente: a reformulação das secretarias municipais, a redefinição de competências de cargos públicos, a criação da figura do agente auxiliar de fiscalização terceirizado e outros, o que está aliado ao desenvolvimento das estratégias de *operação* mais globais, e também estrutura a atuação dos agentes “nas pontas”.

O argumento dessa contextualização se conclui com a ressalva de que as transformações que passam os aparatos institucionais são processuais, portanto constantes. Estas se desenrolam no sentido de ajustarem-se às “demandas”, às pressões políticas, acompanhando a dinamicidade urbana e, em alguma medida, no sentido do reequilíbrio das tensões sociais (ELIAS, 1994b), sendo estas latentes e evidentes também em escala aproximada às interações face-a-face, às sociabilidades.

Todos os aspectos envolvidos no âmbito institucional, seja relacionado à formulação das políticas urbanas ou à dinâmica organizacional contemporânea, são entendidos não como “determinantes dedutivos”, mas como partes do fenômeno relativamente estruturantes para o desdobramento das tramas e conflitos. Projetos urbanísticos, estratégias de controle, legislações, rotinas de trabalho, discursos institucionais, trajetórias de trabalhadores: são vários os fatores que, interligados e influentes entre si, confluem para a construção do controle social em questão, como integrantes do que Foucault (1989) chamaria de dispositivo. A contextualização aqui descrita deve ser compreendida como um esforço de ampliação dos alcances de análise proposta pela pesquisa, a partir, principalmente, do meu contato enquanto pesquisador com os pontos de vista dos auxiliares de fiscalização.

### 3. CAPÍTULO 3: ÀS PONTAS DO ESTADO: O NÍVEL DA IMPLEMENTAÇÃO E DAS INTERAÇÕES COM O PÚBLICO<sup>36</sup>

Para pensar o tema da pesquisa, abro discussão sobre a literatura que trata especificamente sobre a implementação de políticas e serviços públicos, para dar conta das especificidades de atuação dos trabalhadores alocados nas pontas dos serviços públicos. Busco compreender as especificidades da execução dos serviços públicos, visto pelo ponto de vista daqueles que os operacionalizam “nas pontas” e em contato com os públicos alvos. Desta forma, recuso um tipo de debate que se faça centrado em Teorias do Estado ou que traga a premissa de um “dever ser” acerca dos serviços públicos, burocracias e quaisquer interfaces do Poder Público. Opto, ao invés disso, por empreender a pesquisa assentada na premissa de um Estado que se produz pela prática e pelo conflito decorrente em suas linhas de encontro com as pessoas.

Por fim, este capítulo explora por onde me localizei em termos de teoria e por quais bases manipulei categorias, identifiquei relações sociais e as interpretei durante o processo de pesquisa.

De início, apresento o conceito “burocratas do nível de rua” de Lipsky (1980), como uma base para a compreensão do posicionamento dos meus sujeitos de pesquisa dentro da organização pública, delineando suas características principais e discutindo como a literatura tem se apropriado dessa circunscrição categórica. Preocupo-me em apontar as limitações conceituais por trás dessa abordagem, mas também suas possibilidades de diálogo e complementação. Ao final, como conclusão, oportunamente proponho a mirada da sociologia interacionista como uma abertura, sobretudo do ponto de vista metodológico, que associa a teoria de Lipsky com os alcances propiciados pelos conceitos interacionistas, principalmente os trazidos por Hughes e Becker.

#### 3.1 Burocratas do nível de rua: trabalhadores nas “linhas de frente” do Estado

Desde o início da pesquisa, a categoria burocracia do nível de rua (*street-level bureaucracy*), proposta por Lipsky (1980), foi um suporte conceitual inspirador para pensar o problema de pesquisa. Trata-se de uma tipologia referente aos trabalhadores das mais baixas

<sup>36</sup> Esta seção do capítulo apresenta conteúdo de artigos já publicados (ARAÚJO FILHO, 2014, 2015): “Burocratas do nível de rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado”, publicado na *Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar* em 2014; e “A linha de frente da fiscalização de práticas urbanas em Belo Horizonte: entre a discricionariedade e o empreendedorismo moral”, publicado nos anais do Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa em 2015.

camadas das hierarquias das burocracias contemporâneas, a quem são demandadas atividades de operacionalização dos esforços públicos “ao nível de rua”, atuando cotidianamente no mesmo nível de relações do público a quem os serviços são endereçados. O autor distingue este tipo de camada burocrática operacional específica como um grupo analiticamente coeso, que possui características organizacionais, relacionais e de experiências de trabalho análogas. Alguns exemplos são: policiais, professores, agentes de saúde, assistentes sociais, agentes de fiscalização, entre outros. Estes são atores considerados estratégicos para a compreensão da realidade da execução das políticas públicas contemporâneas (LIPSKY, 1976).

A obra de Lipsky foi um importante marco para estudos de implementação de serviços e políticas públicas que, sendo inclusive reapropriados por pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas como uma possibilidade teórica-metodológica inovadora, como chama atenção Bragato (2012) e Brodtkin (2012). No Brasil, vários autores e autoras têm se utilizado dessa linha teórica como ponto de partida para compreender os novos formatos e alcances das “linhas de frente” do Estado contemporâneo, como Lotta (2009, 2010), Georges & Santos (2012, 2013), Bragato (2012), entre outros.

A teoria do *Street-level Bureaucracy* traz como perspectiva central os dilemas individuais de agentes que trabalham diariamente com as políticas em seu nível operacional, que lidam diretamente com o público dessas políticas e também com os conflitos decorrentes dessas interações. Por meio de sua abordagem aproximada da realidade dos indivíduos que operacionalizam as políticas públicas, os estudos de burocracia do nível de rua têm um ponto de vista privilegiado do processo de conhecimento sobre os serviços governamentais. Para Brodtkin (2011), estudos que têm o olhar sobre o trabalho dos burocratas do nível de rua lançam luz sobre uma parte opaca do serviço público que está entre seu aspecto formal, o que ela se propõe, e seus resultados finais. Ademais, diz que ao empenharmos nossos olhares para o que acontece no âmbito organizacional, enquanto realizam cada uma de suas *operações* básicas, podemos compreender a maneira com que se relacionam às práticas populares - ao “nível de rua” - com as políticas que se lançam nesse nível.

Segundo Lipsky, três premissas básicas definem o trabalho desses funcionários públicos alocados nas linhas de frente do Estado.

- 1- Eles trabalham, em um curso regular de rotina, em interação constante com os cidadãos;
- 2- Embora faça parte de uma estrutura burocrática, estes funcionários atuam com certa independência dessa estrutura. Um elemento dessa independência é o poder

que lhe foi concebido em tomar decisões, ou seja, o poder discricionário inerente a sua função na organização;

3- O impacto potencial de suas decisões para o público com que lida é significativo.

(LIPSKY, 1976)

Segundo este ponto de vista, basicamente, a grande relevância do trabalho desses funcionários está na responsabilidade de mediar aspectos de interseção entre os cidadãos e o Estado. De certa forma, demonstram por meio de seu trabalho “do que se trata a política pública” em questão, e mais do que isso diz sobre “como estará atuando o governo” em determinada função pública, seja ela relacionada à promoção de bem-estar social ou ao controle social, como é o caso da pesquisa aqui apresentada.

A burocracia do nível de rua está alocada num nível fundamentalmente problemático da burocracia. Isso ocorre porque são cobrados intensamente tanto da organização pela qual trabalham - uma vez que estão no último nível de execução das políticas e carregam consigo grandes responsabilidades sobre o sucesso destas -, quanto pelos cidadãos alvo dessas políticas - uma vez que representam uma das principais interfaces externas do Estado. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que sofrem pressão institucional para aumentarem a efetividade e responsividade, por um lado; por outro, sofrem pressões face-a-face por parte dos cidadãos para que direcionem as ações do Estado segundo seus interesses pessoais ou de grupo (LIPSKY, 1980). No caso dos auxiliares de fiscalização, fica evidente que ocupam esse espaço conflituoso: são frequentemente cobrados por manterem as “ruas limpas” (expressão nativa) e por manterem-se fiéis às normas institucionais; enquanto isso, são pressionados (individualmente, em sua rotina) pelos camelôs, além de outros potenciais infratores, para abrir exceções: “aliviarem o lado deles”, “darem uma chance”, “fazerem vista grossa”.

Ainda que se seja possível distinguir quais conflitos são internos à organização ou externos a ela, todas as dificuldades descritas são interdependentes, juntas têm sentido para que se compreenda as particularidades dos serviços públicos “ao nível de rua” como práticas das *margens* do Estado. Neste caso, entende-se por *margem* os espaços sociais onde as leis e os marcos referenciais do Estado são recriados em suas formas de ordenamento social (DAS & POOLE, 2004), como é o caso de políticas públicas que dependem da atuação de burocratas para coordenarem a interação entre cidadãos e o governo. Todas as características dos burocratas do nível de rua descritas anteriormente são direta ou indiretamente associadas ao fato de que estes burocratas estão nas pontas, e estão em contato direto com a realidade social concreta, onde ficam evidentes as práticas e dinâmicas relacionais típicas das *margens*. Das e

Poole (2004) enfatizam que as práticas de governo nas bordas são tão importantes para a constituição do Estado, como as exceções são importantes para a regra.

### 3.1.1 Situando a Teoria da Burocracia do Nível de Rua

As características desse grupo demonstram que a burocracia do nível de rua (como objeto de pesquisa) se distingue da ideia de burocracia presente nos modelos de análise clássicos sobre o Estado Moderno. A obra de Lipsky (1980) apresenta uma problematização direcionada às teorias clássicas sobre burocracia em torno da agência dos membros dessas organizações.

Certamente o maior referencial teórico que há sobre burocracia nas ciências humanas é Weber. Seus textos foram base para uma tradição de estudos sobre o fenômeno burocrático. Para este autor, a burocracia é um fenômeno inerente ao surgimento do Estado, e tendo ela atingido seu ponto máximo de racionalidade na Modernidade. A burocracia caracterizada por Weber – como tipo ideal - é identificada por sua funcionalidade, operante enquanto organização racional, predominando preceitos fundamentais como a hierarquia, a disciplina de seus membros e a especialização (WEBER, 2002).

A burocracia, como descreveu Weber (2002), pensada como o modelo ideal de funcionalidade para o contexto do Estado Moderno, deve ser associada a duas características fundamentais para que se compreenda sua manutenção e legitimidade: a *impessoalidade* nas relações sociais e a *universalidade* de suas ações. A burocracia ideal é impessoal e universalista porque, uma vez que deve operar pela lógica racional-legal para se legitimar, é obrigada a reconhecer os cidadãos de modo formal e normativo, como se fossem iguais. Tal como se situa a burocracia ideal de Weber, qualquer possibilidade de poder discricionário por parte de seus membros é considerada uma espécie de “brecha” para sua funcionalidade, como bem explicaram Filgueiras e Melo Aranha (2011) na passagem que segue:

A partir do conceito weberiano de burocracia, configurou-se uma relação direta entre as formas organizacionais e administrativas, tanto privadas quanto públicas, e a política, propriamente dita. Na chave weberiana do conceito de burocracia, ela é uma forma de socialização do poder, sendo, por conseguinte, um instrumento de poder de primeira ordem. Ou seja, quem controla a burocracia tem poder. E o elementar dessa relação entre as organizações burocráticas e a política é o fato da discricionariedade. Uma vez que se baseia na existência de uma legalidade posta pelo Estado e fundamentada racionalmente, bem como parte do princípio da impessoalidade e da hierarquia, os burocratas não devem ter margem de discricionariedade em sua ação cotidiana em um tipo ideal de burocracia. (p. 352)

Alguns dos sociólogos posteriores a Weber que se interessaram pelo tema da burocracia desenvolveram pontos cruciais sobre a estrutura burocrática formalizada pelo autor clássico.

Merton (1978), por exemplo, identifica a possibilidade de disfunções ou de efeitos não previstos no funcionamento normal de uma rotina burocrática, uma vez que as funções, por mais que sejam técnicas, formalizadas e mecanizadas, são executadas por pessoas potencialmente imperfeitas. Outro autor importante para a discussão pós-Weber sobre o tema foi Etzioni (1976) que, por sua vez, tinha um olhar estruturalista sobre o tema, também reconhece certa fragilidade na descrição sobre a normatividade funcional garantidora da “ordem burocrática”, como o enfraquecimento do compromisso dos empregados com os objetivos da organização e a interferência de fatores externos à estrutura burocrática.

Com o passar dos anos, surgiram variados modelos teóricos e pesquisas empíricas dedicadas a uma compreensão das burocracias como fenômeno moderno de grande importância para as sociedades e Estados modernos, mas também um rico campo de pesquisa empírica com enfoque nas relações humanas em organizações. Mesmo que, muitos desses trabalhos tenham se debruçado nos textos de Weber como ponto de partida teórico, estas se preocupavam, quase sempre, em empreender críticas ao modelo, trazendo a burocracia mais próxima da realidade social e afastando de um modelo normativo.

Autores como Simon & March (1972), por exemplo, uns dos principais expoentes da sociologia das organizações, trouxeram novas abordagens sobre a ação e a racionalidade dentro de organizações modernas. Estes autores foram grandes críticos das teorias econômicas clássicas sobre a ação, ligadas ao *rational choice*, dominantes até então em estudos de curto alcance em organizações. Simon & March (1972) negavam a noção normativa sobre os indivíduos de que logram otimizar suas decisões, uma vez que atuam em ambientes com regras e opções minuciosamente especificadas e nitidamente definidas. Estes autores, de certa forma, “humanizam” as burocracias, já que assumem a tese da *racionalidade limitada*, isto é, reconhecem que os indivíduos são incapazes de conhecer todas as alternativas possíveis para suas escolhas, e tampouco conseguem lograr “a escolha ótima”. Reconhece-se, em vez disso, que os indivíduos não buscam resultados ótimos, mas apenas soluções satisfatórias aos dilemas do dia-a-dia.

De modo geral, uma das grandes contribuições de Simon & March (1972) para o estudo das organizações burocráticas é a de que se deve substituir a visão administrativa-econômica na qual os funcionários são vistos como meros instrumentos, reconhecendo que estes têm necessidades, motivações e impulsos próprios, mesmo enquanto integrantes de alguma organização fechada.

Certamente, as teorias críticas da burocracia weberiana foram muito importantes para as ciências sociais e administrativas, uma vez que atentaram para as organizações e as funções burocráticas como realidades humanas, repletas de diversidades, incertezas e disputas (CROZIER, 1963). É neste mesmo sentido, com o desenvolvimento de estudos menos formalistas sobre a burocracia, que Lipsky (1980) busca desenvolver sua teoria do *street-level bureaucracy*. O autor possibilita que enxerguemos o indivíduo burocrata e seus dilemas de nível pessoal, e não mais a burocracia, como um agrupamento coeso e homogêneo.

### **3.1.2 Discricionariedade: limites e alcances**

A atuação da burocracia nas linhas de frente do Estado deve ser referenciada, em grande medida, por ocuparem uma posição de decisão em última instância na implementação de políticas públicas, e para isso dispõem de relativo poder discricionário dentro das agências públicas. Uma das relevâncias dessa característica está em expor a maleabilidade das regras formais, enquanto sua aplicação abre margem para interpretações e interpelações pelo público tocado. A percepção do público acerca do trabalho desses profissionais os leva a crer que as decisões tomam não são totalmente definitivas, enxergam no papel individual deste burocrata uma possibilidade para fazerem as regras menos duras (LIPSKY, 1980). A maneira com que exercem a discricionariedade, sempre em cenários de interação direta com o público envolvido nas decisões, faz com que suas ações sejam menos racionalizadas, no sentido weberiano do termo.

Lipsky (1980) deixa claro que a discricionariedade dos burocratas nas linhas de frente do Estado está em poder determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos benefícios ou sanções planejadas por suas organizações estatais. Um dos motivos para que estes agentes exerçam considerável poder discricionário é que, muitas vezes, são submetidos a demandas institucionais extremamente contraditórias e volumosas, não passivas de serem programatizadas enquanto tarefas cotidianas. Seu poder de agir seletivamente e criar critérios de prioridades sobre “quem” e “como” recebe os benefícios ou sanções do Poder Público tem importância estrutural para a transformação desses objetivos institucionais em trabalho prático. A discricionariedade é definidora no que diz respeito ao ajuste das tarefas do trabalho e aos objetivos mais amplos da burocracia. Sobre isso, Lipsky (1980, p. 16) chama a atenção para o que ele chama de “autonomia relativa à autoridade burocrática”. Discricionariedade e autonomia são aspectos inter-relacionados para a constituição dos burocratas das pontas como “entregadores” ou “executores” dos serviços públicos.

Em contraponto à autonomia característica desse grupo, Lipsky (1980) esclarece que a tentativa diária em construir uma rotina de trabalho, resulta no que ele chama de *client processing*, uma espécie de tendência a um envolvimento pretensamente distante e simplificado para com os “clientes”<sup>37</sup>, isto é, com o público alvo. Lipsky explica que esse tipo de visão sobre o público e o trabalho é resultado da complexidade com que os objetivos burocráticos se apresentam aos burocratas do nível de rua. Trata-se de atalhos cognitivos - adaptações, categorizações, formulação de estereótipos - próprios para cada tipo de trabalho. Por exemplo, diante das transformações institucionais e das dinâmicas frenéticas dos espaços urbanos, um agente de fiscalização é pressionado a reformular suas concepções sobre o que considera ser uma irregularidade, e o que considera ser um infrator, para que, assim, possa lidar com as heterogeneidades e variâncias típicas do seu espaço de atuação e da exequibilidade de suas funções, dia após dia, mesmo face a uma realidade urbana altamente complexa.

As ideias de Simon & March (1972) confluem para este mesmo sentido. Esclarecem que os integrantes de uma organização necessitam elencar prioridades quando elaboram (consciente e inconscientemente) em suas mentes seus objetivos dentro do grupo. A realidade complexa de uma organização é (racionalmente) substituída por um modelo satisfatório, realista e simples que possa ser manejado em dadas situações de resoluções de problemas (SIMON & MARCH, 1972). Uma tarefa grande e complexa, como a de policiais, professores ou qualquer agente de ponta é transfigurada em parceladas e pequenas tarefas, plausíveis para serem executáveis. A “recodificação” da realidade presente no *client processing*, pode ser entendida como um traço esperado da *racionalidade limitada*.

Como já foi dito, a discricionariedade característica do trabalho dos burocratas em questão é um ponto importante para se entender a relativa liberdade dos burocratas do nível de rua de “reconstruírem” seu próprio trabalho. Lotta (2008) explicita que estes burocratas não somente atuam como “*policy makers*” porque estão executando em última instância as políticas públicas, mas também devido ao seu exercício de discricionariedade, que os permite alterar as

<sup>37</sup> Ao longo deste trabalho, opto por evitar o termo “cliente” para designar o público alvo dos serviços públicos. Apesar de ser a tradução literal deste termo na obra original - “*client*” - este foi utilizado de forma genérica por Lipsky, se referindo ao contexto norte-americano, sobre contextos de instituições tanto públicas como privadas. Utilizo, portanto, expressões como “público”, “público alvo” para referenciar-me aos interlocutores diários e típicos dos burocratas do nível de rua, com a intenção de não pressupor passividade (o “governado”, o beneficiário) por partes destes indivíduos com relação ao governo; e tampouco designar que exista, a priori, relação mercantil, de clientela (ou clientelismo) entre trabalhadores do Estado e cidadãos em contextos de prestação de serviço públicos.

políticas públicas com certa frequência com vistas no melhoramento das condições de execução de seu trabalho diário.

Na perspectiva de Lipsky, a discricionariedade é uma característica central e, sobretudo, estrutural para a função como funcionário de ponta em uma organização pública. O autor aponta que os atalhos, simplificações e, por vezes, distorções que estes atores fazem das demandas oficiais são de fato uma necessidade. Pelas palavras do autor:

The fact that street-level bureaucrats must exercise discretion in processing large amount of work with inadequate resources means that they must develop shortcuts and simplifications to cope with the press of responsibilities.<sup>38</sup> (LIPSKY, 1980, p. 18)

Lotta faz uma reflexão interessante para entendermos os alcances e as bases da *agência* do burocrata do nível de rua:

A discricionariedade exercida pelos burocratas é, portanto, resultado da interação que exercem entre seus próprios valores, valores de outros atores envolvidos, os procedimentos, restrições, estruturas, incentivos, encorajamentos e proibições. Assim, é necessário examinar os padrões de interação para compreender por que as ações foram feitas daquela forma. A questão, portanto, é olhar para o ambiente institucional e relacional dentro do qual a burocracia opera. (LOTTA, 2010, p. 4)

A associação entre os alcances de ação desses atores, suas interações cotidianas e suas próprias concepções de mundo resultam em construções sociais tanto sobre seu trabalho - seu papel como “trabalhador do Estado” - como sobre seu público específico (LIPSKY, 1980). Há dois pontos relativos ainda à discricionariedade que devem ser elucidados.

Primeiramente, é necessário entender que discricionariedade é um conceito relativo (LIPSKY, 1980, p.15). Isto é, sua relevância não é absoluta, mas relativa às relações sociais estabelecidas em cada contexto de pesquisa, dependente da natureza das atividades desenvolvidas e a conformação das relações de trabalho estabelecidas. Demonstrarei à frente, como isto se manifesta no trabalho dos auxiliares de fiscalização da PBH.

Em segundo lugar, a autonomia burocrática que possuem não resulta em um trabalho livre, sem regras. Certamente ocorre o inverso. O formato de qualquer serviço público é criado e correntemente avaliado pelos estratos gerenciais superiores, por mais que, de alguma forma, recriado em sua fase de implementação (LOTTA, 2010). A autonomia relativa das burocracias do nível de rua é prevista administrativamente, e por isso é constantemente equilibrada por

<sup>38</sup> O fato de que os burocratas do nível de rua devem exercer a discricionariedade para processarem grande volume de trabalho por meio de recursos escassos significa que eles devem desenvolver atalhos e simplificações para lidar com as pressões de suas responsabilidades. (Tradução minha)

cobranças e pressões organizacionais vindas dos gerentes (ou supervisores, como no caso da fiscalização em Belo Horizonte).

Situada no contexto de pesquisas sobre burocratas do nível de rua, Brodtkin (2010) chama a atenção para o fato de que a discricionariedade não é distribuída de forma aleatória, mas é estruturada por fatores que influenciam as saídas informais, não-programáticas, dos problemas diários. A importância desse tipo de procedimentos informais para burocracias é ressaltada pela literatura há algum tempo: desde Downs (1964), em sua crítica ao modelo weberiano de burocracia, até autores contemporâneos como Scott (1998) que chama a atenção para a necessidade de um diálogo das interfaces do governo com os saberes locais nas fases de implementação dos serviços públicos, diante de um cenário de alta complexidade, onde os modelos rígidos de administração parecem ser sempre insuficientes.

Deve-se enxergar essa autonomia como uma possível positividade, na medida em que é instrumental do ponto de vista gerencial. A título de melhor esclarecimento da questão, aponto: o aspecto da seletividade marcante nas abordagens ao público que fazem os agentes de controle social, não se trata, a princípio, de um privilégio da ocupação, mas uma atribuição (vinda de cima) da necessidade de tomar decisões, o que se materializa em táticas (grupais ou individuais) na ordem do dia, enquanto construção ativa de um *programa de ação* (MARCH & SIMON, 1974). Trata-se de uma transferência estratégica das controvérsias próprias do âmbito institucional para as linhas de frente (LIPSKY, 1980). Trata-se de um pressuposto importante. No caso dos auxiliares de fiscalização, isso fica evidente no cotidiano dos *plantões*, quando são obrigados a enfrentar inúmeros problemas de cunho institucional, precedentes à fase de operacionalização. Este problema tem validade diária, sendo “resolvido” nas ruas, e não entre gestores ou legisladores, em escritórios ou gabinetes.

### **3.2 A perspectiva da sociologia interacionista diante do contexto da implementação dos serviços públicos**

A fim de seguir problematizando o objeto de pesquisa, proponho a perspectiva interacionista como um instrumental teórico para reflexão acerca das dinâmicas da implementação da fiscalização nas ruas de Belo Horizonte, como um complemento necessário para a teoria da burocracia do nível de rua. Levo a cabo a sugestão já exposta de que o controle social protagonizado pelo Poder Público (entendido, portanto, como um serviço público) é um constructo social não fixo, fruto das práticas sociais produzidas nas pontas. Diante disso, as categorias das análises interacionistas proporcionam bases metodológicas mais claras e operacionalizáveis no sentido da pesquisa empírica qualitativa. Em sua tese de doutorado, Lotta

(2010) reconhece que existe na literatura sobre políticas públicas uma lacuna de análise sobre a implementação de políticas referente principalmente às interações entre os atores envolvidos nestes processos. Segundo a autora:

... os agentes de implementação lidam, em sua prática, com processos de interação que envolvem diferentes valores, referenciais e identidades. Nesses processos de interação, portanto, entram no contexto as mais variadas identidades, demandas, necessidades e referenciais, além de constrangimentos e normas institucionais, que devem ser negociados para a construção das práticas de implementação. Esses processos requerem negociações entre os diversos fatores que aparecem na interação, para que se possa, efetivamente, implementar as políticas públicas. (LOTTA, 2010, p.53)

Diante disso, a metodologia implícita à perspectiva interacionista propicia o desvelamento de aspectos importantes para as questões feitas nesta investigação, como os códigos compartilhados e os sentidos de rotina, mas também abrem precedentes para a captação de rupturas, como as saídas informais e as quebras de expectativas, no contexto de um controle que se faz em relação e pela relação.

Assim, logo de início, lanço mão da noção de Hughes (1958, 1976) acerca do caráter interativo presente em qualquer contexto de trabalho, denominando o *social drama of work*. O autor traz a proposição de que:

(...) all work involves some sort of social matrix. Work is done in a social setting. And the people in this social setting are not merely performing technological tasks, but they are interacting with one another. They are obeying rules. In order to understand the work, one must understand the roles of the various people involved in it.<sup>39</sup> (HUGHES, 1976, p.2)

Em suma, Hughes quer dizer que não basta entender os condicionantes objetivos ou tecnológicos envolvidos nas atividades laborais, mas como os indivíduos se situam (subjetivamente e intersubjetivamente) a partir do contexto que está inserido.

Além disso, o autor coloca que outra dimensão importante do “drama do trabalho” diz respeito, por exemplo, à distinção fundamental da situação de quem recebe e quem oferece um serviço. A natureza do envolvimento do “prestador do serviço” com o serviço é marcada pela repetição, pela rotina e, conseqüentemente, pela familiaridade com os códigos envolvidos,

<sup>39</sup> (...) todo trabalho envolve algum tipo de matriz social. O trabalho é realizado em algum tipo de configuração social. E as pessoas nesta configuração social não performam meras tarefas técnicas, mas interagem umas com as outras. Elas seguindo regras. A fim de entender o trabalho, é preciso compreender os papéis desempenhados pelas várias pessoas envolvidas nele. (Tradução minha)

considerando cada caso como apenas uma parte de todo um programa; opostamente daquele a quem a ação é direcionada (HUGHES, 1976), como no caso dos potenciais infratores do Código de Posturas de Belo Horizonte e seus “aplicadores”. O drama social do trabalho é permeado por dinâmicas comunicativas típicas: saberes comunicativos desiguais, específicos em ambos lados. O “jogo de cintura”, e algum conhecimento dos “termos” da relação, é necessário tanto para o trabalho dos agentes de controle como para o trabalho dos ambulantes, embora sejam conhecimentos tácitos e tácitos fundamentalmente distintos. Entretanto, em grande medida, as ações dos atores de ambos lados se completam, são interdependentes enquanto práticas sociais de proximidade.

Tratando-se de situações de interação social, todo tipo de ocupação é relevante, pelo ponto de vista interacionista acerca do mundo do trabalho. Cada qual apresenta condicionantes e efeitos próprios para estas situações, por isso é necessário compreender os impactos das atividades desempenhadas considerando os sujeitos por meio de suas subjetividades e interações, sob as mais variadas dimensões nelas implicadas. Pela perspectiva de Hughes (1976), mas também de Dubar (2012), essa atenção deve ser dada da mesma forma, portanto, para ocupações dotadas de prestígio ou sem prestígio (como no caso deste grupo pesquisado). Dubar (2012) aponta que:

Em todos os casos [...], a vida de trabalho é feita, ao mesmo tempo, de relações com parceiros (patrões, colegas, clientes, público, etc.) inseridas em situações de trabalho, marcadas por uma divisão do trabalho, e de percursos de vida, marcados por imprevistos, continuidades e rupturas, êxitos e fracassos. A socialização profissional é, portanto, esse processo muito geral que conecta permanentemente situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros e consigo (*self*), concebido como um processo em construção permanente. É por esse e nesse “drama social do trabalho” que se estruturam mundos do trabalho e que se definem os indivíduos por seu trabalho. (p.8)

No caso da pesquisa sobre a fiscalização, o foco foi dado ao posto de trabalho de menor prestígio, uma vez que, ao mesmo tempo, é o posto de trabalho pelo qual as atividades desenvolvidas dizem mais respeito à expressão rotineira da construção do controle social, pelo qual se fazem expostos os conflitos, compartilhamentos, cumplicidades, negociações. No campo da fiscalização, foi através da prática de trabalho dos auxiliares que se fez possível observar, em movimento, um tipo de controle que se faz exclusivamente pelo encontro face a face.

Como continuidade dessa perspectiva, se faz oportuno o aporte conceitual e metodológico de Becker (2008) para pensar nas regras de conduta designadas para regular a sociabilidade nos espaços públicos. A abordagem teórica como a proposta pelo autor não fixa

a análise em categorias rígidas ou apriorísticas, mas traz categorias de análise passíveis de ser ajustadas às orientações e nuances trazidas pelo trabalho de campo. Seguindo pela mirada interacionista, passa a ser esclarecedor, assim, situar os auxiliares da Prefeitura como atores ativos para desse contexto peculiar de implementação voltado ao controle social.

A perspectiva de Becker (2008) tem a virtude de não pressupor, ante ao trabalho empírico, a irrelevância de qualquer participante enquanto sujeito de pesquisa, enquanto produtor de sentido e significado dentro das elaborações coletivas. A concepção de controle social implícita coloca como centro da análise a própria regra socialmente construída, a fim de, a partir dela, buscar conhecer seus “custos” e seus funcionamentos contextuais. Se, por um lado, Becker não apresenta uma perspectiva histórica consistente, oferece, por outro lado, a possibilidade de uma abordagem metodologicamente mais aplicável para análises sobre diversos mecanismos de criação e imposição de regras, quando ressalta que toda regra está acompanhada de conflito de moralidades (BECKER, 2008), sobre o que seja correto ou não, aceitável ou não, tolerável ou não.

As noções em torno do controle social e do *desvio* estão principalmente em “Os Outsiders” (2008). O ponto de partida do livro assenta-se no esforço de desconstrução do estatuto “naturalizado” das leis, e das normas sociais, chamando a atenção que os critérios sociais sobre o que seja considerado “certo” e “errado” em determinado contexto. Becker (2008) transpõe o foco analítico desde o conteúdo dos atos para as relações sociais adjacentes a eles, a partir de estudos empíricos sobre usuários de maconha e músicos em casas noturnas de jazz. Para o autor, o *desvio* - sob as formas de ilegalidade, irregularidade ou transgressão, se contextualizadas - não se trata de uma qualidade alocada no ato em si, ou na pessoa em si, mas resulta das interações entre o indivíduo supostamente desviante e aqueles que respondem ao ato supostamente desviante. A valoração moral de determinado ato está expressa na construção de expectativas de comportamento dos atores em resposta ao mesmo, assim, determinado ato só se transforma em *desvio* (e determinado indivíduo só transforma em desviante) uma vez que são amplamente rotulados pelos atores envolvidos (BECKER, 2008).

Partindo disso, é necessário que a noção de *desvio* seja compreendida como uma categoria não rígida, passível, portanto, de transformações, variando inclusive nos diferentes contextos sócio-históricos. O controle social e as regras não podem ser entendidos, assim, como respostas ao crime, ou a contravenções à lei escrita, como pressuporia a sociologia durkheimiana, mas deve ser entendida como uma peça fundamental para a própria existência das regras e da reprodução de seus princípios morais.

Sabe-se que em situações de “imposição de regras”, onde os sujeitos se deparam com constrangimentos, o conflito é iminente. Mas o que Becker (2008) ressalta de mais importante é que há conflito constante – claro, a passos mais longos – sobre os princípios norteadores do funcionamento das regras, como os critérios supostamente objetivos de legalidade/ilegalidade. O autor não pensa a criação nem a operacionalização delas enquanto direcionamentos automáticos ou unidirecionais, mas como o centro de lutas, pelas quais os referenciais são criados e recriados relacionalmente. Uma vez que a categorias “desvio” e “sujeito desviante” são dinâmicos, obedecem a lógica construída das situações sociais (BECKER, 2008), a noção de controle social toma dimensões centrais para a teoria, fazendo inclusive das próprias agências e agentes de controle importantes objetos de pesquisa.

Por esta perspectiva, interessa olhar não somente sobre aqueles que recebem as rotulações e reprovações sociais, mas com aqueles que são os principais agentes produtores e reprodutores das normas, chamados pelo autor de *empreendedores morais* – podendo ser divididos em dois tipos, os *criadores de regras* e os *impositores de regras* - aqueles que mais ativamente elaboram e veiculam determinados sentidos de moralidade. Os *empreendedores morais* são atores que interessam muito para as discussões realizadas nesta pesquisa, uma vez que identifico que estes, segundo a caracterização de Becker (2008), podem ser facilmente associados à figura dos burocratas do nível de rua, como conceituou Lipsky, especificamente quando pensamos nos “burocratas” que trabalham para agências públicas de controle e regulação. Embora Lipsky (1980) tenha analisado a burocracia por um viés micro sociológico, debatendo os “*Dilemmas of the individual in public services*” (subtítulo do livro), não explorou incessantemente a perspectiva interacionista para se aprofundar nos efeitos de uma de suas características estruturais: o contato direto com o público.

Por mais que *empreendedores morais* possam ser frequentemente associados a membros de instituições de controle, suas atitudes não podem ser generalizáveis ou antecipáveis. Por mais que desempenhem papéis sociais nos jogos do conflito, muitas vezes ligado a uma tarefa de trabalho, sua agência depende, mútua e imediatamente, da agência de seus interlocutores, a quem lhes são endereçados os esforços de controle. Por esta perspectiva, no caso dos agentes nas linhas de frente do Estado, suas ações não estão apenas pautadas pelas regras oficiais (mais ou menos legíveis, mais ou menos estáveis), mas submetidos, a todas as nuances que as relações sociais proporcionam situacionalmente, ao nível dos encontros sociais dos cotidianos, das regras tácitas dessas relações, das saídas informais e etc.

Assim, devemos nos ater para aspectos como o traquejo e o discernimento individual dos *empreendedores morais*, inscritos, é claro, em uma racionalidade contextual. Becker

problematiza, nesse sentido, a “imposição de regras”, desnaturalizando-o como um processo mecânico:

Em geral, o *impositor de regras* tem grande poder de ponderação em muitas áreas, ainda que apenas porque seus recursos não são suficientes para fazer face ao volume de transgressões com que deveria lidar. Isso significa que não pode atacar tudo ao mesmo tempo, e nessa medida tem de contemporizar com o mal. Não pode fazer todo o serviço e sabe disso. Age com calma, na suposição de que os problemas com que lida estarão presentes por muito tempo. Estabelece prioridades, lidando com uma coisa de cada vez, enfrentando os problemas mais urgentes de imediato e deixando outros para mais tarde. (p. 164)

Tipicamente, os *impositores de regras* não estão necessariamente preocupados com o conteúdo das regras que aplicam, mas entendem a existência delas como justificativa suficiente para motivá-los a exercer um papel situacional de autoridade, proveniente do amparo de algum tipo de institucionalidade por trás de sua função. Isso significa que este *empreendedor moral* não precisa, expressivamente, concordar com o teor da regra que aplica (BECKER, 2008), sendo a *exequibilidade* das regras a questão destes indivíduos no trabalho. Em um mesmo sentido da caracterização que faz Lispky (1980) acerca dos burocratas do nível de rua, Becker (2008) ressalta os *impositores de regras* lidam cotidianamente com dilemas e incertezas relacionados com a norma em sua forma prática, e para isso ressalta a discricionariedade como aspecto central para este trabalho incessantemente relacional:

Claramente, quando um *impositor de regras* tem a opção de impor uma regra ou não, a diferença no que faz pode ser causada pela atitude do infrator em relação a ele. Se o infrator for respeitoso, o impositor pode suavizar a situação. Se for desrespeitoso, as sanções poderão ser aplicadas. (BECKER, 2008, p.164)

Levando-se em conta que a relação entre burocrata do nível de rua e seu público pode ser lida como uma ordem de interação social construída, portanto, por uma cadeia de expectativas mútuas entre os atores (GOFFMAN, 1986), a maneira com que as pessoas reagem às ações dos burocratas, influenciam toda a atuação procedente daquela burocracia. O mesmo também ocorre no sentido inverso. No caso da atuação dos auxiliares de fiscalização, a atribuição de seus papéis como agentes do Estado parece não ser suficiente para sustentar a materialidade das regras. Na maior parte do tempo, dispõem de uma discricionariedade fragilizada pelo baixo reconhecimento de sua autoridade como “agente da lei” “ao nível da rua”, o que lhes pressiona a assumirem um papel incômodo enquanto “amortecedores de conflitos” e como mediadores/tradutores das controvérsias políticas expressas através das práticas de implementação.

### 3.3 Conclusão: as pontas do conflito

Diante dessa perspectiva, é possível dizer que as regras não existem senão enquanto produto das relações sociais, inclusive quando estão postas em “execução”, em movimento, pelo trabalho, por exemplo, dos burocratas do nível de rua. A dependência da materialidade das regras com o empreendimento de atores reais e posicionados para tal é, portanto, total. A cada contexto, a cada situação de encontro social, os termos podem se transfigurar, se readequar. Entretanto, não podemos perder de vista que as situações de controle social observadas em campo estão, na realidade, amparadas por outros âmbitos de conflito, o que pode ficar visível se enxergamos o fenômeno de outras formas.

Como veremos no capítulo seguinte, as situações de encontro entre auxiliares de fiscalização e seu público alvo, em produção portanto de um controle relacional, devem ser situadas quanto a estruturas mais amplas. Em um primeiro nível, isso está conectado a uma racionalidade estratégica (no sentido atribuído por DE CERTEAU, 1994) que se lança a gerir as atividades da fiscalização com fim em seu âmbito operacional. Portanto, se falamos de um tipo de *empreendedorismo moral*, ele só encontra sustentação prática uma vez que está amparada racionalmente por determinada operacionalidade..

Como veremos, essa racionalidade gestonária não se materializa em um tratamento verticalizado ou simplesmente autoritário/repressivo para com seu público. Ela se apoia, ao invés disso, no trabalho e no posicionamento dos seus burocratas do nível de rua (representado aqui pelos auxiliares de fiscalização) com vistas na positivação de certa anunciação estratégica de controle.

#### 4. CAPÍTULO 4: MODALIDADES DE FISCALIZAÇÃO, ESTRATÉGIAS DE CONTROLE

As “modalidades” referem-se às frentes operacionais da fiscalização apreendidas a partir do trabalho de campo. Estas são também as principais situações de trabalho em que se envolvem os auxiliares de fiscalização: os *plantões*, o trabalho das *equipes de Apoio* e, por fim, as *operações*. Todos os fatores escolhidos para comporem a contextualização do fenômeno analisado estão conectados entre si, como contingentes anteriores e simultâneos às práticas dos sujeitos dessa pesquisa.

O caminho analítico proposto neste capítulo será, então, tratar sobre os modos estruturados das ações concretas – sua faceta objetiva –, porém assumindo como ponto de partida os relatos e os pontos de vista dos participantes do corpo operacional. Desta forma, apresento uma dimensão organizacional que não se limite a pretensas prescrições institucionais e que, assim, também desenvolva a dimensão das experiências e agências.

As racionalizações “de cima para baixo” são entendidas aqui como dimensão estratégica, modo pelos quais as ações são idealizadas e organizadas para que, por fim, sejam colocadas em exercício. Trata-se de fatores que fazem entender o exercício da fiscalização enquanto frente de controle, porém sem perder de vista todo o caráter prático inerente. As modalidades ganham forma de estratégia, uma vez que tentam traduzir os abstratos “objetivos institucionais” em *programas de ação* (MARCH & SIMON, 1974). Por este caminho, a noção de estratégia sugerida por Michel de Certeau parece adequada para sustentar a perspectiva:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc). (1994, p. 93)

A metáfora bélica/militar proposta por De Certeau para explicar esta dimensão imprime a ideia de que as ações, quando vistas como estratégia, têm lastro em um “postulado de poder”, em relação de exterioridade com seus “alvos”. A definição contrasta com a noção de *tática*, pensada pelo autor enquanto a dimensão das práticas fragmentadas, dependentes das chances das ocasiões, “que não tem lugar senão o do outro” (idem, p.100). Com vistas nisso, é justamente como antagonista da estratégia que ela se faz possível, nas fissuras dos

ordenamentos, daí: “a tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.”(idem, p. 101)

A perspectiva certeuniana se faz oportuna pois ela não torna uma contradição insuperável a relação entre o planejar estratégico e a sagacidade despojada do dia-a-dia. O autor sugere que ambas categorias dizem respeito a ações, mas sobretudo a formas de anúncio: a primeira aponta regras, sujeitos fixos, cálculos precedentes; e a segunda aponta o nível do singular, da prática, do uso circunstancial. Operando em níveis de anúncio distintos, não por acaso, ambas formas se projetam em dinâmica inter-relacionada. Diante disso, no contexto empírico, as estratégias ganham caráter processual e somente operam enquanto corpo ajustável aos obstáculos e constrictões da vida social, como veremos a partir da apresentação das modalidades de fiscalização ou, afinal, estratégias de fiscalização.

A primeira parte do capítulo se propõe à apresentação das modalidades de fiscalização, entendidas enquanto ordenamento organizacional de divisão do trabalho adjacentes, por sua vez, ao cotidiano vivido pelos sujeitos e informada, portanto, por suas feições mais práticas. A descrição e análise das modalidades do *plantão* e das *equipes de Apoio* sugerem a dimensão mais rotineira do trabalho dos auxiliares de fiscalização e do controle social. Esta rotina é composta pelo caráter difuso e ostensivo dos “vigilantes” em *plantão* e pelo vigor das ações de apreensão realizadas pelos agentes do *Apoio*. Porém, enquanto complemento desse fluxo (bastante focado no controle sobre a atividade de ambulantes), a fiscalização em Belo Horizonte também conta com ações mais eventuais que pretendem diversificar as abordagens e os seus espaços de atuação: as chamadas *operações*. Diante disso, os auxiliares terceirizados se fazem presentes não somente em espaços onde circulam vendedores ambulantes (como no entorno dos estádios de futebol), mas em vários outros espaços de enfrentamento dos chamados “problemas urbanos”, sob o pretexto de que à fiscalização se atribuem tarefas mais gerais acerca de certo princípio de “ordem urbana”. Assim, a contraposição entre o rotineiro e eventual está diretamente imbricada na prática e não enquanto prescrição organizacional.

A seguir, na segunda parte, o foco está posto sobre a dimensão interacional que engendra a dinâmica da fiscalização nas ruas, sob olhar proposto na pesquisa. Veremos, com atenção às especificidades de cada modalidade, como o controle se faz de forma relacional, pelos enredos traçados entre os grupos profissionais e os públicos alvos, através de atritos e cumplicidades nos espaços da rua. A cada modalidade, a cada situação, as estratégias de controle são conformadas pelas ações dos grupos e instituições que participam, direta ou indiretamente,

destas frentes. Por este caminho, considerando-se trajetórias, conflitos e negociações, compreende-se como a fiscalização se constrói.

#### **4.1 A divisão do trabalho de fiscalização entre os diferentes grupos profissionais “ao nível de rua”**

As modalidades apresentadas a seguir ganham contornos, portanto, enquanto estratégias de controle, distinguíveis pelas formas com que delimitam o espaço de atuação, vislumbram adversários e projetam regulação sobre práticas e ocupação do espaço. Sendo assim, a partir da frente de controle que se propõe por ele, é possível separar as modalidades de fiscalização a partir de dois fluxos procedimentais, entendidas aqui como a sucessão racionalizada de atividades. O primeiro tipo é o fluxo rotineiro: os *plantões* conjugados com as atividades das *equipes de Apoio*; enquanto o segundo tipo se refere às ações eventuais, designadas a cumprirem intervenções específicas, chamadas genericamente de *operações*.

Logo de início, faz-se necessário fazer alguns apontamentos sobre a construção dessas categorias, fundamentais para o argumento da análise:

(1) As categorias que utilizo não foram inventadas por mim, são próprias do vocabulário dos sujeitos dessa pesquisa e, mais amplamente, do campo da fiscalização, sendo, portanto, empregadas neste estudo como *categorias nativas*. Apesar de funcionarem como formas de ação, as modalidades de fiscalização não estão prescritas em quaisquer documentos oficiais; foram, ao invés, apreendidas pelos relatos dos sujeitos e por minha leitura do campo.

(2) Além de constituírem sua rotina de trabalho, as diferenças entre as ações rotineiras (*plantões* e ações do *Apoio*) e as ações eventuais (*operações*), enquanto experiência de trabalho ou estratégia de fiscalização, são centrais para as narrativas que estes trabalhadores constroem para explicar a fiscalização sob o ponto de vista operacional. Como veremos em uma análise posterior, as duas “frentes” devem ser entendidas a partir de suas diferenças e sua complementaridade, o que aparece, inclusive, nas explicações feitas pelos próprios sujeitos. Nos relatos, as delimitações do que sejam cada uma das modalidades se fazem em oposição ou comparação às demais.

(3) A descrição e análise proposta a partir dessas categorias tem como ponto de partida a observação da experiência de trabalho dos auxiliares de fiscalização, a experiência de quem está no “nível de rua” da fiscalização, na mesma linha interacional do público a quem o controle é direcionado. Trata-se de uma escolha metodológica que visa privilegiar as relações sociais que estabelecem os integrantes neste extrato operacional e hierárquico específicos. Se fosse tomado como ponto de partida o expediente dos fiscais integrados, das autoridades portanto,

meu campo seria completamente distinto, do qual eu proveria de outros vínculos e disponibilidade de informações. Por mais que façam parte do mesmo campo de atuação, estes têm outro regime de trabalho, outros condicionantes hierárquicos, outras atribuições, o que lhes demandam outro tipo de repertório social para o trabalho.

Vale aqui explicitar, em linhas gerais, como trabalham os fiscais integrados. A cada mês o fiscal recebe o seu “expediente”, uma lista de “casos” a serem checados, que estão sob sua responsabilidade individual, dentro de um prazo estabelecido. Estes casos podem estar relacionados a qualquer uma das cinco áreas de atuação. O número de casos em seu expediente mensal é proporcional com o número de dias úteis no mês. O fiscal tem total autonomia para cumprir o expediente da forma que considerar mais conveniente, no horário e no dia que achar mais oportuno. Para cada notificação que emite, deve redigir um relatório a ser entregue junto aos documentos que comprovam a ação. Os casos que chegam para cada fiscal são provenientes, em sua maioria, da denúncia realizada presencialmente ou por telefone pelos cidadãos, que por sua vez são registrados e inseridos em um sistema que os distribui para os fiscais disponíveis de cada regional. Além desse tipo de entrada, às vezes as demandas decorrem de observações dos próprios fiscais ou de outros funcionários da PBH. Ocorre também de receberem demandas diretas de Secretários ou do gabinete do próprio Prefeito. Estas devem ser atendidas com prioridade. Outra atuação dos fiscais integrados se dá através dos “plantões” (não confundir com o *plantão* dos auxiliares), trabalho organizado em regime de escala. Estes “plantões” podem ser direcionados a eventos, a *operações* noturnas (Disque Sossego, por exemplo), a *operações* em finais de semana e feriado, para liderarem *equipes de Apoio* (equipes de intervenção direta) e etc.

Ao longo do texto, estas categorias serão frequentemente mobilizadas nas análises já que dizem respeito, ao mesmo tempo, às peculiaridades da experiência de trabalho cotidiano dos sujeitos desta pesquisa (as sociabilidades, as relações de poder, os atritos diários e etc); e também sobre os modos estratégicos de intervenção e governo da PBH sobre os espaços públicos e as práticas, desvelando os aspectos gestionários e sobretudo de exercício de poder, inerentes às práticas de fiscalização. Por este caminho, é possível trabalhar, alternadamente, com escalas distintas de análise.

#### **4.1.1 *Plantão*: a negociação de práticas em áreas vigiadas**

O *plantão* é a modalidade de fiscalização pela qual é envolvido o maior número de auxiliares. Trata-se, além disso, de uma estratégia de controle constante e ostensiva nas ruas de Belo Horizonte, onde os auxiliares se tornam os “olhos e ouvidos” da Prefeitura. Melhor

dizendo, devem ver e serem vistos, afinal sua presença em si serve para coibir as atividades irregulares. A saber, o procedimento base dos *plantões* é a realização de vigilância em um microterritório (alguns quarteirões) cujo fim é a inibição de práticas consideradas irregulares naquelas mediações.

Além disso, o *plantão* é justificado como sendo uma “referência” nas ruas, com vistas a uma espécie de prevenção às práticas irregulares através da “orientação” ou do “primeiro contato”, como explicam os auxiliares Andrei (22 anos, solteiro, morador de Venda Nova, 1 ano de serviço)<sup>40</sup> e Toninho (32 anos, solteiro, morador de Venda Nova, 5 meses de serviço):

Andrei: Nós damos *Apoio* à fiscalização, ao fiscal da Prefeitura, que é concursado. A gente fica o tempo todo na rua. Nosso trabalho mesmo é inibir o comércio não licenciado de ambulantes que fica na rua, em logradouro público... o que é proibido, e panfletagem, que também é proibido... que polui o meio ambiente. Na verdade é esse o fato. A pessoa que chega desavisada que panfleta em ambiente público, em logradouro público, um ambulante que não tem licença para vender, comercializar na rua, nós orientamos. Falamos que é proibido e para qualquer informação ou dúvida é para comparecer na regional.

Toninho: O pessoal às vezes pensa: “Esse pessoal está aqui fazendo nada”, mas é que é um serviço de prevenção. Você chega de manhã, tem a pessoa, ela está ali. Você tira e aí você fica ali para prevenir que a pessoa volte. Assim que você sai, já volta.

Segundo a gerência da SMAFIS, os auxiliares de fiscalização devem estar atentos para qualquer tipo de irregularidade observada nos espaços públicos da área: danificações nas calçadas, meios-fios e ruas, atividade de “panfleteiros”, cartazes e faixas instalados irregularmente, entulhos despejados em vias públicas, obstruções quaisquer para o fluxo de transeuntes, e etc. Entretanto, verifiquei que a atenção a cada tipo de irregularidade varia bastante, a depender de vários fatores, principalmente, da região da cidade e as orientações eventuais dadas aos funcionários, como relatam Erik (25 anos, solteiro, morador do bairro Santo André, 3 anos de serviço) e Felipe (25 anos, solteiro, morador do bairro Castelo, 6 meses de serviço):

Erik: Lá [região da Savassi] é diferente, um pouco diferente daqui [Centro]. Igual aqui... Lá você tem que estar olhando, vamos supor, caçamba, essas coisas. Coisas que têm muito lá é faixas [irregulares], mas camelô, essas coisas assim, é menos. Quase não tem. Então lá a preocupação é mais essa, de faixas, caçambas, calçamento estragado. E aqui no Centro, por ser mais muvuca, dá mais camelô. É a preocupação principal aqui no Centro. Mas lá tem também, mas é menos camelô.

<sup>40</sup> A breve caracterização dos interlocutores posta entre parênteses tem como referência a data em que a entrevista foi realizada, podendo ter sido realizada entre os anos de 2013 e 2015.

Felipe: Lá no Centro tem muito mais camelô. O pessoal de lá é mais ignorante. O pessoal às vezes é bandido, gente que conhece bandido... Lá é mais perigoso. Lá sempre rola briga. De vez em quando a gente trabalha lá, às vezes precisa de cobrir alguma pessoa lá, entendeu?

Sobretudo, é possível afirmar que o foco principal da vigilância realizada nos *plantões*, de forma geral, são os comerciantes ambulantes, sendo esta população a “razão de ser” dessa frente de fiscalização e os principais opositores dos agentes nas situações de conflito. Se em determinada região da cidade a presença dos ambulantes não se configura como uma preocupação constante, a manutenção dos *plantões* serve para que esta área continue “limpa”, como diriam os agentes. A fala a seguir foi feita por Gabriel (23 anos, solteiro, morador de Venda Nova, 2 anos e 5 meses de serviço), um auxiliar que em 2013, na época da entrevista, trabalhava pela Regional Pampulha e costumava fazer *plantões* na portaria do *campus* da Universidade Federal de Minas Gerais, local de trabalho considerado por ele tranquilo:

Gabriel: Eu estou lá para inibir o comércio irregular de camelô. Não só de camelô como também questão da ocupação da via pública: propaganda, conservação, passeio. Certas coisas a gente procura olhar até para poder... serve como uma referência, uma anotação para ser passada para dentro da Regional, das gerências, o setor responsável. Mas, basicamente, a função nossa é orientar a questão de inibir o comércio ilegal de ambulantes. É a principal área. [...] Como o ambulante já sabe que a gente vai estar sempre ali, então vai ser tranquilo. Não vai ser todo dia que você vai ter que abordar o camelô, você vai ver uma pessoa panfletando. Vai ter dias que você vai encontrar ambulante mas vai ter dia que você vai como se fosse para cumprir horário, estar ali só para manter aquele lugar limpo de irregularidade.

A própria gênese do *plantão*, em meados da década de 2000, enquanto instrumento de ordenamento é constantemente associada ao momento em que a Prefeitura agia de forma a “retomar” determinados espaços que antes sediavam a atividade dos camelôs. A ação foi complementar aos episódios de “retirada” dos camelôs das ruas, marcados pela reiterada resistência em deixar as ruas pelos camelôs não incluídos no plano de transferência para os *shoppings populares*. Desde então, este tipo de *operação* de gestão urbana foi uma constante em Belo Horizonte: a ocupação de territórios comerciais estratégicos da cidade, a fim de promover um ideal de ordem e manter, assim, um "ambiente agradável para lojistas e consumidores", como disse o secretário da Regional Centro-Sul, Marcelo Souza e Silva, em entrevista para o Jornal Hoje Em Dia<sup>41</sup>.

<sup>41</sup> Disponível em:

<http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/prefeitura-mantem-ac-o-contra-ambulantes-no-centro-de-bh-1.362238> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

Desde o seu início, a fiscalização, em seu formato ostensivo, mirava determinadas localidades estratégicas, seguindo a lógica da revitalização proposta no Projeto Centro Vivo, programa norteador das ações de gestão urbana na época. Inclusive, até então existem alguns pontos mais ou menos fixos de *plantão*, como na entrada de parques, na entrada de galerias, em esquinas entre avenidas importantes, em praças movimentadas e em vários pontos espalhados da região conhecida como Hipercentro, conhecida pelo comércio popular, abrigo, inclusive, os *shoppings populares* mais conhecidos.

A concentração de agentes em cada um desses pontos varia de acordo com o que a gerência entende como sendo prioritário. Considerando que estas prioridades são dinâmicas, os *plantões* são movimentados e reconfigurados, com certa frequência, em resposta aos inúmeros focos de pressão política, como as queixas veiculadas pela imprensa, mobilizações de lojistas locais ou mesmo cobranças feitas diretamente por atores políticos e/ou econômicos influentes como oficiais da Polícia Militar, vereadores e grandes empresários. De forma geral, todas estas constrições passam, simplesmente, por “denúncias” nas falas das autoridades, como se fossem demandas gerais da “sociedade”<sup>42</sup>.

Através desta mesma lógica, ocorre também o efeito inverso; algumas áreas importantes pelo ponto de vista comercial ficam ocasionalmente ausente de *plantões*<sup>43</sup>, favorecendo assim a (quase imediata) ocupação desses espaços por ambulantes, afinal estas áreas são disputadas pelos vendedores justamente porque são regiões onde se concentram muitos consumidores potenciais, regiões de “muvuca”, como disse Erik. Nestas situações, assim que um grande número de vendedores de rua se ocupam do espaço, por mais que ainda hajam alguns auxiliares em *plantão*, qualquer tentativa de regulação pela via do constrangimento (“coibir”, “inibir”) ou da comunicação pacífica (“pedir para sair”) se torna inviável e improvável, como conta Douglas (23 anos, casado, morador de Vespasiano, 2 anos e 6 meses de serviço)

Douglas: Tem gente que pode ser qualquer um e ele fica quietinho lá. [...] Tem muito camelô, principalmente camelô sozinho... Camelô enfrenta mais quando ele está em turminha. Quando

<sup>42</sup> A justificativa universalista está presente no discurso por trás da fiscalização, vide o trecho a seguir no texto de apresentação do setor no site oficial da PBH: “O grande desafio da SMAFIS é conseguir a correta utilização do espaço público para que todos os cidadãos da capital mineira - enquanto moradores, trabalhadores e nos momentos de lazer – possam usufruir do ambiente urbano de forma harmônica e respeitosa uns para com os outros. Para isso, a grande aposta da secretaria é atuar na orientação, de forma a reduzir a necessidade de aplicação de penalidades por descumprimento das normas legais.” Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=fiscalizacao> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>43</sup> Vale lembrar que, como já explicado no Capítulo 2, no decorrer do tempo de trabalho de campo, a fiscalização sofreu uma perda de 90 auxiliares, todos demitidos devido ao fim do contrato com uma segunda empresa conservadora. Fiscais integrados, supervisores e gerentes atribuem esta perda como parte do motivo do avanço da “volta” dos ambulantes às ruas.

tem um sozinho ali e chega dois caras de *plantão* e pede para sair, ele sai. Muitas vezes, tem quatro ali e chega dois *azuizinhos* pedindo para sair e ele começa a fazer showzinho, xingar e a incitar os outros camelôs a te xingar também e, se bobear, até arrumar confusão.

Quando o auxiliar em *plantão* nas ruas se encontra em circunstâncias consideradas desfavoráveis para o trabalho de coibição, seu “último recurso” é se comunicar, pelo rádio HT, com as chamadas *equipes de Apoio*, que devem se deslocar de Kombi até o local e intervir imediatamente apreendendo os materiais comercializados irregularmente.

Erik: Eu converso igual com eles. Converso com educação. Chego, peço para sair e se já te tratam mal... "Beleza então, fica aí então, vou passar para o *Apoio* então", e passo para o fiscal. A função nossa não é tomar, chegar e “vai ter que sair de qualquer jeito”, chegar empurrando não. Você tem que fazer o contato e explicar que não pode ficar lá. Aí tem que fazer o primeiro contato, se não der, chama o fiscal e fica aguardando, aí a responsabilidade é do fiscal [que integra a *equipe de Apoio*].

Ainda que a participação das *equipes de Apoio* não seja imediata (ou mesmo aconteça, como veremos em uma seção posterior deste capítulo), a anúncio da chamada pelo auxiliar funciona, por si só, como uma espécie de recurso argumentativo. No geral, a “ameaça” do chamado ao *Apoio* (e a ideia da apreensão imediata), feita pelo coletinho em *plantão*, já se torna suficiente para convencer o ambulante de que ali não deve “torar”, persistir na venda. Além disso, é preciso apontar que, por uma questão de administração dos recursos, os auxiliares em *plantão* são pressionados pelos gerentes e supervisores a tentarem, ao máximo, “manterem a área limpa” sem que as *equipes de Apoio* sejam acionadas a todo momento. Isso faz com que seja rotineira a convivência tensa entre *coletinhos* e ambulantes em seus *plantões*, seja no caso de toreros que passam por ali, ou quando chegam a se fixar em barracas montadas. A convivência dentro do *plantão* entre estes atores leva a uma relação de negociação constante acerca da ocupação dos espaços de tal forma que este aspecto prático se configure como algo central para o funcionamento desta modalidade enquanto frente de controle.

A delimitação espacial proposta na distribuição dos *plantões* não ocasiona em uma “conquista territorial” pela PBH, mas em um espaço de convivência conflituosa e constantemente negociada entre os atores que ocupam o espaço. “Enxuga gelo” é um dos apelidos mais usados pelos auxiliares para explicarem o papel que desempenham nas ruas, sempre em relação com o público alvo:

Douglas: É, tem que ser um pouco mais firme. Tem gente que já sabe que você vai lá, por mais que você fala que não é para ficar. Como eles sabem que você não vai fazer a apreensão da mercadoria na hora, então ele não vai... Ele vai fingir que você não existe. Tem muitos que são assim.

Tarcísio: Tem gente que chama esse trabalho do *plantão* de enxuga gelo né?

Douglas: É.

Tarcísio: Por que que você acha?

Douglas: Por causa disso né. Tem gente que não conhece o serviço. Você vai fazer o primeiro contato e muitas vezes, e tem cara... Tem três anos que eu estou aqui, se eu ficar na Carijós ali, você põe eu e mais um ali na Carijós, tem aquele tanto de banca, do jeito que está lá... lá está difícil demais. Eu sei que se eu pedir um cara desses para sair, eles vão rir da minha cara, me xingar até! Então eles sabem que eu não vou fazer apreensão. Então nesse caso assim, por isso que os meninos vão falar "ah, está enxugando gelo".

Por estarem nas “linhas de frente”, em exposição constante aos “perigos da rua”, o traquejo comunicativo se torna um aspecto estruturante para o saber-fazer típico desse trabalho: como falar, com quem falar, onde falar, quando abordar, quando chamar o *Apoio* e etc. De forma geral, o “conhecimento da rua”, como me explicou Wagner, é algo muito importante para que o *azulzinho* saiba atuar de acordo com as expectativas da instituição e, ao mesmo tempo, se resguardar de situações de confronto aberto. O conhecimento prático leva à exequibilidade do serviço e à sua rotinização.

Entre encontros e desencontros, conflitos e conivências, constrói-se, dia após dia, um senso de normalidade entre os atores. Portanto, pelo ponto de vista do trabalho dos auxiliares nas ruas, “fazer vista grossa” frente à verificação da atividade irregular dentro do seu *plantão*<sup>44</sup> ganha sentido diante a peculiar dinâmica que se desenvolve em relação ao comércio ambulante.

Ao longo da pesquisa, passei a dar atenção especial em minhas observações a ocasiões atípicas, que fugiam do cotidiano da cidade e da organização ostensiva da fiscalização. Em dias assim, diante de condicionantes outros, ficam mais salientes os aspectos funcionais mais permanentes e, portanto, característicos do senso prático dos atores. A necessidade de se confrontar face a face com os camelôs, por exemplo, e negociar pode ser entendida como uma ação não só característica desse trabalho, mas estruturante para a funcionalidade da fiscalização. Daí, a cada situação, os termos e as condições dessas negociações mudam.

O relato a seguir ilustra como se comportam os agentes de fiscalização em dia atípico: uma véspera de feriado (sexta-feira santa) em que o efetivo de auxiliares, em *plantão*, estava reduzido para menos da metade do que seria em dias comuns. Demonstra também que os ambulantes rapidamente se aproveitam da ausência de auxiliares em *plantão* para reocuparem as ruas e venderem seus produtos diante a brecha. Mais do que revelar o que aconteceu em um dia atípico, a situação demonstra que há, na verdade, uma dinâmica corrente acerca da ocupação e circulação nos espaços.

<sup>44</sup> A palavra “*plantão*”, às vezes, também é designada como o espaço onde o coletinho deve fazer a vigilância. Normalmente, os supervisores determinam a área pela qual os agentes devem se ater em circular (um a três quarteirões, em média) e, com esta referência espacial, devem efetuar a vigilância característica.

Antes de chegar na passarela, encontrei Vagner, acompanhado de mais um auxiliar que não conhecia ainda, ambos fazendo *plantão* em uma esquina da Avenida Afonso Pena, quase na Praça Rio Branco. Parei para cumprimentá-los. Ele me conta que hoje não teria ação na passarela, como no resto da semana já que era dia de “ponto facultativo” (véspera de feriado). Portanto, poucos auxiliares estavam nas ruas hoje. Inclusive, quem está a comando das *operações* é gerência que se ocupa das ações em finais de semana e feriado, a GERFAES - Gerência Regional de Fiscalização de Atividades Especiais. [...] Vagner estava escalado hoje como se fosse seu “horário de final de semana”. “Pra *azulzinho* não tem dia santo não”, reclama Vagner.

Ele conta que aquele era seu ponto fixo, onde normalmente fica, quando não há ações excepcionais, como a da passarela nas últimas semanas. Enquanto conversávamos ali, por alguns minutos muita gente passava e o cumprimentava como parece que faz todos os dias: um morador de rua da região, uma lojista, um ex-colega que ia para o trabalho...

Me despedi dos agentes e fui ver como estava a área da passarela sem a atuação da fiscalização. Vagner comenta resignado: “deve estar tudo torado sô”. Mesmo de longe já foi possível ver que alguns vendedores de rua se aproveitavam da ausência da fiscalização. Andei de uma ponta da passarela à outra - sentido Lagoinha - e contei 13 toreros, e ainda era cedo, 9:50. Eles se concentravam principalmente em duas partes, o início da passarela (mais próximo do centro, da praça) e próximo do acesso à estação de metrô. Os produtos eram variados: guarda-chuvas (quando o tempo está nublado ou chuvoso, não falta!), brinquedos, descascadores de legumes, perfumes, equipamentos para celulares, cigarros. Alguns ficavam em pé, encostados na mureta, outros apoiavam as mercadorias em caixas de papelão (quase sempre são as caixas com a marca do cigarro mais vendido nas ruas, San Marino), improvisando uma bancada. Noto que aquele mesmo vendedor de fones de ouvidos que vi várias vezes na semana passada (jovem, magro, sempre de boné), vendendo discretamente os fones pendurados em seu braço, agora vendia num espaço muito mais visível, também em cima de uma bancada. Além deste, reconheci também que alguns dos vendedores de hoje andavam circulando a passarela nos dias em que a Kombi da fiscalização estava estacionada. Como já haviam mencionado os rapazes do *Apoio* outro dia, os camelôs que costumam atuar naquela região costumam rondar à espreita da fiscalização, a fim de agirem rapidamente, aproveitando-se de qualquer oportunidade: troca de turnos das equipes, eventuais saídas para lanche e etc.

Como hoje as atividades da fiscalização no Centro estavam reduzidas, o que estava perceptível para mim (e certamente para os ambulantes), resolvi caminhar pelas ruas preferidas pelos toreros. Andei até a Praça Sete, passando pela Rua Carijós. Parei um pouco para observar e anotar no meu caderno sentado no banco da praça. No quarteirão fechado da praça: dupla sertaneja, aposentados negociando pedras, protestante pregando (gritando), os tradicionais jogadores de damas. Certamente o Centro estava mais agitado do que de costume.

Caminho mais um pouco. Já são 10:50. Com exceção da Rua Caetés, em frente à sede da fiscalização (de onde se via um ou outro *azulzinho* entrando ou saindo), só pude ver um auxiliar (calvo, de óculos, aparentemente mais velho) parado sozinho na entrada da Galeria do Ouvidor, na Rua São Paulo. Era notável que sua presença ali não causava nenhum constrangimento aos vários camelôs a sua volta. No mesmo quarteirão que estava parado havia pelo menos 6 toreros vendendo variados produtos em cima das caixas de San Marino, alguns há poucos metros dele. O que ele poderia fazer? Será que já chamou o *Apoio*?

Voltando aos quarteirões fechados da Praça Sete, observei muitos vendedores hippies/artesãos, vistos todos os dias, comumente tolerados. Os produtos são variados e apesar de serem encarados como artesãos, percebe-se que nem todos ali vendem produtos tipicamente artesanais (como os fiscais e auxiliares já vêm comentando há um tempo), inclusive algumas peças feitas de plástico. Hoje, entre estes, haviam também toreros “comuns”, como os vendedores de cigarro. Aproveitando-se da quase ausência de fiscalização, estes ambulantes parecem ter “avançado” alguns quarteirões acima do cruzamento da R. Curitiba com R. Carijós.

No quarteirão fechado da Carijós flagro, de relance, uma conversa entre dois rapazes. Um deles comenta que “tirou uma nota” (se referindo ao comércio ambulante) no ano passado. Ele contava que quando chega o “vigilante”, “o pessoal grita” avisando os outros.

Apesar de ter sido apenas um dia atípico, impressionou a rapidez com que camelôs, oportunamente, reocuparam em massa alguns espaços de disputa da cidade. Enquanto agentes da fiscalização observam e analisam a organização e territorialidade dos ambulantes pelas ruas,

ocorre também o inverso. Faz parte do *metier* do vendedor ambulante em Belo Horizonte conhecer como atua, onde atua e quando atua a fiscalização. Esse tipo de reação é parte também da ordem de interação estabelecida entre os vendedores e seus reguladores. Por esta perspectiva, é possível dizer que a atividade do camelô se faz pela tática astuta, pelo cálculo a partir de um outro (DE CERTEAU, 2009). Em muitas regiões da cidade, os horários de trabalho dos camelôs se alternam diariamente e justos aos horários de trabalho de chegada e partida dos auxiliares nos *plantões*.

Os *coletinhos* que foram para o trabalho neste dia encontraram contextos excepcionais de ação e tiveram que se ajustar condicionalmente. Mesmo há poucos metros da passarela “torada”, Vagner não se arriscou (ou não se incomodou) em fazer o “primeiro contato”. A situação de que a área estava “torada” estava dada para Vagner.

Ainda a fim de observar usos mais específicos de exercício do *plantão*, acompanhei por algumas semanas uma ação de *plantão* concentrado, para observar como atuavam, individualmente e em equipe, os *coletinhos* sob estas circunstâncias particulares. Diante da delimitação de categorias que faço neste capítulo, julgo que essa ação realizada na passarela, apesar de ter sido atípica e ter um caráter de ação concentrada/intensiva, se configura ainda como uma variação do *plantão* e não de *operação*, uma vez que visa à ocupação do espaço público de fluxo por vários dias seguidos, o que está expresso tanto através do ponto de vista estratégico, quanto na experiência de trabalho prático e relacional dos agentes.

A Secretaria Adjunta de Fiscalização da Regional Centro-Sul organizou uma longa ação de ocupação da passarela<sup>45</sup> que dá acesso desde o Hipercentro ao bairro Lagoinha (Regional Noroeste) e também a uma estação de metrô. Como me explicou o supervisor Adilson<sup>46</sup>, a ocupação visava o “sufoco” do comércio ambulante que ali conseguia se estabelecer mesmo diante ações diárias da fiscalização no local.

<sup>45</sup> Como aponta a notícia, “Camelôs, os ‘donos’ das passarelas de Belo Horizonte”, as passarelas tem sido um local privilegiado para a atividade dos toreros, uma vez que, além de serem locais de fluxo contínuo de pessoas/consumidores, têm a vantagem de serem altas e propiciarem, assim, que os vendedores irregulares vejam a aproximação das *equipes de Apoio*. Disponível em: <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/camelos-os-donos-das-passerelas-de-belo-horizonte-1.128495> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>46</sup> Apesar de não ter sido entrevistado com a utilização de gravador, Adilson foi um dos principais interlocutores da investigação. Além de ter sido bastante aberto para trocar impressões, seus depoimentos sobre o campo da fiscalização foram particularmente valiosos para a pesquisa, uma vez trazia seus estranhamentos e questionamentos sobre os aspectos “não-ditos” nas entrelinhas das hierarquias, sociabilidades e procedimentos. Adilson era novato e já ocupava o cargo de supervisor pela Regional Centro-Sul. Há poucos meses foi transferido, por indicação, da administração do Terminal Rodoviário para a fiscalização. A transferência só é possível devido a uma indicação feita de dentro da empresa terceirizada, a mesma conservadora que contrata funcionários para a administração do Terminal, contrata também para a fiscalização da PBH.

O relato a seguir, realizado no primeiro dia de acompanhamento da ação, ilustra como a equipe ocupa o território (como se fixam, como circulam) nessas circunstâncias, e qual o efeito observado dessa presença.

Cheguei à passarela pela Praça Rio Branco. A passarela liga (à esquerda) a região da Rodoviária com a estação de metrô da Lagoinha, e (à direita) a Avenida Antônio Carlos, parte da região conhecida como Complexo da Lagoinha, composta também por outras passarelas, viadutos e grandes avenidas. Neste local, de intensa circulação de pessoas todos os dias, a presença de camelôs já é tradicional. A passarela é conhecida pelos agentes como uma “área torada”, e também um local onde trabalho pode ser perigoso. Nas entrevistas, vários auxiliares relataram casos de “sustos” bastante violentos que ocorreram na passarela ou perto dela.

Logo quando chego, vejo que são muitos auxiliares no local: eles estão distribuídos em duplas, desde o início da passarela, até a metade da passarela, onde está a entrada para a estação de metrô. No total, haviam mais ou menos 15 homens de colete azul. Além deles, haviam outros sem uniforme, mas que também integravam a equipe: alguns eram “auxiliares de Apoio”, que atuam especificamente nos momentos de apreensão, e outros eram supervisores. Não pude distingui-los muito bem. A equipe de fiscalização parecia ter uma espécie de base. Por mais que alguns se movimentassem dentro daquele território delimitado, a referência como “ponto fixo” era a Kombi estacionada na primeira rampa da passarela, ao lado de uma banca de jornal, em cima da calçada. Ali ficavam parados o maior número de supervisores e auxiliares.

Andei de ponta a ponta da passarela algumas vezes para identificar alguma dinâmica mais superficial. Na passarela, de fato, haviam poucos ambulantes, muito diferente de quando se passa por ali em outros dias normais. Avistei um vendedor (bastante discreto) de fones de ouvido coloridos, todos pendurados em seu braço, levantado e expostos para os pedestres apenas na altura do muro. Há poucos metros dali estavam parados três *coletinhos*. Na frente deles estavam, tranquilamente, uma mulher e um homem vendendo unidades do Jornal Super, empilhados sobre uma caixa de papelão. Alguns tipos de comércio ambulante são mais frequentemente tolerados, como os vendedores de jornal e os vendedores de chip de celular, por exemplo.

Mais à frente vi um senhor com um carrinho cheio de guarda-chuvas que andava na direção do Centro. O dia estava nublado e chovendo um pouco. Percebi quando ele notou que a fiscalização estava presente. Ele olhou e deu meia volta. Desceu as escadas, deixou suas mercadorias com dois outros senhores na Avenida Antônio Carlos (abaixo da passarela) e subiu com apenas um guarda-chuva em mãos. Não o vi mais.

Como sabia que na passarela havia uma “base fixa” da fiscalização, resolvi ir para lá e ver como andava o movimento. Encontrei Adilson e alguns auxiliares que havia conhecido nos dias anteriores. Cumprimento todos, inclusive Vagner, que estava ocupado ao telefone. A fim de observar como andava o “movimento”, ando até o outro lado da passarela: nenhum ambulante, com exceção de um vendedor de fones de ouvido coloridos, o mesmo visto no início da semana. Adilson me alerta: “do outro lado, já é outra regional. Ficamos até a metade da passarela normalmente, mas às vezes passamos para o outro lado para dar algum Apoio, quando necessário.” Comentei com Adilson sobre a região da Carijós estar tranquila, com poucos *azuizinhos*. Ele disse que, mais cedo, a Kombi com os agentes do Apoio foi lá e “limparam a área”, por isso estava assim.

Toda operacionalidade da fiscalização neste contexto está pautada em uma noção dinâmica e tácita de ordem urbana, o que ficou bastante perceptível pela organização em torno deste *plantão* na passarela. A partir de como os supervisores e o coletivo de auxiliares percebem a “limpeza” da rua, a equipe calcula sua circulação e dispersão pelo território, assim como se engaja em abordagens e ações de apreensão (mobilizando as *equipes de Apoio*). O expediente de ações de fiscalização é tão dinâmico quanto a sociabilidade urbana de modo geral.

Mesmo o *plantão*, modalidade cujo papel está mais voltado ao controle ostensivo e rotineiro, pode ser, eventualmente, realocado e reconfigurado a fim de dar respostas imediatas a questões mais urgentes. O modelo de fiscalização proposto é marcado por certa maleabilidade do ponto de vista do planejamento e de sua operacionalidade. Quer dizer, pode ser tanto mais incisivo quanto extensivo; pode ser tanto mais concentrado quanto disperso; pode estar focado em vários tipos de irregularidades quanto em apenas uma. As variações decorrem, de modo geral, na maneira como a gestão urbana é pensada em cada território da cidade (centro *versus* bairros; bairros nobres *versus* bairros periféricos) e em cada momento político que a cidade passa que fica refletido no planejamento e suas continuidades. Como veremos, isso não é exclusivo para o caso da modalidade *plantão*, mas é abrangente e representativo sobre como este controle social parece se esquematizar na cidade.

Este aspecto dinâmico e relativo se reflete, de forma geral, em uma considerável autonomia dos gerentes em elaborar e ajustar, na ordem do dia, a distribuição dos focos dos *plantões*, de acordo com o que percebem como as prioridades do momento. Ao mesmo tempo, essa maleabilidade reverbera também nas pontas, na prática dos auxiliares vestidos de colete azul. Enquanto típicos burocratas do nível de rua (LIPSKY, 1980), os auxiliares dispõem de relativa autonomia e poder discricionário para a resolução das questões surgidas cotidianamente, diante das inumeráveis situações em que podem se deparar nas ruas. Desta forma, desenvolvem e formatam, da maneira que podem, táticas e agenciamentos práticos, sempre em consonância com as condições que se deparam. A falta de prescrição e orientações sobre como devem atuar durante os *plantões* não se trata, portanto, de desorientação ou ingerência por parte dos atores, mas de um efeito prático (porém não programado) da instituição que se adequa e incide sobre as ações individuais.

Por fim, o *plantão* pode ser situado, em uma conformação estratégica mais ampla de funcionamento da fiscalização, enquanto: (1) referências externas e difusas da PBH visando a identificação imediata de alvos de intervenção; (2) método de abstenção da regulação burocratizada (autuações e apreensões) como único meio para o exercício da fiscalização sobre ambulantes. (3) meio de manutenção de uma ordem idealizada e aparente: “manter o *plantão* limpo”.

Entretanto, como exposto, esta modalidade do *plantão* não se sustenta por si só. Nas interações do dia-a-dia, sua eficácia é dependente da prática das *equipes de Apoio* e, sobretudo, do temor das apreensões, o risco de “perder”. No contexto das práticas mais rotineiras da fiscalização, o *plantão* é peça integrante de um mecanismo que conecta o controle pela via da

vigilância ostensiva, do “trabalho preventivo” e do esforço da negociação com o controle pela via das apreensões diretas.

#### **4.1.2 As equipes de Apoio: a dinâmica das ações de apreensão e a participação da Polícia Militar**

Nesta seção apresento o trabalho realizado pelas *equipes de Apoio*, grupo de agentes cuja função principal é a operacionalização das ações de apreensão, sendo estas reconhecidas como decorrências dos fluxos rotineiros do controle. Informado pela prática dessas equipes, demonstro como o controle se faz por esta dimensão, a partir dos esforços e dos riscos assumidos pelos auxiliares de fiscalização (principais integrantes do grupo), em face a determinados aspectos estruturais que legitimam e condicionam a legitimidade das apreensões. Como veremos, hierarquias, atribuições formais e a peculiar parceria com a Polícia Militar são estruturantes em termos da racionalidade em torno do trabalho e, diretamente, sobre a forma como as ações se dão, pela interação entre os auxiliares e os vendedores ambulantes.

No fluxo iniciado com o trabalho de vigilância feito pelos auxiliares em *plantão*, o acionamento da *equipe de Apoio* é entendido como o último recurso a ser mobilizado pelos auxiliares nas ruas. A participação dessas equipes é importante para o funcionamento geral da fiscalização, já que, dentro do fluxo do controle rotineiro, situado pela interação entre auxiliares e comerciantes ambulantes, a atividade se configura como uma espécie de concretização do controle. Quer dizer, sob a legitimidade do Código de Posturas e da autoridade do fiscal integrado, imprime-se a sanção ao infrator identificado: produz-se um documento para a apreensão (o auto de apreensão) e as mercadorias apreendidas são postas dentro de um invólucro, lacradas e levadas ao depósito da Prefeitura. A retomada das mercadorias se dá mediante o pagamento de uma multa, e assim deve ser orientado o portador da mercadoria apreendida. No contexto dos *plantões*, a possibilidade da ação de apreensão leva consigo a ideia de “solução” dos impasses entre *coletinhos* e ambulantes.

No contexto do controle rotineiro sobre o comércio ambulante, toda apreensão é implementada pelas *equipes de Apoio*. Ademais, há de se apontar que a atividade dessa equipe deve ser entendida como uma modalidade exclusivamente voltada à regulação da atividade dos camelôs. Na maioria das demais áreas que compõem a *Fiscalização Integrada* (como a fiscalização em obras, sobre estabelecimentos comerciais, checagem de alvarás e etc), as autuações e aplicações de multas estão a cargo somente do trabalho do fiscal integrado, isto é, no geral não contam com *equipes de Apoio* ou mesmo suporte policial frequente.

Particularmente, *equipes de Apoio* são um instrumento exclusivo do controle ao comércio ambulante irregular.

Cada *equipe de Apoio* é composta por um fiscal integrado (o único responsável por assinar o auto de apreensão), um policial militar (cuja função se limita ao resguardo da segurança da equipe) e por um grupo de (normalmente quatro) auxiliares de fiscalização, além de um supervisor, que por vezes também acompanha as ações de perto. São os auxiliares que, de fato, “pulam”, “dão o bote” nas mercadorias.

De início, é importante dizer sobre a participação da Polícia Militar nas ações realizadas pelas *equipes de Apoio*. Essa participação é parte de uma parceria entre a PBH e a Polícia Militar de Minas Gerais que, durante os mandatos de Márcio Lacerda (PSB)<sup>47</sup>, tem sido central para a estratégia implícita às ações do *Apoio*. Segundo o Cel. Sebastião, atual gerente chefe da fiscalização na Regional Centro-Sul e um porta-voz da questão, ambas instituições têm interesses convergentes, por isso a parceria é um caminho que ele vê com “naturalidade”. Entretanto, diz que é obrigação da Polícia Militar resguardar as ações de fiscalização regularmente, já que uma de suas atribuições é “garantir o poder de polícia dos outros servidores públicos”, no caso os fiscais integrados, fazendo alusão ao artigo 144 da Constituição Federal que ele mesmo cita durante nossa conversa.

Outro tipo de participação relevante da Polícia Militar para as ações de apreensão diz respeito à, circunstancial, identificação e abordagem de vendedores ambulantes. Além dos auxiliares em *plantão*, policiais militares também podem fazer abordagens a vendedores ambulantes, a fim de culminar em uma ação de apreensão. O procedimento é o seguinte: após a identificação dos indivíduos, a polícia retém as mercadorias junto ao vendedor e imediatamente se comunica, via rádio ou telefone celular, diretamente com o policial que integra as *equipes de Apoio*, que repassa a demanda ao fiscal integrado escalado. Como o fiscal integrado é o único servidor com autoridade para assinar o auto de apreensão e, de fato, apreender as mercadorias, é imprescindível que ele, então, compareça junto à equipe.

De forma geral, em Belo Horizonte, ambulantes exercem suas atividades tranquilamente mesmo na presença de policiais militares, ou mesmo guardas municipais<sup>48</sup>. Lamont, fiscal

<sup>47</sup> Importante ressaltar que as parcerias não necessariamente começaram durante o mandato de Márcio Lacerda, porém é possível dizer que elas aconteceram com frequência nesse período, ganhando certa centralidade para a formatação do controle social realizado em Belo Horizonte.

<sup>48</sup> Ressalto que, diferente de outras grandes cidades brasileiras, nenhuma instituição policial é responsável pelo controle de camelôs. Entretanto, como dito por vários fiscais integrados e gerentes com quem conversei ao longo da pesquisa, discute-se a possibilidade de, futuramente, transferir esta responsabilidade do corpo de fiscais integrados e passar para a Guarda Municipal, com o intuito de deixar o trabalho do fiscal limitado a funções mais “técnicas”, ao mesmo tempo em que possa ser impresso um controle mais recrudescido aos camelôs.

integrado e gerente responsável pela coordenação geral das *equipes de Apoio* no Centro, me explica que as abordagens feitas a ambulantes pela Polícia não são costumeiras. A Polícia Militar costuma ter interesses bastante específicos quando abordam ambulantes no Centro de Belo Horizonte. Como exemplo, conta que a fim de combater a venda de celulares usados (supostamente roubados), a Polícia faz a abordagem aos vendedores (que normalmente se concentram na região do entorno do Terminal Rodoviário) e chamam a *equipe de Apoio* para que possam apreender os celulares sob o pretexto de estarem sendo vendidos irregularmente em espaço público, como qualquer torero. Como não poderiam apreender os celulares sem um mandato, a Polícia recorre, diretamente à Prefeitura, a estes celulares que ficam retidos no depósito. “Uma mão lava a outra”, assim me explica Lamont.

**Figura 1 – Mercadorias apreendidas em ações das equipes de Apoio**



Fonte: Página do Primeiro Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais no Facebook (acesso em Novembro de 2015)

O trabalho em conjunto entre as equipes do *Apoio* e a Polícia Militar se torna algo bastante imbricado, se visto pelo ponto de vista dos auxiliares e dos policiais que atuam continuamente nas equipes. Na prática cotidiana, a integração entre as instituições às vezes toma a forma de solidariedade (“ajuda”) individual e acaba por ofuscar prescrições e divisões básicas de atribuições. Raimundo (34 anos, casado, morador de Sabará, 10 anos de serviço) conta que é comum que agentes do *Apoio* ajudem a Polícia no controle de furtos e roubos na região do Hipercentro:

Tarcísio: E você já pegaram ladrão assim na rua?

Raimundo: Nossa Senhora, muito! Muito, muito. Às vezes a gente pega, às vezes é o polícia que fala “me ajuda aqui, na abordagem aqui”, a gente só cerca assim “fica quieto aí, fica quieto aí”. O Vando, o Vanilson, o Paulete, o Welington, o Albert também, os outros meninos, [...] eles pegam mais porque eles trabalham à tarde, e à tarde tem mais roubo, que é a hora que o pessoal está saindo do serviço, estão cansados né, aí esquecem o telefone assim [aponta para o bolso de trás da calça]...

Tarcísio: Mas esse negócio de pegar ladrão... os seus chefes estão de boa com isso?

Raimundo: Tá, tá de boa.

Tarcísio: É arriscado né...

Raimundo: Às vezes eles falam “gente, não mexe não porque é ruim...” Porque é assim, a gente é uma equipe. Se o PM pede a ajuda da gente, a gente ajuda, porque quando a gente pede a ajuda dele ele ajuda a gente né.

Acima dessa sociabilidade cotidiana, existem contingências mais estruturais para essa parceria. A presença de policiais militares reformados ou aposentados em cargos<sup>49</sup> gerenciais dentro da fiscalização faz com que estes laços interorganizacionais<sup>50</sup> sejam facilitados, fortificando uma integração entre ambas. Como muitos destes cargos são comissionados, portanto preenchidos por indicação do secretário (e de outros parceiros políticos), há muito tempo oficiais policiais militares têm ocupado cargos de chefia dentro da fiscalização. Um produto claro disso é o reforço e a reprodução dos *modus operandi* tipicamente militares dentro

<sup>49</sup> Faz-me lembrar do fenômeno do “bico legal” ou “bico oficial” em estados como São Paulo e Alagoas, referente à regularização e formalização da extensão do trabalho de policiais militares dentro do campo da fiscalização sobre ambulantes. Disponível em:

<http://www.dgabc.com.br/Noticia/501302/alckmin-assina-lei-que-autoriza-bico-de-pm-no-estado> e

<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/08/governador-aprova-bico-legal-de-policiais-e-bombeiros-militares-de-al.html> acessados em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>50</sup> Cel. Sebastião se mostra ainda bastante inserido no “universo policial”. Durante a conversa, ele me mostra que continua ligado e em comunicação constante com seus colegas de profissão (ao longo da entrevista cita o nome de vários oficiais supostamente importantes). Ele chega a me mostrar em seu *smartphone* os grupos de *chat* (do aplicativo *Whatsapp*) que participa junto com outros seletos oficiais militares. Conta que nestes espaços, eles trocam informações, discutem assuntos de interesse comum e também compartilham vídeos e notícias relacionados ao “universo policial”. (extrato de caderno de campo)

da gestão municipal, que se propaga em cadeia pela instituição, desde o planejamento, a estruturação do serviço, até a seleção de pessoal, o seu treinamento e a operacionalização nas “pontas” da gestão, por fim. Cel. Sebastião conta que, em 2013, foi indicado pelo Cel. Alexandre Salles Cordeiro (secretário da SMAFIS) para assumir o cargo de gerente chefe. Nesta mesma época, outros quatro oficiais militares também ingressaram da mesma forma<sup>51</sup>, e se distribuíram em outras gerências da fiscalização.

De toda maneira, a partir da autoridade conferida desde os cargos de chefia, desenvolvem-se parcerias, preenchem-se outros cargos gerenciais e de supervisão (em outras épocas, foi um cargo também bastante ocupados por militares), reformatam-se os planejamentos e as prioridades e etc. A influência do *ethos militar*, desde dentro, fica evidente no caso da estruturação do *Apoio*, modalidade que surge no contexto desse cruzamento institucional, modulando inclusive suas formas de organização. Cada equipe ganha nomenclatura correspondente ao território que atuam dentro da regional, e essas divisões são análogas às divisões territoriais da Polícia Militar<sup>52</sup>. Na Regional Centro-Sul as equipes do *Apoio* são as seguintes: 3ª Cia (Região da Savassi e bairro Funcionários), 4ª Cia (Centro e bairros da Região Sul), 5ª Cia (Bairro Barro Preto) e 6ª Cia (Região do “baixo” Centro ou Hipercentro). Cada “Cia” tem suas equipes, uma para atuação na parte da manhã e outra na parte da tarde. A própria ideia de atuação sob delimitações territoriais remete ao modo estratégico tipicamente militar em que se esquadrinha o espaço urbano. Neste caso, a utilização do mesmo “mapa” (uma mesma linguagem, portanto) da cidade que a polícia utiliza facilita para que as instituições trabalhem integradas.

As atribuições e objetivos das instituições de segurança pública e gestão do espaço público muitas vezes se cruzam, e os limites de suas divisões enquanto instituições, por vezes, parecem borradas. Este aspecto parece análogo ao que Hirata (2012) aponta sobre o que chamou de “militarização da fiscalização” no contexto de São Paulo, ao observar um movimento de ampliação do espaço de atuação da PM na gestão da cidade. Apesar da autonomia que têm os fiscais para atuarem, a participação da polícia nas *equipes de Apoio* é fundamental para que se compreendam as maneiras com que as ações são pensadas, estruturadas e desempenhadas, inclusive pela conduta dos auxiliares do *Apoio*, seus membros mais permanentes e ativos.

<sup>51</sup> Até a data da conversa com Cel. Sebastião dois dos cinco oficiais ingressantes ainda permaneciam ocupando os cargos referenciados.

<sup>52</sup> A organização territorial dos batalhões e companhias da PMMG podem ser vistos no seguinte site: [http://www.consep.org.br/lista\\_conteudo\\_inst.asp?Areas=Companhias%20da%20PMMG](http://www.consep.org.br/lista_conteudo_inst.asp?Areas=Companhias%20da%20PMMG), acessado em 20 de fevereiro de 2016.

O relato a seguir ilustra como se organizam os integrantes da equipe de forma tática para uma ação de apreensão. O relato foi feito quando acompanhei de perto, junto a Lamont, algumas ações voltadas para a apreensão realizadas em uma área já há bastante tempo disputada por ambulantes e fiscais, o Hipercentro. Destacando uma ação de apreensão isoladamente, é possível compreender com qual formação os integrantes da equipe, de fato, conseguem capturar as mercadorias e quais as expectativas relacionadas às tarefas de cada membro do grupo nesse esquema.

Ao chegar à Kombi, rapidamente Lamont dá orientações sobre a próxima ação. Avisa logo que o auto será somente assinado na Kombi, quando estiverem de volta. As apreensões serão, dessa vez, na Avenida Santos Dummont, esquina com a Rua Curitiba, mais ou menos três quarteirões de onde o veículo estava estacionado, próximo também da região da Rodoviária. Demanda que façam a abordagem aos vendedores que estava na frente da entrada de uma farmácia. O alvo será, preferencialmente, os vendedores de DVDs pirata que ficam parados na frente das lojas por todo o perímetro das calçadas que fazem esquina.

Os auxiliares vão na frente, a passos rápidos, enquanto vou com Lamont, lado a lado, atrás deles, e, por último, o policial Pimenta anda atrás de nós. Chegando ao último quarteirão, os agentes deixam de andar e correm, a fim de garantir a apreensão das mercadorias expostas na calçada. Os ambulantes tentam correr, levando suas posses da maneira que podem. Muitos conseguem fugir, outros não. A tática adotada é a seguinte: dois auxiliares abordam de um lado da calçada e outros dois de outro, cercando o grupo de vendedores. Nesta ação rápida, notei que um dos agentes pisa em cima de uma beirada do saco plástico que um dos ambulantes tentava puxar. Como um “cabo de guerra”, o vendedor disputa com o agente que, por fim, consegue garantir a apreensão. O vendedor frustrado xinga os agentes e sai de perto logo em seguida.

Logo após a ação, ainda eufóricos e ofegantes voltando para a Kombi, comentamos sobre a ação. Raimundo diz que foi “bem sucedida”, “foi tranquila”. Disse também que é normal que vários consigam correr: “é impossível pegar todo mundo”.

Conversando sobre o *Apoio* do policial, Lamont, demonstrando-se descontente com a maneira com que a ação ocorreu, diz que o correto seria se o Soldado Pimenta caminhasse na frente, junto aos auxiliares para dar um suporte melhor. Disse que caminhando atrás, na retaguarda, não fica apto a proteger os auxiliares em ação, caso algum ambulante respondesse com violência à ação.

Observando a configuração do *Apoio*, e também a sua dinâmica enquanto trabalho em equipe, a divisão do trabalho fica bastante explícita, assim como as relações hierárquicas na constituição dos papéis. Durante a ação relatada, o fiscal integrado se mantém distante, participa apenas como a figura que a autoriza e a legitima, assinando o auto após a apreensão. No caso da cena relatada, o auto de apreensão não foi assinado na presença dos donos das mercadorias apreendidas, mas somente dentro da Kombi, após a apreensão. Lamont admite que apesar deste não ser o procedimento correto e oficial, ele orienta que os agentes façam a apreensão o mais rápido possível para que possam sair da área sem correr riscos de serem surpreendidos pelos ambulantes revoltados com a intervenção. Além disso, em circunstâncias esporádicas, a *equipe de Apoio* acaba realizando apreensões até mesmo sem a participação *in loco* do fiscal, como conta Geraldo (52 anos, casado, morador de Ribeirão das Neves, 8 anos de serviço):

Tarcísio: Mas vocês não trabalham sem fiscal não né? Chegam a trabalhar ou não?

Geraldo: Não...

Tarcísio: Mas algumas vezes sim né?

Geraldo: Depende do fiscal que está lá. Às vezes o fiscal não vem, aí o gerente aqui... que é o coordenador Lamont fala assim “pode fazer a apreensão e traz aqui que eu faço o auto”. Porque muitas vezes esses caras que trabalham na rua nem pegam o auto por causa do valor da infração, para não pagar a infração. Só às vezes quando o cara pega o auto quando o cara é dono do mercado ou está vendendo a mercadoria de outra pessoa, você está entendendo? Para comprovar que foi apreendida a mercadoria dele, mas a maioria é torero mesmo. Perdeu e não quer nem saber.

Isso quer dizer que, de modo geral, a formalização das apreensões nem sempre é levada a cabo da mesma forma. A produção do auto de infração (constando o nome de seu portador, a quantidade dos itens apreendidos e etc) não é, portanto, automática, mas existe enquanto decisão da equipe (orientada indireta ou diretamente pelo fiscal integrado). De forma geral, se gera apenas um auto de apreensão com informações suficientes para que seja dado “baixa” dos objetos no depósito.

Geraldo: O auto é lavrado. É lavrado para poder entregar lá no depósito porque lá no depósito não pode ficar sem o auto. Agora, se a pessoa identificar, já complica mais porque aí tem que identificar a pessoa, pegar o CPF, aí ela já fica com dívida com o município. E para arrecadar [retomar] a mercadoria, ele tem que pagar uma taxa. Então, fora isso... a maioria deixa para lá, são poucas que pedem o auto.

Tarcísio: Não vale a pena não né. A multa é muito alta?

Geraldo: A multa supera o valor da mercadoria. Então se o cara perdeu 2 maços de cigarro, ele vai fazer o auto de 600 reais?

Tarcísio: Nem se ele perder uma caixa de San Marino [marca de cigarro] vale a pena.

Geraldo: Não compensa, porque eles compram no mercado negro aí. Sai mais barato se compra em grande quantidade.

A identificação do portador das mercadorias no documento só faria sentido, pelo raciocínio exposto por Geraldo, se o infrator abordado apresentar interesse em pagar a multa para reaver as mercadorias. Portanto, a partir de uma concepção, mais ou menos geral, de como agem e pensam os ambulantes, um procedimento informal se normatiza.

Dentro das equipes, o fiscal integrado é a figura que detém maior poder de decisão, e por isso, de modo geral, a maneira com que cada um a lidera determina como a ação se desenrolará. Segundo os agentes do *Apoio*, cada fiscal tem um “jeito”, um “perfil de trabalho”. Em entrevistas com agentes do *Apoio*, a todo momento diferenciam como é trabalhar com fiscais de “perfis” diferentes, alguns “deixam trabalhar” e outros não; ou que existem fiscais “bons de trabalhar” ou “ruins de trabalhar”. Fica claro que este é um fator determinante enquanto orientação mais geral para o trabalho: se as abordagens serão mais ou menos criteriosas; se o ritmo do trabalho será mais intenso ou lento; se as apreensões serão mais ou

menos enérgicas; quais áreas e práticas serão mais priorizadas. Douglas, que trabalha no *Apoio* apenas nos finais de semana, traz seu ponto de vista sobre esse tipo de interferência:

Douglas: No final de semana, muitas vezes, é um pouco mais *light* porque o fiscal mesmo não quer... ele apreende um trem aqui, recebe um chamado... por exemplo, na [Rua] Carijós ali está uma região muito crítica, tem muito camelô ali. Aí, muitas vezes, o fiscal fala assim... no meio da semana o fiscal vai lá 3 ou 4 vezes em um dia, e no final de semana o fiscal tem um chamado lá e o fiscal vai lá uma vez. Depois ele vira e fala "ah, não quero ir lá mais não, vou lá mais não" e não pode ir lá. A gente não pode obrigar ele a ir lá, ele que é o chefe.

[...]

Tarcísio: Igual você está falando, tem perfil de fiscal né? Tem fiscal que gosta de fazer esse trampo com camelô e tem fiscal que não gosta né.

Douglas: Tem fiscal que não gosta...

Tarcísio: Como é que você vê isso? Realmente existe isso?

Douglas: Tem. Tem fiscal aí... Tem fiscal que não liga. Vai lá... Tem que fazer serviço de camelô, eles fazem. Agora tem fiscal que tem medo, não gosta desse tipo de coisa... E eles, querendo ou não, eles conseguem falar "ah, não vou lá". Quem vai obrigar eles a ir? Aí, muitas vezes, tem isso mesmo. Fiscal tem um chamado, tem chamado em lugar assim, assim, assim. Quando você está no *Apoio* e tem chamada, a gente fala com o fiscal "tem um chamado assim, assim, assim". Se a gente vai lá ou não, quem vai mandar é o fiscal. Aí tem hora que ele fala "ah, vou lá", aí tem hora que fala "não vou" e não vai. Tem hora que o fiscal fala assim "nós vamos lá mas não vamos prender nada não, vamos lá parar a Kombi lá só para espantar eles". A gente vai lá e faz só o que ele manda.

Todo o esforço e riscos envolvidos na ação são assumidos pelos auxiliares do *Apoio*, desde o recebimento do chamado (muitas vezes, eles mesmos carregam o rádio que recebe as chamadas), a própria tática de apreensão, até o lacramento das mercadorias nos invólucros e o descarregamento dos mesmos no depósito da Prefeitura.

Felipe: [...] é a gente que vai lá e pega, por isso que a gente é tão visado. É a gente que pega, vai lá e aborda e dá o toco no cara e não deixa o cara levar, entendeu? Esse é o *Apoio*, o cara que faz a *operação*, o cara que vai na Kombi, é o que chama de carrasco... o carrasco! Igual, por exemplo, o *Apoio* no Centro não chega de colete, que é para chegar e pegar, porque se a pessoa vê a Kombi chegando e tá de colete, os caras vão correr. E lá não, lá eles querem pegar mesmo! [...] Com o *plantão* é diferente. Chega com educação, cumprimenta, dá "bom dia", fala que não pode, que é proibido, entendeu? O *Apoio* já chega e pega mesmo!

Logo à primeira vista, os auxiliares atuantes no *Apoio* já se diferenciam por não usarem uniformes - o colete e boné azuis - como os outros, trabalham à paisana como os supervisores, gerentes e fiscais integrados - tênis/sapato, calças jeans, e camiseta/camisa social. Os agentes que se dedicam à função, como Raimundo e Geraldo, sequer se reconhecem enquanto "auxiliares" nas entrevistas, por mais que tenham sido contratados da mesma forma que os outros, pelas mesmas condições formais como salários e duração de expediente. A tarefa principal continua sendo o de auxílio ao trabalho do fiscal, mas nesse caso o auxílio é efetuado diretamente, sem mediações, uma vez que atua sempre junto aos superiores e fiscais nas equipes.

Como se nota, em oposição ao *plantão*, o trabalho do *Apoio* não é comunicativo, mas incisivo, enérgico. A sua principal atribuição são as ações de apreensão: ao chegarem ao local indicado, cercam os ambulantes observados e “pulam” nas mercadorias expostas para venda. Porém, às vezes, as *equipes de Apoio* fazem o que chamam de “xô” ou “xô-camelô” pelas ruas, como explica Geraldo (auxiliar de fiscalização há 8 anos e no *Apoio* há 6 anos):

Geraldo: O xô é assim, eles já veem você e quando eles avistam a gente, eles já correm, já saem. Já recolhem a mercadoria e saem. Isso é o que eu quero dizer com “xô camelô”. É só passar, é só parecer que você está passando. Quando a gente vai fazer ação, a gente procura o máximo para não ser visto, entendeu? Mas no “xô” a gente procura para eles verem a gente mesmo para eles saírem. É tipo assim, só um aviso mesmo que a gente está passando.

Normalmente a tática do “xô” é utilizada como substituta da ação de apreensão quando não há suporte policial disponível; quando o fiscal escalado decide não efetuar apreensões, ou mesmo quando não está presente. Portanto, trata-se, nestas circunstâncias, de realizar o trabalho de controle sem depender da autoridade do fiscal, fazendo rondas com o veículo oficial somente para mostrarem aos ambulantes que estão presentes.

Porém, dentro da rotina, o “xô” acaba se tornando também uma prática ainda mais constante. Mesmo quando a Kombi do *Apoio* está apenas de passagem pelas ruas do Centro (entre uma ação e outra, ou entre a sede e o depósito da Prefeitura), é comum que os ambulantes, temerosos, corram ao identificarem na Kombi branca a logomarca da Prefeitura. Cientes do impacto que causam nos ambulantes, os agentes do *Apoio* então o reforçam:

Em certo momento, no caminho de volta para a passarela, enquanto estávamos parados no sinal, um dos auxiliares vê um ambulante e fala agitado: “bora espantar aquela dona ali que tá vendendo!”. Seu colega responde: “você quer espantar deficiente físico, doidão?”. Criticando a permissividade<sup>53</sup> aos deficientes físicos, Alan comenta: “Sagrados direitos humanos que acabam com o mundo”. Quando passamos na região da Rua Carijós, onde eu estava mais cedo (agora sim bastante “torado”), todos os ambulantes que nos viam pegavam suas mercadorias e saíam rapidamente. Isso me impressionou! Ao perceberem que estavam espantando os ambulantes somente com a Kombi (identificada por um adesivo grande escrito, em caixa alta, “FISCALIZAÇÃO PBH”, na parte superior ao para-brisa), os auxiliares se divertem com a situação, fazem piadas com os vendedores. O adesivo que identifica a Kombi branca da fiscalização é discreta, mas é rapidamente notada pelos ambulantes mais atentos.

O motorista da Kombi (que não é agente de fiscalização) entra na brincadeira e começa a gritar para fora da janela, como se caçoasse dos camelôs. Um dos agentes imita uma sirene, simulando a Kombi como viatura policial. Todos riem. Outro, ainda, coloca sua cabeça para fora da janela e imita latidos de cachorro, enquanto o motorista reduz a velocidade.

<sup>53</sup> Como previsto no Código de Posturas (2003), as atividades exercidas por deficientes visuais, sob licença, são toleradas no espaço público: “Art. 153-A - Poderá ser exercida, nos termos desta Seção, a atividade de comércio em logradouro público por deficiente visual, que dependerá de prévio licenciamento.”. Entretanto, pessoas portadoras de outros tipos de deficiência são amplamente toleradas pelo corpo de fiscais, ainda que não possuam licença. Aliás, mesmo os vendedores ambulantes portadores de deficiência visual não licenciados são igualmente tolerados.

A própria comparência dos agentes de *Apoio* (reconhecidos como os únicos responsáveis pelas apreensões) gera um estado de alerta maior e mais urgente do que o provocado pela vigilância ostensiva dos auxiliares de *plantão*. Figurados, portanto, nesta frente de controle de ações incisivas, os auxiliares que participam do *Apoio* experienciam outros tipos de tarefas, outra dimensão do controle social, outros tipos de relações de poder. Por isso, observando as suas rotinas no trabalho, pude conhecer uma faceta da operacionalização da fiscalização bastante própria. Douglas, por exemplo, apesar de trabalhar na maior parte do tempo no *plantão*, diz se identificar mais com a dinâmica e ritmo de trabalho do *Apoio*, que faz nos finais de semana e quando tem que cobrir a falta de algum integrante das equipes regulares:

Douglas: Na minha opinião... eu prefiro ficar no *Apoio*, porque aí você faz o serviço, faz o serviço e vai embora. Normalmente o *plantão* fala, quando o cara quer criar caso, por exemplo, o cara fica lá falando no seu ouvido, falando no seu ouvido... toda hora fica lá resmungando no seu ouvido. E o *Apoio* chega, faz o serviço, montou no carro e foi embora. Vai fazer outro. Deixa ele lá. Acho que a principal diferença é essa. O *plantão* tem que, como ele é o primeiro contato e não tem o poder de fazer a apreensão, ele é como se fosse taxado de ser mais fraco, aí o camelô vai para cima dele.

Por fim, vale lembrar que são vários os elementos que contribuem para a noção de funcionamento do trabalho do *Apoio* da maneira com que é apresentado aqui. Ela parte desde uma dimensão subjetiva, associada à trajetória dos agentes e sua identificação com as tarefas; que está, por sua vez, conectada a uma dimensão objetiva, própria de uma anúncio estratégica de controle social, observada, por exemplo, na conformação hierárquica nas equipes e a participação constante e influente da Polícia Militar. Todos os aspectos explorados são confluentes para o formato operacional vigente do *Apoio* e, finalmente, para o quadro estratégico mais amplo, inclusive em conjugação plena com o *plantão*, modalidade ostensiva de fiscalização.

#### **4.1.3 As operações: dinamismo e ajustamentos contextuais do controle social**

Além do que apresentei como fluxo rotineiro do serviço, estabelecido a partir do *plantão* e das ações realizadas pelas *equipes de Apoio*, a fiscalização se operacionaliza também a partir de demandas eventuais, nem sempre coordenadas pela SMAFIS mas que mobilizam os seus auxiliares terceirizados como parte do corpo operacional. Pelo ponto de vista da mecânica do controle, as *operações* se modulam enquanto esforço de se adequar a demandas específicas e/ou esporádicas dentro do que está posto enquanto espaço de atuação da fiscalização. Já pelo ponto de vista do trabalho prático “ao nível de rua”, o que se observa é que nessas *operações* as

relações de trabalho e os papéis são rearranjados a cada situação, a cada configuração de equipe, revelando outras tarefas, outros obstáculos e outras facetas desse campo de controle social. Por isso importa acompanhar as diferentes formas de *operação* de fiscalização.

Aqui genericamente chamadas de *operações*, refiro-me às *operações* de fiscalização sobre o comércio ambulante em eventos, às vistorias em *shoppings populares*, às *operações* de “remoção” de moradores de rua das vias públicas, às ações de desapropriação em ocupações de moradia irregulares e etc. Todas estas ações têm fins específicos e operam de acordo com demandas relativamente eventuais. Englobo nesta categoria todas as ações que pressupõem participação dos auxiliares de fiscalização e que pressupõem, assim, a experiência de um trabalho em equipe junto a outros “agentes do Estado”.

A distribuição das escalas para participação nas *operações* segue, normalmente, a mesma lógica territorial da divisão por regionais, sendo que qualquer auxiliar pode ser escalado a participar esporadicamente, sendo ele agente do *Apoio* ou *coletinho azul* nos dias regulares de trabalho. Auxiliares lotados pela Regional Centro-Sul participam de *operações* dentro desse território, como a vigilância realizada nos entornos dos shows realizados no Parque das Mangabeiras ou as “batidas” da Receita Federal efetuadas em algum *shopping popular* do Hipercentro; enquanto isso, os auxiliares da Regional Pampulha costumam participar das *operações* no estádio Mineirão ou feiras realizadas no Mineirinho. Ainda assim, auxiliares (mas também supervisores e até mesmo fiscais integrados) podem ser demandados pela SMAFIS a participar de ações fora das áreas de suas regionais, a depender de demandas excepcionais.

Como já explicitado, são vários os tipos de *operações*, entretanto faz-se possível fazer uma divisão categórica dessas ações em duas partes principais, a partir de como elas se situam a partir de seus precedentes estratégicos. Dou início com as *operações* cujo fim principal segue sendo o controle do comércio ambulante e, logo depois, passo para o que aqui denominei “outras *operações*”, referentes às várias possibilidades alternativas de participação do corpo operacional da fiscalização. O primeiro grupo de *operações* alude a uma extensão do trabalho de controle aos ambulantes realizado ordinariamente, embora sob condicionantes outros de interação; já o segundo grupo revela como funciona o trabalho da fiscalização com o foco em outros “problemas urbanos”, mas demonstra principalmente como a mão-de-obra dos auxiliares pode ser flexível na medida em que assumem o exercício do “trabalho sujo” (HUGHES, 1958) dentro de outras configurações de equipes. Ao fim, constata-se como o campo da fiscalização está adjacente aos outros vários núcleos e agendas de ordenamento urbano e controle na cidade.

#### 4.1.3.1 Operações em eventos: contornos típicos do controle ao comércio ambulante

As *operações* voltadas ao controle do comércio ambulante no contexto de grandes eventos costumam demandar grande número de equipes de fiscalização e, conseqüentemente, de auxiliares a serem escalados. Além disso, eventos de grande porte, como os jogos de futebol realizados no Estádio Mineirão ou no Estádio Independência, ocorrem com muita frequência e, assim, as *operações* acabam se tornando escalas comuns para os auxiliares. A relevância desse tipo de situação de trabalho para a rotina dos sujeitos é inegável, mas também para as instituições fiscalizadoras que têm mantido o controle do comércio irregular nos entornos dos estádios como sendo uma das principais prioridades contemporâneas da SMAFIS junto às gerências locais.

Em Belo Horizonte, um dos lugares que mais sediam os grandes eventos é o Estádio Mineirão (Regional Pampulha). Suas mediações servem de palco para a atividade de centenas de vendedores que se aproveitam da multidão de potenciais consumidores e, conseqüentemente, também a atividade de equipes de fiscalização que se deslocam especialmente a fim de controlarem este comércio irregular típico. Bebidas, lanches, balas, camisas, bandeiras são os produtos mais vendidos e apreendidos no contexto de jogos de futebol e grandes shows musicais.

Foi notável a percepção dos próprios agentes de que esse tipo de *operação* se configura como uma continuação do trabalho realizado nos dias de semana, de expediente regular. As descrições feitas pelos entrevistados evidenciam que, para esta frente de controle, os “adversários” seguem sendo os ambulantes, entretanto, sempre demarquem as particularidades do controle aos ambulantes quando realizado por meio de *operações*. Mesmo sendo o combate à mesma atividade irregular, os vendedores precisamente não são os mesmos, além de que os termos desse controle também são fundamentalmente contextuais.

Um exemplo disso foi o caso da fiscalização implementada especialmente para a Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo FIFA (2014)<sup>54</sup> quando o Mineirão recebeu vários dos jogos oficiais das competições. Um plano excepcional de fiscalização foi elaborado em

<sup>54</sup> Em eventos como Carnaval, Copa do Mundo e Virada Cultural, a SMAFIS reorganizou as ações estratégicas e intensificou o trabalho fiscal para coibir a ocupação do logradouro público e o comércio irregular nas vias de trânsito onde haveria maior tráfego de pessoas, mantendo-as livres de obstáculos móveis ou fixos, conforme determina o Código de Posturas (2003). Durante a Copa, por exemplo, foram coordenados *plantões* fixos e monitoramento por equipes móveis em pontos alvo de comércio irregular. No total, foram feitas cerca de 520 apreensões de mercadorias. O modelo do trabalho feito durante a Copa do Mundo tem sido reaplicado nos eventos dos estádios Independência e Mineirão, com planejamento elaborado em conjunto com as nove secretarias regionais. Ver em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=186231&pIdPlc=&app=salanoticias> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

meio a outras diversas ações do Estado que visavam a reorganização e o reordenamento urbano<sup>55</sup> imediato com vistas no recebimento dos turistas, torcedores e a atenção da mídia internacional. Desta forma, juntamente à fiscalização, equipamentos urbanos foram aprimorados (manutenção de calçadas, manutenção de jardins e etc), inaugurou-se um novo sistema de transporte público<sup>56</sup> (o Move, a versão belo-horizontina do BRT<sup>57</sup>), além da realização de grandes obras voltadas ao trânsito de automóveis, como o alargamento de avenidas e a construção de novos viadutos.

A contribuição da fiscalização para a preparação da cidade esteve voltada ao controle de práticas consideradas irregulares e que iam de encontro ao ideal forjado de “cidade sede”. As equipes de fiscalização participaram, nesse sentido, do recrudescimento das *operações* de dispersão de moradores de rua (através da criação da Agenda de Convergência Proteção da População em Situação de Rua - Copa do Mundo 2014<sup>58</sup>) e de comerciantes ambulantes de vários tipos, desde aqueles que normalmente se encontravam em conflito com a fiscalização, até alguns grupos que tiveram seus “direitos” suspensos, como foi o caso dos pipoqueiros<sup>59</sup> que tradicionalmente eram tolerados para atuarem sem licença e com a chegada do megaevento passaram a ser multados e autuados frequentemente.

Uma das medidas mais evidentes e estruturantes da fiscalização no sentido dessa intensificação contextual foi a ampliação das patrulhas, englobado pelo projeto nomeado Patrulha Fiscaliza BH, criado em 2013. O projeto foi amplamente divulgado pela PBH<sup>60</sup> e imprensa local<sup>61</sup> como um esforço pretensamente “concreto” pela intensificação do controle e prol do ordenamento urbano. O método é o seguinte: rondando em Kombis pelas principais ruas e avenidas das nove regionais da cidade, os fiscais identificavam infrações relativas

<sup>55</sup> Disponível em:

<http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/copa-do-mundo-2014/maquiagem-para-bh-ficar-mais-bonita-no-mundial-1.857845> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>56</sup> Disponível em:

<http://oglobo.globo.com/brasil/brtmove-a-principal-legado-da-copa-para-belo-horizonte-12754968> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>57</sup> Sigla em inglês para Transporte Rápido por Ônibus.

<sup>58</sup> Disponível em:

<http://www.itatiaia.com.br/noticia/prefeitura-de-bh-cria-acao-para-monitorar-moradores-de-rua-durante-copa-do-mundo> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>59</sup> Disponível em:

[http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/06/03/interna\\_gerais,535650/pipoqueiros-de-bh-reclamam-de-multas-e-pedem-abertura-de-licitacao-para-trabalhar.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/06/03/interna_gerais,535650/pipoqueiros-de-bh-reclamam-de-multas-e-pedem-abertura-de-licitacao-para-trabalhar.shtml) acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>60</sup> Vídeo disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dRyJ6H6hWs8> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>61</sup> Disponível em:

[http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/05/24/interna\\_gerais,532218/bh-reforca-equipes-de-fiscalizacao-do-codigo-de-posturas-a-partir-de-segunda-feira.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/05/24/interna_gerais,532218/bh-reforca-equipes-de-fiscalizacao-do-codigo-de-posturas-a-partir-de-segunda-feira.shtml) acessado em 20 de fevereiro de 2016.

especificamente à “obstrução do logradouro público” efetuando, no ato, as autuações e aplicações de multas, com o auxílio de smartphones (conectados a um sistema de informações da fiscalização<sup>62</sup>) e impressoras portáteis, pelas quais é possível fazer o processamento das autuações e a impressão das multas. A intenção foi a demonstração de melhora na eficiência em lidar com as irregularidades pelo aumento da rapidez dos processos.

As equipes de patrulhamento são compostas por um fiscal integrado, dois auxiliares de fiscalização e dois guardas municipais. Dentro das equipes, os auxiliares são escalados para serem os “braços” das *operações*, como o carregamento dos itens apreendidos ou corte dos arames que prendem as faixas irregulares de publicidade.

**Figura 2 – Equipes das operações**



Fonte: Página oficial da PBH<sup>63</sup>

<sup>62</sup> Refiro-me ao Sistema Informatizado da Fiscalização (SIF), inaugurado neste mesmo contexto. Segundo o secretário adjunto Alexandre Salles, “Com o lançamento da Patrulha, estamos testando o SIF para que a partir de janeiro tenhamos um trabalho mais efetivo, mais eficiente e mais rápido para a sociedade”. Ver em: <http://jornaldobelvedere.com.br/portal/index.php/cotidiano/infraestrutura/item/1975-pbh-institui-patrolha-fiscaliza-bh-para-combater-infracoes-que-prejudicam-o-espaco-urbano> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>63</sup> Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=157626&pIdPlc=&app=salanoticias> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

Por meio desta mesma orientação estratégica, suporte tecnológico e configuração de equipe, a SMAFIS estruturou seu plano de *operações* nas mediações do Mineirão, a fim de controlar o comércio ambulante irregular. Como me contou um fiscal integrado escalado para trabalhar nestas *operações*, dez equipes atuaram em cada jogo, desde o início da manhã (antes da chegada dos torcedores e camelôs), até o fim da tarde (quando a multidão já se dissipara), se distribuindo nas várias vias de acesso ao estádio.

O relato a seguir ilustra bem como funcionam, de modo geral, as *operações* em grandes eventos (esportivos, musicais e etc) no que diz respeito à organização por equipes e a circulação delas pelo espaço. Diante da multidão e do grande número de esquivos comerciantes ambulantes, as equipes de fiscalização se concentram em determinadas áreas e realizam, ali, abordagens esporádicas.

Peguei o MOVE (foi a primeira vez que eu andava no novo BRT) no Centro para descer na Estação Mineirão, junto com muitos torcedores vestidos com as camisas das seleções da Argélia e Bélgica. Cheguei por volta de 10:40.

Vários “trabalhadores do Estado” ocupavam as ruas no trajeto que fiz, de várias instituições diferentes, como Guardas Municipais, PMs, Fiscais, funcionários da BeloTur, funcionários que dão informações sobre o MOVE e etc. O movimento era diferente do que se via em dias normais. Todos de alguma forma trabalhando pelo megaevento. Ainda se via os últimos reparos na cidade: muros sendo pintados, jardins sendo trabalhados, eletricitistas mexendo nas fiações dos postes e etc.

[...]

Já perto do estádio, onde já se aglomeravam os torcedores, em uma das entradas o caminho era longo até o primeiro *check point* da PM, onde só poderia passar quem portasse o ingresso do jogo. Notei que neste caminho vi apenas um ambulante, um homem com o carrinho e uniforme do IceGurte (um produto bastante vendido por ambulantes em Belo Horizonte), porém carregando, improvisadamente, cerveja no carrinho. Ele também usava um microfone portátil preso ao rosto pelo qual anunciava o seu produto e seus preços. Dizia em português e em inglês, tentando conquistar os turistas. Acompanhei sua trajetória por um momento e notei que os PMs em volta (eram muitos) não o repreenderam de nenhuma forma, mesmo quando notaram que ele vendia cerveja em vez de IceGurte. Vi, de longo, o momento em que dois PMs para dentro do carrinho do rapaz e, notando a cerveja, deram risada.

Mais à frente notei outro homem vendendo cerveja parado e de forma discreta, atrás de uma árvore. Adiante, quando já estava voltando na direção da avenida, uma vez que não encontrei nenhuma atividade de fiscalização, encontrei outro ambulante vendendo cerveja. Perguntei pra ele se ele havia notado fiscais por ali e ele disse que só na outra entrada, perto dali (perto do viaduto da Abraão Cahram). Disse que ali onde estava parado “estava tranquilo”.

Fui para a outra entrada próxima. Logo que cheguei perto, avistei uma equipe: dois de coletes azuis (auxiliares), dois de coletes pretos (fiscais integrados) e uma policial. Eles estavam parados debaixo de uma árvore aproveitando a sombra. Um dos auxiliares já era conhecido, já havia conversado com ele quando fazia trabalho de campo outra vez. Conversei com ele um pouco, contando que eu continuava com a pesquisa... e também que tinha ido para lá para observar como a fiscalização atuava. Ele disse que o movimento estava tranquilo já que havia bastante suporte da PM, que por sua vez também fazia um controle, porém de revendedores ilegais de ingressos (cambistas). Contou que há pouco viu a Polícia “pegando” um cambista na frente deles.

[...]

Notei que as equipes também ficavam do lado de dentro, depois do *check point* da PM. Fico vendo um grupo (dois auxiliares e um fiscal) deles desde o outro lado da grade. Depois de algum tempo parados lá dentro, eles vão para fora, andando juntos, avistam uma mulher e a abordam porque estava junto a uma sacola grande e com um isopor aos seus pés. Percebi que fizeram

algumas perguntas para ela, mas parecia, realmente, que não estava vendendo nada. Me aproximei um pouco. De longe, um colete azul avistou um homem que poderia ser um ambulante. Parte do grupo andou até ele. Uma fiscal discutia com um outro fiscal dizendo que a mulher que eles abordaram devia estar vendendo alguma coisa e decidiram deixar um dos *coletinhos azuis* perto dela enquanto iam averiguar o outro “caso”. Acompanhei o grupo que saiu. O homem com a caixa térmica azul parou de costas (não os viu chegando) e começou a oferecer cerveja para quem passava. Neste momento, como um flagrante, o fiscal o diz “perdeu!”. O vendedor, assustado, saiu andando rápido, xingando, nervoso. Conseguiu escapar da abordagem.

Não somente durante a Copa do Mundo a fiscalização faz-se presente em grandes eventos esportivos para fazer um controle do comércio ambulante, principalmente vendedores de camisas e bebidas. O foco, portanto, está posto de antemão. Mesmo assim, como observado, a população de vendedores ambulantes (principalmente os de bebida) aparecem em número muito maior do que o número de agentes de fiscalização à disposição. Como chamou a atenção um dos auxiliares, quanto mais relevante o jogo (e maior o número de torcedores e de vendedores de bebidas), maior a dificuldade de fazer o controle.

O próximo relato de campo foi feito a partir das observações sobre a organização das atividades de fiscalização, também nos arredores do Mineirão, em um dia em que o estádio sediava uma importante partida do futebol, a final do Campeonato Mineiro, entre dois dos mais importantes times do estado, Atlético e América. Como já é tradicional da sociabilidade nos jogos de futebol, uma multidão de torcedores cerca os acessos do estádio várias horas antes do início do jogo, assim como centenas de ambulantes que “abastecem” a festa. Segue o relato:

[...] Caminhando por uma boa extensão do entorno do estádio (na área onde os torcedores atleticanos ficam), percebi que os ambulantes não pareciam inibidos a vender, anunciavam sem medo seus produtos para a multidão de consumidores. Na Avenida Abraão Carãam, perto do estádio, conversei rapidamente com um vendedor de cervejas, que levava um carrinho com as bebidas. Pergunto para ele se hoje não havia fiscais na área. Não havia visto nenhum sinal deles. Ele me disse que viu “só um pouquinho” naquele dia, mas ressaltou que havia e por isso tinha que se manter atento. “Não tem lugar certo para eles não”. Explicou que nos dias de jogos menores, “eles mexem mais”. Penso que deve ser por causa do risco de causar grandes conflitos com a torcida que, como já me foi relatado tantas vezes, costuma ficar do lado dos camelôs.

Andei um pouco mais nessa avenida e, finalmente, vi uma equipe de fiscalização. Na lateral da avenida, voltados para a rua, de frente de uma das bilheterias, estavam um fiscal integrado (identificado pelo colete preto) e mais dois auxiliares de colete azul. Ao redor dos três, haviam dois policiais militares e três guardas municipais. Fico observando por alguns minutos. Eles ficam parados na mesma posição o tempo inteiro e nem sequer conversam entre si. Algumas pessoas chegaram a aborda-los para pedir informações (tanto o fiscal quanto os auxiliares ou os policiais), mas apenas isso.

Andando ainda ao redor desta área, observo que há poucos ambulantes ali perto. É como se a presença deles ali criasse um “clarão” de vendedores ambulantes, curto, mas perceptível. De modo geral, era perceptível que possivelmente centenas de vendedores de cerveja atuavam por ali, mas sistematicamente desviavam seus percursos assim que viam a equipe de fiscalização parada. Flagro o momento em que um menino levava seu carrinho lotado de cervejas na direção dos agentes quando, de repente, percebe a presença deles. Parece que tomou um susto!

Imediatamente, o menino muda de direção e continua olhando atento para trás, checando se os agentes vinham atrás.

A avenida estava parcialmente fechada para circulação de veículos, apenas carros oficiais passavam. Passou na minha frente uma Kombi branca que logo me chamou a atenção, por parecer uma das que são usadas pelos fiscais. Observei que estacionaram alguns metros de distância dali. Fui até lá e vejo que estava certo. Tratava-se de uma outra equipe: três fiscais, três auxiliares, dois PMs e dois Guardas Municipais. Aparentemente, os que chegavam iriam trocar de turno com outros. Era 15:05.

Observo de longe. Vejo que uma fiscal e um dos auxiliares tiram os coletes, os deixam dentro da Kombi e sobem a avenida a pé (sem a polícia perto), até onde a outra equipe estava. Eles chegam lá e chamam os três. Descem todos juntos (inclusive os policiais e guardas) até onde a Kombi estava estacionada. No caminho era perceptível que chamaram a atenção de alguns ambulantes que se arriscavam vendendo por ali. Vi um homem, literalmente, começar a correr com seu carrinho ao ver os fiscais passando. Flagro também o momento em que, logo na frente da bilheteria, um homem sobe em seu próprio carrinho e começa a gritar “cerveja, latão!”, mas interrompe sua primeira frase no meio, assim que viu os fiscais passando. Lentamente ele desceu do carrinho e ficou apenas observando o caminho que faziam. Ainda que não houvesse um controle muito incisivo neste dia (naquele momento), os ambulantes estavam atentos.

[...]

A fiscal sai de cena e me deixa sozinho com Laércio. Laércio é paciente e não parece se incomodar com minhas perguntas. Ele trabalha normalmente com tarefas de escritório na SMAFIS. Normalmente não realiza tarefas “de rua”. Neste dia, usava um colete preto, idêntico aos coletes que usam os supervisores. Ele me conta que as equipes estão paradas ali no canto porque não há muito o que fazer em eventos como este, com tanto público, tantos ambulantes atuando. Disse que decidiram ficar mais próximos da bilheteria para garantir um controle por ali, pelo menos. Disse que chegaram bem cedo e fizeram um “trabalho preventivo, para evitar que o pessoal tome conta dessa área aqui”. Conta que, naquele momento, estavam “mais tranquilos”, isto é, sem fazer apreensões, mas mais cedo só sua equipe realizou quatro apreensões, todas por ali. Conta que iam ficar na região da bilheteria mais um pouco, “depois subimos para dar mais uma olhada”.

Como fica evidente nas cenas relatadas, liderando a equipe, uma maneira dos fiscais integrados lidarem com a multidão e com o grande número de vendedores ambulantes em dias dos jogos mais populares é estabelecer uma área determinada a ser vigiada, controlada, evitando provocar os ânimos da multidão com apreensões precipitadas. O relato a seguir, referente a um dos jogos da Copa do Mundo, demonstra que este modo de ação faz alusão a uma racionalidade estratégica própria às *operações* em meio a grandes multidões, como quase sempre é a realidade dos eventos realizados no Mineirão.

Cheguei 11:20. No início do viaduto da Abraão Cahram, logo de cara, vejo muitos ambulantes. Uma concentração que eu não esperava, até o fim do viaduto, chegando ao outro lado da Avenida Antônio Carlos. Vi alguns argentinos vendendo camisetas de times, mas a maioria eram vendedores brasileiros vendendo bebidas em isopores. Nesta área, que parecia uma área tolerada, os vendedores chegavam a disputar o espaço entre si, um do lado do outro. Nessa área, nenhum sinal de fiscalização, apesar de muitos PMs.

Apenas na outra ponta do viaduto consigo ver uma equipe de fiscais: dois de colete preto, dois de colete azul e um PM ao lado deles. Conseguia notar que eles circulavam, mas não chegavam a “invadir” o espaço dos ambulantes. Já os ambulantes, estes sim se aventuravam a vender do outro lado, se aproveitando de brechas, eu notava alguns poucos vendedores passando bem perto da entrada.

No contexto dos jogos no Mineirão, foi perceptível a existência de algum tipo de invenção de fronteira que separa uma suposta “zona de tolerância” e uma suposta “zona de controle”. Sem poder “manter a área limpa” de forma mais ampla e generalizada, a fiscalização encontra um meio para lidar com a exequibilidade do serviço. Ao reduzir a amplitude da área de controle, induz os agentes a trabalharem sob critérios mais firmes e pode reestabelecer, a partir das fronteiras, os termos tácitos da ocupação e circulação de vendedores ambulantes. Diante da dinâmica relacional entre a movimentação dos vendedores irregulares e dos agentes de fiscalização, as táticas de uns se conformam com as táticas dos outros: daí um traço do que chamo aqui de negociação. O jogo de negociação com os ambulantes é constante, assim como a tensão pela ocupação do espaço. Assim se desdobrou a cena relatada anteriormente:

Por volta de 12:50, quase na hora do jogo, quando o volume de pessoas havia diminuído muito no local, avisto três equipes praticamente no mesmo lugar, “cercando” o acesso. A maioria dos torcedores já haviam entrado no estádio, mas os ambulantes que se arriscavam vendendo na área mais próxima da entrada continuam lá.

Uma das equipes faz incursões na multidão que resta, procurando por ambulantes. Andam rápido. Um fiscal e dois auxiliares. Nesse curto período de tempo fazem três abordagens. Esta parece ser uma tática para realizar abordagens e apreensões se correr o risco de provocar tumultos: esperando a multidão se dispersar, os ambulantes ficam mais expostos e mais suscetíveis a serem interpelados sem que os agentes corram muito risco.

Enquanto isso, os PMs apertam o cerco com os cambistas, fazem várias abordagens, revistam muitos. A tática parece ser a mesma dos fiscais, até porque começam a agir praticamente na mesma hora. O momento é oportuno, uma vez que já há pouca gente e os cambistas necessitam vender rápido porque o jogo irá começar em pouco tempo.

A participação em *operações* em grandes eventos é bastante frequente na experiência dos auxiliares, principalmente entre os auxiliares das regionais Centro-Sul e Pampulha, regionais onde se recebem grandes eventos. Lembro que os auxiliares são escalados a participarem de vários tipos de *operações*, como veremos, porém, de modo geral, dentre todas essas tipos possíveis, “o serviço em eventos” é o mais comum nas escalas. Não somente por causa de sua frequência, essa modalidade específica deve receber atenção.

Essa modalidade de trabalho, especialmente, surge de forma bastante marcada na fala dos auxiliares entrevistados quando contam sobre os conflitos com os ambulantes. Apesar de que, como vimos, os auxiliares perdem margem de autonomia e poder discricionário quando atuam em equipes, são estes os agentes mais expostos e vulneráveis aos atritos interacionais, até porque são eles que propriamente manuseiam as mercadorias e as colocam nos invólucros. Toda a experiência dos auxiliares por esta modalidade está marcada pelo risco, senão pela expectativa e tensão de, ao efetuar alguma apreensão, se envolver em tumultos em meio às multidões. Pelo ponto de vista dos auxiliares, durante as *operações* há mais possibilidades de

acontecerem “sustos” já que efetua-se mais apreensões se comparado à dinâmica dos *plantões*, por exemplo. “Os fiscais não são de dar chances”, me explicou Felipe.

Inclusive, como me explicou uma fiscal integrada certa vez, quando perguntada sobre o que ela achava ser a principal função dos auxiliares nas *operações*, ela me disse que “querendo ou não, é bom para nossa segurança. Eles fazem volume”. A fiscal enfatiza, portanto, um papel “não dito” dos auxiliares que está relacionado à segurança do servidor público. Enquanto o policial observa de trás, os auxiliares estão à frente. A expectativa que os superiores põem sobre o papel a ser desempenhado em cada modalidade é estruturante para a vivência desses trabalhadores. Felipe, auxiliar que atua pela Regional Pampulha e participa regularmente de *operações* nas mediações do Mineirão em dias de jogos, relata uma das “confusões” que presenciou:

Felipe: Ninguém gosta da gente. Teve um dia que rolou confusão, no [jogo entre] Cruzeiro e Vitória. Nós pegamos um cantinho que tinha muito camelô, aí o Major Ronan [supervisor dessa época] foi e cercou os camelôs todos e nós só fomos catando mesmo. Nós enchemos a Kombi. Foi um tanto de polícia com a gente e foi pegando mesmo. Aí a torcida vendo aquilo... os camelôs começaram a xingar e a torcida foi entrando na pilha. “Por que vocês não prendem vagabundo?”. E foi cercando a gente, aí que rolou confusão. Você tem que aprender a pegar e rachar o fora. Se você ficar no local, você fica visado.

Situações como esta foram testemunhadas pela grande maioria dos entrevistados. O “susto” torna-se um evento esperado. A partir do relato de uma apreensão no contexto de um dos jogos da Copa sediados no Mineirão, a qual pude acompanhar de perto, é possível perceber como se dividem as atividades entre os membros da equipe, como se posicionam os agentes no momento das abordagens. A cena foi flagrada no momento em que os fiscais se aproveitaram do início do jogo para se aproximarem dos vendedores ambulantes:

As equipes de fiscalização se aproveitaram do início do esvaziamento da multidão e faziam incursões para surpreender os ambulantes que restavam ali. Caminhavam a passos apressados. Se depararam duas vezes com dois argentinos que portavam uma caixa de isopor e uma sacola cheias de latas de cerveja. Não estava claro que a caixa de isopor sinalizava a “venda irregular”. Não os vi oferecendo ou vendendo as cervejas, mas apenas as bebendo. Nas duas vezes, o fiscal integrado os avisaram que eles não poderia vender cerveja, disse para que eles saíssem dali, fossem para o outro lado da Avenida, longe dali. Também não estava claro que os argentinos entendiam o que o fiscal falava. Além de estarem embriagados, provavelmente não compreendiam bem português. Como afirmaram repetidas vezes que não estavam vendendo, mas consumindo entre outros amigos aquelas cervejas, insistiram em ficar por ali. Na terceira vez que Áureo (o fiscal integrado) e mais dois *coletinhos azuis* encontraram com ele naquela área, já chegaram dizendo “perdeu, perdeu!”. Áureo começou a indagar sobre os dados pessoais de Pablo, para dar início à autuação. Áureo estava bem calmo, apesar de Pablo se recusar a colaborar. Incrédulo, Pablo mantinha um sorriso e não respondia a Áureo. Enquanto isso, esperando orientações de Áureo, os auxiliares ficaram impacientes, começaram a discutir com o argentino. Pablo chegou a pôr uma mão no ombro de um deles para conversar e o auxiliar

respondeu bravo “tira a mão de mim!”. Pablo ficava dizendo (em espanhol) que esse eles iam tomar sua cerveja e que eles estavam felizes de apreender suas bebidas. Apenas os dois auxiliares retrucavam as acusações. Ao sinal de Áureo, os auxiliares começaram a colocar as latinhas dentro do invólucro.

Num dado momento, os policiais que estavam perto foram chamados por um dos auxiliares, quando Pablo insistia em não cooperar. Assim que o PM chegou, calmo, Pablo disse seu nome para o preenchimento do auto e não resistiu mais. Não houve truculência. Bastou que o PM chegasse perto do argentino. Atrás dele havia pelo menos mais dez policiais de olho na cena.

O procedimento foi o seguinte. Enquanto Áureo preenchia um formulário em seu celular, pelo aplicativo, os auxiliares recolhiam cada objeto (no caso uma sacola e um isopor) e colocavam em sacos. O isopor não cabia na sacola então o gelo foi despejado no chão, o isopor foi quebrado com os pés e as cervejas foram guardadas na sacola. Cada sacola era lacrada. Cada lacre tinha um número que foi falado por um dos auxiliares para que fosse escrito pelo fiscal integrado junto ao formulário. Pablo pediu que pelo menos uma lata fosse deixada para ele tomar. Áureo balançou a cabeça e autorizou que uma lata fosse deixada para ele.

Conversei com Pablo depois do ocorrido e ele, tranquilo, me disse que não estava vendendo mesmo, por isso não saiu dali. Não achou que fossem levar suas cervejas porque não fazia nada de errado. Resignado com a situação, disse “no passa nada, no passa nada...”

Como já apontei, o tipo de *operação* que os auxiliares são mais frequentemente escalados são as realizadas no contexto de grandes eventos. Nestas *operações* de fiscalização o foco principal continua sendo o controle da atividade dos ambulantes, portanto uma forma de continuidade dos trabalhos realizados rotineiramente, a partir dos *plantões* e do trabalho do *Apoio*. Este tipo de *operações* se conforma, assim, em complementariedade às dinâmicas (estratégicas e práticas) de controle desenvolvido no curso mais regular de rotina. Isso fica explícito desde as suas dimensões mais objetivas (prioridades, focos, distribuição pelo espaço, composição de equipes, e etc), até em suas dimensões subjetivas e intersubjetivas, quando olhamos para a maneira com que cada ator participa dessas ações e como, assim, as negociações ganham contornos.

#### **4.1.3.2 Outras *operações*: a flexibilidade do trabalho dos auxiliares**

Uma dimensão importante do trabalho dos auxiliares de fiscalização é que eles não participam somente das atividades voltadas à fiscalização ao comércio ambulante. A partir dos termos do contrato firmado entre a Prefeitura e a empresa terceirizada se faz possível alocar os auxiliares contratados a exercerem tarefas de naturezas diversas, sobretudo em níveis operacionais, sem que haja prescrições previamente estabelecidas.

Apesar de relevante para a compreensão do *status* envolto ao trabalho dos sujeitos da pesquisa, esta característica do serviço realizado pelos auxiliares não saltou aos olhos do pesquisador, foi conhecida depois de algum tempo em campo. De modo geral, as *operações* desse tipo foram relatadas enquanto funções secundárias. Estranhava aos meus interlocutores a

minha insistência em conhecer bem o que faziam nessas “outras funções”, já que a pesquisa era “sobre a fiscalização”.

A maior parte dessas tarefas, de fato, está relacionada ao trabalho do controle social e já foram devidamente apresentadas nesse trabalho. Entretanto, existem alguns tipos de serviços que pouco tem a ver com a natureza do trabalho, ou pelo menos assim me foi apontado por vários entrevistados, muitas vezes em tom de denúncia. Como explicou um gerente com quem conversei logo no início da pesquisa, o contrato junto à terceirizada não especifica como será o auxílio à fiscalização, abrindo precedente para atividades desde a vigilância, o trabalho administrativo<sup>64</sup>, o trabalho braçal<sup>65</sup>, ou o que vir a interessar a instituição. Os auxiliares estão disponíveis, inclusive, para demandas espontâneas, dentro do que for do interesse das gerências ou da secretaria. As demandas surgem desde planos internos da instituição, ou desde o envolvimento da fiscalização (através da SMAFIS ou cada gerência regional, dentro dos limites de sua autonomia) com as outras agências do Poder Público, sob a forma de ações integradas, parcerias ou suportes circunstanciais.

Uma das formas da SMAFIS prestar suporte a ações realizadas por outras instituições é o “empréstimo” de sua mão-de-obra terceirizada como força de trabalho. Por esta mesma lógica, os auxiliares também são “emprestados” eventualmente para trabalharem em outras funções dentro do campo de atuação da *Fiscalização Integrada*, isto é, junto aos fiscais integrados. Nesta sub-seção me dedico a demonstrar como integram os auxiliares às diferentes equipes, se conformando em diferentes situações de trabalho. A partir daí, é possível analisar como o campo de fiscalização se diversifica em atuação e se situa diante ao controle e ordenamento urbano de forma mais ampla.

Mas, afinal, como os auxiliares de fiscalização participam das *operações* que são escalados? E como funcionam os diferentes tipos de *operações*, coordenadas por diferentes setores da administração pública?

### *Operações coordenadas pela Receita Federal*

<sup>64</sup> Dentre todos os auxiliares contratados, alguns poucos são designados unicamente ao trabalho nos escritórios, junto aos servidores públicos dos gabinetes, regionais e secretarias. Apesar de terem a carteira de trabalho constando-os enquanto “agentes de campo”, como os demais auxiliares, estes auxiliares não atuam nas ruas.

<sup>65</sup> Refiro-me a todas as situações em que os auxiliares são demandados a carregarem caixas pesadas, equipamentos apreendidos, fazerem carregamento e descarregamento do veículo e etc. Entretanto, uma escala de final de semana comum entre os auxiliares da Regional Centro-Sul é a montagem das grades que cercam as grandes feiras, como a Feira Hippie, que acontece todas as manhãs de domingo na Avenida Afonso Pena. O serviço diz respeito à atribuição dada à fiscalização de manter a feira um evento “regularizado” e que demanda, por isso, a delimitação do seu espaço pré-combinado com os organizadores da feira. Desde a noite anterior auxiliares se revezam para a montarem as grades de ferro na área estipulada; garantirem a obediência dos horários estipulados aos feirantes durante a sua permanência; e depois a sua desmontagem.

A partir do relato dos entrevistados, é possível dizer que os auxiliares de fiscalização são convocados a atuarem em funções operacionais mas sobretudo braçais para as *operações*, sendo elas de qualquer tipo. Erik exemplifica a maneira de participação dos auxiliares em *operações* a partir do caso das “batidas” que faz a Receita Federal em “casas de jogo de azar” ou em *shoppings populares*, conhecidos pelos produtos de procedência duvidosa.

Erik: É isso! Quando é em outro lugar, vamos supor, uma *operação* da Receita Federal que faz uma ação... chamam a gente para ajudar, aí é *operação*.

Tarcísio: *Operações* da Receita... como é isso?

Erik: Tem *operação* da Receita que para fazer, vamos supor, uma ação em um shopping...

Tarcísio: Ah, em shopping...

Erik: A gente está para auxiliar, entendeu?

Tarcísio: Aí esse tipo de *operação*, o que vocês fazem?

Erik: Geralmente a gente está lá para levar os invólucros... a gente está lá com os sacos... Os caras da Receita sabem o que eles têm que pegar né. A gente só fecha mesmo, lacra e coloca no caminhão.

Tarcísio: Aí o pessoal da Receita vai também com um fiscal integrado?

Erik: Não. Nós estamos só os auxiliares, só para trabalhar com eles da Receita. Fiscal não participa dessa ação não.

Tarcísio: E o supervisor vai também?

Erik: Vai.

Tarcísio: Então vai o supervisor, auxiliar, a Receita... a polícia vai também?

Erik: Vai, polícia tudo. Sempre que tem dessas *operações*, tem que ter.

Tarcísio: Polícia Federal às vezes né?

Erik: É... Polícia Civil, Federal... depende do tipo de ação. Cada um atua em um tipo de coisa.

No trecho de entrevista a seguir, Gabriel explica que considera o trabalho fácil nesse tipo de auxílio às *operações* realizadas pela Receita Federal, como em casas de jogos irregulares ou mesmo *shoppings populares*. Ações como a deste tipo são amparadas por suporte policial reforçado e legitimadas por expedição de mandatos. Assim, a participação dos auxiliares escalados se torna programática, atuando apenas sob as ordens e sob a discricionariedade das autoridades. Em comparação com os outros trabalhos como auxiliar, considera a função segura e “tranquila”.

Tarcísio: Em *operações* em *shopping populares*, como é o trabalho?

Gabriel: Tem uma pessoa específica para isso, para conversar diretamente com o dono da mercadoria. Às vezes tem contato, às vezes não... porque as ações são de madrugada e chega antes dos comerciantes chegarem para abrir as lojas. Eles já vão com mandato. Vai com o chaveiro, abre. E às vezes, só depois que faz a ação toda que eles conversam... no caso, os responsáveis conversam com os comerciantes. Explicam o porquê da ação, o porquê da mercadoria apreendida. Às vezes multam, às vezes eles vão presos, às vezes até encontra coisas como droga... mas poucas vezes a gente presencia isso.

[...]

Gabriel: A polícia vai para apoiar a gente, mas às vezes os comerciantes chegam, a gente está acabando a ação, e começam a xingar, só que nunca teve problema porque a polícia sempre apoiou a gente. Então eles não impedem a gente. É um trabalho tranquilo.

Não somente no contexto das *operações* em *shoppings populares*, mas de modo geral, o que caracteriza o trabalho dos auxiliares de fiscalização é o caráter genérico do “auxiliar” que ele adquire nessas circunstâncias, podendo, portanto, atuar em qualquer tipo de tarefa braçal demandada em cada *operação*. Um dos apelidos relatados pelos próprios auxiliares entrevistados foi “faz de tudo” ou “faz tudo da Prefeitura”.

### *Patrulhas de revitalização do Hipercentro*

Outro tipo de *operação* relatada foi o que eles chamaram de “patrulha de revitalização do Hipercentro”. Como veremos nas falas a seguir, essa *operação* teve caráter excepcional<sup>66</sup>, foi planejada e operada pela SMAFIS entre 2013 e 2014, implementada por equipes regulares – as patrulhas - que seguiram, ao longo do ano, em um trabalho intensivo e ininterrupto de vistorias. Seguindo um planejamento de visitas previstas para um ano inteiro, as patrulhas percorreram ruas inteiras do Centro averiguando o cumprimento de vários quesitos previstos no Código de Posturas nos estabelecimentos comerciais ao longo do trajeto. Pelo relato de Erik sobre o patrulhamento, apreende-se que existem outros usos para a mão de obra dos auxiliares, assim como outros formatos possíveis de empreender a fiscalização:

Erik: Eu trabalhava de manhã lá... geralmente na parte da manhã trabalhava com esses caras [da patrulha]. De tarde tinha outras coisas para fazer. Vinha aqui, almoçava, e depois da hora do almoço eu fazia, na época... faltava uma hora e meia para dar o horário de ir embora e eu ficava no *plantão* determinado, que eles determinavam. Eu ficava de manhã com eles e depois do almoço eu ficava no *plantão*. Só trabalhava na parte da manhã.

Tarcísio: E o que era esse trabalho? O que você fazia exatamente?

Erik: Eu... era só acompanhar eles nessa... a gente só acompanhava para qualquer coisa... vamos supor, se eles fizessem alguma apreensão, aí a gente tinha que estar lá para ajudar eles, esses negócios.

Tarcísio: Aí a equipe era quem?

Erik: Geralmente eram três fiscais e três auxiliares. Um para cada fiscal. Aí eles iam andando, mas eles andavam tudo junto, entendeu? Cada um ia numa loja, mas estava todo mundo junto.

[...]

Erik: Até que funcionou, para falar a verdade, porque melhorou muito principalmente ali na Tamoios, melhorou muito aqueles toldos que alguns tinham lá, alguns lugares que estavam precisando, principalmente aquele prédio ali da... não sei se você conhece... da Itatiaia ali. Quando nós passamos lá era todo descascado os negócios, aí foi dessa patrulha que passou lá e notificaram e aí eles arrumaram lá. Foi notificado aquilo lá, foi tudo com nós da patrulha.

[...]

<sup>66</sup> Normalmente, a checagem de alvarás, licenças e outros tipos de vistoria realizada em espaços comerciais é realizada pelos fiscais integrados de forma autônoma, no curso de seus itinerários, em suas respectivas regionais, e não costumam contar com o suporte de auxiliares para isso. A formação das patrulhas objetiva a uma regulação intensiva em localidades consideradas prioritárias.

Tarcísio: Aí então não tinha dessa de, tipo assim, só orientar não né? Como é que era?

Erik: Notificava. Olhava o documento lá e se tivesse irregular eles... o lugar que já tinha... foi poucas vezes que aconteceu isso, de um cara que já tinha sido notificado, aí o fiscal vira e fala assim "você já foi notificado por isso... estou passando aqui e ele já tinha sido notificado dois anos atrás" e ele foi e assou de novo e falou assim "ah não, você já foi notificado, então agora como você não resolveu, aí tem que multar". Isso aconteceu uma vez só. Ele já tinha sido notificado, agora... Eles só notificavam, agora poucas coisas que pela lei lá de fiscal que infringe né, coisas que são de multa direta mas... eu acho que aconteceu isso uma vez só.

Além de Erik, Douglas também fez parte da “patrulha de revitalização do Hipercentro”, e complementa a descrição feita por seu colega:

Douglas: Teve uma *operação* que eu fiz aí. *Operação* do... como que chamava a *operação* mesmo? Revitalização do Hipercentro.

Tarcísio: Hmm tá. Foi o mesmo do...

Douglas: Do Erik. Estava eu e ele mais um, que está na regional agora. Nós andávamos... cada um andava com um fiscal. Era três fiscais e três auxiliares. Cada um ficava com um fiscal. Nessa *operação*, escrita pela gerência deles lá, existia um mapa das ruas que eles tinham que passar. Nós fizemos a São Paulo.[...] Aí nós vínhamos pegando de loja em loja e entrando, e lá dentro ele conferia alvará, passeio, marquise, fachada do prédio, se o lugar precisava de ter licença para ter projeto de incêndio, essas coisas. Lá, ele conferia tudo. Isso aí... a placa, publicidade, o jeito de publicidade, olhava se tinha licença, se precisava. Essas coisas assim. Aí, nesse serviço assim eu fiquei quase um ano. Nesse serviço eu aprendi muita coisa. Chegava lá e... o fiscal que eu trabalhava, ele conversava muito e explicava muita coisa.

Como conta Erik, o acompanhamento que faziam os auxiliares nessas patrulhas não previa tarefas específicas, mas serviam para simplesmente “ajudar” de acordo com demandas que surgissem espontaneamente. A pouca prescrição das tarefas a serem executadas pelos auxiliares nas *operações* segue chamando a atenção.

### *Operações moradores de rua*

Ainda outro tipo de *operação* em que a participação dos auxiliares de fiscalização segue este mesmo padrão são as chamadas “*operações* moradores de rua”, pautadas pela Instrução Normativa nº 1<sup>67</sup> (de 2 de dezembro de 2013), documento que “disciplina a atuação dos agentes públicos vinculados aos órgãos signatários junto à população em situação de rua.” Trata-se de ações coordenadas de abordagem à população em situação de rua orientadas pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS), através da Gerência Regional de Políticas Sociais, juntamente a outras instituições públicas<sup>68</sup> voltadas à assistência social, a segurança pública e o

<sup>67</sup> Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1112251> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

<sup>68</sup> São elas: I - Gerência Regional de Políticas Sociais, II - Centro de Referência Especializado em Assistência Social - Creas/Serviço Especializado em Abordagem Social; III - Gerência de Distrito Sanitário; IV - Gerência

ordenamento do espaço público. Neste contexto, e sob esta composição formal, se incorporam as equipes de fiscalização.

Ainda de acordo com a normativa, um dos objetivos dessas *operações* é a apreensão de objetos (portados por estes indivíduos) que estejam obstruindo o logradouro público. Procede, assim, a participação do fiscal integrado cujo poder de polícia é adequado à devida autuação e apreensão dos itens, como carrinhos de supermercado, colchões, móveis e etc. Portanto, as mesmas regras previstas no Código de Posturas que pautam como infração a “obstrução do logradouro público” se adequam ao caso desse grupo quando portam objetos que não se enquadram como “pertences pessoais essenciais à sobrevivência”, definidos na Instrução Normativa nº 1 como: “bens móveis lícitos que o cidadão em situação de rua seja capaz de portar consigo em um só deslocamento e sem auxílio de veículos transportadores”.<sup>69</sup> Um dos usos do poder discricionário conferido à autoridade do fiscal integrado se dá, pois, pela interpretação do que será considerado, de fato, um objeto irregular em cada caso.

A seguir, apresentarei trechos do caderno de campo referentes ao acompanhamento que fiz em dois dias das “*operações* moradores de rua”. As passagens não contemplam todas as abordagens, feitas em cada dia, mas foram recortadas a fim de que se fizesse destacar alguns dos aspectos mais importantes sobre as formas com que as ações tomam em sua

Regional de *Fiscalização Integrada* e Licenciamento; V - Gerência Regional de Limpeza Urbana; VI - Guarda Municipal de Belo Horizonte; VII - Polícia Militar de Minas Gerais.

<sup>69</sup> Art. 5º - Em nenhuma hipótese, os pertences pessoais essenciais à sobrevivência da população em situação de rua serão objeto de apreensão pelos agentes públicos.

§ 1º - Consideram-se pertences pessoais essenciais à sobrevivência os bens móveis lícitos que o cidadão em situação de rua seja capaz de portar consigo em um só deslocamento e sem auxílio de veículos transportadores, tais como peças de vestuário, alimentos, documentos pessoais, bolsas, mochilas, receituários médicos, medicamentos, cobertores, objetos de higiene pessoal, materiais essenciais ao desenvolvimento do serviço/trabalho, utensílios portáteis, dentre outros.

§ 2º - O agente público municipal, responsável pelo exercício do poder de polícia, que, na interpretação do caso concreto, não estiver apto a formar juízo de certeza acerca do enquadramento de objeto no conceito previsto no § 1º deste artigo, desde que não esteja caracterizada situação de risco, deverá deixar de proceder à autuação, submetendo a matéria à análise do respectivo grupo de trabalho, ouvido, se necessário, o Serviço Especializado em Abordagem Social.

Art. 6º - Na hipótese de apreensão, que se limitará à retirada dos materiais e objetos dispostos irregularmente nos logradouros públicos, será fornecido à pessoa em situação de rua o competente auto de apreensão, do qual constará, sem prejuízo das demais exigências legais e regulamentares pertinentes:

- I - identificação da pessoa física autuada;
- II - discriminação detalhada dos bens apreendidos;
- III - o endereço completo do local de depósito dos bens apreendidos.

Parágrafo único - O processo administrativo relativo à apreensão de bens será instruído com registro fotográfico que evidencie a obstrução do espaço público e a consequente necessidade do exercício do poder de polícia.

operacionalização, a fim de desvelar os nuances estratégicos mais importantes e os papéis que assumem agentes de postos de trabalho distintos. Assim, o leitor encontrará elementos que desvelam a divisão do trabalho entre as diferentes agências públicas envolvidas nessa conjugação, e o papel com que cada ator assume diante da composição dessas frentes, ao que cada uma fica responsável.

Importante também notar que os relatos se dividem em duas partes, referentes a dois dias diferentes de *operações*. Desta forma, é possível notar diferenças importantes entre as duas ocasiões, já que o pessoal da fiscalização (fiscal, supervisor e auxiliares) escalado para este tipo de *operação* foi diferente em cada dia. Sendo assim, foi evidente o peso da dimensão individual na formatação da *operação* em si, principalmente no caso da equipe de fiscalização que, como veremos no relato, na maior parte das vezes toma frente das abordagens.

Além de como se organizam os agentes dos diferentes setores nesta divisão de tarefas, o leitor deve estar atento às formas pelas quais os agentes da fiscalização atuam, quase sempre tomando a frente das *operações*, apesar da coordenação estar a cargo oficialmente da Secretaria de Políticas Sociais. Desta forma, desvela-se novos limites para o que se compreende como sendo o espaço de atuação da fiscalização, enquanto “executora” por excelência do conteúdo do Código de Posturas.

*Operação ocorrida no dia 14/04/2015.*

Apesar de estar combinado para a equipe de *operação* sair da sede à 7:15, até que todos cheguem, houve um atraso de 25 minutos. Chegam Gustavo (representante da Gerência Regional de Políticas Sociais ou “coordenador do social”, como chamam os meus interlocutores), duas assistentes sociais, uma agente de saúde, além de Antônio (gerente e fiscal integrado, identificado apenas por um crachá), Adilson (supervisor, usando um colete preto escrito “supervisor técnico de fiscalização”) e quatro auxiliares usando os coletes azuis. Além do Doblô que levava o pessoal do “social”, acompanhou também uma Kombi com a equipe da fiscalização. Logo depois que saímos da sede da Rua Tupis passamos no 1º Batalhão da Polícia Militar, onde se juntaram à frota alguns veículos dos militares e da Guarda Municipal. Mais à frente, antes da primeira parada para abordagem, se juntou a nós também a equipe de agentes de limpeza com um caminhão do Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

Logo quando cheguei, me apresentei a todos e contei que já havia combinado com os superiores<sup>70</sup>. Noto que a receptividade foi bastante tranquila, inclusive. Não percebi nenhum tipo de constrangimento aos agentes em nenhum momento das minhas observações, mesmo quando insistia em fazer perguntas, por exemplo.

[...]

Quando me apresento a Antônio, ele logo faz questão de ressaltar que aquela atividade não “faz parte da fiscalização”, é apenas um suporte, uma *cooperação* com o “social”, mas que

<sup>70</sup> Ao longo do meu período de trabalho de campo pude acompanhar, por duas manhãs em Abril de 2015, a efetuação dessas *operações*, desde a reunião dos agentes para a saída “a campo”, até o final das abordagens. Através dos contatos que estabeleci desde o início da pesquisa, consegui autorizações informais tanto com o fiscal que gerencia estas ações, até com o agente público que representava a SMPS, para acompanhar “de dentro” as abordagens e como os diferentes atores se organizavam para fazê-las. Como de costume, registrei minhas percepções no meu caderno de campo.

depois da ação ele redige um relatório e entrega à gerência coordenadora. Explica que a presença da equipe de fiscalização ali só se justifica porque, às vezes se verifica casos de obstrução do logradouro público, quando moradores de rua acumulam muitos objetos grandes nas calçadas, ou até mesmo móveis (armários, camas, sofás). Os carrinhos de supermercado que essas pessoas costumam empurrar também são recolhidos como objetos obstruintes, mas apenas quando são “muitos”. Disse que existe uma espécie de combinado em que cada pessoa pode levar apenas um carrinho, entretanto, “até dois por pessoa a gente tolera”, conta.

[...]

Adilson me convida para que eu vá junto à equipe de fiscalização na Kombi. No caminho fomos conversando. No banco da frente se assenta Antônio e atrás vão os auxiliares de fiscalização, Adilson e eu. A disposição dos bancos da Kombi era favorável para a conversa, uma vez que eram dois bancos voltados de frente um para o outro. Antes de partirmos, Adilson se vira para o banco da frente e pergunta a Antônio como ele “gosta de trabalhar”. Ele diz, “bom, eu na verdade não coordeno a ação, deixo para eles né”. Mas explica que devem fazer a abordagem “sem perder tempo, precisa esperar não”.

[...]

Primeira abordagem do dia: Av. do Contorno, atrás da Rodoviária, na frente da entrada para a estação de metrô da Lagoinha. Paramos nesse local que já é um ponto conhecido por abrigar moradores de rua na região central de Belo Horizonte. Apesar do grande fluxo de automóveis, na rua não passam muitos pedestres. O quarteirão é longo e há pelos menos 12 pessoas dormindo em cima de papelões, ao lado de sacos de roupas e carrinhos de supermercado, espalhadas por boa parte da extensão da calçada. As primeiras pessoas que abordam os moradores são Adilson e os auxiliares que seguem seus comandos. Primeiro, abordam uma mulher que dormia com dois homens. Um deles aparentava ser idoso e tinha uma sonda de urina saindo de dentro de sua calça ligada a uma garrafa de plástico amarrada precariamente em sua perna. Os homens estavam mais tranquilos, enquanto a mulher estava bastante revoltada com a abordagem. Ela ficou ainda mais exaltada quando Antônio foi visto tirando fotos do grupo com seu celular. Ela xingava, apontava dedos e Antônio não discutia.

Da direita para a esquerda, vão abordando e acordando um por um. Alguns deles demoravam mais para levantar-se. Adilson os tocava com a mão: “Ô irmão, É a Prefeitura! Acorda aí!”. Enquanto os auxiliares e Adilson recolhiam papelões e caixas (entendidos como “entulhos”) que estavam mais próximos aos moradores, os agentes da SLU varriam a calçada e pegavam os objetos mais afastados dos moradores. Tanto os agentes de limpeza quanto os de fiscalização empilhavam os lixos e depois os jogavam na caçamba do caminhão da SLU estacionado ali na frente. Os guardas municipais ficavam observando. Alguns policiais abordavam os moradores e os perguntava seus nomes e escreviam em uma espécie de formulário (não compreendi bem do que se tratava).

[...]

As assistentes sociais e a agente de saúde conversavam com alguns dos homens e mulheres que, aparentemente, já eram conhecidos. Inclusive deram bastante atenção a um deles que é cadeirante e, segundo a assistente social, é usuário de drogas e se recusa a ir para o abrigo porque preza pela “liberdade que a rua dá” (palavras da assistente social).

Antônio comenta que dessa vez não aconteceu apreensão, já que o que foi recolhido foi considerado lixo e descartado. Quando há móveis ou outros objetos grandes, eles são recolhidos e um auto de apreensão é assinado por ele, para dar a oportunidade do morador recuperar os objetos, caso as caras taxas sejam pagas.

Terminada a ação, ainda escutamos a mulher do início da abordagem gritando e xingando os agentes. Ela parece ainda muito revoltada com a fotografia de Antônio: “tira foto da minha perereca aberta de uma vez! É mais fácil, tira foto minha pelada!”. Os guardas e outros riem dela e ficam fazendo piadas.

Dentro da Kombi os agentes comentam o que viram: “Só zumbi! Só zumbi!”; “devem ter ficado acordados a noite toda, devem ter ido dormir agora há pouco.”. Um deles oferece álcool gel que trouxe de casa e oferece a todos os outros auxiliares para que desinfetem suas mãos. Com exceção do supervisor, todos eles usavam luvas grossas para manusear os papelões e os outros objetos na calçada.

Segunda abordagem do dia: Atrás da escola Estadual Central, no bairro Lourdes. Na verdade, esta não chegou a ser uma abordagem. A ação visava desmontar uma cabana montada na calçada. Aparentemente, funcionários da escola haviam feito uma denúncia. Tratava-se de uma peça grande de madeira (talvez 2m x 1m) apoiada na parede, alguns tijolos que davam sustentação para a casa improvisada que também estava coberta por algumas lonas. Adilson, o

mais proativo entre a equipe de fiscalização, abre uma fresta da lona e tenta sinalizar para quem estivesse lá dentro. Mexendo nas lonas, viu-se que não havia ninguém ali. Apesar disso, a cabana estar cheia de coisas: vasilhas cheias de comida, roupas, livros, garrafas cheias pela metade e até uma carteira (porém sem documentos). Guardas e policiais militares permanecem apenas observando há alguns metros dali, enquanto os outros agentes trabalhavam.

Auxiliares de fiscalização e agentes de limpeza desmontaram, então a cabana e separaram os objetos. Mexendo na madeira grande, caem milhares de formigas enormes de dentro da madeira apodrecida que se espalham pelos objetos dos ex-moradores. Via-se também vários ovos de formiga ali, chamando a atenção dos agentes que se inclinam para olhar de perto. Por causa das formigas, uma das assistentes supõe que eles já devem ter abandonado a cabana há certo tempo. Quase tudo foi considerado lixo e descartado no caminhão da SLU, com exceção da carteira, algumas roupas e livros que foram separados, empilhados e deixados em um canto da calçada.

Agentes de limpeza e agentes da fiscalização realizavam exatamente o mesmo trabalho, exceto os agentes da SLU, que além de recolherem os entulhos, também varreram a calçada depois de recolherem as coisas. Enquanto isso, Gustavo e Antônio tiram fotos e tomam notas.

#### *Operação ocorrida no dia 23/04/2015.*

Conforme combinado por e-mail com Aloysio (um dos gerentes), cheguei por volta de 7:30 na sede da Rua Tupis, de onde saíram as equipes para a *operação*, como da última vez em que acompanhei, no dia 14 deste mês. Quando cheguei, algumas pessoas já estavam esperando desde mais cedo. Passados 20 minutos ainda faltava muitos integrantes: os auxiliares e o supervisor, os policiais militares e um dos motoristas. Os últimos a chegar foram os agentes da fiscalização, o que enraiveceu os agentes da gerência do “social” que reclamavam muito do atraso, alegando ser recorrente: “Isso é desrespeito, falta de compromisso!”, disse o coordenador da ação, concordando com a assistente social que também reclamava.

Agentes das mesmas instituições participam das ações: gerência de políticas sociais, de fiscalização, SLU, PM, Guarda Municipal. Comparando com a última *operação*, notei apenas que havia um pouco menos policiais militares nos acompanhando.

Primeira abordagem do dia: Esquina da Rua Rio de Janeiro com Rua Tamoios: O primeiro lugar que fomos foi um ponto conhecido por ser abrigo de moradores de rua há muitos anos. A abordagem parecia ser rotineira. Fizemos o trajeto a pé. No caminho, o coordenador continuava reclamando do atraso e também da ausência de policiais militares ou guardas municipais no momento da abordagem (eles haviam chegado, mas não nos acompanharam a pé, então chegaram um pouco atrasados): “cadê os policiais? Estou cansado dessa merda”. Iniciado o conflito, devido ao atraso, logo percebi um pouco de resistência do pessoal do “social” com a fiscalização. Os agentes do “social” acusavam os policiais e os fiscais de não levarem esse tipo de ação com seriedade.

A abordagem foi direcionada a dois homens (um senhor e um garoto de mais ou menos 20 anos) que dormiam em um mesmo colchão de casal, colocado na frente da porta de uma loja da Oi (a qual ainda não estava aberta). Os homens, pelo sotaque, pareciam paulistas. Os dois foram acordados por um Cabo da PM que acompanhou a *operação* desde o início e foi o responsável pela maioria dos “contatos iniciais” no dia. Silvio, o supervisor de fiscalização da *operação* no dia, também se dirigia aos dois, apressando-os. O mais velho respondia e argumentava com revolta à abordagem e a ameaça de apreensão dos seus objetos (algumas caixas cheias de roupas e sapatos) e o colchão. Depois de esbravejar por um tempo, o morador de rua se resigna e deixa que levem seu colchão. A regra colocada para ele, e para todos os outros moradores de rua, era a de que eles só poderiam levar consigo “o que conseguem carregar”. Quando têm um carrinho, podem ficar com os pertencem que cabem dentro dele. Silvio e o Cabo, juntos, explicam ao homem enraivecido.

Silvio foi firme com os rapazes, até mais firme do que o PM (que me surpreendeu por ser sutil e claro nas abordagens que realizou). Observando a abordagem, um dos auxiliares comentou com o outro: “hoje o Silvio está atacado!”. Silvio já chegou nervoso, se explicando por causa do atraso (que, como conta, não foi culpa dele, mas do motorista que se confundiu com a escala).

Eram quatro auxiliares na *operação*: Renato (60 anos, casado, morador de Venda Nova, 3 anos de serviço), boa praça, já o havia visto várias vezes e depois acabou se tornando um entrevistado; Kiarely - este foi o meu primeiro entrevistado, quando eu fiz um trabalho de campo para uma disciplina na graduação em 2012.; um senhor gordo de bigode (não anotei seu nome) que participou da última ação e parece bem aberto para conversar; e um rapaz mais novo (que

também não sei o nome) e que ficou mais fechado, na dele. Todos eles têm entre 3 e 4 anos de serviço, exceto o rapaz mais novo que está tem seis meses apenas. Durante todo o trajeto estive com eles dentro do veículo.

Os auxiliares me contam que esse mesmo morador de rua (o mais velho) “deu trabalho demais”. Contam que “da última vez, tinha três colchões de casal na porta da [loja da] Oi”. Contam que tiveram que assinar o auto de apreensão para o colchão e levar para o depósito porque o homem insistiu que gostaria de pegá-lo de volta, ainda que tenha sido avisado que teria que pagar a multa. O fiscal integrado, Eustáquio, que estava presente me explica que só não jogam os pertences no lixo e realizam a apreensão formal quando o dono dos objetos pede para que o auto seja feito. Mesmo assim, alguns tipos de objetos, como papelões, lonas e caixas de madeira, são descartados diretamente.

Um dos policiais pede o nome de ambos e documentos, mas eles disseram não ter documentos. A abordagem foi rápida. Os dois homens pegam o que conseguem carregar até outro canto do quarteirão e saem.

Já na Kombi, indo em direção ao próximo destino, Silvio me pergunta sobre a pesquisa e eu explico rapidamente. Desde esse primeiro contato ele reitera que eu tenho que “colocar nas minhas anotações” que os moradores de rua “só têm direitos, não têm deveres”. Em vários de seus comentários, Silvio demarca suas opiniões de forma muito firme e moralizada, diz inclusive que o trabalho da fiscalização é dificultado pelos “direitos humanos” e a assistência social. Ele justifica ainda que os moradores de rua “não contribuem em nada para a sociedade”, “não pagam impostos”.

Além disso, ficou claro desde o início que Silvio tem problemas não somente ideológicos com o trabalho da assistência social, mas tem problemas pessoais com Darcy, uma das assistentes sociais escaladas para o dia. Segundo ele, ela já “o levou a corregedoria” porque certa vez mandou recolher cinco de dez carrinhos de moradores que estavam estacionados em uma praça. Ela entendeu que ele infringia a regra de “um carrinho por morador”. Segundo ele, “a assistência social é muito bonita no papel, mas não funciona na prática”; disse que se eu a ouvisse falar na reunião ia achar ela muito inteligente, mas no momento da *operação* ela “faz o mínimo”. Ao longo da ação, Silvio reiterava seu argumento me mostrando a inatividade de Darcy. Segundo ele, ela deveria se antecipar e orientar os moradores, mas não fazia isso. Em algumas abordagens ao longo deste dia, Silvio (ou mesmo algum dos policiais) conversava com os moradores e os perguntava se precisavam de algum auxílio, albergue ou se estavam cientes dos seus direitos e benefícios sociais. Percebi que esta preocupação partiu, na maior parte das vezes, destes agentes primeiro, antes de Darcy oferecer orientações. Em uma das abordagens, notei quando Silvio deliberadamente a pediu para conversar com um rapaz que pedia por orientações, e ela respondeu “agora não é a hora”. Ainda segundo Silvio, algumas das assistentes sociais se atêm, durante essas *operações*, somente em “regular” o trabalho deles e da polícia e não se preocupam em fazer a parte delas.

Segunda abordagem: Avenida do Contorno, atrás da Rodoviária (mesma localidade do outro dia). Como da outra vez, passamos nessa área também de já “tradicional” ocupação de moradores de rua. Segundos os auxiliares, ali também é ponto de venda e uso de crack. Quando chegamos para acorda-los, não havia tantas pessoas como da outra vez, havia em torno de 7 pessoas dormindo em cima de papelões, jornais, cobertores e alguns poucos colchões. De baixo desta marquise não há cabanas ou sinais de permanências mais duradouras desse público.

Como na abordagem feita na Rua Rio de Janeiro, os auxiliares realmente só seguem as ordens do Silvio ou do fiscal Eustáquio, quanto ao o que recolher e onde colocar (a distinção entre “objeto pessoal”, objeto para apreensão e lixo). Somente os materiais para descarte são empilhados próximos ao caminhão da SLU estacionado ali. O trabalho continua sendo o mesmo dos agentes de limpeza. Silvio acorda cada um dos moradores e diz “bom dia”. Ali, a maioria das pessoas acordam e não dizem nada, só pegam seus pertences pessoais e saem, como se todos os dias fossem assim acordados. Alguns são abordados para passarem informações aos agentes do “social” (imagino que aqueles que ainda não são conhecidos pela agente de saúde e assistente social).

Silvio nota que uma das pessoas que ele acorda é uma garota mais nova, provavelmente menor de idade. Ele conversa com a garota e ela diz que é sua primeira vez dormindo ali, era “nova no grupo”. Silvio se dirige a Darcy e a avisa sobre isso. No momento ela não age e a menina acaba saindo sem dar satisfações. Silvio expressa chateação, mas não fala nada.

Auxiliares só começam a pegar os entulhos quando são ordenados, e quando têm dúvida se devem pegar algum objeto ou se aquele objeto deve ser descartado, perguntam ao fiscal Eustáquio ou a Silvio, que individualmente definem o que será feito com cada objeto. Um deles

pergunta sobre um carrinho, já um pouco quebrado, que acaba sendo colocado na caçamba do caminhão da SLU. Nenhum dos moradores chega a se revoltar ou mesmo a pedir que os objetos não sejam jogados fora. De qualquer forma, não haveria como fazer apreensões já que o caminhão da fiscalização (onde seriam transportados os objetos apreendidos) não estava disponível, estava atendendo uma outra demanda longe dali. Silvio conversa pelo HT com algum gerente, reclamando sobre essa situação, pois ele alegava que a ação normativa deveria ser prioridade na “rotina”.

De volta na Kombi. Como de praxe, os agentes comentam todos sobre a ação, sempre em tom de brincadeira e descontração. Como da outra vez, o fiscal integrado senta no banco da frente na Kombi e participa pouco da sociabilidade entre nós que estamos no banco de trás. Eustáquio fica calado e apenas fala quando é indagado. Silvio avisa: “Eustáquio, quando quiser que a gente apreende alguma coisa, avisa, tá!”

[...]

Outro assunto que surge no caminho diz respeito a maneira como o perfil do fiscal integrado que comanda a ação determina a sua efetividade. Novamente escutei que “tem fiscal que gosta de trabalhar e tem fiscal que não gosta”, também escutei que há fiscais com “perfil de rua” e alguns com outros perfis. Silvio comenta que a fiscal integrada que atualmente faz *plantão* na sexta companhia (trata-se de um rodízio) é “muxiba”: entendo que quis dizer que ela não tem autoridade ou comando para guiar *operações* com ambulantes. Notei que, normalmente, quando dão exemplos de fiscais integrados sem “perfil de rua”, falam das mulheres. Certo momento, Silvio até começa a usar o artigo de gênero feminino para se referir aos fiscais integrados (de forma geral) sem esse perfil. Faz a ressalva de que há fiscais que são “ruins de rua” mas “tem a manha” nas obras, ou “acham mil coisas para ferrar uma loja”, quando precisam. Mas dá o exemplo de Eustáquio, que estava do nosso lado, (e fala outros nomes também) como exemplos dos fiscais “bons de serviço”. Outro aspecto positivo que nota no trabalho de alguns fiscais diz respeito à atitude de “deixar trabalhar”, ou seja, dar autonomia para que o trabalho seja executado pela equipe operacional sem muitos empecilhos. Notei que esse perfil é o que mais agrada Silvio, particularmente, até porque ele se mostrou bastante proativo durante a *operação*, inclusive porque parece conhecer tecnicamente bem as regras e os procedimentos de abordagem. Fez questão de demonstrar seus conhecimentos “técnicos” em várias situações ao longo do dia.

Silvio, de fato, estava bastante agitado. Falava no HT o tempo inteiro. Com a ajuda dos auxiliares dentro da Kombi, comunicava com as equipes responsáveis sobre cada irregularidade que notava nas ruas: ambulantes, entulhos abandonados na rua, uma árvore caída, faixas instaladas irregularmente e etc. Nesse sentido, o auxiliar de bigode era um dos mais ativos, e constantemente apontava algo para o supervisor.

Terceira abordagem do dia: Rua Bernardo Guimarães: No quarteirão em que paramos havia uma cabana feita de lonas, um colchão apoiado em uma estrutura de madeira que nivelava a cama improvisada na calçada inclinada, um carrinho de compras e alguns materiais recicláveis empilhados; ao lado havia outro conjunto de objetos organizados de outro morador de rua: um colchão, caixas de isopor e de papelão, além de roupas e alguns baldes e materiais de limpeza, os quais, penso, eram usados por este homem como material de trabalho, lavando os carros estacionados ali perto. Perto deles, outros dois homens trabalhavam como flanelinhas (sem o colete oficial da PBH).

Antes mesmo de qualquer contato com os dois homens, o fiscal integrado e o coordenador do “social” tiram várias fotos dos objetos na calçada com seus celulares. Quem faz a abordagem é Silvio e Eustáquio. Um dos homens, dono da cabana com a lona, mostra-se indignado quando Silvio dá a ordem para os *coletinhos* retirarem a lona (afixada com um peso preso a ela e pendurado do outro lado do muro). Ele fala: “vem a chuva, e o negão aqui fica como com esse material reciclado todo?”. Silvio explica que sua cabana não poderia ter sido montada e que ele “só estava cumprindo ordens” (fala isso sem fazer contato visual). O morador conta que perdeu seu “barraco” e por isso está na rua. Silvio dá a ordem para que os *coletinhos* recolham também alguns dos seus materiais recicláveis (não sei se ele percebeu que eram materiais de trabalho) e o homem se espanta e se revolta ainda mais. Diz que não é ladrão, que trabalha com materiais reciclados, mas como a Prefeitura estava pegando seus materiais que seriam trocados por dinheiro, ele “não poderia fazer mais nada”, e aí começa a desmontar sua própria cabana, arrebentando as cordas e arremessando os seus objetos com muita raiva na pilha de materiais de descarte já iniciado pelos auxiliares. A ira do morador de rua chamou a atenção de um dos policiais que se aproximou e ficou observando de perto a cena. Silvio diz: “cuidado com isso aí, cuidado para não pegar em um carro.” O senhor colocou o que pode dentro do seu carrinho e ficou ali por perto conversando com a assistente social. Não pude ouvir bem o que

falavam, mas percebi que ele fazia sinal de negação balançando a cabeça, como se recusasse alguma coisa.

O outro homem, que até então só olhava, também foi abordado por Eustáquio e Aloysio que o disse para separar seus materiais de uso pessoal. Este reclamou ainda mais, dizendo que “a Prefeitura só fode”. Silvio diz a ele que se ele não deixasse tanta coisa na calçada, não chamaria a atenção da fiscalização, deixando claro que o problema é a quantidade de objetos espalhados. Diz também que nos dias seguintes, se deixar tanta coisa na calçada, vão passar lá de novo para recolher. O homem alega que trabalha como guardador de carro e que está há pouco tempo na rua, desde que brigou com sua esposa, com quem ficou casado por 21 anos.

Quando estão recolhendo as coisas do segundo homem, o coordenador do “social” comenta comigo rapidamente: “estão exagerando...” e logo depois repete a frase ao pé do ouvido de Aloysio (seu chefe). Logo, param de pegar suas coisas, mas deixam algumas que consideram ser de “uso pessoal”.

[...]

Quarta abordagem: Rua Cláudio Manuel, em frente ao Hotel Royal Savassi: Nossa Kombi chegou primeiro. Ficamos esperando os outros chegarem, enquanto isso, alguns dos agentes procuram um lugar no comércio ali perto para fazerem xixi. Silvio, observando a cabana montada na frente de um estabelecimento comercial vazio, diz em tom de brincadeira: “eu não me aguento, eu não me aguento”, referindo-se a uma ansiedade para começar a ação. Os outros riem. Em tom de brincadeira, o auxiliar de bigode comenta, “olha, 2 (metros) por 2 (metros), hein”, fazendo referência ao tamanho da cabana montada que supostamente lhe impressionava pela ousadia.

[...]

Os outros veículos chegam. Fotos são tiradas, novamente. Como não havia ninguém na cabana, toda a sua estrutura foi jogada no lixo, o que aconteceu rapidamente. Apenas alguns objetos pessoais foram salvos e colocados dentro do carrinho de compras, como o colchão. Inclusive havia também um par de muletas e uma revista Playboy, que foi rapidamente folheada pelo auxiliar de bigode enquanto voltava para a Kombi.

Quando já saímos dali, ainda com a porta da Kombi aberta, um taxista parado do outro lado da rua, que observava a ação, grita debochado: “pode colocar fogo ali no carrinho?” Silvios e os auxiliares riem da situação. Sério, Eustáquio pede a Silvio que feche a porta do veículo.

O relato das minhas experiências observando as “operações moradores de rua” revela aspectos importantes sobre como o campo da fiscalização se situa junto às outras agências de controle social atuantes no município, e como, desta forma, seus integrantes desempenham o serviço, e contribuem para a construção do controle social. Sem precisar tirar conclusões precipitadas acerca da política municipal de controle à população em situação de rua, é perceptível que essa se trata de uma questão central no que concerne ao “ordenamento urbano”, se pensado amplamente. As justificações por trás dessas ações convergem-se, claramente, enquanto tentativa de normatizar os usos dos espaços urbanos. No contexto atual de Belo Horizonte, a questão toma tal dimensão enquanto *problema social* municipal que mobiliza várias instituições públicas a trabalharem juntas, embora, é claro, sob atritos e incongruências, como vimos no relato.

O que se nota ao longo da passagem é que os integrantes da equipe de fiscalização não somente participam ativamente desta demanda, como também se projetam diretamente como norteadores das campanhas, tomando decisões, antecedendo as abordagens à sua maneira e etc. Colocam-se diretamente em conflito com o trabalho de outros setores de atendimento (como no caso da rixa com a atuação supostamente frouxa da assistência social).

Desta forma, a fiscalização passa a ser integrada, no contexto da Ação Normativa No 1, como um setor que assume a tarefa generalizada de controle de populações que se tornam empecilhos para certa convivência urbana, com o pretexto para melhorar o fluxo de pedestres, ou para usar o chavão do Código de Posturas, aqueles que “obstruem o logradouro público”. As equipes de fiscalização, apoiadas principalmente na mão de obra terceirizada, servem, portanto, como uma importante carta coringa do Poder Público Municipal em Belo Horizonte em matéria de gestão urbana.

No caso específico da abordagem à população de rua, um efeito disso é a transformação das abordagens a uma racionalidade “fiscalizadora”, preocupada com uma noção ampla e superficial de sensação de “ordem” e “limpeza”, claramente influenciada pelo *modus operandi militar*, como já vimos. Esta orientação parece, sobretudo, ofuscar outras possibilidades de ação e contato da Prefeitura para com estas populações, que viessem a privilegiar, por exemplo, à orientação da população de rua aos espaços institucionais de acolhimento à assistência ou saúde pública. Não quero dizer que as assistentes sociais não fizeram o trabalho que a elas estava atribuído mas, durante estas *operações* (que, como vimos, são sistemáticas), à primeira vista, quem chega primeiro e desperta os indivíduos de seu sono são os agentes da fiscalização e a Polícia Militar.

Além disso, toda a margem de manobra conferida comumente aos fiscais integrado (dotados de poder de polícia) e, nesse caso estendido aos supervisores, fica latente também durante estas ações. Assim como nos outros campos de atuação da fiscalização, a orientação do ritmo do trabalho, dos critérios adotados de interpretação e decisão ficam a cargo destes profissionais, entoados por seu discernimento e seu posicionamento individual acerca de cada questão e cada situação particular.

Partindo do ponto de vista dos seus operacionalizadores ao “nível de rua”, nas bases da cadeia hierárquica, o campo da fiscalização (assim como o trabalho do fiscal e dos auxiliares) aparece, de fato, muito atrelada ao histórico “combate ao comércio ambulante”. Entretanto, por meio de ações eventuais e incisivas, a fiscalização tem se inserido em contextos variados, tanto pelo exercício do poder de polícia conferido aos fiscais integrados, quanto pela alocação circunstancial de sua conveniente mão-de-obra terceirizada para tarefas braçais. Ao fim, o objetivo da apresentação dos dados de campo acerca das *operações* foi demonstrar como a fiscalização se tornou uma frente de controle polissêmica em suas estratégias e campos de atuação; e flexível em suas “parcerias” interinstitucionais, produzindo suas adjacências ajustadas dinamicamente e situacionalmente.

## 4.2 A dimensão interacional de um controle multifacetado

Em cada modalidade apresentada, o que vemos é um controle dinâmico, porém estratégico. O caráter interacional é portanto central para entender como funciona, na prática, cada frente de fiscalização da PBH, o que fica latente desde as descrições das práticas feitas pelos sujeitos, até o relato das cenas flagradas em campo. Não há como pensar apenas no âmbito organizacional (seus fluxos, guias ou funções programáticas, atribuições formais, hierarquias formais), como se isso bastasse para o entendimento da produção do controle municipal sobre a “ocupação irregular do logradouro público”. Seguindo as pistas da analítica proposta por Foucault (1989, 1999), é possível afirmar que o poder é circular e, sobretudo, produz um controle de tipo relacional dependente, inclusive, dos modos de interação social que se estabelecem nos contextos. Como vimos, o controle não incide pela via única da repressão explícita, mas se faz também (e de forma alternada) por modos negociados, através de seus variados expedientes e pontos de acesso. A figura dos auxiliares na Prefeitura de Belo Horizonte, e a funcionalidade de seu papel dentro do controle social sobre “irregularidades” no espaço urbano, revelam esse dinamismo típico.

Um dos sentidos principais dessa pesquisa é o de trazer um olhar crítico às ações de Estado, desconstruindo-o como potência vertical e absoluta: uma noção de poder potencialmente difuso e tácito, adequado sobretudo às nuances das relações sociais vigentes. Sobretudo, o Estado aqui é assumido por uma de suas facetas exteriores, marginais (no sentido de DAS & POOLE, 2004), a tal ponto que seja possível olhar para seus agentes, seus “trabalhadores”, sem que seja preciso “isolá-los”. O nível rotineiro da operacionalização da fiscalização se mostra como um ponto de encontro privilegiado para observância das tangências entre a gestão urbana, as leis e as instituições supostamente duras e, por fim, a “rua”: a rotina, o trabalho, a informalidade, a irregularidade, onde as relações de poder perdem ainda mais a clareza de seus contornos (TELLES, 2010).

Esse olhar se fez necessário especialmente no caso de um modelo de gestão de ordenamento urbano como o belo horizontino, suportado operacionalmente por agentes terceirizados, cuja autoridade incidida perante o público não é automática ou vertical, como normalmente é suposto no caso dos Policiais Militares e Guardas Municipais. Como já descrito anteriormente, os auxiliares se diferenciam a princípio pois são amparados por poucas determinações protocolares e isso se torna uma característica marcante não somente ao nível da experiência dos atores – muitas vezes relatado como uma lacuna -, mas porque traz efeitos para o controle de forma mais ampla.

Em várias das modalidades de fiscalização, os auxiliares lançam mão de considerável discricionariedade e atuam como “mediadores” da ordem, entre os públicos alvos e a Prefeitura. Em diversas situações de trabalho, os auxiliares assumem este posicionamento, embora em cada uma delas exista particularidades importantes. De modo geral, o nível de autonomia e poder discricionário que dispõem os agentes em cada modalidade (de forma preceituada e também situada) serão os elementos que darão o tom dessa mediação, no sentido do alcance e do tipo de impacto das agências, como discutido no Capítulo 4.

Como vimos no início deste capítulo, durante o *plantão*, os auxiliares são demandados constantemente a atuar frente a frente com seu público. Além disso, esta é a modalidade em que os auxiliares atuam sem o suporte institucional (fiscais integrados) ou bélico (policiais militares) e, pelo qual as capacidades interacionais de negociação aparecem como a base da atividade. O resultado disso é o despontamento de um tipo de discricionariedade (frágil e situacional) que serve aos agentes na formulação de respostas imediatas e ajustadas aos obstáculos e intrigas “da rua”.

A autonomia conferida aos *coletinhos azuis* durante o *plantão* não lhes confere, precisamente, uma posição de privilégio, de poder. Contrariamente, a margem de ação que lhes é conferida durante esse trabalho realizado em tempo integral nas ruas serve, a princípio, como possibilidade de realizar mediações de curto alcance, mas também serve como escape dos conflitos eminentes à tarefa. Mais amplamente, este aspecto suporta a execução do trabalho como abrandamento da constante tensão que a posição de mediador oferece.

No geral, o que se observa é que, diante à falta de prescrições, as saídas informais e os “jogos de cintura” (traduzidas em conversas, argumentações, convencimentos, ou o corriqueiro “pedir pra sair”) normatizam-se, inclusive sendo transmitidos de colega para colega, como parte de uma socialização fundamental no trabalho. Importante ressaltar que, mais do que atalhos (facilitadores para o processo de trabalho), esse aspecto torna-se um fator limitador (claro, como norma) para a margem de possibilidades de atuação desses agentes, uma vez que toda o seu pretexto de intervenção está atrelado a um *outro* (no caso, principalmente aos ambulantes). Nesse sentido, portanto, se há discricionariedade, ela é frágil, já que podemos afirmar, sem exageros, que toda ação desempenhada nesse contexto é negociada com o público alvo.

A cada descrição feita pelos seus atores, a cada cena de atuação dos auxiliares em *plantão*, isso fica mais evidente. Entretanto, o “poder” discricionário atribuído ao agente de fiscalização não basta, depende de um tipo de resposta do seu público, no sentido de uma espécie de cumplicidade com o procedimento, um tipo de “entendimento” sobre o trabalho. Erik, auxiliar que atua esporadicamente nos *plantões*, explica a questão:

Erik: Olha, tem uns que lidam bem, que entendem o serviço. Agora, você já pega uns que também está lá para o que der e vier. Não querem saber. Mas a maioria que eu conversei, que eu conheci... às vezes você chega, você conversa e está beleza, eles entendem, eles não ficam parados no lugar, ou saem. Mas tem poucos aí, tem uma “vara” aí que é mais perigosa né, e aí junta aí e não quer sair de jeito nenhum. Tem o lado bom deles e tem o lado ruim. Tem uns que entendem o serviço, sabem que não dá também para ficar daquele jeito, chegar e ficar e botar banca. Eles sabem disso. Eles entendem.

Tarcísio: E esses que entendem, como é que eles fazem? Como é que você sabe que eles entendem o serviço?

Erik: Quando a gente chega e conversa, às vezes ele fica lá, vamos supor, em um dia assim de *plantão*. Chego lá, converso com ele, peço para sair e ele não volta mais. "Olha, não fica aqui porque você pode perder, os fiscais virem e tomarem tudo. Vai tomar prejuízo, então não ficar aqui fazendo *plantão* aqui no meio do logradouro porque não pode. É proibido". Uns entendem, outros não. Esses aí, para perder, para ganhar, não estão nem... cada um tem um jeito né. [...] "Ah, estou trabalhando". Muito do que eles falam é isso né. "Estou trabalhando". Só que não entendem o nosso lado né, que a lei diz para fazer isso né, que não pode. Mas uns vêm e falam "eu não estou roubando", uns ficam nervosos mesmo. Porque eu acho que não sabem da lei, como que funciona a lei da Prefeitura de Belo Horizonte, então eles acham que estão na razão, mas nem sabem da lei como é que é. Mas a gente está cumprindo a ordem né, do que pode, o que não pode. [...] É, mas sabendo conversar, sem ser muito ignorante, sabendo conversar com a pessoa não acontece nada não. Nunca aconteceu nada comigo aqui.

A fala de Erik ilustra a existência de um senso de normalidade na relação entre auxiliares e ambulantes, que por sua vez constituirá uma conduta coletiva rotinizada ao mesmo tempo em que, pelo ponto de vista da fiscalização, serve como crivo de diferenciação entre os vendedores ambulantes coniventes ao controle - que “entendem”, “respeitam” a fiscalização – e os mais rebeldes, que “dão trabalho”, “que não entendem o nosso lado”, como disse Erik. Estes muitas vezes foram associados à vida marcada pelo crime, por serem “malandros” ou terem caráter duvidoso. Para os camelôs associados a esta “vara”, resta aos auxiliares chamarem o *Apoio*.

De modo geral, não é necessário que os auxiliares se relacionem com cada ambulante ou se desgastem em conflitos individuais a todo momento. Para lidarem com a rotina do serviço, ao mesmo tempo minimizando os riscos aos quais estão expostos, estes agentes constroem atalhos procedimentais se ajustando a cada demanda situacional, a cada conjunto de constrangimentos. Auxiliares de fiscalização, como típicos burocratas do nível de rua, trabalham com um público extremamente diverso e esquivo, diante disso, racionalizam seu olhar sobre o *outro* a partir de concepções próprias, experiências pessoais, preconceitos, moralidades diversas, saberes típicos do campo de trabalho. “Tem que ter maldade”, me alertou um entrevistado se referindo à necessidade de saber diferenciar o público e, portanto, saber como agir de acordo. Douglas explica:

Douglas: Tem esses aí mais "bandidinho" que já gosta de ameaçar, arrumar briga. Agora essas pessoas que vão falar que trabalham, vão falar que precisam mesmo, muitas vezes, você chega no *plantão*, pede para retirar: "não, vou vender..." não sei o quê. "Então, beleza, estou saindo..."

e sai do seu *plantão* e não volta. A pessoa muitas vezes está vendendo lá antes da gente chegar no *plantão*, você chega lá e "ah, eu não sabia". Tem hora que até sabe mas "ah, estou saindo, estou andando, estou saindo", e sai para outro lugar. Não fica ali te desafiando. Aí estou lá, muitas vezes, não precisa nem... esse tipo de camelô, muitas vezes, não precisa nem do *Apoio* ir lá fazer o serviço. Agora, esses outros aí... esses vendendo celular, *pendrive*... eles costumam te desafiar e é só o *Apoio* para resolver.

Tarcísio: Olha só, então tem essa coisa. Por exemplo, você bateu o olho lá e viu que o cara está vendendo *pendrive*, por exemplo, você já fica já...

Douglas: Você já vai lá abordar mas já esperando que ele vai falar nome para você, vai xingar, vai falar o que quiser... te ameaçar, xingar sua mãe, é o que eles normalmente fazem.

Bastante frequente na fala dos auxiliares do *plantão* é o suporte que os auxiliares têm das *equipes de Apoio*, enquanto “último recurso”. Entre eles, parece haver uma questão que divide opiniões, acerca do “momento certo” de chamar o *Apoio*. Requisitar a apreensão das mercadorias sem que antes se faça o “primeiro contato” ou a devida “orientação”, típica do *plantão*, parece a muitos auxiliares como uma má conduta, um desrespeito à cumplicidade construída em relação aos camelôs. Mais do que isso, “não dar a oportunidade” pode se tornar uma perturbação para as bases da convivência junto a esse grupo e atrapalhar o funcionamento do *plantão*. A ordem dos procedimentos (informais) exprime uma forma de respeito, ao mesmo tempo, que é o meio para o “bom funcionamento” do serviço.

Colocando o principal fluxo de fiscalização em foco, a estratégia organizacional desvelada se apoia na capacidade tática dos auxiliares em avaliarem suas condições de abordagem e de se confrontarem com o público individualmente – desde o *plantão* à atividade do *Apoio*. Decorre disso uma maior difusão dos pontos de acesso desse controle e ainda furta-se que cada irregularidade identificada se complique em burocráticas autuações ou em arriscadas ações de apreensões. Isso fica bastante claro se olharmos para os *plantões*, mas está presente na participação dos auxiliares de fiscalização de modo geral, inclusive nas participações nas *operações*.

Burocratas do nível de rua sustentam vínculos tanto com a organização pela qual trabalham, quanto com “a rua”, e por isso conformam suas atividades entre pressões vindas de ambos lados (LIPSKY, 1980). Os relatos a seguir demonstram como esta atitude (e as suas proporções) tornam-se termos importantes tanto para a relação entre auxiliares e ambulantes, quanto para a regulação ao mercado informal, construída cotidianamente:

Felipe: Você só chega e conversa e se o cara não sair sai de perto do cara. Você não vai pegar o rádio e “tem um cara vendendo aqui, vem pegar os produtos dele”. Você não vai fazer isso. Ninguém faz isso. Você sai de perto para um lugar que ele não vai te ver e fala “o cara tal, com camisa tal, e tal”. Aí a Kombi chega e ele [o camelô] vem falar para você “pô, levou meus negócios”, e eu “eu te falei que a Kombi ia passar”. [...] Você chega e fala “olha, a Kombi vai passar, vai levar seus negócios, vai tomar prejuízo, vende em outro lugar qualquer.” Tem cara que entende e sai, mas tem cara que desacredita, tem uns que é machão, sabe.

Renato: Lá na Olegário Maciel, trabalhei lá acho que é 6 ou 7 meses. Tinha um gordão lá com aquele tanto de cigarro, aí eu ligava [para o Apoio]. “Renato, limpei o cara lá, mais de 20 pacotes” [fala de algum agente do Apoio]. Eu passava perto deve, para lá para cá e [o vendedor de cigarros] falava nada comigo... mas eu também não vou chamar perto porque, aí também é abusar do cara. Eu chego e peço numa boa. Teimou... perdeu! Então estou esses 3 anos e 2 meses aí que vou fazer. Graças a Deus, nunca tive problema.

Ao longo das entrevistas, palavras como “argumentar”, “conversar”, “convencer”, “jogo de cintura” foram recorrentes para explicar o que deve ser feita nesse tipo de situação em que o auxiliar se encontra face-a-face ao público alvo. O discurso de que deve haver uma medida entre o “falar firme” e o “falar educadamente” foi constante nas entrevistas feitas aos auxiliares que lidam frequentemente com os camelôs. Trata-se, portanto, de uma racionalização da abordagem aprendida somente enquanto saber prático, que por sua vez se torna substancial para o seu desempenho e para a manutenção de uma referência de conduta, referente ao trabalho nas ruas.

Ainda assim, esta racionalização não é generalizada. Por um lado, é possível dizer que existe uma grande diferença na maneira com que os auxiliares são inseridos nas atividades do Apoio e nas demais atividades. Por outro lado, existe também a dimensão individual que também influencia: alguns auxiliares foram enfáticos quanto a sua maneira particular de lidar com as atribuições e os problemas do trabalho.

Geraldo, hoje atua nas *equipes de Apoio*, mas chegou a fazer *plantão* nos primeiros anos de trabalho. Ele é um dos auxiliares com mais “tempo de casa”, 8 anos. Na passagem a seguir, ele conta como atuava em seus *plantões* e compara com os *coletinhos* de hoje, que julga serem mais medrosos:

Geraldo: O *plantão* é mais tranquilo. O pessoal hoje nem pede para sair, já chama o Apoio! Antes não, antes chegava e tirava o cara.

Tarcísio: Como que era?

Geraldo: Tipo assim, um cara ali não queria sair não. Eu tinha minha forma de trabalhar assim: eles estão ali, o cara chegou, os caras está me vendo ali... geralmente esses caras do CD, os caras mais folgados que tinha na época. Eles chegavam e colocavam a banca lá e estavam te vendo lá na esquina lá, aí espera o cara montar. Aí montou bonitinho e tal. Aí chega lá perto do cara “E aí? Beleza?”, “beleza”, “não pode vender aqui não, amigão. Faz esse favor aí para nós. Recolhe aí para nós”, “ah, você esperou eu montar para falar comigo?”, “uai, você está me vendo ali”. É só chegar alguém para comprar e “minha senhora, ele está recolhendo aí já, está na hora dele sair aí”. “Você é folgado demais!”, “uai, sou folgado não, você está me vendo aí e quer montar na minha frente?”. Se o cara está te vendo, ele tinha que respeitar. O cara não saiu aí “ô Fulano, vem aí, vamos tirar o rapaz porque está dando trabalho aqui”. O pessoal antes juntava e ia lá e tirava o cara. O Apoio ia só para ferrar mesmo, para recolher a mercadoria! Você entendeu? Hoje não, hoje é o contrário. O pessoal só chama o Apoio.

Raimundo, que também é veterano na fiscalização - 10 anos de serviço - traz uma visão semelhante à de Geraldo. Ele conta, com certo orgulho, como foi realocado dos *plantões* para

o *Apoio*, depois de ter enfrentado um camelô de frente, causando boa impressão no gerente da época, a quem ele se refere como “Major”:

Raimundo: Eu entrei aqui para ficar de colete, que nem os meninos de *plantão* né. Quando eu entrei aqui, eu trabalhava de... ah... 11 e meia às 5. De 11 às 5? Não estou lembrado de que horas até que horas... tem muito tempo. [...] Aqui é meu *plantão*, aqui não tem “tora”[venda ambulante] não. No lugar onde eu ficava de *plantão* de colete azul, eu tirava os caras mesmo. Não deixava eles venderem não.

Tarcísio: Como é que você fazia?

Raimundo: “Olha irmão, o negócio é o seguinte. Vocês não podem vender aqui. Eu vou ficar embarreirando aqui. A hora que chegar clientes de vocês aqui, vou falar assim que os DVDs aqui são queimados, que não prestam... a água, a água está contaminada. Eu vou falar isso.” Mas os caras falavam “ah mas eu vou entrar pra dentro de você!”, aí eu... “então você vai ter que entrar é agora! Arma sua banca aqui!”. Teve uma vez aqui na Tupinambás com Rio de Janeiro cheguei perto do cara: “meu irmão, muito boa tarde, você podia tirar sua barraca aqui porque aqui é meu *plantão* e aqui você não vai poder vender não.” Aí ele pegou e falou assim “meu irmão, vou falar com você um negócio. Você chegou na rua agora. Eu sou ex-presidiário. Eu estou aqui para ganhar o meu.”. Eu falei “olha aqui, o que você é, o que você deixou de ser para mim não é problema meu. Aqui é meu *plantão*. Você não vai sair não?”. “Vou sair não véi, vou sair não!”. Biquei a banca dele! Dei um bicudão que voou DVD para tudo quanto é lado!

[...]

Raimundo: Aí ele pegou e falou assim “Cê é doido, você está mesmo caçando confusão comigo!”. Aí eu falei “pode vir! Eu estou pedindo com educação, na moral, e você não quer sair, aí eu tenho que fazer isso mesmo.” Aí na época o Major gostou da minha atitude de ter feito isso e falou “nossa, você não pode ficar no *plantão* não. Você vai trabalhar no *Apoio*. Nós vamos montar uma outra equipe da Sexta, da Sexta Cia do *Apoio*, mas vai ser da manhã. Você tem disponibilidade de trabalhar de manhã? Falei “nossa, tenho sim, vamos trabalhar de manhã.” Aí comecei a trabalhar no *Apoio*. Montou uma equipe e me colocou.

As falas de Raimundo e Geraldo, agentes do *Apoio*, corroboram a concepção endógena de que existem “perfis” adequados de auxiliares para as diferentes frentes de fiscalização, em consonância aos diferentes momentos e tipos de contato com o público. Como já explorado, a instituição militar incide bastante influência sobre a maneira com que o *Apoio* trabalha, como se organiza e, portanto, como os seus agentes constroem suas rotinas em interação com os ambulantes. Ao passo que há envolvimento direto de policiais no trabalho da fiscalização, o comércio ambulante, enquanto irregularidade preferida, torna-se um “problema de polícia”, se confundindo, com o “mundo do crime” (HIRATA, 2012). Diante dessa faceta da operacionalização da fiscalização, fica perceptível que auxiliares atuantes no *Apoio* assumem a premissa e a justificativa de que os ambulantes são adversários, inimigos. Em decorrência disso, uma ordem de interação específica se constrói entre estes agentes e os ambulantes.

A relação estabelecida entre os agentes do *Apoio* e ambulantes merece atenção especial. Todos os aspectos relatados acerca dessa relação, desde as percepções em torno do outro, as ações de apreensão, as brigas, até os relatos sobre momentos fora do horário do trabalho estão fundamentados na prática de apreensão, ou em sua eminência. A identificação do *Apoio* com a “perda” de mercadorias parece automática e isso ficou evidente, por exemplo, no “corre-corre”

de vendedores diante a ação do “xô-camelô”; e também pelos relatos de alguns agentes que contam sobre serem identificados por camelôs nas ruas, mesmo quando estão de folga ou a passeio com suas famílias. Muitos agentes entrevistados acusam que ficam “marcados” e que, daí, são ameaçados mesmo fora do serviço.

Outro efeito importante desse tipo de relação, certamente, são as situações violentas em que se envolvem. Desde as recorrentes ameaças até os espetaculares tumultos (ou “sustos”), levados entre pauladas e pedradas, a violência e a sensação de insegurança aparece como uma dimensão marcante para as experiências nas pontas desse serviço, tanto do lado dos auxiliares de fiscalização quanto, possivelmente, do lado dos ambulantes. Trata-se de um custo de controvérsias (políticas e gestionárias) próprias da história da cidade, que é quase completamente assumido e vivido por quem participa das dinâmicas das pontas, fenômeno tipicamente marginal da “construção do Estado” (DAS & POOLE, 2004).

Por isso, integra ao saber-fazer típico dessa atividade o conhecimento sobre os riscos de cada atividade e como resguardar-se ante a eles, o que está envolto, sempre, dos posicionamentos e moralidades apropriadas individualmente. Desde os procedimentos de entrevista e contratação os auxiliares são preparados a isso. A eles, é cobrado uma espécie de disposição ao enfrentamento físico. Raimundo conta:

Raimundo: Aí me perguntaram quando eu entrei “e se tiver uma briga assim com seu amigo de *plantão*, o que vai fazer? Você vai correr, você vai ajudar ele, você vai ficar parado olhando?”. Peguei e falei “ó, é amigo de serviço, de *plantão*... se for para apanhar, vai apanhar nós dois e se for para bater, vai bater nós dois. Eu estou aqui para o que der e vier.”

Ao longo do meu período de trabalho de campo, não presenciei brigas ou tumultos, entretanto sentia-me constantemente em meio a uma tensão silenciosa. Tanto os supervisores quanto os auxiliares não hesitaram em me avisar sobre o risco de começarem tumultos. “Não fica perto demais, se não sobra pra você”, me alertou Adilson assim que cheguei à passarela no meu primeiro dia acompanhando as ações da 6ª Cia do *Apoio*. O relato a seguir foi feito acerca do momento em que a equipe descansava na “base” do *plantão* na passarela da Rodoviária. No momento relatado, conversávamos, de pé, quatro agentes do *Apoio*, o supervisor Adilson e eu:

[...] Pouco tempo depois, vindo da direção do Centro, passa um homem bem perto dos funcionários que, em roda, conversavam perto da Kombi, portando um taco de beisebol de madeira, batendo-o em sua mão. Ele passou e direcionou uma ameaça ao grupo que conversava: “Boa sorte para vocês”, disse. Ele andou na direção do bairro Lagoinha, passando pela passarela e sequer olhou para trás. Adilson, assustado, imediatamente reporta a situação à PM pelo rádio, avisando sobre a direção que caminhava o homem. Ele comenta comigo: “vai precisa de mais de um desse aí pra bater nesses meninos aqui”. Os auxiliares de *plantão* que estavam ali perto também se assustam. Um deles me diz: “pode ficar de costas não! Esses aí estão se arriscando”, se referindo aos *coletinhos azuis* que faziam *plantão* nas proximidades.

Sinto um clima de hostilidade. Pouco depois, passa uma senhora carregando um saco cheio de embalagens de pipoca doce e sarcasticamente oferece uma para Adilson. Sem fazer contato visual com ela responde: “por favor ein! Por favor... Mias respeito”. Adilson que conversava comigo nesse momento me diz que não valia a pena apreender mercadoria dela, que não valia a pena porque sabia que ia ser “a maior confusão”, porque ela iria gritar e chamar a atenção das pessoas em volta, e que certamente a apoiariam.

Raimundo, um dos agentes do *Apoio*, foi o entrevistado que mais me relatou casos de violência, casos estes que foram bastante recorrentes desde sua entrada neste emprego atual, há 10 anos. Entre cada uma de suas descrições acerca das ações de apreensão, seus relatos são repletos de pauladas, pedradas, caixotadas, “porradas”, delegacia, polícia, tumultos, adrenalina. Ao mesmo tempo em que me contava, preocupava-se em me mostrar fotos e cicatrizes na sua pele que atestavam a veracidade de suas histórias. Segue um trecho da entrevista com Raimundo em que me conta duas ocasiões de confronto que lhe foram marcantes em sua experiência no *Apoio*:

Raimundo: [...] Perto da passarela lá. Na passarela, a gente estava lá e a gente apreendeu pilha, perfume, sombrinha, óculos e espelho. Aí o cara do espelho estava com uma faca desse tamanho, aí na hora que eu ferrei o espelho dele, ele pegou a faca e fez assim nas minhas costas. Eu só senti a blusa levantando assim e continuei descendo. Aí o Bimbo, um fiscal que estava com nós aqui, que trabalhava com nós, falou comigo assim: “nossa, Sabará [seu apelido], o que é isso na sua blusa aí?” Na hora que eu pus a mão assim... sangue, aquele tanto de sangue. E o cara estava vindo atrás da gente e já vi na mão dele uma faquinha. “Nó Bimbo, o cara me deu uma facada!” E tinha um caixote assim, e ele pegou o caixote e já veio para me dar uma caixotada, e eu já segurei o caixote e dei nele uma “pezada” na barriga. Arrebentei ele todo. Bati no cara demais. Fui para o pronto-socorro para ver se precisava dar ponto, a enfermeira limpou e falou que não precisava de dar ponto não. “Vou fazer um curativo aqui e não vai dar nada não”, e me deu uma injeção também antitetânica. Aí... depois desse dia também nunca mais eu vi esse cara que vendia espelho lá na passarela.

Tarcísio: Mas não rolou polícia nem nada?

Raimundo: Tinha policiamento com nós. O policial perguntou “quer que leva ele?”. Eu falei “não, estou querendo é ir embora.”

Tarcísio: Ah, a polícia perguntou se você...

Raimundo: Perguntou, mas “estou querendo é ir embora, tirar essa roupa toda suja de sangue...”. “Vamos lá que eu vou dispensar você e você vai embora e dá uma descansada”. Isso foi em um sábado. Cheguei em casa estava aqui tudo assim cheio de sangue, tudo vermelho. Minha mulher ficou doida: “eles vão acabar te matando lá!” Aqui, olha, marca de ferrada, que tomei na Feira Hippie

Tarcísio: Foram várias vezes né?

Raimundo: Eles estavam desmontando aquelas barraquinhas, sabe? Aí, eles estavam demorando muito para desmontar as barraquinhas. Na época era até o gerente Alessandro. Ele falou “pode fazer a apreensão das barraquinhas tudo”, aí os caras foram e juntaram nele.

Tarcísio: Como assim apreensão?

Raimundo: Apreensão das barraquinhas para a feira.

Tarcísio: Porque vocês têm que tirar as grades...

Raimundo: Tira a grade... aí vem... aí o pessoal que desmonta a barraquinha estava fazendo muita hora. Aí ele deu a ordem pra gente “você vão apreender as barraquinhas”, aí a gente foi apreender as barraquinhas. Ele estava acompanhando a gente, aí o cara “não zé, devolve minha barraca aí.” Falei “olha tem que conversar com o gerente lá porque estamos aqui obedecendo ordem.” Aí juntou 3 caras nele, 3 mais 2... foram 5 caras. Aí estávamos eu, o Tizuke, o Bimbo e o Miucha. O Miucha é funcionário efetivo da prefeitura e o Bimbo também é o fiscal que estava comigo no dia.

[...]

Aí ele falou, “pode apreender essas barraquinhas aí porque estão demorando muito.” Porque antes de 3 e meia tinha que estar limpinho lá só para o pessoal varrer e lavar lá para liberar a [Avenida] Afonso Pena. Aí a gente começou a fazer a apreensão das barraquinhas e o cara falou “ô vei, devolve minha barraquinha”, “você tem que conversar com o gerente lá porque a gente está aqui obedecendo ordens”. Aí ele veio e já passou a mão em duas barras de ferro e já veio para cima de mim: ”ô chefe, tem como você me entregar minhas barraquinhas?”. “Vou entregar não, aqui a gente apreende e está apreendido!”. “Aé?”, aí ele veio e empurrou. Aí veio mais 3 caras e começou a dar ferrada nele, aí eu e o Tizuque deixamos as barraquinhas no chão e corremos lá e empurramos o cara “não vai brigar não, não vai brigar não!”. Aí o cara foi e me deu uma ferrada aqui e uma ferrada nas costas do Tizuque. Aí já passei a mão em duas barras de ferro, e quando passei a mão assim, o cara já ia me dando uma ferrada bem aqui assim na fuça. O Tizuque foi e colocou o ferro assim e ele foi e pegou. Quando olhei assim já peguei os dois ferro e “plaau!” na canela do cara. Duas ferradas assim. Já deu aqueles dois ovões assim de bolha de sangue. Aí eu fui e dei nele umas ferradas assim e uns bicudos. Aí os outros meninos que vieram correndo... aí o Bimbo e o Cláudio gritaram “urso, urso”<sup>71</sup>. Aí juntou todo mundo. Aquilo ali ia virar um pé de guerra na feira...

Devido à condição de terceirizado, quando se envolvem em brigas com os camelôs durante o expediente, os auxiliares não dispõem de qualquer tipo de suporte institucional ou proteção jurídica por parte da Prefeitura em situações dessa natureza, diferente do que aconteceria se os envolvidos fossem servidores públicos oficiais. Pela fala dos auxiliares, parece quase procedimental que, após o ocorrido, sejam todos os envolvidos encaminhados à Delegacia Especializada Adjunta ao Juizado Especial Criminal (DEAJEC), onde prestam depoimentos e dão prosseguimento aos tratamentos legais comuns. Muitos contam que já tiveram que “pagar cestas básicas” aos camelôs com quem brigaram após ação de apreensão tumultuada, mas foram raras as vezes que as brigas se desdobraram em demissões ou punições administrativas. Não quero aqui desvincular as responsabilidades individuais dos agentes diante as ações, mas apontar que há uma gestão discricionária do uso da violência. Por trás dos “sustos” e de atitudes individuais violentas, existe um contexto institucional que os posiciona de tal forma que os autoriza a “passar dos limites” e, em alguma medida, os incentiva a terem certas reações (exemplifico com o caso contado por Raimundo, quando foi transferido para o *Apoio*).

Este é, portanto, um efeito da aparente e relativa autonomia conferida aos agentes nessa frente. A maneira como devem se portar diante os ambulantes, tanto durante as ações de apreensão como no “xô-camelô”, está pressuposto a uma construção mais ampla de relacionamento dessa interface da fiscalização (que apreende, que “resolve”) com os seus públicos e com os outros grupos profissionais. Além disso, como vimos, as subjetividades

<sup>71</sup> Código utilizado pelos auxiliares para chamarem reforço dos colegas em situações de conflito. Como me explicou Cel. Sebastião, o código foi herdado da Polícia Militar que costuma utilizar, além do “urso urso”, outras várias mensagens codificadas análogas para se comunicarem sem que outras pessoas compreendam o que querem dizer.

envolvidas neste trabalho estão bastante atreladas a certo papel que se assume desde uma racionalidade policesca que passa a ser inerente à função. Por mais que as táticas de abordagem e captura das mercadorias seja, em grande medida, formatada por técnicas informais, toda a suposta “inventividade” fica associada a disposições mais profundas.

Até mesmo durante as *operações* em que, geralmente, os auxiliares exercem funções mais passivas, o risco existe pela exposição às situações de conflito. As ações no contexto de jogos nos estádios foram bastante apontadas como situações de vulnerabilidade, como contado anteriormente, mas também em “*operações* moradores de rua” ou em *operações* de desapropriação, devido principalmente à eminente reação do público que sofre sanções ou perdas materiais. Apesar de eu não ter, de fato, flagrado nenhuma situação desse tipo, escutei inúmeras histórias contadas por meus interlocutores. Seguem alguns trechos do caderno de campo que ilustram a tensão existente nesse tipo de regulação:

A *operação* de desapropriação foi realizada no Conjunto Santa Maria. Vagner contou que a Kombi da fiscalização chegou no local para desmontar um barraco montado irregularmente, há vários anos, por um senhor. A ele, o espaço servia como galinheiro e como local de depósito de peças de carro. Segundo o auxiliar, que havia participado uma vez da *operação* nesse local, a Prefeitura tinha a intenção de “limpar” a área a fim de realizar uma obra de revitalização da área.

Além de um grupo de auxiliares (vestidos com o colete azul), foram o supervisor Silvio e o gerente Márcio, como a maior autoridade. Vagner conta com revolta que a *operação* foi realizada sem o acompanhamento da PM, o que deixou a equipe bastante vulnerável. Conta que o dono do barracão não deixou ninguém “encostar” em sua casa, foi bastante resistente. Vagner conta que o senhor foi firme com o pessoal da fiscalização e alegou “saber dos seus direitos”. Para chamar a atenção que a *operação* sem a presença da PM é arriscada, Vagner conta que em certo momento chegou ao local um “carrão” Brava, que parou bem em frente ao local. Dentro do carro, estava um homem sem camisa, usava uma “correntona” no pescoço e uma “tornozeleira de presidiário”. Ele ficou por perto por algum tempo, observando e exibindo discretamente uma arma na cintura, guardada na bermuda. Vagner conta que depois disso, Márcio decidiu adiar a ação naquele dia.

Atuando sempre “ao nível da rua”, os auxiliares são colocados a exercerem atividades marcadamente operacionais, ora como vigilantes, ora nas linhas de frente das apreensões, ora como auxiliares genéricos e maleáveis, ora como trabalhadores braçais. Mais do que isso, estes posicionamentos são estratégicos pois são privilegiados enquanto amortecedores de conflitos e de controvérsias políticas mais profundas (política partidária, interesses comerciais, as relações históricas entre o mercado informal e o Estado e etc). Os auxiliares atuam enquanto “representantes” do Estado, embora atuantes no mesmo nível dos que recebem as sanções ou são alvos delas, em certa horizontalidade comunicativa. Daí a importância da apresentação das trajetórias dos sujeitos da pesquisa feita no Capítulo 5. O que quero chamar a atenção é que, de modo geral, os auxiliares de fiscalização e seus supostos opositores – os ambulantes - ocupam

os mesmos “lugares sociais” no mundo: são majoritariamente homens, de faixas etárias semelhantes, têm condições socioeconômicas semelhantes, são moradores de bairros periféricos (às vezes os mesmos). Seguem relatos de Douglas e Raimundo acerca desses cruzamentos ocasionais:

Douglas: Tem casos desse tipo de agressão. "ah, eu sou do seu bairro", "sou da favela", não sei o quê. "Sobe na favela lá e... vem cá tomar coisa de mim, e você vai ver que vou dar tiro...". Essas coisas assim. [...] Isso rola assim... a gente não desacredita mas também não...

Tarcísio: Mas eles falam que são do seu bairro, por exemplo?

Douglas: Já, já. Tem gente que trabalha aqui de camelô que eu nem sabia, e depois trombar com eles lá no meu bairro.

Tarcísio: Mas e aí? O que aconteceu quando você trombou com esse pessoal no seu bairro?

Douglas: Eles olharam, ficaram de cara fechada. Eu também olhei. Ninguém falou nada não. [...] Muitos aceitam que é o trabalho de você, mas tem muitos que querem levar para o lado pessoal. Aí você tem que tentar convencer que você está trabalhando. Não é levar para o lado pessoal. Não sou eu que estou apreendendo mercadoria, eu estou a serviço da Prefeitura e o serviço tem que fazer.

Raimundo: [...] É assim... tem que ser rígido. Está vendendo ali, você ferrou... eu já fiz apreensão de vizinho meu que mora do lado da minha casa. Já tive que fazer. Estava enchendo o saco dos *plantão*, aí ele chegou... foi na Olegário Maciel. “Ô Apoio, o cara falou aqui que não vai sair do lugar.” Ele estava vendendo orquídea. Aí eu estava na linha de frente aí eu peguei e fiz a apreensão dele. “Po véi, você vai pegar minhas plantinha?” Falei: “olha, meu serviço é esse. E seu serviço é vender e antenar. Você não antenou e perdeu sua mercadoria.” [...] Aí ele falou “beleza então, pode levar, isso aí não vai fazer falta não.” “Mesmo não fazendo falta, eu estou levando.”

Tarcísio: E aí lá no seu bairro como que foi?

Raimundo: Tranquilo. Ele falou “ô cara, nem sabia que você trabalhava lá na fiscalização. Tem uns caras lá que são ruim né.” Falei “é! Tem uns caras que é ruim” [...] Ah, fiquei com dó né. Porque tipo assim, eu conheço a família né. Família é carente, precisa do dinheiro. Mas eu pensei assim... o meu serviço é esse e ele fez tanto desaforo com o amigo da gente de serviço, de colete. Aí eu fui e levei. Aí eu fui e levei as mercadorias.

Histórias como a que contaram Douglas e Raimundo foram relativamente comuns nas entrevistas. Além disso, foram contadas com certa naturalidade pelos auxiliares, em tom de certo profissionalismo (“o serviço que tem que fazer”), sem expressivos estranhamentos. Ao mesmo tempo em que esta proximidade social aparece como um fator que predispõe à tensão e ao constrangimento individual entre os atores, ele propicia um meio de interação por uma gramática comum. Isso fica claro desde o léxico de expressões e gírias compartilhado e, possivelmente, até os valores morais colocados em jogo. Por outro lado, isso não apaga a disposição de papéis propiciada pelas situações de fiscalização, mas funciona como um meio para o entendimento mútuo ao passo que cada um faça “seu serviço”, o que é fundamental para a mecânica desse tipo de controle, da forma com que ele é engendrado.

Um dado que apareceu durante as entrevistas e que me surpreendeu foi que auxiliares e ambulantes até mesmo têm trajetórias no mundo do trabalho cruzadas, como conta um dos meus entrevistados, Douglas, 23 anos, nascido em Vespasiano, onde ainda mora com sua

família. Ele é filho de um ex-auxiliar de fiscalização que, antes de ingressar no emprego, atuou por muitos anos como ambulante, vendendo balas e bebidas no Centro da cidade. Da mesma forma que a atividade de camelô no início dos anos 2000 foi para seu pai uma opção viável (e natural) de ocupação, também foi a oportunidade de trabalhar no “lado oposto”, do lado da Prefeitura alguns anos depois.

Para a maioria, a mudança de um lado para o outro não parece tão estranha, mas isso não significa que não existam lados e posições demarcadas na deflagração do conflito. Ao contrário, a oposição desenlaça o conflito! Situados em meio ao controle e a atividade irregular, os auxiliares podem ser vistos pelos ambulantes como inimigos, principalmente os agentes do *Apoio*, como acusa Raimundo:

Raimundo: Ninguém entende. Açam que a gente é inimigo dos camelôs. Nós não somos inimigos do camelô. Eles fazem o serviço deles e a gente o da gente. Nós não somos inimigos nem amigos deles. É cada um defendendo o seu. Porque, às vezes, o pessoal... foi ontem né? Nós estávamos descendo a Curitiba ali, aí passou um cara: “aí esses fiscal aí! Ficam pegando as mercadorias dos camelôs.” Aí eu peguei e voltei lá na hora e falei “aqui irmão, o negócio é o seguinte, você está aí com sua blusa da Oi aí, vendendo seu chip... vender chip vocês nem podem, a gente que faz vista grossa, então você faz o seu serviço que a gente faz o nosso.”

[...]

Tarcísio: Se, por exemplo, um dos seus colegas, um dos caras do *Apoio* ou dos *azuizinhos* que você conhece largar aqui e virar camelô...

Raimundo: Vou ferrar eles! Mesma coisa!

Tarcísio: Mas é normal?

Raimundo: Normal!

Tarcísio: Se algum de vocês virar camelô... é normal?

Raimundo: Normal. Teve um menino que rodou no *Apoio* com nós que virou camelô e a gente apreendia ele. Uma vez a gente até brigou com ele. Ele empurrou o Douglas, que é um cara que trabalhou aqui muito tempo, que mandaram ele embora... ou, quebramos ele no couro. Ele empurrou ele e saiu catando cavaco e trombou em um senhor e o senhor caiu. Nós fomos atrás do cara, quando ele virou nós já (fez um gesto de bater com a mão) lenhou nele! É que nem eu falei, eu não sou nem amigo nem inimigo de camelô não. Eles fazem o serviço deles e eu faço o meu. Na hora que eu saio daqui do serviço para casa, eu não quero nem saber de camelô não. Às vezes eu desço aqui... eu pego ônibus ali porque eu vou sentado e é até mais perto para eu pegar a minha menina na escolinha... aí tem uns camelôs que saem correndo. Aí veem que eu estou descendo e “ah, você está indo embora né?”, aí eu “é, eu mereço descansar né!” “Isso mesmo! Isso aí, descansa mesmo porque você é o capeta, você não dá sossego para nós para nós vendermos.” Pronto. Eu não mexo com eles nem eles mexem comigo. Desde quando não põem a mão em mim e nenhum dos meninos da equipe que eu trabalho, eu sou tranquilão. Quer xingar? Xinga. Quer falar? Fala. Enquanto não pôs a mão, estou de boa, tranquilo.

### 4.3 Conclusão: estratégias e práticas de controle

Nesse cenário, a dimensão interacional aparece então como um núcleo fundamental para compreender a operacionalização da fiscalização, sobretudo se retomamos a noção de estratégia, transversal ao entendimento da mecânica da fiscalização de práticas. Levando-se em conta a conjugação mútua das modalidades apresentadas, a divisão do trabalho interna a elas e outras restrições institucionais estruturantes, esta dimensão se apresenta como uma janela para

a compreensão interescalar do controle social e da gestão: entre as relações sociais estabelecidas num plano político-institucional e o plano do vivido, aqui representado pelo trabalho daqueles que estão nas pontas. Nesse sentido, olhando para o controle social proposto pela fiscalização em Belo Horizonte, *estratégia e tática* (DE CERTEAU, 1994) não se anulam ou se contradizem, mas se compensam dinamicamente pela tensão: entre autuações e negociações; entre a manutenção da ordem e os “sustos”; entre proximidades sociais e a efetivação de papéis.

Se por um lado existe um esforço de configuração do controle “por cima”, através de um olhar racionalizado e calculante sobre as ações e fluxos de fiscalização (engendrando, assim, cada uma das modalidades e situações de trabalho); por outro, a dimensão prática transforma, subverte e reajusta seus condicionantes, desde o que está posto em nível organizacional até o que se apresenta como obstáculo dinâmico ao nível da rua. Por este caminho analítico, estes fatores não estão externos às práticas cotidianas no trabalho, mas são parte integrante de seu funcionamento, já que o trabalho dos auxiliares também é um trabalho “de rua”.

Fica exposto, portanto, qual o sentido da terceirização do corpo operacional. A alocação de auxiliares para atuarem nas distintas frentes da fiscalização se justifica, em grande medida, pelo objetivo do deslocamento dos pontos de conflito, antes que o de prevenção do mesmo. Isto é, toda a tensão vivida pelos auxiliares, nas várias modalidades de trabalho, junto aos camelôs principalmente, fica a cargo deles mesmos, como se as interações travadas nas ruas dissessem respeito a estes grupos somente, confiando aos condicionantes individualizados e ocasionais para a convivência com o conflito.

De modo geral, é possível dizer que a falta de prescrição acurada desses trabalhadores das pontas não é, portanto, uma característica avulsa, desconectada. Longe disso, ela é positiva do ponto de vista da gestão, no sentido da acepção de Lipsky (1980) sobre burocratas do nível de rua. No caso da gestão municipal em Belo Horizonte, faz-se do posto de auxiliar um instrumento de controle ao transformar suas frouxas atribuições em margem de manobra, como possibilidade de encerramento dos constantes conflitos “da rua”, despolitizando-as, isolando-as na própria dinâmica da “rua”.

Tudo isso, se insere como parte constitutiva de um dispositivo (FOUCAULT, 1989) mais amplo, considerando inclusive o poder dos fiscais integrados e de agentes de instituições de segurança pública, uma vez que o trabalho dos terceirizados reduz a carga de trabalho dos primeiros, evitando-se, portanto, as intervenções mais intensas. Uma vez que as distribuições dos espaços de atuação e atribuições formais se borram nesse nível, como descrevemos, as forças de poder se capilarizam com maior fluidez.



## **5. CAPÍTULO 5: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: APROPRIAÇÕES E CONSTRUÇÕES SOCIAIS EM TORNO DO TRABALHO**

O presente capítulo se lança a discutir outros elementos que integram a composição do fenômeno em questão. A partir da apresentação da trajetória de alguns dos sujeitos da pesquisa, lanço-me a compreender como o funcionamento da fiscalização está assentada em fatores que transbordam às práticas de trabalho pela fiscalização, fazem parte de dinâmicas mais abrangentes acerca do mundo do trabalho e das construções de gênero. Estes fatores dizem respeito ao que está por trás das disposições assumidas pelos trabalhadores no sentido dos papéis que assumem nessa configuração, estando inscritos em suas práticas sociais contextualizadas no sentido da produção de um tipo peculiar de controle social, de produção da ordem.

Na primeira seção, apresento uma reconstituição das trajetórias laborais de alguns auxiliares de fiscalização, a partir dos relatos coletados em entrevistas, ressaltando e entrelaçando elementos do dito “mundo privado” com o “mundo do trabalho” (CABANES, 2011). Na segunda seção, a partir dos sentidos que os sujeitos dão às ações sob a forma de relato, analiso como se situam as trajetórias de trabalho dentro das possibilidades de certo mercado de trabalho, contextualizando o posto de auxiliar de fiscalização no seu meio social e identificando os significados de sua participação dentro da fiscalização, diante das possibilidades vislumbradas, do reconhecimento de oportunidades, dos vislumbres de futuro. Na terceira seção, exploro a perspectiva do gênero como uma possibilidade para compreender, em paralelo, outros estruturantes imbricados aos trabalhos que arranjam e engendram esse controle social: situando a partir da noção de “divisão sexual do trabalho (do Estado)” e, a seguir, *trabalho masculino*.

### **5.1 Trajetórias de vida e trabalho**

A seção inicial deste capítulo se volta à apresentação da trajetória de alguns dos sujeitos da pesquisa, reconstruídas a partir de narrativas feitas por eles em situação de entrevista. Estes relatos foram reconstituídos a partir de um foco explícito e norteador: o trabalho. Uma vez que minha entrada de campo e meu interesse central de pesquisa esteve ao redor desse aspecto, este se configurou como fio condutor das entrevistas. Assim, o delineamento cronológico se fez a partir de como se enxergam nesse campo e como, por efeito, narram seus percursos a partir dos empregos que passaram, “bicos”, demissões, períodos de desemprego, formação escolar, elementos que na narrativa funcionaram como marcadores de temporalidade.

Ainda assim, entram nas histórias também algumas características tradicionalmente mais ligadas ao “campo do privado” mas que confrontam, por sua vez, aspectos estruturais tais como a composição familiar e a conformação de papéis de gênero. Estes aspectos estão inerentes a eventos marcantes para a própria constituição familiar dos sujeitos (como os casamentos e o nascimento de filhos), mas também se expressam pela maneira com que se apresentam e se situam diante aos eventos referenciados, isto é, como qualificam as relações, como justificam as decisões de vida, sobretudo sob o crivo de “o que” e “como” escolhem revelar durante a entrevista. Desta forma, ao reconstituir suas próprias trajetórias em relatos, potencialmente aclaram papéis sociais e discursos de gênero. Por sua vez, estes aspectos compõem, junto aos marcadores de classe e trabalho, agenciamentos e racionalidades que despontam, inclusive, nos modos com que estes trabalhadores atuam pela fiscalização.

Ressalto que, pela perspectiva que traço, não existe ruptura evidente e pressuposta entre a socialização desses trabalhadores “no trabalho” e fora dele. Existe, em vez disso, uma continuidade na maneira com que eles se socializam, no que diz respeito às temporalidades – o que já viveu em outras experiências passadas, e o que vive no presente – ou aos espaços sociais – seja o que vive no trabalho, ou o que vive em casa, ou nos demais espaços de sociabilidade. A perspectiva da sociologia interacionista acerca do trabalho ou das ocupações (HUGHES, 1958; DUBAR, 2012) permite que, em pesquisa, os diferentes campos da vida dos sujeitos sejam percebidos com certa fluência, quer dizer, sem conjecturar rupturas definidoras no mundo do vivido.

No caso dos auxiliares de fiscalização, como vimos no Capítulo 4, algo que chama bastante a atenção em suas experiências de trabalho são os rotineiros atritos e as dinâmicas de negociação junto aos ambulantes, principalmente. Nesse ponto, ressalto a importância de nos atermos para o desenvolvimento (coletivo e individual) de um saber-fazer típico, relacionado portanto aos modos de lidar com este público alvo, como um tipo de aprendizado bastante conectada às demais experiências de vida (passadas e presentes), nos contextos da família, da sociabilidade nos bairros, em outros trabalhos e etc. Portanto, veremos que o desenvolvimento das habilidades fundamentais para a execução das tarefas operacionais está bastante atrelado aos pertencimentos sociais precedentes (e concomitantes) à atuação dentro do próprio emprego.

Nesse sentido, a noção de construção da autonomia no trabalho (TERSSAC, 1994) pode ser elucidativa. Ela é entendida como um tipo de capacidade individual de conduta pelas estruturas de regras e hierarquias formais que depende e, por outro lado, de um grau de “reciprocidade” e “compartilhamento” com os demais, no sentido da criação de margens negociadas de ação. Esse aspecto fica latente no caso dos auxiliares de fiscalização, uma vez

que, como já dito, obedecem a prescrições consideravelmente maleáveis e incertas, por onde as “saídas informais” de negociação e a inventividade individual tornam-se quase regra. Por isso, é imprescindível conhecer, afinal, como se apresentam e como narram o próprio trabalho, já que este aspecto integra estrategicamente o engendramento do controle social e gestão urbana, de uma forma mais ampla.

A aposta para este capítulo, dentro de um plano analítico mais geral, é proteger os sujeitos da pesquisa de um possível “isolamento” enquanto meros membros do corpo operacional da PBH, ressaltando que estes sujeitos têm história, circulam por outros espaços sociais e estão alicerçados por contingentes sociais mais abrangentes, como gênero, classe social e raça<sup>72</sup>. As estruturas de poder não estão paralelas à realidade vivida por estes trabalhadores individualmente (dentro e fora do trabalho), mas sobrepostas a ela, como sugere Elias (1994), “a pessoa não existe, de fato, fora de seus quadros sociais”.

São enquanto inscrições em meio às narrativas de vida e às práticas de trabalho que estas categorias se mostram operantes. Desta forma, acredito ser possível ampliar o espectro de análise, sem cair na armadilha dos determinismos e reducionismos conceituais. Segundo Enriquez (2009):

Não se trata mais simplesmente de contar a sua vida. O que se encontra em questão é bem mais importante que isso. Contar-se significa ir ao encontro de seu “foro íntimo”, analisar suas motivações e suas ações, realizar certa coerência no “fluxo desordenado da vida” (G. Simmel), descobrir o (ou os) sentido de suas escolhas, de seus investimentos, de seus medos e de seus desgostos, efetuar um trabalho de reflexividade (A. Giddens), isto é, realizar um exigente retorno sobre si, sem complacência, de modo mais aprofundado possível, adquirindo uma nova identidade (o que Ricoeur chamou de identidade narrativa). (p. 9)

Os percursos relatados revelam “lugares sociais” mais ou menos coesos de circulação desses homens, ao mesmo tempo em que sinalizam com que racionalidades os sujeitos caminham por estes lugares. Afinal, sujeitos traçam suas trajetórias, seus deslocamentos de vida, entre condicionantes estruturais (financeiros, familiares, morais e etc) e, claro, seu senso prático (BOURDIEU, 2009).

Ao passo que as histórias contadas dizem respeito a singularidades, ao que é vivido individualmente, este capítulo serve, por outro lado, como exposição de características transversais de grupo, tanto enquanto marcadores de um perfil mais geral dos auxiliares de fiscalização. Daí justifico a escolha das cinco narrativas de trajetórias apresentadas a seguir. A partir do foco dado às trajetórias, é possível identificar alguns contrastantes internos desse grupo

<sup>72</sup> Apesar de reconhecer a potencialidade desta dimensão para a construção das trajetórias e seus significados, o fator racial não foi trabalhado no contexto desta pesquisa.

relativos, principalmente, a determinadas disposições práticas conectadas à lógica de distribuição e de funcionamento de atribuições de serviço. Nesse sentido, ao longo das entrevistas, persistiram algumas associações entre o “campo do privado” e o “campo do trabalho”. O espectro comparativo só foi possível uma vez que precepei-me em ouvir os sujeitos cujas experiências no campo da fiscalização se distinguem quanto à função que desempenha, mas também ao tempo de serviço.

Trata-se da diferenciação entre os auxiliares atuantes no *plantão* (ou *coletinhos azuis*) e os agentes do *Apoio*, no que diz respeito às suas trajetórias e à conformação dos papéis sociais que assumem. Sem recorrer às “etiquetagens” (DUBAR, 1998), esta relação se fez expressa nas atitudes individuais e disposições mais gerais, que por sua vez estão inscritas na mecânica estratégica dentro da fiscalização, pela complementariedade entre o trabalho dos auxiliares que atuam nos *plantões* e daqueles que se prestam a, quase que exclusivamente, participar das ações de apreensão, se reconhecendo como *Apoio*. Como ressaltaram os interlocutores, é possível identificar características definidoras e sobretudo distintivas entre os auxiliares que atuam nas diferentes frentes “ao nível de rua” da fiscalização, conformando, portanto, a ideia de que existam perfis (típicos) ou mesmo identidades, se assumimos o ponto de vista de Dubar (1998, 2012).

Seguem as reconstituições de narrativa de trajetória de três *coletinhos azuis* – Douglas, Gleison e Renato - e dois agentes do *Apoio* – Geraldo e Raimundo. A cada história, entendemos como as circulações pelo mundo do trabalho levaram ao emprego como terceirizado da Prefeitura de Belo Horizonte e à participação direta em um controle social peculiar. Em seu conjunto, as seguintes narrativas de trajetória demonstram como as suas experiências, a contar pelo quem são “fora do trabalho”, se conformam em “perfis” legíveis enquanto papéis sociais, por fim, envolvidos e instrumentalizados para o contexto da fiscalização.

### 5.1.1 Douglas<sup>73</sup>

Douglas tem 23 anos (1991), é nascido, criado e ainda morador de Vespasiano (cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte). Douglas mora longe do local de trabalho, mas disse conhecer vários outros colegas que são da sua região e que, assim como ele, percorrem o trajeto entre casa e trabalho todos os dias.

Douglas conta que sempre teve dificuldade com os estudos, estudava apenas “por obrigação”, mas conseguiu formar-se no ensino médio. Assim que saiu da escola, aos 17 anos,

<sup>73</sup> Douglas foi entrevistado em 08/05/2015.

encontrou seu primeiro trabalho, como balconista e vendedor em uma loja de rações em seu bairro, onde ficou por 2 anos e 8 meses. Sua família comprava rações nesta mesma loja, e por isso ficou sabendo da vaga e chegou a ocupá-la. Só saiu do emprego porque se “cansou”, justifica. Mudou-se, então, para um emprego em uma loja de mochilas e materiais esportivos, loja do mesmo ramo em que seu pai trabalhava na época, quem o ajudou a se inserir. Nessa loja suas comissões como vendedor estavam muito baixas já que não conseguia competir com os funcionários mais antigos que já tinham uma clientela fixa. Por isso, após poucos meses desde que havia entrado, conversou com o dono e o pediu para que o demitisse, a fim de garantir os benefícios trabalhistas.

Ao mesmo tempo em que negociava sua saída do emprego como vendedor, articulou-se para ingressar no seu emprego atual pela Prefeitura. Seu pai foi, novamente, o intermediário para conseguir o emprego. Na época, ele trabalhava como auxiliar de fiscalização e, como conhecia bem um dos gerentes na Regional Pampulha, levou o currículo do filho diretamente para que o chamassem na Conservo, empresa que, na época, contratava apenas os agentes para a Regional Centro-Sul.

Seu pai trabalhou por quase 4 anos na fiscalização: foi demitido em 2013, junto com outras dezenas de colegas, em decorrência do fim do contrato de uma das empresas terceirizadas. Além de ter indicado Douglas, seu pai foi sua primeira referência na criação de expectativas sobre o que o trabalho viria a ser:

Douglas: Quando nós começamos, ele falou... me perguntou se eu ia querer e falou "olha, lá você vai mexer com camelô, muitas vezes você vai fazer serviço e o povo vai te xingar, vai vir contra você". Isso aí ele explicou quando ele foi para arrumar aqui. Aí ele me explicou, me falou assim "você quer?". Aí eu falei "quero", aí vim. Só que ele não ficava contando o que ele fazia. [...] Meu pai não é muito de conversar não. É mais calado também.

No início de seu período no emprego, Douglas complementava sua renda atuando como motorista para uma lavanderia, entregando roupas lavadas no domicílio dos clientes. Dividia-se, portanto, entre o emprego fixo na Prefeitura (durante a manhã e o início da tarde) e o “bico” (no restante da tarde até o início da noite). A partir de 2013, houve uma mudança no contrato de trabalho dos auxiliares, e suas cargas horárias passaram de 6 para 8 horas diárias, forçando Douglas e outros tantos colegas a largarem seus “segundos empregos” em troca do aumento do salário fixo e de certa estabilidade.

Douglas: Olha, como eu tenho só o segundo grau, não tenho experiência em profissão, aí se eu for arrumar emprego aí fora aí... eu não tenho profissão nem nada, se você for olhar, aqui está um lugar bom para trabalhar. Financeiramente não paga tanto não, mas... dá para ir enrolando. Está melhor do que muitos lugares aí.

Douglas vislumbra “uma profissão melhor”, “uma carreira melhor”, que pague um salário mais alto, principalmente. Conta que tentou a prova de concurso para Soldado da Polícia Militar, mas não conseguiu passar. A carreira como policial lhe parece um caminho interessante profissionalmente e explica porquê:

Douglas: Primeiro é o salário, e outro porque... ah, é uma carreira. O serviço também acho que não é ruim de fazer não. Você está fazendo o certo.

Tarcísio: Como assim?

Douglas: Ah, você vai ter uns problemas e tal, mas você vai ter... tipo assim, deixa eu ver como é que eu vou te explicar. Você vai fazer cumprir a lei. Você vai fazer o seu serviço. Vai fazer o seu serviço como qualquer outro.

Douglas reconhece no trabalho policial uma forma de seguir “carreira”, com melhor salário e também porque lhe parece um trabalho cujas atribuições são mais claras, cujo impacto lhe parece “o certo”, o “fazer cumprir a lei”. Diz que tentará o concurso em uma próxima vez com mais dedicação na preparação, apesar de afirmar que tem pouco tempo para estudar e pouco dinheiro para investir em cursinhos e apostilas.

Atualmente mora com sua esposa, com quem é casado há um ano, além de sua filha de um ano de idade. Sua esposa tem 22 anos, completou o ensino médio e atualmente trabalha como caixa do banco Ibis. A família mora no mesmo lote da casa da sua mãe, onde também foi criado. Há um ano, quando casou-se, Douglas mudou-se com sua esposa para um “puxadinho” no andar de cima da casa de sua mãe. Junto à família, também na casa da mãe, mora o irmão mais novo de Douglas, que tem 16 anos e “por enquanto, só estuda”.

Os pais de Douglas são separados. A mãe está bastante próxima de seu núcleo familiar, é dona de casa e ajuda na criação do neto. Já seu pai mora sozinho em outra casa e está atualmente desempregado, sustenta-se atualmente com o seguro desemprego. Douglas contou bastante sobre a história do pai, sinalizando ser ele uma figura importante como referência familiar e de sua origem social.

Douglas conta que seu pai nasceu em Montes Claros, cidade polo da região Norte de Minas Gerais, vindo de uma família pobre. Como conta o entrevistado, a situação da família “estava difícil”, “passavam dificuldades”, e, por isso, aos 13 anos migrou sozinho para a capital do estado, onde passou a trabalhar e morar em uma mansão no bairro nobre Cidade Jardim. Segundo o entrevistado, a dona da casa – “uma dona rica” – o “pegou para criar”, e em troca trabalhava cuidando da casa, como um “caseiro”, conta.

A partir daí, circulou por vários empregos: foi trocador de ônibus, garçom, vendedor de loja. Entretanto, a atividade que mais se identificou (segundo Douglas), e a qual exerceu por

mais tempo, foi como vendedor ambulante. Douglas conta que seu pai atuava no Centro de Belo Horizonte vendendo balas, refrigerantes e todo tipo de coisa que coubesse em seu carrinho. Sem muita precisão Douglas diz que essa era a época em que vender na rua “não era proibido”<sup>74</sup>, entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000. Por isso, relata com naturalidade sobre a suposta controvérsia na trajetória de seu pai:

Tarcísio: Como é que era para ele ter sido camelô e depois ter sido parte da equipe de fiscalização?

Douglas: Ah, normal, porque na época aqui que ele chegou, ele nem conhecia ninguém. Ninguém sabia não. Porque na época não tinha fiscalização igual tem hoje. Na época era praticamente liberado. Tem muitos anos atrás.

Afinal, se a venda de rua estava supostamente permitida naquela época, tratava-se de um trabalho “normal”, aceitável da mesma forma como o emprego pela fiscalização.

### 5.1.2 Renato<sup>75</sup>

Renato tem 60 anos (1955), nascido em Itanhomi, cidade próxima a Governador Valadares, na região leste do estado. Em sua cidade natal morou até os 23 anos, quando veio para Belo Horizonte em busca de melhores oportunidades de trabalho. Mora atualmente no bairro periférico Jardim Leblon, dentro da Regional Venda Nova. Renato ainda é casado (há 38 anos), tem quatro filhos e cinco netos, cujas idades não se recorda bem<sup>76</sup>.

Quando ainda muito pequeno, foi abandonado pelo pai, a quem só foi reencontrar quando já tinha 35 anos. Foi criado, portanto, pela mãe e pelos avós maternos. Com eles moravam outros dois irmãos e uma irmã, todos mais novos.

Renato começou a trabalhar ainda criança, aos 7 anos, na roça de seus avós maternos à atividade agropecuária de pequeno porte, na plantação de milho e arroz, além da criação de bovinos e galinhas. Diante da vida na roça, o tempo para estudo ficou em segundo plano, Renato parou de estudar na quarta-série:

<sup>74</sup> Esta é a percepção de Douglas acerca da história do próprio pai e do período referenciado. O entrevistado denota que se tratava de uma época em que a atividade do camelô era, de fato, “liberada”, quando o que se sabe é que havia (entre 1995 e 2000) um sistema de tolerância condicionada, com base em regras estabelecidas informalmente entre os grupos de vendedores e a Prefeitura.

<sup>75</sup> Renato foi entrevistado em 05/05/2015.

<sup>76</sup> De modo geral, Renato não se recordou bem das idades dos familiares ou de datas. Muitas vezes, durante a entrevista, notava que as suas referências temporais não conciliavam, por mais que eu chamasse atenção das contradições assim que as percebia. Por isso, optei por deixar imprecisas as idades que não batiam (“mais ou menos”, “em torno de”) e utiliza-las como orientação de ordem das sucessões dos fatos narrados.

Renato: Era sofrido porque... a aula era longe, você andava o quê... uma hora a pé para estudar, e eu comecei a trabalhar com sete ano de idade, sete anos, “fi”... e ralo até hoje. Então é muito difícil para estudar, aí eu estudava a noite né? Você vê... trabalhava até 6 horas da tarde, ia em casa tomar um banho rapidão e corria para a aula. Então estudava de 7 às 9 da noite e era longe. No outro dia, tinha que acordar cedo e ir trabalhar, então...o tempo era pouco né? Era corrido. Meu pai largou nós... era pequeno na época. Morava com os avós, entendeu? Então fui criado pelos meus avós.

Mais tarde, no início da adolescência, arrumou alguns trabalhos esporádicos em outras fazendas da região por algum tempo, até que saiu da casa dos seus avós para cuidar de sua “própria” roça. Quando tinha em torno de 17 ou 18 anos, mudou-se para uma fazenda de criação de vacas leiteiras (“tiração de leite”) cujo proprietário era o dono do cartório da região. Lá, ele “tomava conta” da roça em troca do direito de usar uma parte da terra para cultivar suas próprias plantações. Mesmo assim, ao mesmo tempo em que cuidava de sua própria roça, seguia trabalhando com seus avós que ainda precisavam de sua ajuda.

Quando morava nesta fazenda, aos 18 anos, Renato conheceu e começou a namorar a mulher com quem veio a se casar. Ela, que é original da mesma cidade, é apenas alguns meses mais velha que ele e também trabalhava na roça. Casaram-se na cidade, quando tinham cerca de 22 anos, e foram morar juntos na fazenda de “tiração de leite” por cerca de um ano. Trabalharam juntos até que ela engravidou e as circunstâncias (somado a um senso de oportunidade) os fizeram se interessar pela ideia de migrar para Belo Horizonte.

Renato: Ai me deu de vir pra cá porque veio todo mundo também. [...] Fui arrumar filho, por isso que eu vim para cá. [...] Eu vim para cá, porque o negócio foi esse, eu vim para cá para conhecer. Falei com a minha esposa assim, “vamos para BH vamos conhecer lá e, de repente, eu arrumo um serviço, lá a gente continua”. Ai meus amigos que a gente trabalhava, 5 deles lá vieram primeiro. Ai foram para a Cauê [fábrica de cimento], ai eles pegaram e falam comigo, “Renato, vem para Belo Horizonte que vou arrumar um serviço para você”, até esse que falou comigo era padrinho de casamento. Para você ver, morava aqui... bom, ai liguei para ele e ele foi para lá para ser meu padrinho. E falou assim: “Qualquer dia que você quiser ir para lá eu vou arrumar para você, serviço pesado, mas você vai vencer”, e vim meu filho, e venci mesmo!

Apesar das boas propostas de seu antigo patrão (o proprietário da terra), se mudou para Belo Horizonte. Assim que migrou, foi morar no bairro São Paulo, na época (década de 1970), considerado bairro de periferia da Zona Nordeste. Para diminuir as despesas, dividiam a mesma casa, ele, sua esposa, mais dois cunhados. O acordo era o seguinte: os homens trabalhavam fora, sustentavam a casa financeiramente, e a esposa de Renato cuidava de todos os afazeres da casa, para compensar o aluguel que o casal não pagava. Assim funcionou por três anos, até que um dos cunhados se casou e Renato começou a ter que pagar aluguel.

Na capital, um amigo (que chama de “padrinho”) o indicou na Cauê, indústria de cimento, para a função de carregador: fazia carregamento e descarregamento de sacos de

cimento. Nessa função, por esta empresa, trabalhou por 18 anos. Só saiu de lá porque a empresa foi vendida e quase todos os funcionários demitidos. Depois disso, Renato praticamente seguiu carreira como carregador.

Renato: Cimento, é, ai chegavam com a carreta, fazia descarregamento, descarregava, e fazia as filas. Ai nós fazíamos, tipo, de manhã, chegava 6 horas da manhã, ai nós carregamos os caminhões, que iam para a rua entregando para as obras né? Descarregava ali, ia... almoçava, ia... e carregava de novo, dava 3 ou 4 viagens. Todo dia. Quando as 3,4 horas ia chegando, íamos descarregar carreta. Tinham 20, 30 carretas no pátio para descarregar. Ai trabalhava até 9,10 da noite. Dia de sábado era folga, mas quem quisesse ir para ganhar hora extra eles chamavam. Vou te falar, não é mentira não, mas meus colegas que eu trabalhei, moram tudo perto de casa, eles falavam: “Eu não posso vir não, vem no meu lugar”. Eu ia só para fazer hora extra.

Em pouco tempo, com o rendimento fixo que conquistou em seu primeiro emprego na capital, “lutou” (palavras de Renato) e conseguiu comprar um terreno no bairro Jardim Leblon (Região de Venda Nova), onde construiu a casa que mora até hoje.

Renato: Nossa o troco era bom! Deu para construir uma casa muito boa, entendeu? Eu só, e Deus né? Porque se eu te falar que tive ajuda de filho, da minha esposa, é mentira. Eu só mesmo, na luta mesmo.

Tarcísio: Mas os seus filhos e sua mulher não te ajudaram não?

Renato: Não. Minha esposa, o que ela ajudava era lavar, cozinhar, passar... muita coisa não.

Depois do longo período na Cauê, ficou um pouco mais de um ano trabalhando em “bicos” em obras e em transportadoras, fazendo “serviços pesados”, como em seu antigo emprego. Diz que “não estar fichado” era ruim pois não podia “contribuir”, o que atrasou sua aposentadoria (hoje a sua maior preocupação).

Por fim, arrumou um emprego “fichado” em uma empresa transportadora chamada Transavante, onde ficou por 6 ou 7 anos. De lá, foi para outra empresa do mesmo ramo, chamada Quick, onde ficou por mais 7 anos. Ambos empregos, atuou como carregador. Após sair da Quick, passou a fazer esse mesmo tipo de serviço para a Itambé, porém sem carteira assinada. Renato, com mais dois ajudantes, trabalhava durante todo o dia e recebiam por tonelada transportada e no final dividiam o rendimento. O “bico” durou um ano e meio.

No total, Renato tem quatro filhos. Conta com orgulho que todos concluíram o ensino médio, mas nenhum chegou a dar continuidade em curso superior. O mais novo trabalha com mineração e viaja bastante a trabalho (“negócio de minério”, como diz). O mais velho trabalha como “motorista de madame” há 12 ou 13 anos. Sua patroa atual o trata “como mãe”, segundo Renato. O do meio trabalha como eletricitista de ônibus. A sua filha é telefonista de uma empresa terceirizada para a PBH, e seu marido chegou a trabalhar como auxiliar de fiscalização. Foi, inclusive, ele quem indicou Renato à vaga e o incentivou a enviar currículo para trabalhar na

fiscalização. Conta que o genro não gostava do serviço, já que era “estudado” e “trabalhar assim para os outros, ele não era chegado não.”

Atualmente, um dos irmãos mora em BH; outro em Teófilo Otoni e a irmã em Itamarati de Minas. Sua avó materna ainda é viva e mora na mesma casa de sua infância. Ela tem 103 anos e, segundo o entrevistado, ainda trabalha com costura manual. Seu avô materno morreu com 116 anos, quando foi ferido na perna por um espinho, o que evoluiu até um câncer que lhe foi fatal. Pai, mãe, sogro e sogra também já são falecidos, e com os irmãos diz ter pouco contato.

Desde que fui apresentado a ele (antes da entrevista) sempre foi referenciado pelos colegas como “gente boa”, “contador de histórias”, “bom de papo”. Ao longo do período de trabalho de campo, cruzei com Renato várias vezes na sede da fiscalização, nas ruas, dentro da Kombi da Prefeitura. Já trabalha na fiscalização há 3 anos e meio e parece ser bastante conhecido entre os colegas. Sempre que o encontrava, ele estava brincando ou sendo alvo de “zoações” dos seus colegas.

A ideia de “trabalho” sempre esteve no centro das falas de Renato, bastante carregado como valor, como orgulho. Quando abordei questões relativas aos conflitos da rua, às dificuldades do serviço, Renato foi sistematicamente esquivo, respondendo “nunca tive problemas”, como na seguinte passagem:

Renato: O serviço é perigoso? É, mas tem que saber fazer ele. E eu nunca tive problema com ninguém. Se eu for lá na rua sozinho, qualquer uma rua dessas sozinho, falo: “ô amigo, eu trabalho aqui e tal. Faz favor de retirar para mim essa barraquinha aí”. Sai tudo numa boa. Nunca tive um problema.

Com um linguajar simples, ainda com um sotaque marcado do interior, foi preocupado em se mostrar um trabalhador tranquilo e obediente, “de boa e sem reclamar”, o que pode ser interpretado como uma forma de naturalização da condição de subordinação.

Renato: Aquela grade<sup>77</sup> de dia de domingo, eu não estou nem aí, qualquer dia que mandar eu pegar a grade eu pego. “Ah é pesado”. Já carreguei mais peso do que isso. Eu carreguei caminhão, descarreguei lá... De boa e sem reclamar! Eu nunca reclamei, pela minha idade, eu nunca reclamei, e não reclamo. Não tem nada ruim para mim! Então isso aí eu tenho que falar. Onde eu trabalho, eu tenho os meus amigos que falam, “eu nunca reclamei”, então...eles falam assim: “Tudo pra você está bom, o senhor não reclama nada!”. Reclamo mesmo não, reclamo mesmo não. Para mim, tudo que é serviço é ruim! Mas você tem que saber fazer ele! Vamos supor, não tem gente que tem que ficar no escritório ali? Quem tá no escritório ali é cobrado muita coisa, ele fica naquela base, sei que fica! A minha menina... minha menina ela é telefonista, fica no computador lá. O telefone toca, tem que dar notícia disso e daquilo. Olha, ela chegava e,

<sup>77</sup> Refere-se à atividade de montagem e desmontagem das grades que cercam as feiras nos finais de semana, como a Feira Hippie da Avenida Afonso Pena aos domingos. Esta atividade foi descrita por vários entrevistados como uma atividade “pesada”, e que muitos contestam a fazê-la quando são escalados.

“Ô pai estou com a cabeça até doendo”. Muita cobrança, é muita coisa, uai! Quer dizer, o serviço que eu faço é mais tranquilo de que quem tá no escritório... tudo de cobrança, quer dizer... vamos supor, você tem seu estudo, você está nessa luta para você fazer seu serviço né? Se formou naquilo que você queria e tal! A cobrança é... você chega em casa e... está no computador até certa hora da noite, para poder no outro dia dar resposta disto e daquilo. Então... todo serviço é ruim! Mas nós precisamos trabalhar, gente! Eu penso assim.

### 5.1.3 Erik<sup>78</sup>

Erik tem 25 anos (1989), nasceu na zona rural de Conselheiro Mata, município próximo de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha. Já mora em Belo Horizonte há 6 anos, no bairro Santo André, e há 3 anos trabalha como auxiliar de fiscalização. Seu pai trabalha como operário de conserto de estrada pela DER<sup>79</sup>. Já sua mãe é professora aposentada do ensino básico. Os pais continuam casados e ainda moram em Conselheiro Mata.

Erik começou a trabalhar assim que entrou para o Ensino Médio, quando tinha cerca de 15 anos. Trabalhou muito desde essa época, segundo ele. Começou trabalhando em fazendas de café da região, em épocas de colheita, onde pagavam uma “turma” “por empreitada”, o que durava, cada uma, mais ou menos 30 dias.

Nessa época, também trabalhou, porém mais constantemente (“como um emprego”, diz), por um ano e meio, com o cultivo de mudas para replantio de matas silvestres em regiões próximas de sua casa, prestando serviço para uma mineradora que era obrigada a compensar o impacto ambiental de suas obras. Nessa época, conciliava os estudos com o trabalho de replantio. Erik conta como se organizava:

Erik: Eu trabalhava de 7 às 2 ou de 8 às 2. Aí tinha que ir estudar lá para as 7 horas. Assim... não era assim... cansava, mas... hoje aqui na cidade é mais cansativo. Interior é mais leve né. Você não tem aquela pressão igual tem aqui. Aqui você não vê a pressão, mas ela existe. Você tem uma pressão maior aqui. Esse negócio de pegar ônibus, essa coisa de trânsito, isso aí eu acho que estressa muito mais, cara. Fico muito mais estressado do que antes.

Aos 18 anos teve a carteira de trabalho assinada pela primeira vez. Uma mineradora grande contratou a mão de obra nas mediações de Diamantina para um trabalho temporário em Sabará, onde auxiliava um engenheiro que fazia medições das condições de um terreno para ser minerado. Mesmo sendo um trabalho temporário, a empresa foi obrigada a assinar um mês de carteira para depois demitir. Trabalhando apenas em atividades temporárias, aos 19 anos, Erik decidiu se mudar para Belo Horizonte, com vistas em uma ampliação de suas possibilidades de trabalho.

<sup>78</sup> Erik foi entrevistado em 29/04/2015.

<sup>79</sup> Departamento de Estrada de Rodagem.

Assim como ele, todos os seus irmãos saíram de Conselheiro Mata para estudar e/ou trabalhar. Erik tem cinco irmãos, todos nascidos e criados em Conselheiro Mata. Dentre os cinco, dois moram em Diamantina; outros dois moram em São Renato Del Rei; além de Erik e seu caçula (23 anos) que moram juntos em Belo Horizonte. O caçula da família mora há três anos na capital e trabalha como auxiliar administrativo, desde quando chegou, em uma mesma empresa especializada em serviços de *telemarketing*.

A sua história e de seus irmãos é a mesma história da maioria dos jovens de sua cidade. Erik conta que há um padrão no fluxo migratório de Conselheiro Mata: muitos vão primeiro para Diamantina, e depois seguem emigrando para outras cidades maiores, como Belo Horizonte.

Erik: Ninguém fica lá porque lá é um lugar pequeno né, então lá você estuda até a oitava série, ou no máximo... lá hoje em dia tem ensino médio. Eu, por exemplo, tive que sair de lá de Conselheiro para ir morar em Diamantina Centro mesmo, por causa do Ensino Médio, na época. Aí hoje já tem ensino médio lá em Conselheiro.

A primeira pessoa de sua família a mudar-se para a capital foi uma de suas irmãs, que conseguiu um emprego e foi morar na casa de uns tios. Passado um tempo, seus tios se mudaram da cidade e ela, então, teria que morar sozinha. Para evitar que a moça morasse sozinha, seus pais pediram a Erik que viesse morar Belo Horizonte junto com ela. Além disso, Erik havia se formado no Ensino Médio há um ano, não tinha emprego fixo ou nada que lhe “prendesse” na sua cidade, como conta. Ele foi relutante mas, após a insistência dos pais, foi obrigado a ceder.

Por muito tempo, foi resistente à vida urbana, demorou para se acostumar com a cidade grande. Conta que os dois primeiros anos foram difíceis pois não se adaptou bem ao novo “ritmo”, além disso, não arrumou bons trabalhos e tampouco conseguiu fazer amigos, “apenas colegas”. Mas ressalva que hoje em dia está bem estabelecido, já sabe bem como circular, tem alguns amigos, tem namorada, emprego e etc.

Em Belo Horizonte, seu primeiro emprego foi como embalador (ajudava os clientes a empacotarem as compras) em um supermercado, mas pediu demissão logo no terceiro mês de trabalho. Diante de um serviço completamente distinto das atividades que tinha em Conselheiro Mata, e ainda incomodado com a mudança de cidade, Erik resolveu procurar outro tipo de trabalho.

Seu próximo emprego foi como estoquista em uma loja grande de calçados no Centro da cidade. Ficou neste trabalho por oito meses, até que foi demitido (não contou o porquê). Ficou quatro meses desempregado, procurando alguma vaga que lhe coubesse. Conseguiu, por fim, um emprego também em loja de calçados, porém como vendedor (o que ficou sabendo só

no momento de contratação). Mesmo sem se identificar muito com a atividade de vendedor, Erik ficou neste emprego por um ano e meio. “Pedi as contas” e “fez acordo com o chefe” para que fosse demitido.

Tarcísio: Aí era melhor já né? Vendedor deve ganhar melhor que o estoquista né?

Erik: É... eu acho que ganha igual porque na outra que eu trabalhava como estoquista, a loja era maior, aí lá eles pagavam melhor como estoquista. Aí como vendedor você tinha que trabalhar mais para ganhar. É aquela pressão, entendeu? Eu preferia ficar como estoquista. [...] Hoje, depois que eu trabalhei um ano e meio, eu não quero saber disso mais não. Aquele trabalho eu não quero mais não. Você vai estressando.

Diante um horizonte de empregabilidade relativamente amplo, Erik circulou bastante dentro dos três primeiros anos que esteve em Belo Horizonte. Entretanto, estes empregos remuneravam mal, não ofereciam oportunidade de crescimento e, tampouco, eram estimulantes, de forma que sempre lhe parecia compensável as frequentes trocas de emprego.

Antes mesmo de sair do emprego, Erik pediu ao seu primo que trabalhava como auxiliar de fiscalização na Prefeitura que o indicasse a uma vaga na Prefeitura, o que lhe chamou a atenção por ter expediente diário de 6 horas. Por isso, esta parecia a Erik uma ótima oportunidade para tentar “melhorar”, dando início a um curso superior, o que contarei mais a frente.

Erik: Eu tinha um primo que morava aqui em BH e trabalhava aqui na época. Aí ele pediu o gerente da fiscalização para me indicar, aí assim que eu pedi conta eu peguei um mês de seguro desemprego... eu fiz acordo né. Fiquei um ou dois meses de seguro desemprego, eles me chamaram para fazer entrevista, aí um mês depois eles me chamaram para assinar a carteira, aí de lá eu estou aqui até hoje.

Erik foi então contratado em 2012 para atuar pela Centro-Sul, onde trabalha desde então. Já seu primo, saiu do emprego pouco tempo depois que Erik entrou. O entrevistado conta que, hoje, seu primo trabalha como vigia, ganhando um salário melhor e com horário mais flexível.

Tarcísio: E o que ele te falou sobre o trabalho? Antes você já tinha ouvido falar sobre esse trabalho?

Erik: Já, porque eu via ele e já vinha conversar com ele na rua, entendeu? Mas, até então eu não sabia nada. [...] Ele falou assim "ah, o serviço é tranquilo, se você ficar tranquilo, aqui vai bem, entendeu?". Fui saber mesmo como é que era o serviço no dia que fui lá na regional e que o supervisor passou como é que é, como é que é a situação.

Tarcísio: Seu primo não te adiantou nada? Coisas chatas, coisas legais...

Erik: Para falar a verdade não. Só falou assim "só você ficar na sua e não andar com pessoa errada, que ninguém mexe com você". Só fazer o que mandar, porque você vai ter que fazer coisa simples, é coisa de fazer a sua parte e pronto. Não fazer ideia errada, só isso. Mas fui saber mesmo no dia da entrevista.

Este foi um ano de várias mudanças na trajetória de Erik em Belo Horizonte. Além do novo emprego, em 2012 sua irmã voltou para Diamantina para fazer faculdade, ao mesmo tempo em que seu irmão mais novo veio morar e dividir o aluguel com ele.

Também foi neste ano que Erik fez a prova do ENEM<sup>80</sup> a fim de ingressar em algum curso de engenharia. Interessava-se, a princípio, pela graduação em Engenharia de Minas. Todavia, conseguiu se matricular no curso de Engenharia Mecânica de uma faculdade particular, uma segunda opção que lhe pareceu viável e prática.

Erik: É, aqui né... aqui é uma coisa de você... Você está aqui, mas você quer... você tem que pensar em uma coisa... igual eu penso, tem que formar, formar logo. Tem que ser uma coisa melhor. E, engenharia mecânica, para falar sinceramente, é porque só tinha... eu olhei mesmo pela localização da faculdade, que é a mais perto... é na Aimorés lá, na UNA lá. É mais perto de casa para lá, porque o ônibus para na porta. Então tinha essas vagas, então eu pus entre uma e outra.

[...]

Erik: Eu queria fazer mineração. Isso aí eu queria fazer mesmo. Só que isso até tinha lá, mas era na UNA da Raja Gabaglia, se não me engano, que tinha lá e, nossa, ficava fora de mão de mais para mim. Aí não dava não. Essa aí eu sempre quis fazer, de mineração. [...] Eu sempre gostei de mineração. Eu sempre gostei. Diamantina é uma cidade mineradora. Eu sempre gostei, sempre gostei da matéria. Sempre gostei, sempre quis desde criança. Sempre quis fazer isso né. Só falta oportunidade.

Como sua nota no ENEM não foi alta, não conseguiu bolsa ou qualquer financiamento público (como o FIES<sup>81</sup>), por isso se matriculou e conseguiu apenas pagar as primeiras mensalidades. Erik completou somente um semestre letivo, o primeiro de 2013. Conta que o valor da mensalidade era o mesmo de seu salário na época, o que se tornou um projeto inviável financeiramente, por mais que ele soubesse da importância de uma formação em curso superior. A vaga na faculdade continua trancada.

Em 2013, como muitos dos seus colegas, Erik tentou o concurso para soldado da Polícia Militar. Fez até cursinho preparatório no período da noite. Para ele, passar neste concurso seria “subir na vida”. Apesar de não ter nenhum parente policial, ou sequer amigos próximos, com a sua experiência na fiscalização acabou conhecendo um pouco do trabalho policial, passando a se enxergar na posição. Afirma que esse caminho profissional o atraiu, principalmente, pela estabilidade salarial e que acha que tentará o concurso na próxima vez que abrirem vagas:

Erik: Eu queria ser muito, entendeu? Aí eu fiz o cursinho na época. Aí depois que eu fui trabalhando aqui, trabalhando com... via os policiais que trabalham com a gente aqui nas *operações*, a gente vai vendo como é que é. Eu desanimei um pouco. Para falar a verdade, eu fiz a prova até meio displicente, mas hoje eu quero fazer, levar mais a sério mesmo, porque é questão

<sup>80</sup> Exame Nacional do Ensino Médio.

<sup>81</sup> Fundo de Financiamento Estudantil.

de salário né. Eu posso tentar fazer uma faculdade sem ficar dependendo de FIES, essas coisas. É um salário bem maior do que o que eu ganho aqui, muito maior. Vai dar para ter uma independência no momento para eu fazer minha faculdade, ter meu carro, ou sair do aluguel. Eu moro de aluguel com meu irmão. Já vai dar uma ajuda.

[...]

Erik: Eu quero subir né, sô. Ficar assim na mesma coisa é... você tem que ter uma coisa melhor também para te ajudar a fazer uma faculdade porque com o salário daqui... Eu já tive salários piores. O salário aqui não é tão ruim. Ele é baixo, não dá para você ter muita coisa mas não é salário mínimo né. Tem muita gente hoje que ganha salário mínimo e eu sei que é difícil demais viver com salário mínimo, mas a gente ganha mais. É um salário que dá para ficar bem ainda.

Logo quando entrou para a fiscalização, como a maioria, foi designado a trabalhar nos *plantões*. Com o passar do tempo, começou a ser chamado para integrar as *equipes de Apoio* em finais de semana, uma escala “aleatória”, segundo ele. Na época da entrevista, disse que passou a considerar o trabalho no *Apoio* mais interessante do que o *plantão*, mais estimulante:

Erik: [...] Agora, o *plantão* a diferença é que você tem que ficar no *plantão*, ficar em pé o dia todo né. Aquela coisa lá que você sabe que é só aquilo. Agora com fiscal, vamos supor, ele tem que ir ali e aí você já tem que ir com ele. Então distrai até mais. [...] Na minha cabeça, é só por não ter que ficar em um lugar, determinado lugar né. Você tem que ficar daqui até ali e pronto né. E o *Apoio* que eu trabalho no final de semana não né. Você vai lá roda no Centro com a Kombi, com o carro, com o fiscal, aí quando te chamarem você vai lá. Aí você distrai mais.

Tarcísio: É menos chato né? Mais dinâmico?

Erik: Mais dinâmico. É uma coisa mais... você vê render mais, entendeu? Mas assim... vamos supor, eu não gosto disso. Para mim tanto faz. O salário é o mesmo. Salário é o mesmo de todo mundo. Onde eles me mandarem ficar... se tiver que ficar no *Apoio* ou no *plantão*, não tem essa...

Pouco depois que entrevistei Erik, o encontrei novamente na sede da fiscalização da Rua Tupis e ele estava descaracterizado como coletinho, já que havia sido transferido para a equipe da 6ª Cia do *Apoio*, da parte da tarde.

#### 5.1.4 Geraldo<sup>82</sup>

Geraldo tem 52 anos (1963), nasceu em Belo Horizonte e mora atualmente em Ribeirão das Neves (cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte). Ele é casado há 30 anos e tem dois filhos, 23 e 25 anos.

Geraldo tem cinco irmãs e um irmão. Diz não tem muito contato com a maioria deles, mas conta um pouco sobre o que cada um faz atualmente: um deles é dono de um restaurante, outras duas irmãs “trabalham em padaria”, outra irmã trabalha com faxineira e há outra que “faz bicos” (não especificados). Dentre todos os irmãos e irmãs, o único completou o ensino médio foi seu irmão mais velho, que hoje é proprietário de um pequeno restaurante no Lourdes, bairro nobre de Belo Horizonte. Depois de ter sido demitido após longo período trabalhando no

<sup>82</sup> Geraldo foi entrevistado em 01/09/2015.

BEMGE<sup>83</sup>, mais ou menos na mesma época que Geraldo, recebeu uma boa quantia do acerto contratual e, daí, abriu o restaurante. Em sua narrativa, conta sobre este irmão como uma referência de figura de sucesso, alguém que soube aproveitar as oportunidades da vida.

O pai de Geraldo morreu vítima da cirrose quando ele tinha apenas 7 anos. Sua mãe, quem ele diz que foi “mãe e pai” faleceu, devido a problemas respiratórios crônicos, no ano 2000. Durante a infância, sua família morava no bairro Jardim Vitória, periferia na Regional Venda Nova. Aos 14 anos, Geraldo mudou para o bairro Caiçara para morar com sua avó, quem tinha condições financeiras um pouco melhores do que sua mãe para cria-lo. Além disso, o bairro Caiçara, que é mais perto do Centro, oferecia melhor acesso às principais escolas públicas da cidade, entretanto como “não gostava de estudar”, largou o ensino fundamental incompleto e começou a trabalhar.

Eu vim morar com minha avó para estudar né. Só que eu nunca fui para estudo, para te falar a verdade. Pessoal fala assim “eu nunca vi ninguém que gosta de trabalhar”. Eu, para ser sincero, gosto de trabalhar. Gosto de trabalhar. Se estou trabalhando, estou tranquilo, estou me sentindo bem. Só que nesse tempo aí eu perdi foi muita coisa né. Não estudei.

Começou a trabalhar aos 14 anos em uma marmoraria pequena no bairro onde morava na época, como auxiliar no corte das pedras. Durante a noite, trabalhava como atendente em uma lanchonete, também perto de sua casa. Depois disso, arrumou um trabalho em uma farmácia, encarregado de embalar os remédios. Seus dois primeiros patrões eram da mesma família, por isso foi fácil a mudança. Nessa época, trabalhava apenas durante o dia, já que na parte da noite voltou a estudar para completar o ensino fundamental.

Seu próximo trabalho, já aos 17 anos, foi no banco BEMGE como *office boy*. Neste emprego permaneceu até pouco depois que se casou, aos 22. Com o casamento, comprou, junto com sua esposa, a casa que mora até hoje em Ribeirão das Neves, cidade da Região Metropolitana. Sua esposa, que tem sua mesma idade, atuava na época como doméstica (“trabalhava em casa dos outros”), profissão pela qual atuou por muitos anos, desde a época de solteira. Depois arrumou um emprego como costureira em uma fábrica, e neste trabalho permanece até hoje. “Se não fosse por ela... ela ajuda demais da conta!”, conta Geraldo sobre sua esposa “ajudar” nas contas da casa.

Desde que começou a atuar como *office boy*, voltou a conciliar dois serviços, passou a trabalhar como segurança *freelancer* em eventos no período da noite. Diz que havia muito

<sup>83</sup> Banco do Estado de Minas Gerais.

trabalho, sempre era indicado aos trabalhos pelos companheiros, mas começou desanimar quando os contratantes começaram, com o tempo, a abaixar o valor das remunerações.

Quando se mudou para Ribeirão das Neves, o custo do transporte aumentou e o trabalho na noite passou a não valer tanto a pena, já que os pagamentos eram fixos. Depois que saiu do BEMGE, passou um longo período (mais ou menos 15 anos) “trabalhando por conta própria”: fazendo serviços isolados como pedreiro, pintor, eletricista, inclusive voltou, por um tempo, para a marmoraria onde teve o seu primeiro emprego. “Não pode parar não né. Se parar, enferruja”, diz Geraldo.

Neste período de vida, Geraldo e sua esposa tiveram dois filhos. O filho mais velho (25 anos) tem uma doença nos rins e, por isso, faz tratamento frequentemente de hemodiálise. A doença se manifestou quando o filho tinha 15 anos, quando iria se “ingressar no mercado de trabalho”, como conta Geraldo. O filho, hoje, recebe uma pensão mensal do Estado, não trabalha e é dependente dos cuidados constantes dos pais.

Já o filho mais novo atualmente trabalha como “conferente de mercadoria” em uma transportadora. Há 4 anos é casado e é padrasto dos três filhos de sua atual esposa. O casal comprou a casa própria, onde os cinco moram juntos.

Situado em uma rotina de busca constante por “bicos” e serviços de várias naturezas, Geraldo ficou sabendo de uma oportunidade de trabalho de “meio-horário” para a Prefeitura, através de uma conhecida que também buscava emprego. Conta que, depois de inscrever-se, em menos de 15 dias foi chamado para a entrevista e, logo em seguida, para começar.

Nessa época, em torno de 1998 ou 1999, quando Geraldo entrou para a fiscalização, a empresa contratante mudava a cada ano, assim como alguns elementos do contrato, referentes às atividades por exemplo. Seu horário de trabalho começava a partir das 16:00, o que era propício para seguir atuando nos seus diversos “bicos” antes do expediente. Conta que o que fazia na época era análogo ao que hoje é o *plantão*, exceto que, na época, a dinâmica do comércio informal era bastante diferente. Até o momento em que supostamente foram transferidos para os *shoppings populares*, uma grande parte dos camelôs era “tolerada” a atuar em algumas áreas do Centro chamadas de “camelódromos”. Diante disso, o trabalho dos auxiliares se bastava em disciplinar o uso dessas zonas de tolerância e conter o avanço da área, como já apresentado no Capítulo 2. Nesta dinâmica, Geraldo permaneceu por 3 anos, até que em uma troca de empresas, seu contrato não foi renovado.

Depois de sua saída, Geraldo acabou voltando à rotina dos “bicos”, já habitual a ele. Trabalhos na marmoraria do Caiçara e no restaurante de seu irmão no Lourdes eram garantidos. Assim ficou trabalhando até 2007, quando passou em outro processo seletivo da Prefeitura,

retornando à atividade de auxiliar de fiscalização. Nesta nova entrada, sua carteira de trabalho foi assinada pela Conservo, empresa que permanece desde então como contratante. Desde sua nova entrada, seguiu atuando nos *plantões* por dois anos, e depois foi transferido para as *equipes de Apoio*. Hoje em dia atua pela 6ª Cia do turno da manhã.

A trajetória de Geraldo é bastante marcada pelos trabalhos acumulados, conciliados. Depois de retornar ao emprego na Prefeitura, seguiu com o trabalho de garçom à noite e ainda preenche algumas lacunas em sua rotina (como nos finais de semana, feriados e folgas) com outras atividades remuneradas “por fora”.

Chego lá em casa e falo: “estou atoa, estou desempregado” (risos). Aí ela [a esposa] fala “mas está trabalhando de dia!”. “Mas a noite... na noite tem que ter uma coisinha por fora né”. Aí estou aí correndo atrás, sempre que aparece uma coisinha eu estou fazendo. É mais em final de semana porque dia de semana não dá. Mas quando é horário de verão, eu aproveito o dia e aí eu faço. Tem até um serviço para eu fazer aí, vou ver se faço no final de semana aí. Senão não salvo o leite das crianças né.

Mesmo após a mudança do expediente para 8 horas diárias pela fiscalização, Geraldo seguiu trabalhando com seu irmão na parte da noite, rotina que durou até dois meses antes do dia da entrevista. Conta que saiu porque o movimento do estabelecimento caiu e, conseqüentemente, seu rendimento diário, já que não era “fichado” e sua remuneração era proporcional ao consumo dos clientes (“os 10%”).

Quando perguntado sobre planos para o futuro, Geraldo diz que tem vontade de começar um negócio próprio, montar um armarinho de “produtos femininos” (“coisas de mulheres, porque mulher que compra, homem não compra não”) ao lado de sua casa, dentro de seu lote em Ribeirão das Neves. Geraldo diz que seu bairro não pode ser considerada região comercial, mas prevê que, em um futuro próximo, possa haver um movimento de pessoas maior em sua rua devido à construção de prédios do Minha Casa Minha Vida em uma localidade próxima de lá. Mesmo se seguir este plano, tem a intenção de manter o emprego na fiscalização, conciliando os horários de funcionamento da loja com os seus horários na Prefeitura. “Trabalhando dia e noite, o meu é garantido!”, afirma.

### 5.1.5 Raimundo<sup>84</sup>

Raimundo tem 34 anos (1981), é nascido em Belo Horizonte e mora em Sabará (cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte), desde a infância. Raimundo é o caçula de outros 3 irmãos e 3 irmãs. Seu pai, falecido aos 75 anos, vítima de câncer, foi sargento da Polícia

<sup>84</sup> Raimundo foi entrevistado em 15/09/2015 e 17/09/2015.

Militar de Minas Gerais e sua mãe é aposentada como funcionária de um hospital público, onde trabalhava na lavanderia. Hoje ela tem 75 anos e vive em um sítio em Igarapé. Raimundo é casado há 15 anos e tem dois filhos, de 5 e 12 anos.

Há cerca de 10 anos Raimundo trabalha como auxiliar de fiscalização. Passou quase que todo este período integrando a 6ª Cia do *Apoio*, a qual ele é reverenciado como uma espécie de agente exemplar pelos supervisores que teve contato, primeiramente pela longa experiência na função, mas também pela disposição e proatividade para efetuar as ações de apreensão e enfrentar os ambulantes. Ele foi, certamente, um dos meus principais interlocutores para o desenvolvimento da pesquisa. Com ele, pude acompanhar algumas delas como observador, além de ter ouvido dezenas de suas histórias nas entrevistas acerca de grandes apreensões, brigas e tumultos.

Raimundo deu início a sua caminhada no mundo do trabalho assim que se formou no ensino médio, quando tinha 18 anos. Conta que, nesta época, seus irmãos mais velhos se arriscavam na ocupação de garimpeiro, trabalho que atraía bastante homens da região de Sabará, apesar do ganho incerto e do risco de contaminação pelo contato com substâncias tóxicas. Raimundo, o mais novo dos irmãos, conta que seguiu as orientações do pai e seguiu outros caminhos.

Para começar a ter o seu “primeiro dinheiro”, Raimundo conta que poderia “até de capinar a rua mesmo... quero é ganhar o meu”, ressaltou. Com a ajuda de um cunhado que prestava serviço para a Prefeitura de Sabará como motorista, Raimundo conseguiu emprego como “agente de zoonose”: visitava a casa dos moradores fazendo controle de criadouros de insetos vetores de doenças. Ficou neste emprego por 2 anos e meio, até que seu tempo de contrato expirou e a vaga de agente passou a ser preenchida mediante concurso. Nestes tempos, Raimundo conheceu a garota que, mais tarde, tornou-se sua esposa atual. Volto a esta história mais à frente.

Depois de perder o emprego na Prefeitura de Sabará, Raimundo ficou desempregado por pouco mais de uma semana. Arrumou um trabalho, em seu próprio bairro, como assistente de obra da reconstrução de uma ponte que havia sido destruída pela chuva. Raimundo conta:

Um dia eu estava passando lá e disse “nossa, larguei o serviço tem uma semana! Estou precisando de trabalhar, ganhar um dinheirinho.”, aí o cara falou “Traz um currículo seu aí...” “Pô, mas meu currículo não vai ter nada. Eu trabalhei lá na Prefeitura...”, “Pede eles uma carta de indicação. Se você for bom de serviço mesmo igual você está falando, eu vou te fichar aqui. Mas o serviço aqui é pesado”. “Mas eu tenho medo de serviço pesado não”. Aí ele pegou e me colocou de assistente de obra. Fiquei trabalhando lá 9 meses, até que a ponte ficou pronta.

O próximo trabalho que Raimundo encontrou foi pela mineradora Vale, uma das grandes contratantes de trabalhadores homens em sua região. Aos 22 anos, ocupava o cargo de “amostrador de minério”, como conta:

Eu era amostrador. Trabalhava para um laboratório. Eles detonavam as hematitas na mina, eu ia lá e recolhia as amostras para o carro do laboratório... moía, fazia a análise e levava a amostra para o técnico de minas para ver se as hematitas eram boas. Aí eles falavam “pode falar pros meninos da sondagem que pode furar mais porque as hematitas são boas e nós vamos tirar o minério de lá.”

Raimundo conta que este foi o emprego em que foi mais bem pago, uma quantia surpreendente para ele até hoje. Ademais, era regularizado em regime CLT<sup>85</sup> e ainda podia fazer muitas horas extras ao longo da semana, o que foi oportuno pois, nessa época, as despesas da família aumentaram com o nascimento de seu primeiro filho.

Raimundo: Eu fiquei 3 anos e meio lá. Aí saí de lá porque a mina fechou, aí eles queriam me levar lá para o Xingu. Você ficou sabendo da mina da Vale lá no Xingu? Tem minério lá para mais de 300 anos. Mas eu não fui porque tinha menino pequeno, recém-nascido. Minha mulher ia ficar sozinha em casa. Aí eu ia levar mulher e menino para meio de alojamento no meio de “peãozada”? Nunca né. Aí eu peguei e falei com o chefe... ele até ficou meio chateado comigo. Peguei e falei assim... ele tinha o apelido de Dulcídio... Falei com ele, “olha Dulcídio, vou lá pro Xingu não. Vou não porque meu filho está pequeno, minha mulher é nova ainda. Eu nem vou ver meu menino crescer. E eu quero acabar de fazer a minha casa. Ele me chamava de Maluco. “Mas, ô Maluco, você é tão bom de serviço! Fica mais um tempo com nós aí então, até a mina fechar.” Peguei e falei “beleza, quando a mina fechar então, você me manda embora.” Foi lá então que eu fiquei 3 anos e 5 meses. A mina demorou mais 5 meses ainda para fechar. Dava ainda pro pessoal da mina plantar umas árvores, fazer umas coisas lá. Ele pegou e falou comigo “você tem certeza mesmo? Você não quer ir comigo?” Falei “tenho”. Peguei um outro telefone que eu tinha e falei [mostra o celular, como se mostrasse uma foto da família] “olha, se eu não tivesse mulher e filho, se eu fosse solteiro, eu ia para onde vocês fossem. Eu estava nem aí não”... bom, nisso eu já tinha feito a minha casa toda, mobiliado pro conforto para os meus filhos.

Inclusive, conta com bastante orgulho que com o dinheiro guardado nesse período trabalhando pela Vale, pôde até mesmo comprar “de três” (dividindo com sua mãe e uma irmã) um terreno na cidade de Igarapé. Na casa construída nesse terreno, hoje vive a sua mãe.

Mesmo morando em Sabará, Raimundo acabou sendo contratado para trabalhar em uma oficina especializada em fazer preparação e manutenção de motores de tratores usados em mineração, na cidade de Nova Lima (também na Região Metropolitana de Belo Horizonte). Raimundo manipulava aparelhagem para a “limpeza a jato” dos motores, para retirar todo o minério incrustado. Ressalta que o serviço era pesado, mas não tão pesado quanto a construção da ponte em Sabará. O salário era bastante inferior ao que recebia pela Vale, mas chegou a

<sup>85</sup> Consolidação das Leis do Trabalho.

completar quase dois anos neste emprego. Foi demitido quando tentou separar uma briga entre dois outros colegas, que brigavam por causa de torcida de futebol. O supervisor pensou que Raimundo também estava na “confusão” e demitiu todos eles.

Nessa mesma época, depois do expediente diurno na oficina, começou a fazer “bicos” como garçom em Sabará na parte da noite em um restaurante cujo dono é um amigo de infância. Então, quando perdeu o emprego na oficina, continuou trabalhando no restaurante. Além disso, sua esposa contribuía para a renda da família “trabalhando fora” (não especificou), enquanto também esteve encarregada de cuidar dos afazeres da casa e da criação do filho.

Finalmente, por meio da indicação de um amigo que trabalhava como auxiliar de fiscalização, Raimundo ingressou para o seu emprego atual pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Raimundo: Foi o Denner, esse amigo meu. Ele que me ajudou no primeiro emprego, que me ajudou a conhecer a minha esposa, que me deu uma família. E foi ele que arrumou esse emprego aqui para mim. Falei “Denner, lá em casa está muito apertado, estou precisando de arrumar um outro serviço.” Ele falou “ah, na Prefeitura eu tenho a moral lá com o gerente. Eu posso arrumar um serviço para você lá. O salário lá é pouco.” Falei “não tem problema não. Eu quero é trabalhar.”

Para complementar o salário, Raimundo continuou trabalhando como garçom. No início, o expediente na Prefeitura era de 6 horas diárias e o salário, que era o mínimo na época e ainda proporcional à jornada reduzida, totalizava cerca de 320 reais. Além disso, nos dias em que não trabalhava no restaurante, depois do expediente trabalhava na construção de uma segunda casa em Sabará, com o plano de viver do rendimento de sua locação no futuro. Conta que teve a ajuda de sua esposa, de primos, de amigos para “levantar a casa” e conseguiu financiar a compra dos materiais de construção depois que recebeu, inesperadamente, alguns milhares de reais vindos da herança de seu pai recém falecido.

Outro tema que perpassa boa parte da narrativa de vida de Raimundo é a sua relação com as propriedades que conquistou: as casas que morou, as casas que construiu, os sítios de sua família, as heranças. Inclusive, Raimundo possui, junto com seus irmãos, uma pequena propriedade agrícola na cidade de Três Corações, no sul de Minas Gerais, herdada de seus avós paternos. Além de ser uma espécie de “casa de campo” para a família, onde Raimundo e seus irmãos passam as férias, eles também têm uma pequena renda do que é vendido da produção no terreno do sítio: eucalipto, verduras, carne, leite, ovos, além de outros tipos de rendimento eventuais com turismo rural. Orgulhoso da propriedade, me mostra em seu celular alguns vídeos e fotos dos animais e dos pastos do sítio.

Raimundo: A gente tem 3 lagoas de tilápia, os criatórios de peixe. Aí, tem porco, tem as vacas que a gente tira leite, tem carneiro que pode matar pra pegar a carne, tem porco também que pode matar pra vender, tem pé de eucalipto que corta. Aí você pode vender ou pra carvoaria ou para o depósito para fazer escora. [...] Aí dá para ganhar um dinheirinho bacana. Por ano que meu irmão diz que o sítio faz é 25 a 30 mil. Aí tem que dar para pagar o lote, gasolina, ração... Tipo... que nem. Eu vou sair de férias mês que vem. Vou ficar lá 15 dias, eu, minha mulher e meus meninos. 15 dias não, uma semana. Porque vai ter o feriado de dia das crianças. Nós vamos para lá e chegar lá e toma banho de cachoeira, anda a cavalo, tem festa, toma cachaça lá do alambique. É outra coisa. Você quer comer uma verdura fresquinha, você vai lá na horta e apanha lá. Alface, couve, cebolinha... tudo sem agrotóxico, essas coisas aí. Bacaninha mesmo. E, de sexta a domingo, lá em Três Corações tem uma feirinha na praça lá que meu irmão vende verduras, vende peixe, uma carne de porco. Vende tudo. Então talvez você quer encomendar, vamos supor para o Natal você vai vir... “ah, quero comprar um porco”. Meu irmão te leva lá e te pergunta qual porco. Aí é 23 reais o quilo, vamos supor. Aí ele mata, limpa, pesa tudinho na sua frente. “Deu tanto”. E a sujeira, o sangue, já escoo e cai na lagoa. E os peixes se alimentam do resto do porco. Vende ovo, vende frango, vende tudo...

Todos os irmãos e irmãs de Raimundo hoje estão casados e, pelo que conta, têm casa própria, completaram o ensino médio e, aparentemente, disfrutam de relativa estabilidade financeira, apesar de trabalharem em funções geralmente operacionais, baixo rendimento: como secretária, bibliotecária, copeira, pintor, caseiro.

Raimundo: Todos [irmãos] seguiram um caminho legal. Ninguém nunca foi preso, ninguém nunca teve confusão de bar, nunca teve briga, essas coisas assim... Lá em casa, pela perda do meu pai, a gente ficou mais unido ainda. Ficou muito mais unido. A gente já era unido, mas quando meu pai faleceu, a gente ficou muito mais unido. Dia das Mães, junto com os irmãos todos, os netos, os cunhados, as noras, tudo vai lá para a casa da minha mãe lá e faz uma festa.

Quatro deles moram em Sabará, outro mora em São Renato Del Rei e o mais velho toma conta do sítio da família em Três Corações. Todos eles têm filhos e alguns já têm netos. Quando fala de sua família, Raimundo conta várias histórias, cita o nome de vários parentes. Aparentemente são muito unidos e realizam projetos de vida juntos: Raimundo conta várias situações de compras compartilhadas de propriedades, de trabalhos em conjunto, da criação próxima das crianças e etc.

Como tanto ficou marcado no relato, a família aparece na fala de Raimundo com bastante centralidade em sua narrativa, tanto como rede “primária” de parcerias, como provedora de suportes materiais (propriedades, heranças, empregos, e etc); quanto como referência de constituição de valor moral, presente principalmente na ideia “criação”. A criação rígida do pai militar se reflete, inclusive, na maneira com que Raimundo diz cuidar dos filhos, herança esta que Raimundo reconhece e valoriza.

Tarcísio: Interessante. O fato do seu pai ser militar, você acha que isso teve muita influência na sua vida, na sua criação?

Raimundo: Teve. Meu pai me ensinou a respeitar as pessoas, quando uma pessoa está falando você espera a pessoa acabar de falar para a gente chegar e falar. E lá em casa era assim: se chegou

uma pessoa na casa e a gente não cumprimentou, não levantou e deu benção no meu pai e deu um beijo no rosto da minha mãe, apanhava. “Vocês me dão licença que eu vou tomar um banho ali”. Tinha que pedir licença. “Dá licença que eu vou me retirar aqui, vou estudar... vou trabalhar...”

Tarcísio: E assim você cria seus filhos também?

Raimundo: Assim que crio meus filhos. Não crio meus filhos batendo, gritando, espancando. Chegou da escola, “me dá sua mochila, deixa eu ver o que você fez, que exercício tem para você fazer? Se tiver algum exercício que você não sabe fazer, vamos lá sentar na mesa lá. Acabou de fazer? Vamos lá lavar a mão e tomar um café. Vai lá tomar um café lá”. “Ah, papai, quero brincar.”, “Pode, tantas horas, dentro de casa. Com quem você está indo? Onde você vai?”, “ah, vou na casa de...” “pode. Na hora que você chegar lá você pede para ela me ligar”. Então, acho que estou fazendo o melhor para os meus filhos, no meu modo de vista. Mas muitas pessoas, que nem as minhas cunhadas, falam que eu sou muito rigoroso com eles, sou muito rígido com eles. A sobrinha da minha mãe com 13 anos já estava grávida. Meu filho tem 12, tenho uma filha de 5. Daqui há pouquinho está mocinha. Meu menino tá rapazinho. Junta com os meninos e vai usar droga, vai fazer coisa errada. Aí eu não quero. A educação que eu tive, eu quero passar para eles.

Apesar da admiração e influência do pai, Raimundo nunca seguiu os seus passos na polícia ou qualquer instituição militar, ainda que expresse certo arrependimento.

Tarcísio: Você nunca quis ser policial?

Raimundo: Não.

Tarcísio: Por causa dessa coisa do seu pai...

Raimundo: Na época que meu pai aposentou, ele ficou furioso. Ficou doido. Na época que pai era polícia, podia espancar os outros, podia quebrar os outros que não tinha nada a ver. E meu pai achava que a gente tinha que seguir a carreira dele para a gente ser que nem ele. Meu pai, assim, com a gente era um doce de pessoa, um anjo. Mas com os outros ele era ignorante demais. Olha para você ver. Se você chegasse para ele e falasse “ô Seu André, aquele cavalo ali está à venda?”. [O pai responderia] “Tem alguma placa escrito ‘vende-se’ ali? Estou passando fome?” [falando com a voz grossa]. E ele achava que a gente tinha que ser que nem ele. E não tem que ser ignorante com todo mundo. Às vezes, tem que ser ignorante, mas não precisa ser ignorante com todo mundo. Aé, tinha esse trem.

Tarcísio: Aí, então, você nunca nem pensou nisso?

Raimundo: Não. Eu queria ser do Exército. Quando eu fui alistar, esse sobrinho meu alistou junto comigo. Aí eu estava em uma fila das pessoas que não iam pegar e ele ia. Aí na minha dispensa deu “excesso de contingente”. Aí falei “ah, não vou fazer prova não.” Mas meu pai queria porque queria que eu fosse policial militar... hoje em dia a gente arrepende.

Tarcísio: Você arrepende?

Raimundo: Arrependo, arrependo.

Ao passo que a orientação geral da entrevista esteve em torno da trajetória laboral, Raimundo insistia em reforçar, espontaneamente, aspectos outros de sua vida, destacava histórias que ele julgava serem as mais importantes de serem contadas. Por sua vez, estas priorizações constituintes para a “narrativa de si” demarcam pontos importantes que dizem respeito não somente às maneiras de se apresentar ao interlocutor (a mim), mas indicam posicionamentos morais e de demarcação de poder. Elegi, portanto, uma dessas histórias que se destacaram, a história de tornar-se noivo de sua atual esposa, e como conheceu seu atual sogro.

A história foi relatada pelo entrevistado com certa empolgação e com grande atenção a determinados detalhes que, no curso da narrativa, ajudam a compor uma espécie de fachada para sua moral. Raimundo, frequentador da Igreja Batista, conheceu sua esposa em um culto, quando ele tinha 20 anos e ela 15. A história é a seguinte:

Raimundo: Aí, olha só o que acontece. Olha só como que... Eu fui na igreja com esse amigo meu que arrumou esse serviço pra mim aqui. Falou “pô, vamos visitar a igreja lá, sô, pra você conhecer lá a igreja.” Vou contar para você a história de como eu conheci a minha mulher. Aí peguei e falei “vamos sim! Que horas que é o culto? Ele pegou e falou comigo assim: “7 e meia.” Ele pegou e falou “então você arruma aí, eu vou pegar a minha moto e nós vamos de moto.” “Ah beleza então. Só você buzinar aí que eu saio de casa e nós vamos”. Era aquela DT, a moto DT... dois tempos. Vou de moto, vou para a igreja todo fedendo de óleo, porque era uma DT dois tempos. Peguei e desci com a moto até a casa dele e falei “pô, Denner, nós vamos de moto para a igreja depois vamos ficar todos os dois fedendo de óleo. Mas se você quiser ir, eu animo, mas nós dois vamos ficar fedendo.” “Ah, não, dá nada não. Vamos embora.” Pegamos a moto e fomos embora. Aí chegamos lá, eu sentei e tem aquele negócio que tem que dar a mão, cumprimenta. {...} Aí eu peguei... meu amigo sentou do meu lado. Aí eu vi a moça que hoje é minha esposa, vi minha esposa e ela sentou assim (na frente). Ela olhou para trás e eu “boa noite, tudo bem?”, ela pegou e disse “eu estou sozinha, mas meus irmão estão vindo aí.” Detalhe: tanto os irmãos dela, quanto o pai e a mãe dela são todos da Igreja Batista. O pai dela quando casou com a mãe dela... Aí ela foi e sentou do meu lado... “a igreja está um pouco vazia né?”... fiquei conversando com ela... “é mas daqui há pouco deve encher porque ainda está cedo.” Aí beleza. Teve o culto. Aí, depois que vai e o pastor despede “gente, vamos cumprimentar os irmãos um do lado do outro. Vamos pegar a mão.” Aí eu peguei na mão do amigo meu, dei um abraço nele, peguei na mão dela e falei “olha, não vou te abraçar não porque não sei se você tem um namorado aí, ou um cara que é a fim de você. Não quero confusão.” Aí ela “não, não... não namoro não. Até agora não achei um cara responsável, que queira me assumir, que chegue pro meu pai e pra minha mãe, pedindo a minha mão.” “Que isso, os meninos estão é perdendo tempo”, falei com ela. Aí, na quarta-feira teve culto de novo e eu peguei e fui com esse amigo meu. Ela se sentou do meu lado de novo. Aí teve aquele negócio de novo e falei “já que você não tem namorado, vou te dar um abraço.” Peguei e fui embora. Aí na hora que eu estava descendo a escada, meu amigo falou comigo assim “Raimundo, você é burro, você é cego ou o que você é?”. “Que isso, por que você está falando assim comigo? Estou vindo aqui na igreja querendo de Deus uma benção, para Deus iluminar meu caminho.” “Porra bicho, aquele menina ali está a fim de você e você não está percebendo isso.” Peguei e falei assim “está a fim de mim por que? Ela te falou alguma coisa?”. “Falou ué!”. Peguei e falei com ela assim “meu amigo falou comigo que você gostou do meu jeito e tal.” Ela pegou e falou assim “gostei mesmo. Estava até comentando com minha mãe e meu pai. E ele falou comigo que se você fosse homem de verdade mesmo, que era para você ir lá em casa comigo, pedir ele para namorar.” Aí eu peguei e falei assim “sou homem sim uai.” Peguei e falei “seu pai não vai se importar de eu chegar lá com você de moto lá na sua casa lá? Com uma moto que nem é muito boa né, foi com as condições que eu tive para comprar. Ele não vai ligar não?”. “Não, ele quer saber se o cara que for me levar lá é homem de verdade.” Cara, quando eu cheguei lá, aí dei boa noite para todo mundo. Na hora que eu entrei na copa, o velho me tira um revolver desse tamanho assim, bate ele na mesa assim, “paafff”, e começa a tirar as balas assim do tambor e contar... e foi colocando e olhando para mim. “Então você veio conversar comigo? O que você quer conversar comigo? Pode falar.” Eu falei “primeiramente, boa noite”, olhando para a mão dele... olhando para a mão dele... “o senhor está bom?”. “Por enquanto eu estou bom.” “Conheci a filha do senhor na igreja, aí eu gostei dela e queria pedir a permissão do senhor para namorar com ela aqui na casa do senhor.” Aí ele já veio com o revolver assim, veio para o meu lado e deu um abraço. Falou assim “você é homem de verdade, porque os meninos quando vem aqui e na hora que vê eu colocando e tirando as balas no revolver, todos saem correndo de medo”. Falei assim “tenho medo de arma não. Tenho medo de ninguém não. Arma... o senhor me desculpar falar isso... lá na minha casa também tem. Meu pai é militar e tem a arma dele lá. Eu nem gosto de chegar perto de arma, porque arma deixa o homem muito mais homem do que o outro. E nesse mundo, quem que é mais homem do que o outro?”. Aí ele pegou e olhou para cima, “Deus! Se sacrificou para livrar a gente dos caminhos errados, e colocar a

gente no caminho certo. Por isso que eu te abracei”, falou assim comigo. “Por isso que eu te abracei. A permissão para você namorar a minha filha aqui dentro de casa está concedida. Se você for homem mesmo e quiser ter relacionamento mais sério com ela, eu assino os papéis, se você quiser casar, se quiser construir um relacionamento de verdade.” Com 6 meses de namoro, a gente noivou. Com 1 ano, a gente casou. Aí meu pai fez a festa para nós, deu uma viagem para nós para o Rio de Janeiro de lua de mel, esses trem tudo. Aí peguei e falei com ela assim, “Clara, a gente tem que... agora que a gente casou, vamos ajeitar as nossas coisas.”

Dentro da narrativa de Raimundo, vários elementos supostamente expõem valores de caráter, em conformidade com certa moral religiosa e de reforço de valores patriarcais. Alguns elementos presentes neste trecho da história chamam atenção: o exercício da religião, a afirmação da masculinidade pelo discurso da coragem, o respeito pela autoridade patriarcal, a valorização da instituição familiar (a ideia de compromisso, casamento), a familiaridade com a arma de fogo, a afirmação de que Deus está acima dos homens.

A centralidade da família da noiva no caso, representada pela figura do sogro armado, fica ainda mais latente uma vez que, nesta época, a pretendente era adolescente e o casamento dependia da assinatura dos pais para a sua emancipação legal. Depois de casar-se, a garota deixou os estudos (chegou ao segundo ano do ensino fundamental) para se dedicar às tarefas de casa. Mais tarde entrou para o mercado de trabalho, ainda que Raimundo não veja isso com bons olhos. Segundo ele, ainda a incentiva a “terminar os estudos”, para que “arrume um serviço melhor”. Entretanto, quando fala sobre o futuro, anseia por uma estabilidade financeira em que seja possível “tirar sua mulher do emprego”.

O teor moral contido na ideia de um bom pretendente e de homem crente, está em consonância com todo o seu discurso acerca de sua trajetória laboral e, sobretudo, sua conduta como trabalhador e chefe de família, que conformam discursivamente uma espécie de integridade masculina. Certamente, como se percebe também nas outras histórias, esta não é uma característica exclusiva na narrativa de Raimundo, mas foi nesta que isso aparece de forma mais evidente e declarada.

## **5.2 Vidas de trabalho: circuitos, mercados de trabalho e prospecções**

Embora as trajetórias apresentadas abram precedentes para muitos caminhos de análise, devido aos seus variados e incontáveis entrelaçamentos e pontos de contato com representações e construções sociais de todo tipo, o foco está posto, desde a realização das entrevistas, sobre como a dimensão do trabalho está relacionada ao universo do privado. Isso demonstra, de forma mais geral, que as trajetórias são tecidas enquanto parte de construções sociais mais amplas e relações de força. Seguindo o viés explicitado por Telles (2006):

O que importa, porém, é colocar em evidência as práticas e suas mediações. E apreender a nervura própria do campo social que não se deixaria ver se nos mantivéssemos presos às binaridades clássicas na análise do trabalho e do urbano: formal-informal, centro-periferia, emprego-moradia, trabalho-família. Entre esses pontos de referência, arma-se um campo social feito num jogo multacentrado e multifacetado de práticas, mediações e relações de força que tecem, de formas nem sempre evidentes, os campos de possibilidades, e também os bloqueios para o acesso e efetivações de possibilidades de trabalho e condições de vida. (p. 87-88)

A partir disso, não pretendo, logo, encerrar estes sujeitos em classificações sociais premeditadas mas, como apontado, situá-los em construções e processos sociais mais amplos a partir de uma série de cruzamentos referenciais que ficam demarcados ao longo da elaboração das narrativas. Afinal, são estas construções sociais que dão sentido às ações individuais, enquanto inscrições registradas nos modos de circular por trabalhos, às racionalidades que conectam a vida no trabalho e os projetos de vida como um todo.

Primeiramente, é preciso indicar que as trajetórias laborais narradas dão indícios de serem parte da tendência contemporânea de flexibilização dos empregos e do mercado de trabalho, como ressaltou Azais (2010) nesse sentido, uma “institucionalização do ‘vago’” (p. 03). O autor afirma existir uma “zona cinzenta” do assalariamento, onde se misturam elementos do trabalho protegido e desprotegido, a partir de uma inclinação à precarização, de relação próxima com as formas de informalidade, o que pode se tornar evidente através do fenômeno atual das terceirizações dos serviços públicos, por exemplo.

De modo geral, este é o pano de fundo para estas narrativas de trajetórias laborais repletas de inseguranças, instabilidades, mudanças de emprego, saídas pela informalidade, conciliação de várias atividades remuneradas. Tudo isso está conectado e compreendido em uma realidade de baixos salários e baixíssimas expectativas de ascensão social, por onde a subalternidade e da posição de classe aparecem naturalizados na fala dos interlocutores, a tal ponto que o trabalho árduo acaba se tornando um valor em si mesmo, como fica claro nas falas de Geraldo, por exemplo: “trabalhando dia e noite, o meu está garantido!” ou “não pode parar né. Se parar, enferruja.”

Portanto, nesta pesquisa não se trata encerrar a investigação enquanto questão relacionada apenas ao âmbito das burocracias do nível de rua (LIPSKY, 1980), mas também tentar balizar como estas tendências contemporâneas mais gerais do trabalho assalariado subalterno se refletem nas pontas do “trabalho do Estado”. Isso passa a se tornar um tema relevante em um contexto de marcante descentralização da implementação de políticas estatais (LIMA & COCKELL, 2008) e das flexibilizações dos empregos públicos, quando, por fim, o próprio Estado passa a se tornar um importante “empregador” em certos nichos do mercado de trabalho (GEORGES, RIZEK & CEBALLOS, 2014).

Através das percepções que têm os entrevistados acerca do emprego atual, o que se nota é que o apresentam como um “emprego normal”, uma posição ou uma experiência de trabalho que potencialmente não gera rupturas em suas trajetórias de vida, ao contrário, aparece como continuidade, tendo em vista as outras atividades igualmente subalternas do passado e presente. Apesar de haver certo reconhecimento coletivo acerca da importância de uma aptidão (ou “perfil”) para a realização de determinadas tarefas como auxiliar de fiscalização, a entrada desses sujeitos para o emprego não se deu por esta premissa, ou por uma demanda de qualificação específica desde os contratantes. No geral, as aptidões se manifestaram como adequação às tarefas com o decorrer do tempo de serviço, dado o processo de aprendizado prático e de identificação com o trabalho.

Ao contrário, o que os entrevistados alegam ter chamado a atenção na vaga de emprego na fiscalização foi a possibilidade de um serviço “tranquilo”, “normal”, ou “como outro qualquer”. No caso daqueles que ingressaram antes de 2013, a jornada reduzida (36 horas semanais) quase sempre foi o que mais pareceu atrativo, já que representava a possibilidade manter uma renda fixa (ainda que baixa) e ainda poder acumular outras atividades, como segundos empregos, “bicos” e estudos. Vale lembrar que antes do prolongamento da jornada de trabalho para 44 horas semanais, vários auxiliares mantinham outras atividades “em meio horário”, como Douglas na lavanderia; Geraldo e Raimundo em restaurantes; sem contar Erik que, nessa época, ainda persistia na faculdade.

Outro fator que chama a atenção no conjunto dos relatos, foi a recorrente indicação do concurso para Soldado da Polícia Militar como uma possibilidade de “melhorar de vida”, denotando a ideia de saída ao traçado dessas trajetórias. Mesmo tendo ocorrido mais entre os auxiliares mais jovens<sup>86</sup>, pode-se dizer que trata-se de um apontamento que, de certa forma, caracteriza o grupo enquanto público em potencial desse tipo de concurso e de carreira militar. Sobretudo, esse tipo de identificação coletiva situa esse grupo profissional em meio a um campo de trabalho tradicionalmente masculino e de baixa remuneração, ligado à vigilância, portaria, segurança, seja nos setores privado ou público, configurado assim como um circuito de mercado, por onde os trabalhadores caminham com mais facilidade entre trabalhos (“fichados” ou não), através de redes de indicação e de compartilhamento de currículos.

Dentro desta lógica, o concurso para se tornar Soldado da Polícia Militar parece a este grupo como uma oportunidade excepcional (relativamente às “oportunidades” usuais) de galgar

<sup>86</sup> Além de Douglas e Erik, outros tantos jovens auxiliares com quem conversei ao longo das observações de campo disseram ter interesse em seguir este caminho. Muitos deles me contaram sobre o sucesso na prova de algum colega de serviço, ou outro que quase passou, e frequentemente de que prestarão o concurso no próximo ano.

uma carreira promissora e estável, assim como o ofício lhes parece exemplar, tanto no que diz respeito às condições de trabalho, quanto à maior clareza de atribuições e objetivos: “fazer o certo”, como explicou-me Douglas. A comparação entre o trabalho que realizam pela fiscalização<sup>87</sup> e o trabalho dos policiais militares é inevitável, especialmente para aqueles que trabalham diariamente com a Polícia Militar.

Para os auxiliares de fiscalização, o futuro como policial passa a ser uma abstração conveniente e, sobretudo, inteligível (dentro de um “plano do possível”) enquanto plano de ascensão social, até porque são, de fato, relativamente próximos aos policiais no contexto de trabalho. Esta representação reflete uma espécie de racionalização de possibilidades, que leva em conta a maneira como eles se enxergam dentro das vicissitudes do mercado (a partir de suas capacidades individuais, mas também com relação ao valores compartilhados), e as expectativas individuais – porém de fundo social - acerca do sentido de suas trajetórias. O caso de Erik é emblemático. Em sua entrevista, ele apresenta o sonho de se tornar engenheiro formado (um objetivo que ainda lhe parece distante, apesar da tentativa passada), ao mesmo tempo em que diz ter vontade de ser aprovado no concurso para policial, atraído pela ideia de estabilidade, pelo salário fixo e a condição de “concurado”. A partir de sua trajetória e origem social, e também entre os dois caminhos abstratos de sua prospecção para o futuro, o jovem Erik identifica seus “lugares sociais” e os projeta em forma de narrativa.

Por outro lado, somente através da perspectiva que as trajetórias oferecem, é possível perceber que o emprego como auxiliar de fiscalização faz parte de um nicho do mercado de trabalho bastante amplo (e genérico pela diversidade de tipos de trabalho), designado especificamente a homens das classes populares (normalmente moradores dos bairros de periferia), com baixa escolaridade, com baixa pretensão salarial, pouco profissionalizados. Portanto, independentemente se estão situados em circuitos específicos dentro de um mercado de trabalho, a sucessão de empregos, “bicos”, “empreitadas” e atividades econômicas variadas reitera o que parece ser uma condição social própria da trajetória desses homens trabalhadores que “se viram” e sempre “se viraram”.

<sup>87</sup> Ao longo do meu período de trabalho de campo, meus interlocutores se mostravam frequentemente inseguros quanto a sua permanência no emprego. Muitas vezes confusos quanto ao meu acesso a informações privilegiadas vindas dos escritórios, me questionaram várias vezes se eu sabia se o contrato da terceirizada irá continuar; quando a próxima licitação abrirá; quais serão os novos termos; se serão demitidos. Apesar de disfrutarem dos direitos trabalhistas “CLT”, notei que um elemento marcante deste emprego é a incerteza da manutenção do emprego, uma vez que ele só existe enquanto os contratos com as empresas contratantes são mantidos. Quer dizer, trata-se de um fator completamente externo (e por isso amedrontador), pelo ponto de vista dos trabalhadores, mas que, de fato, incide completamente sobre o futuro deles.

Desta forma, não há nada de controverso na história de Erik, por exemplo, que entrou há poucos anos no mercado de trabalho e já experimentou atividades como a de trabalhador rural, embalador, estoquista, vendedor e, agora, auxiliar de fiscalização; ou o experiente Geraldo que foi pintor, pedreiro, eletricista, garçom, auxiliar de corte de mármore, embalador de remédios, *office boy*; ou mesmo Renato que mesmo tendo traçado uma longa “carreira” como carregador, passando por várias empresas, “se fichou” na Prefeitura pela expectativa de acumular seus últimos anos como contribuinte regular do INSS<sup>88</sup>, trabalhando em algo supostamente mais leve e, por fim, se aposentar.

Ressalto a importância para olhar a sucessão de atividades como um aspecto central para a formação subjetiva das trajetórias, por mais que, a priori, isso não pareça relevante ou seja reconhecida pelos sujeitos como, de fato, uma “carreira”. Ao passo que esse aspecto se torna inclusive algo transversal entre os meus entrevistados, se torna marcador de classe e gênero, um caminho para se entender este meio social mais específico.

Algo próprio de uma racionalidade de circulação por trabalhos que parece estar transversal na movimentação das trajetórias desses trabalhadores é a capacidade de conciliação das atividades acumuladas, de mobilização de redes de indicação para trabalhos, de negociação de demissões e direitos trabalhistas com os patrões. Embora envolvidos pela “zona cinzenta” (AZAIS, 2010) do assalariamento popular, os sujeitos circulam com certa destreza pelo universo do trabalho precarizado, entre experiências pela informalidade ao trabalho registrado (“fichado”), até porque, de alguma forma, apreendem a condição de classe trabalhadora, e o sentido da “viração”, desde a socialização primária (BERGER & LUCKMAN, 2004), ligada às relações familiares principalmente (CABANES, 2011).

Por este ponto, ressalto a importância da referência recorrente que os pais (e outras figuras familiares próximas) tiveram para a narrativa dos entrevistados em torno de como se situam e caminham pelo mundo do trabalho. Esse fator fica explícito dentro das narrativas desde a iniciação no mundo do trabalho, como foi explicitamente o exemplo de Douglas e seu pai; como rede primária de orientação e indicações, como no caso de Geraldo e seu irmão mais velho; ou, de forma mais abrangente, no que diz respeito à transmissão de valores, como aponta Raimundo e a centralidade que confere ao peso de sua “criação” na formação de um caráter como trabalhador e pai de família exemplar.

Como vimos nesta seção, a partir da perspectiva que a apresentação das trajetórias oferece, é possível delinear algumas das dinâmicas e estruturações pelas quais as vidas de

<sup>88</sup> Instituto Nacional de Seguro Social.

trabalho estão assentadas, incluindo a passagem e atuação no posto de auxiliar de fiscalização. Após apresentar cada um dos cinco interlocutores elegidos, o esforço foi o de situá-los por seu grupo profissional dentro de um panorama mais geral de mercado de trabalho e de sua classe/origem social, o que está inscrito, pelo ponto de vista dos sujeitos, em suas escolhas, suas identificações, suas qualificações.

Finalmente, os percursos e circulações giram em torno de certo campo de trabalho designado às classes populares que ajudam a compor as trajetórias entre participações em abrangentes nichos de mercado voltado para homens pobres, além da inserção em redes específicas de circulação. Nesse sentido, chamam atenção alguns aspectos relevantes dessa caracterização, referentes por sua dimensão de gênero, a partir da aproximação pretendida entre o mundo do trabalho e do “privado”, através dos papéis que assumem, o que aparece de forma imbricada desde a formação de mercados de trabalho à naturalização de aptidões e “perfis” diferenciados.

### **5.3 Gênero e trabalho**

Com base nas trajetórias dos auxiliares de fiscalização e das análises decorrentes dela, proponho-me a discutir, nesta seção, como certas construções de gênero estão imbricadas a estruturação de papéis e atribuições nas pontas do Poder Público. Seguindo a linha da análise microssociológica sobre estas pontas, enquanto espaços de interação com o público, é possível dizer que “é ao nível da negociação cotidiana, das interações carregadas de poder, das reformulações das narrativas de vida, que o gênero como processo e prática pode ser apreendido” (ALMEIDA, 1996, p.3). Por esta via, acredito ser possível cruzar aspectos da divisão do trabalho ligado ao gênero e ao contexto de atuação pelo Estado.

Um ponto crucial para se compreender a função dos auxiliares é que se trata de uma atividade exclusivamente masculina. Segundo a gerência da secretaria da PBH responsável pela gestão destes trabalhadores, “ser homem” é o pré-requisito básico exigido na seleção. Vale comparar que, entre os fiscais integrados, esta condição não existe: há tanto fiscais homens, quanto mulheres no quadro de funcionários. O preenchimento dessas vagas se dá mediante concurso público, ao passo que no caso dos auxiliares acontece por meio de uma seleção aberta realizada pelas empresas terceirizadas. Apesar de não haver justificativas formais acerca desta exigência na seleção dos auxiliares, fica claro que existe uma estruturação proposital baseada em certa expectativa sobre o que seria uma qualificação ideal de funcionários nessa posição, baseado, por sua vez, em uma clara ideia de papel de gênero: trata-se de um trabalho masculino.

Olhando além do posto de trabalho, destarte, ressalto que se trata também de um ambiente de trabalho hegemonicamente masculino, pelo qual os papéis masculinos se desenvolvem com maior facilidade, o que se observa desde o âmbito de atuação dos fiscais chefes. Isso ficou bastante claro quando tive indícios de que fiscais integradas são frequentemente apontadas exemplarmente, por auxiliares ou mesmo outros fiscais (homens), ao grupo de fiscais que “não têm o perfil de trabalho de rua”, enquanto que os “fiscais com perfil de rua” foram todas as vezes atribuídos aos fiscais homens.<sup>89</sup> Quer dizer, quando inseridas em um campo hegemonicamente masculino, mesmo as fiscais integradas têm reduzidos os seus espaços de exercício de autoridade.

Conquanto verifica-se a existência de diferenciações internas no corpo de auxiliares, retomando a ideia já discutida acerca dos “perfis” associados às diferentes modalidades de trabalho, o que caracteriza o posto de trabalho como um todo é a ideia do gênero masculino como a única possibilidade para a suposta “natureza” do ofício e de suas tarefas. Tal concepção traz efeitos certamente definidoras para a maneira com que estes homens se socializam no trabalho, até porque os papéis de gênero são constantemente reforçados pelos modos como se auto-definem. Tudo isso influi, certamente, na maneira como participam do controle social e ajudam a elaborá-lo cotidianamente, tanto no caso dos *coletinhos azuis*, quanto no caso dos agentes do *Apoio*.

O que se observa é que o emprego de auxiliar de fiscalização faz parte de um nicho específico do mercado de trabalho onde são alocados especificamente, e não por acaso, homens das classes populares com baixa escolarização e pretensão salarial, como vimos na seção anterior. Diante disso, os postos de trabalho advindos de contratos de terceirização por órgãos governamentais/estatais, como no caso a PBH, se inserem nesse mercado e aparecem aos trabalhadores como mais uma possibilidade de ter a carteira assinada, ainda que não ofereça grandes atrativos ou mesmo sensação de estabilidade.

O fenômeno da terceirização do “trabalho do Estado” não é exclusivo do caso belo-horizontino, ou tampouco um problema que se manifesta apenas para os empregos majoritariamente masculinos, como veremos na seção seguinte. Em vez disso, se apresenta como efeito das dinâmicas contemporâneas do mercado de serviços e empregos nas cidades cruzadas às novas institucionalidades e dispersão dos trabalhos no setor público (LIMA &

<sup>89</sup> Como já ressaltado, a pesquisa não priorizou o conhecimento das rotinas e distinções dos outros grupos profissionais ligados à fiscalização, sobretudo daqueles pertencentes ao topo da cadeia hierárquica que possuem outros agenciamentos e contextos de trabalho. Todo o contato que estabeleci com estes fiscais se deu enquanto estavam envolvidos com as tarefas desta frente específica (dentre tantas) da *Fiscalização Integrada*.

COCKEL, 2008). Ainda assim, a cada contexto de implementação de serviços públicos, são reveladas condições de trabalho particulares, situações de interação particulares, mas que também devem sempre ser situadas às tensões políticas, às relações de gênero e poder.

Para dar conta dessa complexidade, discuto brevemente a noção de divisão sexual do trabalho (HIRATA & KERGOAT, 2007) como suporte para compreender, em que contextos mais gerais se situam e se conformam as atividades nas “pontas” dos serviços públicos no Brasil contemporâneo, em um momento em que o Estado passa a atuar como um grande irradiador de postos de trabalho, sobretudo operacionais.

### **5.3.1 A divisão sexual do “trabalho do Estado”: delegações e práticas diferenciadas**

Hirata e Kergoat (2007) destacam a divisão sexual do trabalho<sup>90</sup> como uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações de poder entre os sexos, e chamam a atenção para a centralidade dessa organização, moldada histórica e socialmente, no sentido da manutenção das desigualdades sociais. Essa perspectiva reitera que relações de classe e gênero devem ser pensadas como fatores estruturantes da sociedade, na medida em que estão sobrepostas: “as relações de classe são sexuadas, assim como as relações de gênero são perpassadas por pontos de vista de classe” (Araújo 2005, p. 90).

A formulação de Hirata & Kergoat (2007) diz respeito à dispersão desigual entre homens e mulheres no universo do trabalho, o que está refletida na designação, delegação e na consequente naturalização de ofícios, profissões e atividades como sendo funções próprias de homens ou mulheres. Por uma mirada feminista, e a fim de adequarem o conceito aos novos modos de organizações socioeconômicas, as autoras ressaltam a necessidade de ampliação o conceito de “trabalho”, incluindo, por exemplo, os trabalhos domésticos, os diversos trabalhos não-remunerados e todo o tipo de trabalho não regulamentado. De forma dinâmica entre estrutura e prática, este engendramento social está assentado (e reproduz) os opostos sexuados: espaço público e privado; produção e reprodução; “trabalho masculino” e “trabalho feminino”. Ele “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie.” (idem, p. 599)

Essa forma de organização sexuada e desigual está expressa no mundo do trabalho como um todo, e pode ser identificada, assim, dentro de campos mais específicos, como o da atuação

<sup>90</sup> O cerne da ideia foi esboçado primeiramente por Engels (2002) em “A origem da família, da propriedade privada e do estado.”

prática dos governos, pela figura de seus operacionalizadores, os seus representantes em suas bordas.

De modo geral, quando analisamos burocracias do nível de rua, observa-se que os empregos tipicamente masculinos proporcionam atividades voltadas para as dinâmicas de uma *esfera pública* (“para fora”) - como fica claro pelo caso dos auxiliares de fiscalização, que lidam com a imposição de regras, do controle de práticas, com “a rua” -, enquanto que os empregos tipicamente femininos estariam voltados para o “lar”, a *esfera privada* (“para dentro”) - como as trabalhadoras do *care*, que tem suas raízes nos vínculos familiares<sup>91</sup> (SOARES, 2012; MOLINIER, 2012) mesmo quando atuam como implementadoras no setor público.

As Agentes Comunitárias de Saúde<sup>92</sup> fazem parte deste grupo, categoria profissional exclusivamente feminina no contexto das chamadas “novas políticas sociais” (LIMA & MOURA, 2005; LIMA & COCKELL, 2008; GEORGES & SANTOS, 2012, 2014). Políticas sociais, estas, voltadas ao alcance das questões referentes à família e ao domínio do lar, através do trabalho de mediação individualizada às beneficiárias dos programas (LOTTA, 2012). Esta mediação “ao nível de rua” configura-se como o maior condicionante da política como um todo. Ela se dá, principalmente, enquanto tradução dos “códigos institucionais” dos programas às famílias atendidas, o que se faz possível devido à proximidade – comunitária, mas sobretudo social/de gênero - entre as profissionais e as suas beneficiárias (GEORGES & SANTOS, 2012).

Pelo exemplo das Agentes Comunitárias de Saúde, vê-se que ocorre uma alocação proposital de mulheres, de determinada origem social e comunitária, a fim de que, através de sua potencial capacidade de criar vínculos e captar demandas locais (GEORGES & SANTOS, 2013), os propósitos institucionais inerentes ao programa social sejam produzidos, com vistas no alcance que têm aos lares e aos assuntos ligados à esfera privada.

Afinal, o que podemos chamar de “divisão sexual do trabalho do Estado” fica visível, a princípio, pela distribuição diferenciada de homens e mulheres dentro das burocracias (“a nível de rua” principalmente), mas também pela forma com que as diferentes frentes da governança

<sup>91</sup> Isso não quer dizer que o que se seria considerado uma função não-pública esteja desprovida de capacidade de produção de política. Susan Okin (2008) traz uma importante discussão sobre o “quanto do pessoal é político”, ela traz dois pontos principais: (1) chama a atenção para as dinâmicas de poder entre os sexos, ainda que em ambientes domésticos; (2) e diz sobre a completa independência das relações sociais domésticas com as relações sociais não-domésticas.

<sup>92</sup> A atuação dessas mulheres faz parte das diretrizes do Programa Saúde da Família (PSF) e integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS), que objetiva atuar no sentido de promover a prevenção e a identificação de doenças, assim como a educação sanitária, por meio de uma abordagem comunitária de proximidade entre as agentes e as usuárias (GEORGES & SANTOS, 2010).

são estruturadas a ponto de intervir nas sociabilidades (através de programas, serviços e políticas públicas) e promover contato com o público.

O foco está posto, portanto, sobre os modos de interações que envolvem a(o)s agentes nas “pontas” do Estado diante as construções de gênero ali assentadas como seus suportes, seus condicionantes. Num jogo interacional, as trabalhadoras e os trabalhadores devem gerir suas emoções (HOCHSCHILD, 1983) de forma a satisfazer as expectativas da relação direta com o público, a fim de sustentar uma relação que se torna complicada, dividida entre o vínculo individual e o profissionalismo, buscando “um equilíbrio entre o limite de suas emoções e a exequibilidade do seu trabalho” (GEORGES & SANTOS, 2014).

A busca por este equilíbrio também se mostra como sendo uma necessidade diária no caso dos auxiliares de fiscalização. A experiência dos agentes da PBH está repleta de situações em se exige um outro tipo de *trabalho emocional*, também marcado pela necessidade do “equilíbrio”, da “boa medida”. Se por um lado os trabalhos femininos exigiriam demonstração de ternura, gentileza, delicadeza, intuição, sensibilidade e doçura, já nos *trabalhos masculinos*, as tarefas exigiriam algum grau de agressividade, rudeza, dureza e frieza (SOARES, 2013). Isso fica ainda radicalizado no contexto de atividades ligadas ao controle social, onde o conflito muitas vezes se materializa em forma de violência, como veremos na seção seguinte pela análise da prática dos auxiliares de fiscalização da PBH.

Portanto, o esforço foi o de ater os olhares para uma divisão fundamental e hierárquica do mundo do trabalho (de modo geral) observada em vários de seus aspectos, entre atividades, tarefas e racionalidades técnicas, presente também no âmbito dos trabalhos subalternos do Estado. O esforço é o de enxergar nesse universo o que está posto no mundo do trabalho como um todo, em termos de sua organização sexual, da delegação diferenciada de funções dentro da governança e da reprodução de papéis sociais ligados às construções de gênero, criando potencialidades de intervenção específicas entre estas funções sexuadas.

Concomitante a esta mirada, é preciso estar atento às particularidades empíricas, sobretudo no que diz respeito aos efeitos reais dessa estruturação para a dimensão das práticas, em vista desses “trabalhadores do Estado” como burocratas do nível de rua (LIPSKY, 1980). Desta forma, parece-me adequado voltar o foco à análise dos auxiliares de fiscalização, principais sujeitos da pesquisa, e observar como este posto de trabalho está em constante elaboração enquanto um trabalho masculino, tanto pelos aspectos que o posiciona e o legitima institucionalmente, mas, dinamicamente, também informado pela apropriação dos trabalhadores e prática de trabalho.

### 5.3.2 Fabricando auxiliares de fiscalização: formas de apropriação dos papéis de gênero

Seguindo a proposta analítica acerca da imbricação de categorias de trabalho e gênero, ressalto, neste ponto, de que forma o papel de gênero está inerente ao posto de trabalho dos auxiliares de fiscalização. Isto é, de que forma portanto o contexto de pesquisa se insere no que, há pouco, chamei de “divisão sexual do trabalho do Estado”.

A associação pode ser feita, logo de início, a partir da determinação feita pela gerência da fiscalização (já explicitada no início do capítulo, inclusive) de que apenas homens ocupam vagas como auxiliar de fiscalização. Este crivo primário é ainda reforçado (simbólica e concretamente) pela forte tendência de que apenas homens cheguem a se lançar a este tipo de trabalho, o que por fim acaba por caracterizar certo tipo de circuito no mercado de trabalho, integrado pelo “trabalho do controle” e pelo qual os auxiliares sinalizam circular comumente. Certamente, a reconhecimento positiva declarada por alguns entrevistados acerca de uma carreira militar, já analisada anteriormente, aponta para este mesmo sentido. Todos estes fatores, aparentemente externos ao “trabalho real”, estão na verdade conectados juntamente à construção deste posto de trabalho a partir de sua dimensão prática e de organização interna.

Faz-se preciso apontar que não há determinismo com relação à associação do gênero masculino ao trabalho do controle (policiais, seguranças, porteiros, soldados, fiscais, por exemplo), uma vez que existe algum espaço, ainda que limitado, para as mulheres nesses mercados de trabalho. Trata-se de uma maneira de indicar que determinadas atividades parecem se convencionar enquanto apropriações de processos mais amplos de construção do gênero na sociedade, o que, de fato, traz consequências reais para a trajetória de trabalhadores e trabalhadoras. Aspectos de gênero são definidores para a delimitação e designação de tarefas, atividades, sociabilidades, hierarquias e etc.

Em pesquisa sobre o Exército Brasileiro, Rosa Reis (2007), sob a ótica bourdieusiana, ressalta a existência de um *campo militar*, onde é possível identificar a emergência de um *habitus* correspondente, o *habitus* militar, por onde a expressão do gênero masculino se torna evidente e, sobretudo, operante. Segundo ele, sendo este *campo* uma construção social protagonizada por homens, enquanto elaboradores das regras do mesmo, estes jogam o seu próprio jogo com vistas na reprodução das estruturas. O autor discute sobre a associação entre o *habitus* militar e o *habitus* masculino, diz que a combinação “Homem-Militar” torna-se naturalizada, inscrita na “ordem das coisas” (BOURDIEU, 1999, WACQUANT, 2002, apud REIS, 2007). Esse quadro se manifesta quando se traduz em *violência simbólica* dentro da

organização. Segundo o autor, as mulheres<sup>93</sup> que, por sua vez tiveram uma entrada efetiva no Exército Brasileiro apenas recentemente, acabam encontrando como a única opção viável diante de sua participação marginal no campo de forças a conformação às regras já vigentes e às possibilidades de movimentação subjacentes nas dinâmicas masculinas-militares estabelecidas tradicionalmente, a “conversão” ao *habitus* militar.

O atrelamento de papéis de gênero à elaboração de determinados ofícios se torna, portanto, uma representação coletiva que se materializa pela reprodução de padrões de comportamento e de discurso. Nessa perspectiva, autore(a)s como Poncioni (2005), Storani (2010) e Muniz (1999) apontam que faz parte da narrativa e da justificação do trabalho policial (militar), determinadas simbologias e comportamentos que evidenciam que a identificação policial está sedimentada no que se chama de *ethos guerreiro* (combatente, viril, masculino). Reproduz-se, desta forma, um padrão de comportamento que legitima simbolicamente o trabalho policial, à vista de todos, encorajando a agressividade como fator necessário para o cumprimento de suas obrigações públicas, ao mesmo tempo, em que se afirma enquanto homem (PONCIONI, 2005).

No caso do campo da fiscalização, a ideia de *habitus militar* ou *ethos guerreiro* não precisa ser diretamente associado a cada prática dentro da fiscalização “de rua”, entretanto está difusa enquanto sistema de valoração, que alimenta crivos e distinções internas. A inclinação à atitude policialesca e combativa, próximas de um *ethos guerreiro*, ficam evidentes principalmente através do trabalho das *equipes de Apoio*. Como já caracterizado, o *Apoio* tem a sua origem e seu funcionamento bastante conectado a uma espécie de mutualismo construído entre a *Fiscalização Integrada* e a Polícia Militar, meio pelo qual, na prática, os agentes de *Apoio* aprendem códigos, condutas, gestos. Isso fica evidente, de forma mais geral, enquanto racionalidade operante nesta frente da fiscalização, inscrita desde a formulação dos discursos em torno da intervenção direta, da incorporação de responsabilidades sobre certa “ordem pública”, a identificação frequente de inimigos/adversários, a construção dos procedimentos e até mesmo a aceitação da violência física como fator inerente ao trabalho da fiscalização.

A racionalidade (masculina, portanto), própria de uma representação dura e estrita acerca do trabalho no controle social, se generaliza dentro do campo operacional da fiscalização

<sup>93</sup> Em uma pesquisa sobre a entrada das mulheres na Polícia Militar paulista, Denari (2014) revela que a elas, normalmente, são separadas funções de menor prestígio segundo a lógica da sociabilidade e das hierarquias policiais dentro da organização. Estas funções normalmente não estão ligadas ao combate direto à criminalidade, mas a funções paralelas como suporte administrativo ou relacionadas ao policiamento comunitário.

uma vez que cria repertórios discursivos acerca de um suposto “controle real”, controle *de facto*, enquanto, por outro lado, o trabalho nos *plantões* e o controle pela via da vigilância passa a ser visto internamente como a parte fraca, vulnerável, impotente. No contexto da fiscalização em Belo Horizonte, por mais que as ações de apreensão dependam em grande medida do trabalho ostensivo feito pelos *coletinhos*, o que se observa é a invisibilização dos mesmos, em detrimento de uma exaltação da importância e da dureza das apreensões.

Durante meu contato com o campo, percebi que existe uma grande distância (e uma suposta hierarquia de *status*) entre as duas modalidades de auxiliares – *coletinhos* e *Apoio* -, que parecem opostas, pelo ponto de vista das representações que elaboram de si e sobre o *outro*. A começar, os auxiliares que compõem as *equipes de Apoio* em curso regular de rotina não se reconhecem como auxiliares. Como não usam uniformes, muitas vezes precisei pergunta-los se eram auxiliares, uma vez que se confundiam com os seus superiores - supervisores, gerentes -, que também estão à paisana, usam calça jeans, camiseta, tênis. Ao conhece-los, a primeira apresentação da maioria foi: “sou do *Apoio*”.

Apesar de receberem o mesmo salário, trabalharem sob a mesma carga horária e terem o contrato de trabalho assinado da mesma forma, agentes do *Apoio* e *azuizinhos* frequentemente destacam suas diferenças (relativas aos procedimentos, mas também às condutas típicas do grupo). Mais do que isso, percebe-se que o discurso de identificação para com as tarefas do trabalho passa pela comparação com a tarefa do outro, como fica claro no relato a seguir. Como Alan, frequentemente os agentes do *Apoio* destacam a emoção de estar à frente das apreensões, assim como o orgulho por encararem tarefas “difíceis”, além da sensação de “potência”, de estar “à frente”, o que está posto em paralelo à “impotência” e ao “tédio” característicos do trabalho no *plantão*.

Alan conta que essa equipe é resultado de muita “peneira”, afinal, “muitos desistem porque não aguentam a pressão”, o ritmo e os riscos da atividade, e então pedem transferência para o *plantão*. Alan relata que muita gente não entende porque ele continua nesse trabalho, e ele responde que é por que “gosta da adrenalina” e que não suportaria o trabalho dos “*azuizinhos*” no *plantão*, pois julga ser “muito parado”. Diz também que sentiria certa sensação de impotência diante dos conflitos com os camelôs: diferente do *Apoio*, os outros auxiliares “não podem reagir de nenhuma forma”, a não ser chamando o *Apoio* e a Polícia Militar como últimas instâncias.

Disseram que o trabalho no Hipercentro é “muito difícil”, mas que eles têm conseguido bons resultados. Raimundo me mostrou uma foto das mercadorias da última apreensão que realizaram, segundo ele a maior apreensão de cigarro contrabandeado já realizada em Belo Horizonte. Também havia uma foto tirada de uma espécie de cartaz feito em reconhecimento do feito, que seria exposta em algum mural da sede, junto à foto da apreensão e a outra de todos os responsáveis pela ação. Pedi as fotos para Raimundo que não se incomodou em me enviar, utilizando o *bluetooth* do celular. Raimundo me mostra também uma cicatriz que tem no tórax, resultado de uma facada que tomou durante um conflito com camelôs, após uma ação de apreensão arriscada perto da Rodoviária. “Já levei paulada, pedrada, facada”, conta espontaneamente logo no meu primeiro dia na Kombi da companhia. Alan confirma o fato de

que estejam vulneráveis às agressões e as situações de violência na rua, mas faz questão de dizer que não deixa barato: “Tem vez que eu apanho, mas quando é assim, eu mais bato do que apanho.”

Por outro lado, vindo dos auxiliares do *plantão*, também foram recorrentes as críticas feitas aos agentes do *Apoio*, apontados por não obedecerem os limites de suas atribuições, por serem, por vezes, “folgados” e truculentos com os camelôs. O relato a seguir, produzido no contexto de um dia em que acompanhava o *plantão* nas mediações da Praça Rio Branco e conversava com os *azuizinhos* que atuavam na região. Um desses auxiliares foi Vagner, com quem acabei estabelecendo conversas outras tantas vezes (porém sem nunca ter gravado) e acabou me confessando algumas críticas aos colegas.

O auxiliar me descreve o seu trabalho como uma atividade que depende muito do que ele chamou de “técnica”, isto é, uma maneira de dizer que existe um comportamento adequado nesse tipo de serviço, “como tudo que se faz”, explica. Segundo ele, um aspecto determinante do trabalho é a maneira de realizar a abordagem, que deve ser tranquila e bem medida, quer dizer, o auxiliar deve saber entender “até onde pode ir”, e aponta: “até policial sabe a hora que tem que recuar”, “se você sabe como evitar [problemas, confusões], por que não evitar né?!” Diz ainda que é comum que alguns ambulantes acatem mais tranquila e rapidamente seu pedido para dispersarem em respeito à forma gentil, “com educação”, com que lhes trata.

A fim de fazer um contraste à sua conduta “técnica”, conta-me sobre alguns outros auxiliares que, segundo ele, extrapolam o seu papel como auxiliar. Ele se referia a determinados auxiliares do *Apoio* (ainda que alguns *azuizinhos* também tenham esse tipo de atitude), e os denominou como “vibradores”, “sangue nos olhos”. Conta que não se identifica com estes colegas pois eles excedem o que o serviço e as situações demandam: agem com truculência, ameaçam os ambulantes, tomam as mercadorias (às vezes sem a presença ou a ordem do fiscal), correm atrás de assaltantes, e mais, segundo Wagner, pensam o seu território de atuação como sendo “área deles”. Ele se pergunta: “por que não fazem concurso pra polícia então?”.

Em comparação aos “truculentos” agentes de *Apoio*, Vagner valoriza sua capacidade de comunicação, de abordagem pacífica, sua “técnica”, como diz. Os critérios dessas diferenciações estão no núcleo do que seria a criação de identidades laborais, fruto de uma socialização contínua, vivida e reproduzida por estes grupos e subgrupos de trabalhadores, em face a uma “construção de si” (DUBAR, 2012).

#### **5.4 Conclusão: papéis sociais e os sentidos do controle**

De toda forma, diante de um panorama mais geral, o que fica mais visível é a supervalorização do trabalho dos agentes do *Apoio*, tanto desde os superiores<sup>94</sup>, quanto desde os próprios auxiliares, como uma manifestação dos códigos que embasam um *ethos militar*.

<sup>94</sup> Certa vez, Adilson sinalizou que percebe, enquanto supervisor ainda novato, que os agentes do *Apoio* costumam ser mais próximos e ter mais respeito dos fiscais integrados e gerentes do que os próprios supervisores, que, obviamente, estariam acima dos auxiliares dentro da hierarquia oficial.

Vide os relatos de Erik e Douglas para perceber que suas preferências particulares acerca de qual tarefa preferem não estão isoladas, mas devem ser situadas ante a construção das hierarquias endógenas, inclusive, uma vez que alegaram ter interesse em se profissionalizar como policial militar. Atenção também para a forma com que Raimundo narra sua passagem do *plantão* para o *Apoio*, como se fosse uma promoção, advinda de sua postura combativa e violenta perante a insistência de um vendedor que o enfrentou, que questionou sua autoridade. Apesar de sua atitude desviante, com relação ao que se espera dos auxiliares em *plantão*, a saída que encontrou foi reconhecida como mérito pelo chefe (na época um gerente de formação militar) e Raimundo foi “gratificado” com a passagem para o *Apoio*. “Nossa, você não pode ficar no *plantão* não”, como disse Raimundo parafraseando seu chefe.

Se, por um lado, as diferenças procedimentais e de conduta entre os dois grupos expõe hierarquias internas; por outro, as referências dessa distinção revelam o que há de transversal enquanto característica desse grupo profissional. De uma forma ou de outra, entre negociações e apreensões, o corpo operacional da fiscalização se divide e aprende a se situar diante dessas representações grupais aparentemente ambíguas. Ativos na operacionalização do “trabalho sujo” da gestão dos espaços, tanto no contexto do *plantão* quanto no *Apoio*, os auxiliares estão alocados nas pontas conflituosas do controle social. Sua vulnerabilidade enquanto grupo profissional subalterno está na disposição aos tumultos, às ameaças, à violência física. Portanto, mesmo se assumimos que apenas uma parte dos auxiliares assume a figura do “controlador” – ou *impositor de regras* (BECKER, 2008) -, todo o grupo está, na verdade, envolvido em um mesmo sentido do controle, cujas significações estão alicerçados pelos diferentes papéis ao que denomino *trabalho masculino*.

Assim, o gênero se torna um mote privilegiado frente a uma análise que pretende acompanhar a “fabricação” desse grupo profissional. Deste modo, perspectiva-se a maneira com que os sujeitos se compreendem, são compreendidos e se relacionam com os demais, como uma parte, por fim, de uma mecânica maior, como um dispositivo (FOUCAULT, 1989) que faz funcionar este modelo engendrado e característico de controle.

Pelo ponto de vista das construções de gênero inscritas na categoria “trabalho”, é possível conectar as peculiaridades dos trabalhos do Estado - seus alcances, limitações e dimensões - nos níveis locais com formas enunciativas mais amplas, como proposto, por exemplo, pela discussão sobre a “divisão sexual do trabalho do Estado” e de suas positivities do ponto de vista de uma governabilidade local.

Vale lembrar a cena relatada no Capítulo 4, acerca do trabalho em conjunto entre agentes de controle (agentes de fiscalização, Polícia Militar, Guarda Municipal) e agentes do “social”

(assistentes sociais e agentes de saúde) no contexto de uma *operação* de abordagem a população de rua. O relato demonstra, sobretudo, que a *operação* ocorre através de duas frentes explícitas: a do controle/repressão e a da assistência/acolhimento, ilustrando não só a ideia de que existe uma delegação diferencial entre gêneros inscrita nessa configuração, a partir das tarefas, ofícios e modos de abordagem antagônicos; como também pela ideia que as duas frentes se complementam.

Portanto, o olhar aproximado a essas realidades, atento às minúcias que integram às funções e às sociabilidades, nos leva a desvelar por quais caminhos percorrem os modos de governança, estruturados também pelas relações de gênero percebidas pelos seus pontos de encontro com o público. No escopo desta pesquisa, seria impossível distinguir quais aspectos das relações de poder são próprios das relações de gênero e quais são advindos dos esforços da administração pública. Há uma imbricação, mas não uma confusão entre as dimensões. No caso da fiscalização urbana em Belo Horizonte, o papel desempenhado pelos auxiliares - nas variadas modalidades e situações em que se envolvem - apresenta-se como uma peça fundamental para o formato proposto de controle social dos espaços públicos. Sua autoridade relativa por participar da “ordem pública”, na medida de sua condição de trabalhador homem e subalterno permite, coloca-os na condição de receber e amortecer os efeitos das tensões “da rua”.

Os aspectos diretos ou indiretos de elaboração deste posto de trabalho como um *trabalho masculino* confluem positivamente do ponto de vista da estabilidade do controle e da gestão dos conflitos nos espaços públicos. Se a princípio existem expectativas gestionárias lançadas sobre uma frente de controle protagonizadas por homens pobres (e também direcionada, na maior parte das vezes, para outros homens pobres), atuantes na porção masculina da governança; a partir das demarcações identitárias e valorações internas observa-se a perpetuação de duas frentes distintas e complementares de produção de certa ordem (percebida).

## 6. CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parto de uma premissa teórica-metodológica que considera o objeto da pesquisa uma construção social multifacetada, que deve ser recomposta em termos analíticos por várias de suas dimensões possíveis. Portanto, empenhei-me em desenvolver caminhos diferentes, a cada capítulo, de forma que, juntos, se conectem e culminem na ideia central deste trabalho, retomando, por fim, a questão posta na Introdução: olhando para o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), como se constrói a implementação do controle social sobre irregularidades/informalidades nos espaços públicos da cidade?

Indo além de uma análise que priorize tipos organizacionais ou institucionais ideais, desenvolvi uma investigação que priorizasse o levantamento de dados “desde dentro”, pelos quais pude reconstituir, através de fontes primárias, as rotinas e procedimentos que colocam a fiscalização em prática e a sustentam, assim, enquanto expressão do Poder Público Municipal.

O mote dessa reconstituição, como está explícito logo na pergunta, foi o trabalho dos auxiliares de fiscalização, trabalhadores terceirizados integrantes do posto de trabalho nas bases da hierarquia organizacional que estão, não por acaso, alocados nas pontas das frentes operacionalizadoras da fiscalização sobre práticas nos espaços urbanos, enquanto típicos burocratas do nível de rua (LIPSKY, 1980). Por este ponto de observação, pude acessar a área de atuação e a interface mais conflituosa da diversificada *Fiscalização Integrada*, de fato, o trabalho “de rua”. O trabalho ostensivo e vigilante do *plantão*, conjugado às ações de apreensão realizadas pelas *equipes de Apoio* conformam a base da rotina de trabalho dos auxiliares, ao mesmo tempo em que desvelam o principal fluxo da base operacional da fiscalização, pelo ponto de vista do trabalho realizado nas ruas.

Olhando para a constituição das rotinas, consolida-se ainda a atividade do comércio ambulante como o alvo da mecânica de regulação de “práticas” no espaço urbano. Na verdade, como vimos no Capítulo 2, a definição do comércio ambulante como um problema tem raízes históricas na cidade e, mais amplamente, nas grandes cidades latino-americanas. Em Belo Horizonte, o combate ao comércio informal encontra justificação no sentido da promoção do “ordenamento urbano”<sup>95</sup>, como sugerido sem maiores especificações pelo discurso oficial da SMAFIS.

Portanto, como parte integrante de um processo histórico de embate entre este grupo e o Poder Público na cidade, a SMAFIS, sob as orientações da *Fiscalização Integrada* se assume

<sup>95</sup> Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=fiscalizacao> acessado em 20 de fevereiro de 2016.

desde a passagem para a década de 2010, como a principal agência reguladora da atividade dos ambulantes. A partir de seus marcos legais e espaços de legitimidade gerados desde a autoridade do fiscal integrado (e seu poder de polícia) e as leis previstas no Códigos de Posturas, todo o trabalho de rua da fiscalização é organizado, apoiado pela força de trabalho dos auxiliares. Porém não basta atermos às especificações legais como potências de poder, mas como geradoras de recursos discursivos que estruturam disposições por toda a cadeia burocrática, se explicitando, pela investigação, nas dinâmicas relações de poder “ao nível de rua”. Vimos isso como resultado da conformação prática das diferentes modalidades de operacionalização do controle, entendidas a princípio enquanto anúncio de poder, enquanto “racionalização estratégica” (DE CERTEAU, 1994, p.93).

A proposta foi, então, voltar a pesquisa para as atividades e pontos de vista daqueles que estão alocados nas pontas dessa estrutura, levando em consideração, é claro, a maneira com que estão posicionados a se depararem com o público. Destarte, a maneira com que auxiliares do *Apoio* se diferenciam dos seus colegas de coletes azuis diz respeito à divisão do trabalho entre os auxiliares, pela qual se ajustam disposições individuais a tarefas e modalidades correspondentes. Como vimos, toda a tensão do trabalho nos *plantões* tem fundo nas incertezas de um “trabalho relativo”, uma autoridade sempre negociada frente aos ambulantes, caracterizando uma discricionariedade frágil e dependente, em grande medida, da outra ponta, o trabalho do *Apoio*. Este, por sua vez, representa como a interface mais combativa e dura da fiscalização, já que são as equipes responsáveis pelas apreensões.

Se no contexto do encontro dos ambulantes com os *plantões* o cenário é o de certa horizontalidade, supostamente favorável ao tratamento pacífico, as ações do *Apoio*, através da força de trabalho dos auxiliares que a compõem, se limitam à função de enfrentamento, sob a anúncio da sanção. Ressalto a importância das atividades no *plantão* como fundamentais para a conformação de toda a mecânica de controle “nas ruas”, como as bases, portanto, de um tipo produzido de *governamentalidade* (FOUCAULT, 1989) típico da fiscalização. A partir da ocupação dos espaços pelos terceirizados de colete, a Prefeitura capta as dinâmicas de circulação de seus alvos e pode, assim, gerir suas ações de acordo: o aumento do efetivo de auxiliares em determinada área, os “xôs”, as *operações* de sufoco, as ações de apreensão surpresa. Simultaneamente, os *coletinhos azuis*, por si sós, inibem a circulação de ambulantes nas regiões em que são alocados e servem como negociadores da ordem, uma vez que são cobrados a orientarem os ambulantes e tentarem convencê-los a dispersarem a não “incomodarem”. Verifica-se que esta é a base para a construção cotidiana deste controle.

Ressalto que, por mais que existam outros públicos possíveis para as ações da fiscalização como os moradores de rua por exemplo, os significados contidos no controle relacional direcionado ao comércio ambulante são centrais para que compreendamos as continuidades e descontinuidades; proximidade e distanciamentos característicos entre os “trabalhos de rua”, a lembrar do que foi discutido no Capítulo 5.

Assim, para além das diferenciações internas entre os auxiliares, é necessário olha-los também como um grupo profissional, cujos integrantes são homens pobres, moradores de periferia, com baixa escolaridade e situado em um nicho do mercado de trabalho relacionado a outros tipos de trabalhos subalternos no campo da vigília e segurança. Nada disso poderia ser compreendido se não considerássemos, afinal, quem são estes atores que atuam como implementadores desse serviço público, ou como demonstrou o processo analítico, assumindo o papel de mediadores dos códigos entre a PBH e os seus públicos “da rua”.

A verdade é que todo o funcionamento da fiscalização está conectado às dinâmicas de interface direta com o público, onde as supostas prescrições dão lugar a uma margem de ação que alicerçam mobilidade às demandas institucionais, como já havíamos discutido através dos conceitos de Lipsky (1980). Desta forma, as maneiras com que os códigos são manejados e negociados nas pontas, em interação com o público, são ao mesmo tempo causa e efeito do engendramento do controle. Quero dizer que olhar para as trajetórias dos sujeitos está longe de ser algo externo ao problema de pesquisa ou um mero detalhe. Ao contrário, esse aspecto deve ser entendido como um dos pilares do fenômeno.

Vimos no Capítulo 5 que a participação desses sujeitos na fiscalização é dependente, portanto, de disposições construídas ao longo de um processo de socialização que não está contido apenas no que vivem estes homens no período de expediente, mas são relativos aos “lugares sociais” que eles ocupam de forma mais abrangente.

O posto de trabalho dos auxiliares de fiscalização, considerando as várias modalidades em que se encontra, foi caracterizado como um trabalho masculino e subalterno, uma vez que objetiva, através da atribuição de tarefas e a constituição de condutas típicas as construções sociais que levam em conta, de forma cruzada, expectativas sobre papéis de gênero e classe social (através do trabalho). Além de se manifestarem como expectativas, esses papéis são comumente reproduzidos. Estas construções sociais abrangem o posto de trabalho como um todo: contextualizam e dão sentido às ações e normatizam as situações de conflito.

Considerando o modo como, em campo, são elaboradas as atribuições dos auxiliares, vimos como o papel da mediação toma formas distintas, podendo ser caracterizado como uma mão-de-obra flexível, sendo aproveitados a vários tipos de “trabalho sujo” enquanto

representantes da Prefeitura. Ainda assim, toda a sua “polivalência” está circunscrita às expectativas por trás das “demandas” por mediação, incidindo na prática dos sujeitos desde os constrangimentos internos e externos à organização, do dito ao não-dito. Desta forma conforma-se e dispõem-se as autonomias laborais (TERSSAC, 2012), ao passo que também embasam denominadores comuns de ação entre os auxiliares, de acordo sempre com o sentido de racionalização do contexto de cada modalidade e os conhecimentos práticos.

Isso leva a pensar como estas estruturações influenciam, de diferentes formas, as diferentes disposições adequadas às modalidades. Do lado dos *plantões*, é possível dizer que toda a elaboração das atividades pode ser justificada e explicada pela capacidade específica em se comunicar e, de certa forma, saber conviver com seus supostos adversários. Ao final, o que se nota é que a proximidade social entre os *coletinhos* e ambulantes, não tem a ver somente com o fato de que compartilham as calçadas como espaço de trabalho. Mais profundamente, compartilham códigos, linguagens e sentidos de moralidade que estão relacionados aos seus enraizamentos sociais e seus lugares comuns de circulação. Por mais que causem constrangimentos, estas interseções têm efeito positivado pelo ponto de vista de uma eficiência da gestão, uma vez que firmam base para o estabelecimento dos termos de negociação, as normas de conduta (a noção de “respeito”) e a fixação de papéis (“cada um faz seu serviço”), servindo para que furtem-se, muitas vezes, os encontros conflituosos.

Ainda assim, mesmo sendo a atividade no *plantão* a mais volumosa e difusa pelos territórios, todo o esforço de mediação entre o coletinho azul e o ambulante gira em torno da possibilidade ou iminência das ações de apreensão realizadas pelas *equipes de Apoio*. Portanto, se o *plantão* se configura como a base de um controle negociado, o sentido desse controle pode ser captado olhando as atividades do *Apoio*.

Já do lado dos agentes de *Apoio*, as contingências de gênero se manifestam de outra forma. Estes agentes se inclinam a um comportamento policialesco, se sentem mais ativos e acatam, com certo vigor, a aceção de que os ambulantes são seus opositores, seus adversários natos, ainda que reconheçam (e esteja explícito na recomposição das trajetórias) que socialmente eles estão, de fato, bastante próximos a eles. Desta forma, mesmo sem contar com amparos institucionais ou incentivos materiais (como premiações, promessas de ascensão, aumentos salariais), eles se expõem à violência e assumem, quase que por inteiro, a responsabilidade pelas ações de apreensão.

A participação efetiva das *equipes de Apoio* não deve ser explicada apenas por suas funcionalidades, mas pelo que ela significa no que diz respeito à maneira com que é organizada, à composição das equipes, seus fundamentos estratégicos e, claro, as racionalidades resultantes

que conferem sentido às ações individuais. A lembrar, todos estes fatores estão conectados ao contato próximo com instituições de segurança pública, inclusive, pela “parceria” junto à Polícia Militar que funda as *equipes de Apoio* e a engendra segundo padrões militarizados de ação. Torna-se inclusive uma fonte de aprendizado, o que impacta diretamente no trabalho dos auxiliares que participam dessas equipes.

Quero dizer que, diante da elaboração do fluxo rotineiro de trabalho, evidencia-se o que seria o sentido mais geral da fiscalização sobre ambulantes. Do ponto de vista gerencial, o *plantão* deve funcionar como uma espécie de instrumental para evitar (ou, ao menos, adiar) as autuações, apreensões e os tumultos. Entretanto, se olhamos com cuidado, vemos que o conflito e a controvérsia política imbricados nestas situações concretas de controle não são superadas ou suprimidas. Na verdade, produz-se um conflito que fica restringido ao campo de relações sociais “da rua”, nas *margens* (DAS & POOLE, 2004) portanto, onde as regras da fiscalização se misturam com as regras de sociabilidade, os códigos institucionais escritos se confundem com as gírias gritadas na rua.

Trata-se de um campo permeado pelos termos e dinâmicas próprias, cujos protagonistas são os auxiliares de fiscalização (tanto durante o *plantão*, quanto no *Apoio*) e os ambulantes. Somente diante este cenário de interações incessantes que os critérios de diferenciação são elaborados, a luz do que foi discutido acerca das contribuições teóricas de Becker (2008). Somente neste nível, os binarismos informal/formal e intolerável/tolerável, próprios da gramática do Poder Público, ganham algum sentido como critérios diferenciadores para as práticas (LAUTIER, 2002; FREIRE DA SILVA, 2014), embora estas fronteiras sejam bastante borradas (TELLES, 2010).

Diante disso, a “negociação” se revela como uma produção ampla, coletiva e processual (ELIAS, 1994a), portanto não somente explícita como uma característica dos *coletinhos* em *plantão*, mas que circunscreve o controle social como um todo. Afinal, a informalidade nunca esteve dissociada da regulação estatal; “negocia-se tanto a não observância quanto do direito, quanto o seu respeito.” (LAUTIER, 2002, p. 81)

Nesse sentido, embora os supostos opositores compartilhem uma ordem de interação própria, todo este campo de relações está permeado por estruturas de poder que se cruzam, se agregam e se manifestam através de forças vindas de todos os lados, principalmente a partir das instituições públicas, cargos, hierarquias, passando também pelas forças políticas paralelas do mundo empresarial e midiático, que nunca se abstiveram. Apesar deste nível não ter sido o grande foco nesta pesquisa, ou sequer um pressuposto teórico, devemos estar atentos aos limites postos de algumas forças estruturantes e algumas das direções que elas apontam, como a

dilatação e o poder de um “novo urbanismo militar” que sorrateiramente reconstitui uma noção de vida urbana “normal”, como sugere Graham (2015).

Assim, por esta perspectiva, o que se observa é uma dinâmica de conflitos constantes e multiformes, oscilantes entre os momentos da tensão velada e silenciosa (olhares, gestos de ameaça, sensação de insegurança) até os momentos de violência generalizada (violência policial, ações de apreensão, tumultos, represálias). Em um cenário de tolerância intermitente, “a repressão não precisa ser justificada, ela se auto-legitima.” (LAUTIER, 2002, p. 79).

A partir de como se equilibram as forças (no sentido de ELIAS, 1994a, 1994b) produz-se o controle, portanto, como um fenômeno fundado em um jogo de alternâncias sequentes: entre a tolerância e as ações de apreensão repentinas, entre a aplicação da lei e a “vista grossa”, entre a possibilidade de negociação e a repressão policial, entre as possibilidades de formalização e a criminalização. Essa dinâmica remete à noção de “ilegalismo” (FOUCAULT, 1998) já associada, inclusive, à dinâmica dos aparatos de Estado junto ao comércio popular informal, por autores como Telles (2009, 2010) e Hirata (2010).

Diferente dos autores citados, a gestão dos ilegalismos observada no contexto da fiscalização da PBH não se estrutura, precisamente, através de práticas de extorsão, “arregos”, comercialização de “pontos”. Isso não quer dizer que esse tipo de prática não faz parte da realidade em Belo Horizonte, ou mesmo que eu discorde do argumento feito pelos autores. Entretanto, posso afirmar que, em campo não enxerguei indícios suficientemente convincentes acerca de esquemas criminosos nesse campo que me fizesse pôr um paralelo ao que os autores demonstraram nas pesquisas feitas no Rio de Janeiro e São Paulo. No último ano de pesquisa, por mais que eu insistisse em investigar a fundo, conversando com fiscais, supervisores, auxiliares, mas também com camelôs nas ruas, com todo o cuidado que a questão demanda, o que eu encontrava, de fato, não constituía em dado que mudasse a direção das minhas análises.

Arrisco em argumentar que isso tem a ver com o olhar que lanço ao fenômeno, ante a uma ideia precipitada sobre a incorruptibilidade desse campo, que na realidade é bastante mais amplo do que pude captar em pesquisa. Mais do que isso, certamente tem a ver a quem lancei meus olhares. Como já bem caracterizado, por mais que os auxiliares de fiscalização estejam alocados em posições estratégicas como mão-de-obra “de rua”, sempre em contato com os públicos, eles não possuem poderes de decisão de fato, e nem sequer têm acesso a mercadorias políticas (MISSE, 2002), como teriam os Policiais Militares e Fiscais Integrados, por exemplo. Independente das tarefas que executam, do tempo que se dedicam ao serviço ou mesmo das intenções individuais, toda a participação desses auxiliares na fiscalização está contextualizada

pela condição geral de terceirizados (agora em um sentido mais amplo da palavra) e de subalternos, distante, portanto, do que Misse chamaria de “fatias da soberania do Estado”.

Raimundo, um dos meus principais interlocutores, contou-me em entrevista sobre alguns casos que circulam entre os auxiliares:

Raimundo: Uma vez a gente foi fazer uma apreensão lá na passarela, o cara vendia aqueles quadros que você vira assim e cai aquela areinha e faz aquela moldura. O cara pegou e disse “nossa, pode escolher qualquer quadro desses aqui, esses grandes aqui... para vocês. Dou para vocês um dinheiro.” Tinha auxiliar que estava pegando dinheiro com eles e as coisas deles. Aí a gente passou isso para frente e mandaram o cara embora. Eles acham que todo mundo é igual a eles. Outro dia eu apreendi os telefones de um cara e o cara pegou e falou assim para o policial que estava com nós “aqui, vocês estão apreendendo esses telefones aí, e depois eu recupero eles todo de novo.” Eu falei “o que esse cara está falando que ele vai recuperar os telefones de novo?” Aí a polícia pesquisando, pesquisando e... tinha auxiliar que trabalhava com nós que fazia apreensão de telefone, ficava com o telefone para eles e dava outros para vender. Assim, corrupto né? Se a gente está tirando esses tipos de mercadoria da rua... é porque não vale para ninguém, vai valer para o cara? Por que o cara não usa o bom senso? Teve auxiliar aqui que foi mandado embora por causa de um *drops*, por causa de DVD. Ele pegava para ele...

Todas as vezes que escutei sobre práticas ilícitas (o que desvia do senso de normalidade construída coletivamente) por parte dos auxiliares, elas foram condizentes à condição subalternizada, e portanto limitadas por ela. A exemplo dos casos contados por Raimundo, primeiro, foram contadas enquanto desvios individuais, e não esquemas grupais, não havia amparo institucional ou de qualquer tipo de rede de suporte. Segundo, foram caracterizadas como “arregos” incertos e extremamente baratos, sem qualquer garantia de proteção, quer dizer, sem qualquer garantia de que outro agente o denunciasse ao *Apoio*. Por último, estes desvios foram contados, quase sempre, depois de descobertos pelos supervisores e depois dos atores serem demitidos, inclusive.

Parece-me congruente, como parte integrante da estratégia e das formas de circulação do poder, que este tipo de organização afaste os auxiliares do alcance das mercadorias políticas provenientes da produção da fiscalização, até mesmo como elemento da subalternização deste posto de trabalho.

Concluindo, no caso pesquisado, a gestão diferenciada de ilegalismos imersa no trabalho da fiscalização está assentada na própria engenharia institucional vigente, e não em suas “brechas”, o que poderia ser dito se pensássemos a fiscalização (ou o Estado) como uma construção burocrática fechada e ideal. Por outro lado, pelo ponto de vista empírico, esta lógica encontra-se no núcleo procedimental da fiscalização, uma vez que ela se estrutura a partir de suas margens de manobra e na procedimentalização de saídas informais, adequando-se

dinamicamente às pressões políticas e aos obstáculos “da rua” para delinear objetivos, planos de ação, prioridades e públicos-alvo.

Vimos que por trás do discurso universalizante e pretensamente neutro dos projetos de revitalização, das novas determinações jurídicas e das medidas em prol da “otimização” do trabalho dos fiscais, fica claro que delimitam-se, a cada passo, a cada momento político, públicos alvo específicos. Porém, este esforço não fica a cargo de um Estado em seu estado puro e rígido, mas se conforma e se produz cotidianamente através das relações que estabelecem “ao nível de rua”. Sendo a perspectiva empírica, não existe um Estado morfológico, exceto enquanto garantidor da plausibilidade de certas rotinas, de certas hierarquias e desigualdades. Não existe um Estado que acumula poder e o materializa em forma de controle, todavia existe um poder que atravessa as relações entre a burocracia do nível de rua e seu público. Isso se manifesta em cada relação, na medida em que os sujeitos acionam situacional e estrategicamente as legitimidades de um Poder Público.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ALBA VEGA, Carlos; LABAZÉE, Pascal. *Regulação social e violência no universo da economia informal: o caso do centro histórico da Cidade do México*. In: AZAIS, Cristian; Kessler, Gabriel; Telles, Vera da S. (org.), *Ilegalismos, cidade e política: perspectivas comparativas*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal*. In Anuário Antropológico 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996.

ARAGÃO, Thais A. *Doce som urbano: o triângulo e as territorializações dos vendedores de chegadoinho em Fortaleza*. Dissertação (mestrado). PROPUR – UFRGS, 2012.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio P. *Um olhar sobre os auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte enquanto “burocratas do nível de rua”*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). FAFICH – UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. *Burocratas do nível de rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado*. Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 3, p. 45-57, 2014.

\_\_\_\_\_. *A linha de frente da fiscalização de práticas urbanas em Belo Horizonte: entre a discricionariedade e o empreendedorismo moral*. In: XII CONLAB - Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Lisboa: Leading Congressos, 2015. p. 1498.

AZAÏS, Cristian. *Mercados de trabalho e hibridização: uniformidades e diferenças entre França e Brasil*. In: CAPPELLIN, P.; AZAÏS, C. (Org.) *Globalização e Trabalho: perspectiva comparativa entre Norte e Sul*, Caderno CRH, Salvador, Universidade Federal da Bahia, v. 20, n. 51, set./dez., p. 401-417, 2007.

\_\_\_\_\_. *As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho*. In: AZAIS, Cristian; Kessler, Gabriel; Telles, Vera da S. (org.), *Ilegalismos, cidade e política: perspectivas comparativas*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

BECKER, Howard. S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio: Zahar, 2010

BELO HORIZONTE. *Anais II Conferência Municipal de Política Urbana*, 2003.

BELO HORIZONTE, *Código de Posturas de Belo Horizonte*, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

- BEVILAQUA, Ciméa. *Etnografia do Estado: questões metodológicas e éticas*, Campos, Curitiba, PPGAS/UFPR, vol. 3: 51-64, 2003.
- BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. *Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro*. Rev. Antropol. [online]. 2000, vol.43, n.2
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Senso Prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009
- BRAGATO, J. (2012) *Estudo sobre a Burocracia de Rua do Programa Estrutural em Área de Risco (Pear) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- BRODKIN, Evelyn. Z. *Reflections on street-level bureaucracy: past, present, and future*. Public Administration Review 72 (6), 2012, pp. 940-949.
- CABANES, Robert. *Qual dialética é possível entre o espaço público e o privado?* In CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera da S., Saídas de emergência, São Paulo, Boitempo, 2011, p. 437-459.
- CARRIERI, Alexandre de P.; MARANHÃO, Carolina Machado S. de A.; MURTA, Ivana B. *Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte*. Revista de Administração Pública, vol. 43 no.6, Rio de Janeiro Nov/Dec., 2009.
- CROZIER, Michel. *O fenômeno burocrático*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1963.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Oxford: School of American Research Press/ James Currey: Santa Fé. 2004.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DENARI, Julianna B. *Vestir a farda: análise da figura do “herói” e da “heroína” na Polícia Militar*. In: Semana de Ciências Sociais da universidade Federal de São Carlos. Nº 2, 2014. São Carlos. Anais XII Semana de Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, pp. 556-569. ISSN 2358-4009.
- DOWNS, Anthony. *Inside Bureaucracy*. Boston: Little, Brown. 1967.
- DUBAR, Claude. *Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. Educ. Soc., Campinas, v. 19, n. 62, p. 13-30, Apr. 1998.
- \_\_\_\_\_. *A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional*. Cad. Pesqui. São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, Aug. 2012.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

ENRIQUEZ, Eugène. *Prefácio*. In. Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas. (Org) TAKEUTI, Norma; NIEWIADOMSKI, Christophe. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. Pioneiras, São Paulo, 1976.

FIGUEREDO, Fernanda O.; MORAIS, Mariana Ramos. *A elite no camelódromo: o inesperado efeito da construção do shopping popular em Belo Horizonte*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8. Belo Horizonte, 2004.

FILGUEIRAS, Fernando; MELO ARANHA, Ana Luiza. *Controle da Corrupção e Burocracia da Linha de Frente: Regras, Discricionariedade e Reformas no Brasil*. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 54, núm. 2, 2011, pp. 349-387

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, Tradução de Roberto Machado, 8ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 27ªed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE DA SILVA, Carlos. *Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidades em São Paulo: trajetórias, conflitos e negócios na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

GEORGES, Isabel. & SANTOS, Yumi. G. *Care e políticas públicas: o caso das “agentes comunitárias de saúde” e das “agentes de proteção social”*, in: Hirata, H., Guimarães, N. Araújo (orgs.), Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Ed. Atlas, pp. 166-182. 2012.

\_\_\_\_\_. *A produção da ‘demanda’: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo*, in: Cunha, N. V. da, Feltran, G. S., Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço público, Rio de Janeiro: Ed. Faperj/Lamparina, pp. 159-177. 2013.

\_\_\_\_\_. *Olhares cruzados: relações de cuidado, classe e gênero*, Tempo Social, Vol.26, n.1, 2014, pp. 47-60

- GEORGES, Isabel P.H.; RIZEK, Cibele S.; CEBALLOS, Marco. *As políticas sociais brasileiras: o que há de novo?* Cad. CRH. Salvador, v. 27, n. 72, p. 457-461, dez. 2014.
- TERSSAC, Gilbert De. *Autonomie et travail*. In: Dictionnaire du travail, PUF, pp.47-53,
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: Na essay on organization of experience*. Northeastern University Press, Boston, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOLD, Raymond L. *Roles in sociological field observation*. In: Social Forces, 36. pp 217-223, 1958.
- GRAHAM, Stephen. *O bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar*. In: Bala Perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. Boitempo Editorial. 2015.
- HIRATA, Daniel V. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH – USP, São Paulo, 2010
- \_\_\_\_\_. *A Produção das Cidades Securitárias: polícia e política*. Le Monde Diplomatique (Brasil), São Paulo, 01 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Comércio Ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo*. In: Patricia Birman; Márcia Pereira Leite; Carly Machado; Sandra Sá Carneiro. (Org.). Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.
- HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadia A., *Introdução*, in: HIRATA, H., GUIMARÃES, N. (Orgs.). Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 1-11.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle, *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de Pesquisa, v.37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.
- HOCHSCHILD, Arlie. R. *The managed heart: Commercialization of human feeling*. Berkeley, CA: University of California Press, 1983.
- HUGHES, Everett. C. *Men and their work*. Free Press: New York. 1958.
- \_\_\_\_\_. *The social drama of work*. Mid-American Review of Sociology Vol. 1, No. 1, 1976, pp. 1-7
- JAYME, J; NEVES, M. *Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte*. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.
- JESUS, Cláudio Roberto de. *A geografia humana do camelô belo-horizontino*. Tese (Doutorado em Geografia), IGC – UFMG, 2011.

- JESUS, Cláudio Roberto de; LOTT, Wanessa P. *O código de posturas e o discurso competente: estudo de caso de Belo Horizonte*. Anais do II seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007.
- LEMOS, Celina Borges. *A construção simbólica dos espaços da cidade*. In: MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 29-51
- LAUTIER, Bruno. *Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal*. Contemporaneidade e Educação, Vol. II, no 1, 1997.
- LIMA, Lívia de S. *Nas teias do ilegalismo: o shopping popular Oiapoque*. Dissertação (mestrado), FAFICH – UFMG, 2001.
- LIMA, Jacob C.; COCKELL, Fernanda F. *As novas institucionalidades do trabalho no setor público: os agentes comunitários de saúde*. Trab. educ. saúde[online]. 2008, vol.6, n.3, pp. 481-502
- LIMA, Jacob C.; MOURA, Maria do C. *Trabalho atípico e capital social: os Agentes Comunitários de Saúde na Paraíba*. Soc. estado, Abr 2005, vol.20, no.1, p.103-133. ISSN 0102-6992
- LIPSKY, Michael. *Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation, New York, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Toward a Theory of Street-level Bureaucracy*, in W. Hawley & M. Lipsky (eds) *Theoretical Perspectives on Urban Politics*, Eaglewood Cliffs, NJ, Prantice Hall, 1976.
- LOTTA, Gabriela. S. *Estilos de Implementação: ampliando o olhar para análise de políticas públicas*. In: Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008, Salvador. Anais do 3o Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008
- \_\_\_\_\_. *Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre os Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Saberes Locais, Mediação e Cidadania: o caso dos agentes comunitários de saúde*. Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.1, p.210-222, 2012
- MACHADO DA SILVA, L. A. *Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho*. Caderno CRH, 37: 81-109. 2002
- MAFRA, Patrícia D. *A "pista" e o "camelódromo": camelôs no Centro do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional - UFRJ, 2005.

- MARCH, James G. & SIMON, Herbert . A. *Teoria das Organizações*, FGV: Rio de Janeiro. 1972.
- MERTON, Robert. K. *Estrutura burocrática e personalidade*. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MISSE, Michel. *O Rio como um bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política*. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.18, p. 68-79, 2002.
- MOLINIER, P., *Ética e trabalho do care*, in: HIRATA, H., GUIMARÃES, N. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 29-43
- MONTE-MÓR, Roberto. L. M. *Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção*. In: MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: Cedeplar/PBH, 1994. P. 11-28
- MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.
- PERDIGÃO, Denis A.; CARRIERI, Alexandre de P.; SARAIVA, Luiz Alex S. *Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da Prefeitura de Belo Horizonte*. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, v. 9, n. 1, p. 43-58, jan./jun. 2014.
- OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.16, n.2, 2008.
- PIRES, Lenin S. *Mercados Informais e Economia Popular: Possíveis Fronteiras entre Moralidades e Legalidade nas Relações da Sociedade e o Estado*. In: Cesar Barreira; Jania Perla Aquino; Leonardo Damasceno Sá. (Org.). *Ilegalismos e Lugares Morais*. 1ed.Fortaleza: Pontes, 2013, v. 1, p. 11-32.
- PITA, Maria Vitória. *Poder de polícia e gestão de territórios: o caso dos ambulantes senegaleses na Cidade Autônoma de Buenos Aires*. In: AZAIS, Cristian; Kessler, Gabriel; Telles, Vera da S. (org.), *Ilegalismos, cidade e política: perspectivas comparativas*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.
- PONCIONI, Paula. *O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de policiamento do estado do Rio de Janeiro*. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n.3. p. 585-610, set/ dez. 2005
- QUEIRÓS, João; RODRIGUES, Vanessa. *“Não, não somos jornalistas”. Uma introdução à utilização do diário de campo e da fotografia na pesquisa sociológica*. Conferência Etnografias em Contexto Urbano, Porto. 2006.

- RANGEL, Felipe. *O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, 2015.
- REIS, Elisa P. *Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais 2003, 18 (51).
- ROSA, Alexandre R. *(O) Braço forte,(A) Mão amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar*. Dissertação (Mestrado em Administração), UFLA, 2007.
- SAKAI, Roberta Y. *A Ocupação da Área Central pelo Comércio Ambulante: Negociações e Produção do Espaço Urbano*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SCOTT, James. *Seeing Like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. Yale University Press: New Haven. 1998.
- SILVA, Margarida da. *Trabalhar e investigar enquanto antropóloga na administração pública: breves considerações ético-metodológicas*. In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza & TEIXEIRA, Carla Costa, (org.) *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*, 2014.
- SOARES, Angelo. *As emoções do care*. In: HIRATA, H., GUIMARÃES, N. (org.). *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 44-59.
- \_\_\_\_\_. *Como segredos: as lágrimas no trabalho*. In: LIMA, Jacob Carlos. (org.) *Outras sociologias do trabalho: flexibilidades, emoções e mobilidades*. São Carlos: EdUFSCar, 2013, pp. 161-182.
- STORANI, Paulo. *"Vitória Sobre A Morte: a Glória Prometida". O "rito de passagem" na construção da identidade das Operações Especiais do BOPE/PMERJ*. Dissertação (mestrado). UFF, Niterói, 2008.
- TEIXEIRA, Carla C.; LIMA, Antônio Carlos de S. *A Antropologia da Administração e da Governança no Brasil: uma Área Temática ou um Ponto de Dispersão?* In: MARTINS, Carlos B.; DUARTE, Luiz Fernando D. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. P. 51-96.
- TELLES, Vera da S., *Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade*. In: TELLES, Vera da S.; CABANES, Robert. (org.), *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. Editora Humanitas, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ilegalismos urbanos e a cidade*. Novos estud. - CEBRAP. Nº84, pp. 153-173, 2009.

\_\_\_\_\_. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, Otília; Carlos B. e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-103.

VILELA, Nice M.. *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes*. Dissertação (Mestrado em Geografia), IGC – UFMG, 2006.

VELHO, Gilberto. *Reflexões sobre a Escola de Chicago*. In: VALLADARES, Lícia do P. (org.), *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

WEBER, Max. *Burocracia*, In C. Wright-Mills e H. Gerth (eds.), *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 2002, pp. 138-170.